



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E DO TRABALHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior

A dialética nas ruas: entre a humilhação social, a vergonha e a conscientização na práxis política de pessoas em situação de rua em São Paulo-SP

São Paulo

2024

Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior

NILSON DE JESUS OLIVEIRA LEITE JÚNIOR

**A dialética nas ruas: entre a humilhação social, a vergonha e a conscientização na práxis política de pessoas em situação de rua em São Paulo–SP
(versão corrigida)**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Euzébios Filho.

São Paulo

2024

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Obra da capa: A dialética das ruas (2023)
Colagem sobre papel. Original recebida em tamanho 210 x 297 mm.
Reproduzida com autorização do artista João Carlos Correa, em 07 de abril de 2023.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira Leite Junior, Nilson de Jesus

A dialética nas ruas: entre a humilhação social, a vergonha e a conscientização na práxis política de pessoas em situação de rua em São Paulo - SP / Nilson de Jesus Oliveira Leite Junior; orientador Antonio Euzébios Filho. -- São Paulo, 2024. 183 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2024.

1. Exclusão social. 2. Humilhação social. 3. Pessoa em situação de rua. 4. Conscientização. 5. Consciência política. I. Euzébios Filho, Antonio, orient. II. Título.

Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior

A dialética nas ruas: entre a humilhação social, a vergonha e a conscientização na práxis política de pessoas em situação de rua em São Paulo–SP

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: 26/08/2024

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Euzébios Filho - orientador
Universidade de São Paulo (USP)

Prof.^a Dr.^a Verônica Moraes Ximenes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fernando Santana de Paiva
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

*Para as pessoas de luta em situação de rua
que, na Academia das Ruas, me permitiram
um olhar que amplia a simples capacidade de
ver.*

AGRADECIMENTOS

O mestrado, sem sombra de dúvidas, foi um grande divisor de águas em várias dimensões da minha vida: pessoal, social-relacional, acadêmica e profissional. Do Sertão Norte Mineiro à Selva de Pedras, foi um catalisador de experiências e vivências em duas universidades distintas, mas que, ao mesmo tempo, se complementaram: a Universidade de São Paulo (USP) e as Ruas da capital paulista, com seus emaranhados de pequenas histórias (nota-se, pequenas, não ínfimas!), lutas, resistências e dramas humanos. Assim, a conclusão desse mestrado revela um trabalho coletivo, o qual só foi possível com a participação e a presença de pessoas muito importantes.

Agradeço inicialmente aos meus pais, **Milene Carla Dias da Silva** e **Nilson de Jesus Oliveira Leite**, por todo o apoio e que, ainda não “sabendo o que eu faço”, não mediram esforços para que eu seguisse e continuasse nos estudos. Mesmo distantes, as longas conversas telefônicas semanais para ‘me atualizar dos acontecimentos’ fizeram total diferença e se tornaram os propulsores necessários à conclusão do mestrado.

Às minhas irmãs, **Karla Patrícia Dias Leite** e **Thais Dias Leite**, e aos meus irmãos, **Pedro Henrique Dias Leite** e **Ramon Christiano Dias Leite**, pelo incentivo, preocupação constante e compreensão nestes períodos de ausências e distâncias.

Ao meu orientador, **Antonio Euzébios Filho**, pela amizade, companheirismo e parceria construídas, pela confiança no meu trabalho e por me ensinar sobre o que é ser professor e pesquisador. Todo o cuidado, disponibilidade e preocupação contribuíram para que o percurso do mestrado fosse leve e prazeroso. Obrigado por ter sido uma rede de apoio nos momentos mais difíceis deste percurso e por ter sido uma referência no limite que uma referência pode agregar, ensinar e aprender!

Ao **Centro de Integração Social pela Arte, Trabalho e Educação (Cisarte)** e, em especial, ao diretor e presidente **Darcy da Silva Costa** e à diretora-executiva-administrativa **Luciene Inácio**, por abrirem as portas e me acolherem tão bem ao longo destes dois anos. Agradeço imensamente pelos ensinamentos constantes, pelas conversas sinceras, pelas dúvidas sanadas e pelos convites para somar junto e participar da família Cisarte.

Às **pessoas em situação de rua da capital paulista**, em especial aquelas com quem tive o privilégio de conversar, aprender e construir juntos. Os diversos encontros, histórias e estórias, sob as mais distintas perspectivas, me mostraram as durezas e as resistências na vida na e da rua.

Aos interlocutores desta pesquisa que, ficcionalmente, nomeio de **Antonio Carlos, Cosme, Daniel, Ivanildo, José, Messias, Vanderlei e Elias**, que me confiaram suas histórias e vivências, as quais possibilitaram a escrita desta dissertação. Estendo os meus agradecimentos, igualmente, àquelas pessoas com quem fiz contato ao longo da pesquisa de campo e que suas histórias e experiências foram registradas em meu diário.

Ao **Movimento Nacional da População de Rua de São Paulo (MNPR-SP)**, por mostrar a importância da luta e do engajamento político na busca por uma sociedade mais justa e na construção de um projeto de classe que tem como horizonte ético-político o rompimento das estruturas de opressão da nossa sociedade.

Às **pessoas que frequentam o Cisarte** por todo o ensinamento e pelos momentos compartilhados: desde uma escuta e acolhimento em momentos difíceis até o guaraná compartilhado comigo no momento do almoço. Sem dúvidas, foram meses intensos e cada um(a), à sua maneira, deixou marcas em mim. Obrigado pelas afetações!

Ao artista de rua **João Carlos Correa**, pelo magnífico trabalho de colagem - a dialética das ruas - que expressa o tema desta dissertação, e com o qual fui presenteado.

Ao **Grupo de Estudos Psicologia Crítica e Ação Política** pelo aprendizado adquirido e pelas trocas de experiências com os companheiros de caminhada na Pós-graduação. Obrigado pelas leituras e observações nos meus escritos.

Ao **Laboratório de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Movimentos Sociais e Políticas Sociais (TraMPoS)** pela abertura de um espaço em que pude dialogar sobre a minha pesquisa e pelos comentários e observações nos meus escritos.

Ao **Observatório do Trauma Psicopolítico** por ter sido um espaço em que me senti pertencente e que me propiciou experiências no campo da pesquisa, ensino e extensão universitária, e contribuiu para a conformação de um *quefazer* ético, crítico e engajado.

Aos **estudantes extensionistas** com quem tive a oportunidade de trabalhar, agradeço a parceria firmada e confiança depositada.

Ao **Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST)**, em especial a **Sônia Maria Alavarces, Teresa Cristina de Oliveira Peres e Rosângela Serikaku Segaki**, pelo acolhimento e prontidão em sanar as dúvidas. Também agradeço por disponibilizarem a sala 139, inclusive aos finais de semana e feriados, que se tornou o meu “cantinho” de estudos.

Aos **professores e alunos do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (PPG-PSO)** pelas trocas estabelecidas ao longo do curso e aprendizado obtido.

Aos demais **trabalhadores da Universidade de São Paulo (efetivos e terceirizados)** por todo o suporte ao longo do mestrado.

À **Universidade de São Paulo** pela estrutura e pelos recursos que me foram disponibilizados em diferentes momentos.

Ao **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**, pela bolsa de mestrado recebida, sem a qual seria inviável a minha permanência no PPG-PSO da Universidade de São Paulo e a consequente realização da pesquisa.

À **professora Dr.^a Verônica Morais Ximenes** e ao **professor Dr. Fernando Santana de Paiva** pela prontidão em aceitar participar do exame de qualificação e por todas as valiosas contribuições e observações em meus escritos. Também, pelo aceite em participar da banca de defesa da dissertação, e pelas observações e sugestões valiosas para o aprimoramento desta dissertação.

Por último, a todos aqueles e aquelas que, de alguma maneira, também se fizeram presentes em algum momento (direta ou indiretamente) e que, certamente, deixaram as suas contribuições.

A todos e todas vocês, o meu sincero obrigado!

Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior
São Paulo, inverno de 2024.



A dialética das ruas, 2023

Colagem sobre papel (210 x 297 mm)

Realizada pelo artista de rua João Carlos Correa

Reprodução autorizada

RESUMO

Leite Júnior, N. J. O. (2024). *A dialética nas ruas: entre a humilhação social, a vergonha e a conscientização na práxis política de pessoas em situação de rua em São Paulo–SP* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

As pessoas em situação de rua têm seu contexto de vida caracterizado por privações de acesso a direitos, pobreza, violência e estigmatização; contudo, também têm modos de resistência, lutas e estratégias de sobrevivência. Partindo dos conceitos de humilhação social, vergonha e conscientização, buscamos compreender as vivências dessa população em uma perspectiva psicossocial, com foco nos elementos que reduzem e/ou aumentam as possibilidades de uma práxis política. Realizamos uma pesquisa qualitativa entre abril de 2022 e dezembro de 2023 em São Paulo–SP, que empregou como recursos para a construção dos dados: observação participante, diário de campo e entrevistas semiestruturadas com oito homens adultos em situação de rua. Uma instituição sociocultural que atende esse público foi eleita como local primário para a construção dos dados, mediante visitas semanais para produção de diário de campo e entrevistas; e recorremos a outros espaços públicos e de controle social por onde essa população circula como fonte complementar de construção dos dados, via diário de campo. Com auxílio do software ATLAS.ti, as informações construídas foram analisadas pela ótica da análise temática, na qual as temáticas que emergiram no conjunto de dados foram agrupadas e formaram os temas que foram lidos e interpretados teoricamente originando três categorias: (1) viver nas ruas: as trajetórias de institucionalização e a (re)configuração das redes de apoio; (2) experiências de humilhação social e vergonha: elementos na socialização das pessoas em situação de rua; e (3) os caminhos para a conscientização nas ruas. A primeira, demonstra a conjugação de fatores que levam um sujeito à situação de rua, o amálgama de experiências que conformam o processo de institucionalização, as formas de se organizar e as redes de apoio tecidas nesse processo. A segunda, indica a multiplicidade de vivências que envolvem preconceito, discriminação, humilhação e violência, presentes nas experiências de todos os interlocutores. Estes se manifestam de diversas formas, em múltiplos espaços, com autores variados e têm consequências subjetivas e objetivas, como sentimentos de tristeza, desvalor, inferioridade, internalização da humilhação vivida e afastamento de serviços públicos. A terceira, aponta que a problemática da situação de rua tem sido percebida de distintas maneiras e sob diferentes vieses pelos interlocutores. Alguns compreendem mais empiricamente as vivências nas ruas, mas, em geral, reproduzem a imagem negativa dominante sobre elas, enquanto outros vinculam a sua condição às questões estruturais e conjunturais do país. Apesar de conhecerem movimentos e coletivos de luta, as próprias agruras da vida diária são obstáculos para a organização e mobilização popular. Entendendo a práxis política como uma atividade de transformação da realidade, as categorias de humilhação social e vergonha aglutinam processos resultando no rebaixamento político que podem despotencializar essa população; diferentemente, a conscientização abarca situações que caminham na direção de uma identidade coletiva e de classe que podem potencializar a práxis, por meio da mobilização organizada, humanização das relações, redefinição da autoimagem, processos de grupalização e relações de confiança e solidariedade. Por fim, uma análise crítica da práxis política dessa população deve partir de uma compreensão dialética do viver nas ruas.

Palavras-chave: Pessoa em Situação de Rua. Humilhação Social. Vergonha. Conscientização. Práxis política.

ABSTRACT

Leite Júnior, N. J. O. (2024). *Dialectics on the streets: between social humiliation, shame, and awareness in the political praxis of homeless people in São Paulo–SP*. (Master's Thesis). Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo.

People experiencing homelessness have their life context characterized by deprivation of access to rights, poverty, violence, and stigmatization; however, they also possess modes of resistance, struggles, and survival strategies. Drawing from the concepts of social humiliation, shame, and awareness, we aim to understand the experiences of this population from a psychosocial perspective, focusing on elements that reduce and/or increase the possibilities of political praxis. We conducted a qualitative study between April 2022 and December 2023 in São Paulo, employing participant observation, field diaries, and semi-structured interviews with eight adult men experiencing homelessness to construct the data. A sociocultural institution that serves this population was chosen as the primary site for data construction, with weekly visits for field diary production and interviews; we also utilized other public and social control spaces frequented by this population as supplementary data sources, using field diaries. With the assistance of ATLAS.ti software, the constructed information was analyzed through thematic analysis, where the themes that emerged from the dataset were grouped and theoretically interpreted, resulting in three categories: (1) living on the streets: trajectories of institutionalization and the (re)configuration of support networks; (2) experiences of social humiliation and shame: elements in the socialization of people experiencing homelessness; and (3) paths to awareness on the streets. The first category demonstrates the combination of factors that lead an individual to homelessness, the amalgamation of experiences that shape the process of institutionalization, the ways of organizing, and the support networks woven in this process. The second category indicates the multiplicity of experiences involving prejudice, discrimination, humiliation, and violence present in the experiences of all interlocutors. These manifest in various forms, in multiple spaces, with different perpetrators, and have both subjective and objective consequences, such as feelings of sadness, devaluation, inferiority, internalization of experienced humiliation, and withdrawal from public services. The third category points out that the issue of homelessness has been perceived in different ways and from various perspectives by the interlocutors. Some understand street experiences more empirically but generally reproduce the dominant negative image of them, while others link their condition to the structural and conjunctural issues of the country. Despite being aware of movements and collective struggles, the hardships of daily life are obstacles to popular organization and mobilization. Understanding political praxis as an activity of transforming reality, the categories of social humiliation and shame coalesce processes resulting in political degradation that can disempower this population; conversely, awareness encompasses situations that move towards a collective and class identity that can empower praxis through organized mobilization, humanization of relationships, redefinition of self-image, processes of group formation, and relationships of trust and solidarity. Finally, a critical analysis of the political praxis of this population must start from a dialectical understanding of living on the streets.

Keywords: Homeless Individual. Social Humiliation. Shame. Awareness. Political Praxis.

RESUMEN

Leite Júnior, N. J. O. (2024). *La dialéctica en las calles: entre humillación social, vergüenza y conciencia en la praxis política de personas sin hogar en São Paulo–SP*. (Tesis de Maestría). Instituto de Psicología, Universidad de São Paulo, São Paulo.

Las personas en situación de calle tienen su contexto de vida caracterizado por privaciones de acceso a derechos, pobreza, violencia y estigmatización; sin embargo, también tienen modos de resistencia, luchas y estrategias de supervivencia. Partiendo de los conceptos de humillación social, vergüenza y concienciación, buscamos comprender las vivencias de esta población desde una perspectiva psicosocial, con un enfoque en los elementos que reducen y/o aumentan las posibilidades de una praxis política. Realizamos una investigación cualitativa entre abril de 2022 y diciembre de 2023 en São Paulo–SP, que empleó como recursos para la construcción de datos: observación participante, diario de campo y entrevistas semiestructuradas con ocho hombres adultos en situación de calle. Una institución sociocultural que atiende a este público fue elegida como el lugar principal para la construcción de datos, mediante visitas semanales para la producción de diario de campo y entrevistas; y recurrimos a otros espacios públicos y de control social por donde esta población circula como fuente complementaria de construcción de datos, a través de diario de campo. Con la ayuda del software ATLAS.ti, la información construida fue analizada desde la óptica del análisis temático, en el cual las temáticas que emergieron del conjunto de datos fueron agrupadas y formaron los temas que fueron leídos e interpretados teóricamente, originando tres categorías: (1) vivir en la calle: las trayectorias de institucionalización y la (re)configuración de las redes de apoyo; (2) experiencias de humillación social y vergüenza: elementos en la socialización de las personas en situación de calle; y (3) los caminos hacia la concienciación en las calles. La primera categoría demuestra la conjugación de factores que llevan a un sujeto a la situación de calle, el amalgama de experiencias que conforman el proceso de institucionalización, las formas de organizarse y las redes de apoyo tejidas en este proceso. La segunda categoría indica la multiplicidad de vivencias que involucran prejuicio, discriminación, humillación y violencia, presentes en las experiencias de todos los interlocutores. Estas se manifiestan de diversas formas, en múltiples espacios, con diversos autores y tienen consecuencias subjetivas y objetivas, como sentimientos de tristeza, desvalor, inferioridad, internalización de la humillación vivida y alejamiento de los servicios públicos. La tercera categoría señala que la problemática de la situación de calle ha sido percibida de distintas maneras y bajo diferentes enfoques por los interlocutores. Algunos comprenden más empíricamente las vivencias en la calle, pero, en general, reproducen la imagen negativa dominante sobre ellas, mientras que otros vinculan su condición a las cuestiones estructurales y coyunturales del país. A pesar de conocer movimientos y colectivos de lucha, las propias dificultades de la vida diaria son obstáculos para la organización y movilización popular. Entendiendo la praxis política como una actividad de transformación de la realidad, las categorías de humillación social y vergüenza aglutinan procesos que resultan en el deterioro político que puede despotencializar a esta población; por el contrario, la concienciación abarca situaciones que caminan hacia una identidad colectiva y de clase que pueden potencializar la praxis, mediante la movilización organizada, la humanización de las relaciones, la redefinición de la autoimagen, procesos de grupalización y relaciones de confianza y solidaridad. Por último, un análisis crítico de la praxis política de esta población debe partir de una comprensión dialéctica de vivir en la calle.

Palabras clave: Persona sin hogar. Humillación social. Vergüenza. Conciencia. Praxis política.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Síntese do perfil da população em situação de rua de São Paulo em 2021	55
Figura 2 - Mapa da distribuição das pessoas em situação de rua em São Paulo–SP.....	56
Figura 3 - Serviços e benefícios para a população em situação de rua em São Paulo–SP.....	58
Figura 4 - Coordenações estaduais do MNPR nas Unidades Federativas (UFs)	83
Figura 5 - Zona Central de São Paulo–SP	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Série histórica e variação do número de pessoas em situação de rua em São Paulo no período de 2000 a 2021	53
Quadro 2 - Eixos do Programa Reencontro	57
Quadro 3 - Características dos tipos de sociedades latino-americanas propostas por Freire..	76
Quadro 4 - Informações demográficas e socioeconômicas dos participantes.....	102
Quadro 5 - Temas centrais da pesquisa e os códigos criados.....	105

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AGU	Advocacia-Geral da União
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único
CAE	Centro de Acolhida Especial
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CATRUA	Centro de Apoio ao Trabalhador em Situação de Rua
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CIAMP RUA	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua
CISARTE	Centro de Integração Social pela Arte, Trabalho e Educação
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CnR	Consultório na Rua
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COOPAMARE	Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CT	Comunidade Terapêutica
CTA	Centro Temporário de Acolhimento
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DPE	Defensoria Pública do Estado
DPESP	Defensoria Pública do Estado de São Paulo
DPU	Defensoria Pública da União
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENPESP	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FGV	Fundação Getúlio Vargas

FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
GCM	Guarda Civil Metropolitana
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais.
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEPSRSP	Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
NUCOM	Núcleo de Psicologia Comunitária
ONG	Organização não governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PBF	Programa Bolsa Família
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIA	Plano Individual de Atendimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNPR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
PNTC POP RUA	Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua
POT	Programa Operação Trabalho
PSR	População em Situação de Rua
RG	Registro Geral
RMA	Registro Mensal de Atendimentos
SAICA	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
SBPP	Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
SESC	Serviço Social do Comércio
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SISAB	Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
SAICA	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
2.1 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A “QUESTÃO SOCIAL”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS	23
2.1.1 As origens do fenômeno das pessoas em situação de rua.....	26
2.1.2 Outro lado da mesma história: as lutas das pessoas em situação de rua	37
2.1.3 As redes de apoio nas ruas e as estratégias de sobrevivência.....	45
2.1.4 Caracterização das pessoas em situação de rua em São Paulo–SP.....	50
2.2 A PRÁXIS POLÍTICA: ENTRE A HUMILHAÇÃO SOCIAL, A VERGONHA E A CONSCIENTIZAÇÃO.....	59
2.2.1 As vivências de humilhação social e vergonha nas ruas	64
2.2.2 Os processos consciência política e de conscientização nas ruas.....	75
3 OBJETIVOS	89
3.1 OBJETIVO GERAL.....	89
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	89
4 CAMINHO METODOLÓGICO	90
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	91
4.2 CONTEXTO DE PESQUISA E A INSERÇÃO DO PESQUISADOR	92
4.3 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES	96
4.4 SUJEITOS DA PESQUISA	98
4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	103
4.6 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	106
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	107
5.1 VIVER NAS RUAS: AS TRAJETÓRIAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E A (RE)CONFIGURAÇÃO DAS REDES DE APOIO	108
5.2 EXPERIÊNCIAS DE HUMILHAÇÃO SOCIAL E VERGONHA: ELEMENTOS NA SOCIALIZAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	122
5.3 OS CAMINHOS PARA A CONSCIENTIZAÇÃO NAS RUAS.....	138
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS	161
ANEXOS	174
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADO.....	174

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	176
ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	180

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está situada no campo de estudos sobre o fenômeno das pessoas em situação de rua, mais especificamente, sobre suas vivências nas ruas sob uma perspectiva psicossocial. Ainda que o enfoque psicossocial possibilite trilhar por várias direções, neste trabalho priorizamos os elementos presentes nessas vivências que podem reduzir e/ou ampliar as possibilidades de uma práxis política desse grupo social. Portanto, trata-se de um estudo que se debruça sobre as vivências de humilhação social e vergonha, bem como dos processos de conscientização construídos a partir de uma compreensão dialética do viver nas ruas. Desse modo, sua relevância reside no exercício de compreender as reverberações e especificidades da vida nas e das ruas para essas pessoas.

A aproximação com a temática de estudo, em certa medida, teve início ainda na graduação em Psicologia, momento em que me interessava pelos estudos relacionados à atuação da Psicologia na Política de Assistência Social, com ênfase nos grupos em vulnerabilidade social e econômica, e nos processos de exclusão social - tema do projeto inicial de pesquisa com o qual ingressei no mestrado. Em relação ao fenômeno da situação de rua, esse contato ocorreu posteriormente ao ingresso no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade de São Paulo (USP). Foi a convite do orientador, Prof. Dr. Antonio Euzébios Filho, que estava desenvolvendo trabalhos com essa população via extensão universitária vinculada ao Observatório do Trauma Psicopolítico¹.

O fenômeno das pessoas em situação de rua não se tratava de uma temática totalmente distinta dos meus interesses de pesquisas e estudos. Deveras, era novo no sentido de ser uma população com a qual não tive contato ao longo das discussões na graduação e tampouco na realidade da minha cidade de origem: Bocaiúva - MG, um município de médio porte, com aproximadamente 48.032 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas [IBGE], 2024a), localizado no norte de Minas Gerais, a mesorregião mais pobre do estado. No entanto, em seu cerne, a dimensão da pobreza, tanto no fenômeno da situação de rua, quanto na realidade norte mineira se aproximava fortemente.

¹ O Observatório do Trauma Psicopolítico é um núcleo interinstitucional e transdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, criado em 2021 e coordenado por iniciativa de pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Baixada Santista e do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, do Instituto de Psicologia, da USP. O Observatório constitui um núcleo de pesquisa e ação profissional em torno da dimensão psicossocial da violência política e da violação de direitos humanos coletivos, com vistas à identificação, prevenção e reparação do trauma psicopolítico a partir da produção teórica e técnica, da articulação em rede e da execução de atividades na comunidade.

Investigar esse tema implica compreender que o Brasil é um país extremamente desigual, no qual as desigualdades se manifestam sob todas as suas formas e promovem violações de direitos humanos. Essas violações se materializam a partir das distintas condições de vida da população e no acesso (ou não acesso) aos direitos básicos, tais como saúde, educação, assistência social, moradia, emprego, entre outros. Ademais, essas desigualdades são influenciadas pelas investidas do sistema capitalista e dos ideários neoliberais que ressoam sobre o Estado brasileiro (V. B. Santos, 2014), que se expressam na exclusão, pauperização, violência, fome, situação de rua e desemprego, por exemplo, que são lidas como expressões da “*questão social*” (Souza & Macedo, 2019).

Enquanto fenômeno associado ao modo de produção capitalista e o seu projeto de sociabilidade, a pobreza engloba dimensões materiais, ideológicas, psicológicas e simbólicas, não se restringindo apenas ao aspecto econômico. Em verdade, diz respeito a uma *pobreza multidimensional* que conjuga diversas dimensões e a privação da garantia dos direitos sociais (Sen, 2000). Embora a pobreza possa ser experienciada por todos, ela é vivida sob condições extremamente distintas pelos sujeitos e grupos sociais. Nesse sentido, as formas como as pessoas se inserem nesse modo de produção repercutem no processo de construção de suas identidades (Estanislau & Ximenes, 2016), conferindo-lhes diferentes status.

Frequentemente, as pessoas que vivenciam situações de pobreza são alvo de processos estigmatizantes, discriminatórios e de reconhecimento depreciativo, alocando-as em condição de inferioridade em relação àquelas em classes mais abastadas. Há uma forte tendência socialmente construída de criminalização da pobreza, que se materializa sob a culpabilização do indivíduo pela sua própria condição. São desconsiderados, assim, todos os aspectos estruturais e conjunturais, que resultam no empobrecimento e na espoliação da classe trabalhadora, produzindo, assim, consequências negativas no plano intersubjetivo.

Nesse cenário, inserem-se as pessoas em situação de rua, que representam a face mais manifesta e perversa do empobrecimento característico do modo de produção capitalista (Sicari & Zanella, 2018). Nos últimos anos, o número de pessoas em situação de rua tem aumentado exponencialmente e, ainda que não existam dados atuais oficiais sobre essas pessoas no Brasil, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) estimou que, em dezembro de 2022, havia 236.400 pessoas nesta condição em todo o país. Convém destacar que esses dados

existentes são uma estimativa, a partir do cruzamento de dados disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal² (Brasil, 2023a).

Só na cidade de São Paulo - SP, a sexta edição do censo realizado pela prefeitura em 2021 contabilizou 31.884 pessoas em situação de rua em toda a cidade (Prefeitura de São Paulo, 2021). No entanto, esses dados podem não representar a totalidade de pessoas nessa condição, uma vez que a subnotificação é uma realidade presente e o fenômeno está em constante dinamicidade. Prova disso é que a estimativa de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo em dezembro de 2022, a partir dos dados cruzados dos registros administrativos e sistemas do Governo Federal mencionados, foi de 53.853 pessoas (Brasil, 2023a).

Estudos de Moura Júnior e Ximenes (2016), M. H. Silva (2020) e Ximenes, Esmeraldo Filho, Malhado, Moreno e Monteiro (2021), para citar alguns exemplos, evidenciaram que o contexto no qual as pessoas em situação de rua se encontram é marcado por experiências de humilhação, discriminação e não reconhecimento, que podem culminar em sentimentos como a vergonha, o fatalismo e/ou a resignação, a raiva e a indignação. Além disso, essas pessoas são constantemente alvo de violências, violações de direitos e invisibilizadas pela sociedade, Estado e mídia, sendo comumente associadas a problemas sociais, como uso de álcool e drogas, a desordem e a criminalidade.

Assim, todos esses atos externos perpetrados por pessoas, grupos e o próprio Estado contra as pessoas em situação de rua, bem como a sua omissão, que têm como finalidade principal o rebaixamento político, a opressão, a dominação e o impedimento de sua humanidade, podem ser compreendidos como manifestações da *humilhação social*. Esta é uma modalidade de sofrimento resultante das desigualdades de classe. É um fato histórico, não natural e ofensivo, que possui dimensões psicológica e política, e ataca a ação - práxis - e a memória dos humilhados (Gonçalves Filho, 1998). Em consequência, estar submetido a tais circunstâncias pode despotencializar a pessoa humilhada, isto é, reduzir as possibilidades de uma *práxis política* - uma prática consciente e intencional transformadora -, e desenvolver sentimentos como a *vergonha*, que é uma internalização da humilhação vivida.

Decerto, há de se compreender que o fenômeno da situação de rua ocorre dialeticamente, e que realidades distintas podem coexistir contraditoriamente. Deste modo, também se encontra nas pessoas em situação de rua variadas formas de compreensão, indignação, resistência,

² O Relatório tem como base de dados informações coletadas por parte da Assistência Social, do Cadastro Único (CadÚnico) e do Registro Mensal de Atendimentos (RMA); da Saúde, por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB).

organização e posicionamento frente à situação vivida na progressiva aproximação e vinculação com a rua. Sendo assim, esses processos podem resultar na conscientização das pessoas em situação de rua, em denúncia à iniquidade do abandono social secular existente no Brasil para com esta população. A *conscientização*, portanto, diz respeito ao desvelamento das relações de poder existentes (Freire, 1968/2001) e fornece elementos capazes de ampliar a práxis política das pessoas em situação de rua.

A partir dessas questões, desenhamos como problema de pesquisa, a dimensão psicossocial do viver em situação de rua, com ênfase nos elementos constituintes desse viver que podem operar no sentido de reduzir, ou ampliar as possibilidades de uma práxis política. Dessa forma, interessa-nos responder quais são as implicações psicossociais de viver em situação de rua e como essas pessoas compreendem a sua própria condição.

O nosso ponto de partida, como sinalizado anteriormente, é a hipótese de que o fenômeno da situação de rua se dá de forma dialética, em que as constantes vivências de violações (pessoais e de direitos), as violências e outras situações nas ruas podem propiciar experiências de humilhação social e vergonha. Mas também convocar à mobilização, resistência e fomento a processos de conscientização sobre a própria realidade vivida. A compreensão dialética fornece elementos capazes de ampliar e/ou reduzir a práxis política de quem se encontra nesta situação.

Considerando o exposto, além deste capítulo introdutório onde a temática de pesquisa foi apresentada e contextualizada, a dissertação está estruturada em outros cinco capítulos. O capítulo dois se ocupa da fundamentação teórica da dissertação e está subdividido em duas seções, sendo elas: a) *“Pessoas em situação de rua e a “questão social”: algumas considerações históricas e conceituais”* - que se propõe a apresentar, a partir de uma revisão bibliográfica, o que é o fenômeno da situação de rua e quem são essas pessoas, quais são as condicionantes para este fenômeno e como se dão as vidas nas ruas, isto é, como se configuram e reconfiguram as redes de apoio; e b) *“A práxis política: entre a humilhação social, a vergonha e a conscientização”* - que tem como foco as categorias temáticas elegidas nesta dissertação. Tendo em vista que o tema do fenômeno da situação de rua é amplo e abrangente, que pode ser discutido a partir de inúmeras perspectivas e sob os mais distintos vieses, as categorias centrais que balizam este estudo são a humilhação social, a vergonha e a conscientização.

Nos capítulos três e quatro são apresentados os objetivos da pesquisa e o percurso metodológico adotado, respectivamente. Quanto ao capítulo do percurso metodológico, é apresentado o contexto da pesquisa, os participantes, os materiais utilizados e como ocorreu o processo de construção das informações, os procedimentos de análise e os aspectos éticos que

subsidiar esta pesquisa. No quinto capítulo, resultados e discussão, apresentamos os interlocutores da pesquisa e a análise dos conteúdos das entrevistas realizadas, bem como dos materiais registrados em diário de campo, à luz da teoria que fundamenta esta dissertação em articulação com outros estudos já realizados sobre a temática. Por último, o trabalho é finalizado com as considerações finais, que se ocupam em retomar, concisamente, os principais pontos discutidos, as lacunas da pesquisa, dificuldades vivenciadas no processo e apresentar uma sugestão de continuação da pesquisa para o doutorado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo, de fundamentação teórica, está dividido em duas partes: iniciamos com algumas considerações sobre o fenômeno das pessoas em situação de rua, como conceitos, gênese, causas e os dados sobre esta população em São Paulo–SP. Na sequência, apresentamos as categorias centrais da dissertação: humilhação social, vergonha e conscientização.

2.1 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A “QUESTÃO SOCIAL”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS

O fenômeno social de pessoas vivendo nas ruas é histórico e presente em variadas sociedades, formado por uma síntese de múltiplas determinações (Martins & Lavoura, 2018). Embora tenha aumentado exponencialmente nas últimas décadas e passado por transformações históricas, possui em seu cerne características próprias do empobrecimento produzido no capitalismo (Monzelli, Navarro, & Cagnin, 2023), que aqui são vistas sob as lentes da “questão social” – exposição da contradição capital-trabalho na sociedade capitalista, na qual exploração, opressão e desigualdade são elementos necessários à sua sobrevivência (Netto, 2001; 2022).

Partimos de uma visão marxista da “questão social” que coloca o primário e o secundário para a análise e compreensão dos aspectos da materialidade que coadunam na vida concreta. Assim, olhar para o que é primário e secundário implica compreender que as relações econômicas, raciais, biográficas, de gênero e outros elementos se colocam dentro de uma totalidade concreta. Como aponta Gorender, o enfoque à “. . . instância econômica não é economicista, uma vez que não a isola da trama variada do tecido social. . . . a instância econômica, sendo a base da vida social dos homens, não existe senão permeada por todos os aspectos dessa vida social” (2017, p. 46).

Seguindo essa perspectiva, a análise do fenômeno da situação de rua envolve um enfoque sobre as condições sociais, econômicas, culturais, biográficas e políticas que ocasionam a sua emergência e que contribuem para a sua manutenção. Isto possibilita, entre outros aspectos, compreender não só a sua gênese, mas também os elementos que estão associados ao seu recrudescimento. Envolve compreendê-lo dentro de um contexto mais amplo, afastando de perspectivas individualizantes, psicologizantes e culpabilizadoras da pessoa pela sua própria condição. Com efeito, o fenômeno se apresenta como uma problemática estrutural e não fruto de uma escolha ou culpa individual (Esmeraldo Filho, 2021).

A “questão social” refere-se às múltiplas expressões das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais constitutivas do modo de produção capitalista, portanto, indissociáveis das relações entre classes sociais, que também se expressa na resistência e na disputa política (Yazbek, 2018). Ela se corporifica, por exemplo, sob a forma do fenômeno da situação de rua, a pobreza, o desemprego estrutural, o analfabetismo, a violência, a falta de moradia, a criminalidade, a desigualdade social, o processo saúde-doença e a saúde mental (P. H. A. Costa, 2020). Portanto, o conjunto dessas expressões anunciam as desigualdades oriundas de uma sociedade que se ergue “. . . sob o comando do capital” (Netto, 2001, p. 46).

Analisar a situação de rua sob as lentes da “questão social” implica compreender que a sua emergência está associada à produção das desigualdades nas sociedades de classe que se modificam com o capitalismo. O uso da ideia de população para definir esse fenômeno é resultado de lutas e reivindicações históricas das pessoas em situação de rua pelo reconhecimento dos seus direitos humanos e da necessidade de o Estado intervir sobre esse segmento social. As diversas formas como têm sido nomeadas e classificadas acompanham as próprias transformações do fenômeno e, conseqüentemente, as leituras que são feitas sobre ele (Robaina, 2018). Uma análise histórica da situação de rua aponta variadas designações e significações que acompanharam a constituição das cidades, bem como foram sendo adotadas as formas de lidar com as desigualdades sociais, o empobrecimento e a divisão social do trabalho (Schuck, 2017).

Assim, há debates quanto aos termos utilizados para se referir mais adequadamente às pessoas que utilizam as ruas como espaço de circulação, abrigo, sustento e/ou permanência. É comum o emprego de termos como “*pessoa em situação de rua*”, “*população em situação de rua*”, “*morador de rua*” e “*maloqueiro*”, por exemplo. Contudo, alguns termos, como “morador de rua”, “maloqueiro” e “mendigo”, são carregados de estigmas. Isto é, construções sociais que marcam indivíduos e grupos, relegando-os a um status desvalorizado em relação à sociedade (Goffman, 1963/1988). São marcas ou símbolos constituídos por valores negativos e depreciativos em relação a quem os possui ou acredita-se possuir (Major & O’Brien, 2005).

Em concordância com Sicari e Zanella (2018), adotaremos o termo “pessoa em situação de rua”, pois a terminologia “pessoa” remete ao caráter humano, plural e múltiplo que permeia as diversidades do viver nas ruas, e “situação” por dizer de uma condição transitória e em ininterrupta transformação. Todavia, a denominação “situação de rua”, utilizada para apontar a lógica da transitoriedade que, a princípio, caracteriza o fenômeno, também é problematizada. Segundo M. H. Silva (2020), para outros autores é preferível abandonar a noção de situação de

rua, pois algumas pessoas não objetivam sair das ruas, ou mesmo encontram dificuldades para superar essa situação em função do cenário econômico, político e social do país.

Na seara dessas conceituações, M. A. C. Vieira, Bezerra e Rosa (1994) diferenciam os termos: *ficar na rua*, *estar na rua* e *ser de rua*. Essa diferença ocorre em função dos sentidos atribuídos à rua pelos sujeitos, que pode ser de um lócus que se constitui em abrigo, ou constituir-se em um modo de vida para aqueles que têm a rua como habitat e estabelecem com ela uma rede complexa de relações. Ficar na rua indica a circunstancialidade da situação; estar na rua implica em um caráter recente; e ser de rua diz respeito ao caráter permanente da situação. Essa distinção traduz um movimento de adaptação que vai do transitório ao permanente. Dessa forma,

Ficar na rua é ainda preservar e manter uma rede de relações de suporte. Estar na rua é estruturar progressivamente um novo cotidiano que tem como referencial o espaço público, com seus moradores e usuários. Ser da rua é tornar este espaço seu cotidiano real, tendo a rua como moradia e local de trabalho, ir se desvinculando gradativamente das suas redes sociais de suporte e aderindo aos códigos que imperam nas ruas (Andrade, Costa, & Marquetti, 2014, p. 1251).

Há também uma distinção entre as pessoas em situação de rua e os chamados *trecheiros* e *andarilhos de estrada*. Para C. J. Freitas (2014), a diferença entre eles é marcada pelo grau de deambulação existente. As pessoas em situação de rua são cidadinas e, na maioria das vezes, se fixam em determinados pontos da cidade, tais como praças, marquises e viadutos, sobretudo nas regiões centrais. Já os andarilhos vivem exclusivamente nas estradas, só adentrando nas cidades em casos de urgência extrema e necessidade como o adoecimento, por exemplo. Os trecheiros intercalam as caminhadas no trecho, nas quais podem permanecer por certos períodos nas cidades com finalidades específicas, tais como a procura por trabalho e o auxílio da Assistência Social para dar prosseguimento à viagem (Nascimento & Justo, 2015).

Outro aspecto a ser considerado, refere-se à heterogeneidade das pessoas em situação de rua que se manifesta através da pluralidade de grupos existentes. Dentre essa pluralidade, incluem-se aquelas pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, aquelas que utilizam as ruas apenas para fins laborais, indivíduos com ruptura ou fragilização dos vínculos familiares e/ou comunitários, famílias vivendo nas ruas (Ximenes et al., 2021), egressos do sistema prisional, crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIAPN+ e outros (Sicari & Zanella, 2018).

À vista do exposto e considerando toda a complexidade que permeia o fenômeno, será adotado na presente dissertação o conceito apresentado na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, do então Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome (MDS), pensando-o em uma perspectiva ampliada, no qual as pessoas em situação de rua são referidas como um:

. . . grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (Brasil, 2008, p. 8).

A perspectiva ampliada do conceito³ citado implica compreender que a definição de pessoas em situação de rua vai além da descrição apresentada na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Essa perspectiva deve considerar que se trata de um grupo exposto a situações de vulnerabilidade social, pobreza multidimensional, privações e ausência de garantia de direitos. Igualmente, essa perspectiva entende que são pessoas que produzem conhecimento, têm o seu modo próprio de vida e de sociabilidade.

São, portanto, pessoas que possuem estratégias de sobrevivência, regras e normas de conduta, têm modos de resistência e organização próprias, criam mecanismos de defesa às adversidades enfrentadas e são formadas em *Rualogia*⁴ - o conjunto de conhecimentos próprios das ruas e dos territórios. Trata-se de sujeitos que possuem potência para existir e resistir frente às mais diversas investidas do capitalismo, do produtivismo, aos processos de exclusão social, aos esquecimentos, à sujeição e às violências a que são submetidos (Medeiros, 2020).

Feitas as conceituações iniciais, e demarcada a perspectiva sob a qual fazemos a leitura do fenômeno da situação de rua, na sequência apresentamos alguns aspectos históricos sobre a sua gênese.

2.1.1 As origens do fenômeno das pessoas em situação de rua

Compreender o fenômeno das pessoas em situação de rua demanda contextualizar historicamente o seu advento, haja vista que não se trata de algo recente na história humana. Segundo R. S. Nunes (2019) as populações que têm como características a circulação e ocupação dos espaços da rua, tais como mendigos, andarilhos e pessoas sem habitat fixo, estão presentes nas sociedades desde o surgimento dos primeiros povoamentos fixos. Corrêa (2018)

3 As reflexões sobre o conceito ampliado para pessoas em situação de rua surgiram para mim no dia 13/10/2022, em conversas realizadas na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, durante o XII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política (XII SBPP). Na ocasião, estive reunido com os coordenadores do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR), José Vanilson Torres da Silva (Natal, Rio Grande do Norte) e Samuel Rodrigues (Belo Horizonte, Minas Gerais), e com o psicólogo e apoiador do MNPR Matheus Rios Silva Santos.

4 O termo *Rualogia* me foi apresentado pelo José Vanilson Torres da Silva (MNPR-RN) durante uma conversa em uma confraternização pós-atividades do primeiro dia do XII SBPP.

e Medeiros (2020), por sua vez, assinalam que esse fenômeno remonta ao nascimento da própria rua, no contexto das cidades europeias no início do capitalismo, isto é, a sua origem é paralela à história das cidades.

M. L. L. Silva (2009) aponta o surgimento das sociedades pré-industriais na Europa Ocidental como a aurora para o fenômeno das pessoas em situação de rua. A autora citada complementa que essa origem se deu no contexto da acumulação primitiva, com a desapropriação e consequente expulsão dos camponeses de suas terras, sem a devida absorção deles pela indústria nascente. Nestes moldes, esse fenômeno é produzido pelas condições históricas e intrínsecas à sociabilidade capitalista. Nas palavras da autora mencionada:

Em face disso [desapropriação e expulsão dos camponeses], muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, principalmente por força das circunstâncias, fazendo aparecer o pauperismo É nesse contexto que se origina o fenômeno da população em situação de rua. No seio do pauperismo, que se generalizou por toda a Europa Ocidental, ao final do século XVIII, compondo as condições necessárias à produção capitalista (M. L. L. Silva, 2009, p. 19).

Vale destacar que, segundo M. H. Silva (2020), existem registros anteriores às cidades pré-industriais sobre pessoas que utilizavam as ruas para produzir suas vidas. E que, apesar do fenômeno de pessoas em situação de rua estar presente na quase totalidade das civilizações humanas que existiram, é com o surgimento das cidades pré-industriais que se torna um fenômeno expressivo em termos numéricos. Isto é, ainda que a pobreza e as desigualdades de classes tenham existido em outras formações sociais, o capitalismo inaugurou uma forma de empobrecimento - produzido em relação direta com a produção de riquezas.

A respeito do advento do capitalismo, Marx (1845/2017) advoga que a acumulação primitiva de capital se deu em um violento processo de expropriação dos trabalhadores, na transição do feudalismo para o capitalismo, resultando na conversão dos meios de vida, de produção e de subsistência em capital. Para o autor, “. . . a expropriação da massa do povo, que é despojada de sua terra, constitui a base do modo de produção capitalista” (p. 838). Logo, além de serem “. . . expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo” (p. 980).

Em resultado, tem-se a formação de massas de pessoas desocupadas e indigentes que não foram absorvidas pela manufatura (Marx, 1845/2017). Estes, “. . . converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias” (p. 980). Além da expropriação à ferro e fogo, também foram implementadas leis sanguinárias na Europa ocidental no final do século XV e ao longo do século XVI para lidar com os expropriados e a chamada vagabundagem, como

expõe Marx (1845/2017) sobre o reinado de Henrique VII (1485-1509) e Henrique VIII (1509-1541). Assim, açoites, agrilhoamentos, prisões e condenações ao retorno às terras de origem eram algumas das formas de lidar com o problema social do desemprego - entendido como uma escolha individual, vale pontuar.

Decorre desse cenário que o direito de livre acesso ao trabalho não pressupõe a expansão da incorporação da mão de obra com o processo de expansão do capital. Contrariamente, a expansão do capital vincula-se à expansão do *exército industrial de reserva*, massa de trabalhadores sobrando, sob o qual o sistema capitalista se beneficia, como na regulação de salários, por exemplo. Como exposto por Marx (1845/2017), decorre dessa contradição que a procura por trabalho será sempre maior que a oferta. Destaca-se que nesse processo a taxa de crescimento do capital está atrelada à redução de custos com o processo produtivo, o que significa a formação de contingentes de pessoas sem trabalho ou em trabalhos precarizados.

O desemprego estrutural é uma condição intrínseca à sociabilidade capitalista, na qual cria-se uma superpopulação relativa que seja capaz de fornecer ao capital, tanto a sua força de trabalho na produção, quanto uma reserva de mão-de-obra prontamente a substituir àquela. Sendo assim, o exército industrial de reserva “. . . pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ele fornece a suas necessidades variáveis de valorização do material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional” (Marx, 1845/2017, p. 707).

O ápice da “questão social” remonta à terceira década do século XIX, expressa no seio do fenômeno do pauperismo com o desenvolvimento do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial (Montaño, 2012). Esse período inaugurou um momento na história humana, em que o crescimento da pobreza e o declínio das condições de vida da população se deram na mesma medida e em razão direta com o aumento da capacidade de produzir bens e riquezas (Netto, 2022). Como Castel (1998) descreve, se tratava de um fenômeno novo, uma “. . . nova pobreza” (p. 284), sem qualquer precedente na história anterior conhecida.

Nesses moldes, se por um lado, a polarização entre ricos e pobres e as desigualdades sociais entre classes já eram longamente conhecidas e já existiam em outras formações sociais, por outro lado, a pobreza que se generalizava era radicalmente nova. Sendo assim,

Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. Se nas formas de sociedade precedentes à sociedade capitalista a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez . . . , agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra: a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX - o pauperismo - aparecia como

nova precisamente porque ela se produzia nas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão (Netto, 2022, pp. 3-4, itálico no original).

Dessa maneira, verifica-se que o problema não estava localizado na escassez de meios e serviços necessários à subsistência em quantidades suficientes para atender a todos. Essa nova pobreza evidenciava que o problema se localizava na concentração proporcionada pela consequente apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Com efeito, as expressões da “questão social”, por serem constitutivas do modo de produção capitalista, só podem ser eliminadas com a supressão deste último (Esmeraldo Filho, 2021).

Ainda, é importante mencionar o ciclo experimentado pelo capitalismo, tal como já evidenciado por Marx (1845/2017), com suas “. . . fases de atividade média, de produção a todo vapor, de crise e estagnação” (p. 744), nas quais o próprio capitalismo se refaz. Essas crises cíclicas, entre outras consequências, levam o capital a investir em tecnologias com vistas à redução do tempo de produção das mercadorias, aumentando assim o capital constante em detrimento do capital variável. Dessa forma, atinge os trabalhadores que contam apenas com sua força de trabalho, resultando no aumento do contingente populacional que não se insere no sistema de produção ou o faz de maneira precarizada.

Outro aspecto que se verifica nesse processo e que auxilia na compreensão do fenômeno da situação de rua, diz respeito à *superpopulação relativa* apresentada por Marx (1845/2017). Componente da lei geral da acumulação capitalista, a superpopulação relativa faz com que exista, por um lado, pessoas em condições de exploração, com excessivas cargas de sobretrabalho e, por outro lado, pessoas reservas que pressionam o outro polo a continuar no sobretrabalho. Assim, na análise de M. L. L. Silva (2009, p. 97), a reprodução do fenômeno da situação de rua “. . . vincula-se ao processo de acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção pelo capitalismo”.

Em relação à superpopulação relativa, Marx (1845/2017, p. 716) assinala que ela “. . . existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador a integra durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado”. São propostas três formas pelas quais a superpopulação relativa se apresenta: *flutuante*, *latente* e *estagnada*. Na flutuante, os trabalhadores são repelidos e atraídos pelo mercado de trabalho, vivendo momentos em que trabalham por um tempo, em seguida deixam de trabalhar e, novamente, voltam a trabalhar. A latente é caracterizada pela população residente do campo que migra para as cidades. Por fim, na estagnada se encontram aqueles que compõem o exército ativo e, não obstante, ocupam trabalhos irregulares.

Em acréscimo, Marx (1845/2017, p. 719) propõe outro grupo denominado *lumpemproletariado*, que é “. . . o sedimento mais baixo da superpopulação relativa” que está localizado no pauperismo. Nas palavras do referido autor, “. . . abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada é formada por três categorias”, sendo elas os: “. . . aptos ao trabalho . . ., órfãos e filhos de indigentes . . ., degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho”. Sob a ótica da superpopulação relativa e do lumpemproletariado, o fenômeno das pessoas em situação de rua pode ser analisado e compreendido, visto que sua heterogeneidade possibilita transitar por entre essas categorias e por ser uma parte fundante e necessária ao sistema capitalista.

Sob pena de se correr o risco de análises superficiais e generalizantes, é importante retomar nesta compreensão a complexidade que orbita a situação de rua, bem como a heterogeneidade e a diversidade que são características marcantes desse grupo populacional. Com isso, pretende-se chamar a atenção para o fato que tal população não pode ser alocada única e exclusivamente em uma categoria, como a de lumpemproletariado. Ainda que possa parecer, à primeira vista, a mais adequada, visto que escamoteia a diversidade e heterogeneidade própria do fenômeno das pessoas em situação de rua.

Os dados da primeira pesquisa censitária de 2008 sobre pessoas em situação de rua no Brasil, por exemplo, evidenciaram que o trabalho é fulcral na trajetória de vida dessa população. Segundo a pesquisa, quase três quartos dos entrevistados situavam-se na economia informal e apenas 15,7% praticavam mendicância como modo de angariar recursos (Brasil, 2009a). Ademais, a trajetória de vida desta população também é caracterizada pelo ciclo de entrada-saída-retorno às ruas. Ao se empregarem, conseguem arcar com os custos de aluguéis e, ao não disporem de recursos para tal, retornam à situação de rua. E há aquelas que migram para as cidades, sobretudo para os grandes centros urbanos, em busca de trabalho e melhores condições de vida (Tiengo, 2018). Esses achados indicam que esta população pode compor a superpopulação relativa em todas as suas formas, de acordo com o contexto e as condições sociais e históricas em determinado momento de suas trajetórias de vida.

Seguindo nossa compreensão do fenômeno das pessoas em situação de rua como uma expressão da “questão social”, é mister se atentar às particularidades históricas da realidade social a que se busca estudar para uma análise concreta (Netto, 2022). Essa análise não deve se limitar a apreensão universal da lei geral da acumulação capitalista - sob o risco de cair numa análise eurocentradas. Mas envolver as particularidades de cada região como, em nosso caso, o Brasil, um país situado na periferia do capitalismo - não o tomando como um todo homogêneo, vale ressaltar, mas considerando as particularidades internas. Para tanto, faz-se necessário

incluir no rol de análise a transição para o capitalismo dependente, as heranças do violento processo de colonização, a escravização, as lutas populares e quilombolas contra esse sistema de dominação e exploração, entre outros elementos (Castelo, Ribeiro, & Rocamora, 2020).

Dessa maneira, se no contexto da Europa Ocidental o marco foi a transição do feudalismo para o capitalismo, mesmo com as influências do continente europeu, na América e, especificamente no Brasil, o processo foi outro. Isto posto, as particularidades históricas que orbitam a formação econômica e social do Brasil, escravagista, racista, patriarcal, violenta e colonial, estão na base das origens da “questão social”. Athayde, Passos e Húngaro (2017), por exemplo, apontam que o surgimento da “questão social” no Brasil ocorre com o fim da escravização e a conseqüente constituição e generalização do trabalho livre no país.

Por mais de três séculos, milhões de pessoas foram submetidas a uma das formas mais bárbaras de exploração humana: a escravização. Base fundacional do Estado brasileiro, a força de trabalho escravizada foi largamente utilizada, sobretudo, nos grandes centros de acumulação capitalista do país, como nas atividades agroexportadoras na região Sudeste (Castelo, 2021). Destaca-se que até 1830 o comércio de pessoas escravizadas foi considerado uma atividade legal, tornando-se uma atividade ilegal (tráfico) a partir dessa época. Isso se deu em função do tratado assinado em 1826 entre Brasil e Inglaterra, com previsão para entrar em vigor a partir de 1830. Com esse tratado, o Brasil se comprometeu a combater o comércio internacional de pessoas, contudo, ele não foi suficiente para cessar com a escravização de imediato (Castelo, 2021).

Por 20 anos não houve medidas suficientes para findar o tráfico de pessoas escravizadas no Brasil. Apenas uma lei foi sancionada, a Lei de 7 de novembro de 1831, que ficou conhecida como Lei Feijó, que declarava livres as pessoas contrabandeadas para o Brasil, além de prever penas aos envolvidos. Na prática, esta era uma “lei para inglês ver”, já que possuía um alcance muito restrito. Uma mudança mais efetiva desse cenário é observada em 1850 com a promulgação da Lei n.º 581, de 4 de setembro, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, que estabeleceu medidas com vistas à repressão ao tráfico de pessoas (Brasil, 1831; 1850).

A Lei Eusébio de Queirós foi um importante marco no quesito de se constituir enquanto uma ação mais efetiva do Estado para findar o tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil - o que de fato aconteceu alguns anos depois. É válido pontuar que, apenas duas semanas após a promulgação da lei citada, foi promulgada a Lei n.º 601, em 18 de setembro de 1850 - conhecida como Lei de Terras -, que dispôs sobre as chamadas terras devolutas do Império. Com efeito, foi proibido qualquer outro meio de aquisição dessas terras, senão por meio da compra (Castelo,

2021). Em termos práticos, a Lei citada dificultou o acesso das pessoas escravizadas às terras para subsistência.

Data desse período um tensionamento das oligarquias agroexportadoras, movidas por razões econômicas, em defesa a um modelo de transição da força de trabalho escravizada para a livre. Assim, no intervalo de promulgação das leis abolicionistas no Brasil, houve uma política interna de importação de mão de obra - branca, vale pontuar - da Europa para o Brasil, em substituição à mão de obra escravizada, que inicialmente esteve sob a égide de relações sociais semi-servis. Todavia, em função de pressões externas dos países de origem e das pressões internas dos imigrantes, com greves e paralizações, teve seus termos alterados pelo Estado para um modelo mais próximo do trabalho livre (Castelo, 2021).

Ao mesmo tempo, sem o desembarque de novos escravizados, coexistiu uma prática de tráfico interno de escravizados - o tráfico interprovincial -, sobretudo durante a segunda metade do século XIX. Nesse período, escravizados das regiões Nordeste e Sul foram vendidos para o Sudeste brasileiro para fornecer mão de obra, especialmente, para as fazendas de café. No plano econômico, as crises nas províncias do Nordeste e o crescimento na produção de café no Sudeste foram elementos que contribuíram para o deslocamento destas pessoas entre as províncias (Lima Filho, 2020).

A década de 1880, por sua vez, foi marcada por um crescimento expressivo de mobilizações populares já em curso em apoio ao movimento abolicionista. Estas somaram às já históricas formas de resistência das pessoas escravizadas que tinham no seu âmago e como horizonte a busca pela libertação, tais como as formações de quilombos, as rebeliões, as fugas, as greves, os suicídios, os assassinatos, dentre outras (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2017).

Reflexo de todo esse cenário, sobretudo em função das pressões internas e externas, foi promulgada a Lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, que declarou extinta a escravidão no Brasil. Não obstante, no campo dos interesses econômicos dos recém-libertos, a referida Lei não previu nenhuma medida a esse respeito. Dessa feita, os “. . . direitos civis foram promulgados enquanto direitos políticos e sociais continuavam como monopólios e privilégios das classes dominantes” (Castelo, 2021, p. 106).

Como dito por Florestan Fernandes (1964/2008, p. 3),

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho.

Essa rápida - mas necessária - exposição sobre o processo de escravização no Brasil denota pelo menos dois aspectos importantes para a nossa análise: (1) com a abolição da escravização, milhares de ex-escravizados foram lançados nas ruas à própria sorte, sem empregos, moradia ou qualquer outra condição para prover a sua sobrevivência. Não houve nenhuma forma de reparação e/ou indenização estatal, e nem possuíam recursos para a aquisição das terras. Ademais, (2) no campo jurídico, a própria lei se colocava como obstáculo à possibilidade de incorporação na sociedade. Posto que aumentou a distância para a aquisição de terras, em um contexto que a chamada vadiagem e a mendicância eram criminalizadas pelo Código Penal do Império de 1830 vigente e que se repetiu no Código Penal de 1890 (Castelo, 2021).

Dessa forma, os recém-libertos vagavam pelas ruas das cidades e praticavam a mendicância, cometiam pequenos furtos e concorriam em desigualdade de condições com brancos pobres e imigrantes na venda da força de trabalho (M. L. L. Silva, 2009). Destaca-se que, segundo Yazbek (2012), até o final do século XIX o que existia na área da assistência às pessoas pobres eram as ações realizadas pelas entidades de cunho caritativo, principalmente as ligadas à Igreja Católica, que ofertavam práticas sociais com vistas à sobrevivência.

Herança colonial, as consequências da escravização ainda hoje ressoam sobre a vida da população negra⁵ de distintas formas: na disparidade e injustiça expressas na desigualdade racial que se materializa na falta de oportunidades de acesso a bens materiais, simbólicos e nos direitos sociais, como moradia adequada, escolarização, trabalho e renda. Assim, discutir o fenômeno da situação de rua enquanto uma expressão da “questão social” implica compreender que ele é perpassado por outras expressões da “questão social” (como a ausência de moradia, o desemprego e a pobreza) que, no Brasil, sofre os efeitos e as implicações do racismo. Esse aspecto se apresenta, por exemplo, na já citada pesquisa nacional das pessoas em situação de rua, que evidenciou à época da realização que 67% das pessoas eram negras (Brasil, 2009a).

É o que dizem R. B. Oliveira e Martins (2022, p. 404):

O empreendimento escravocrata, que demarca o século XVI ao XIX, impõe o fardo para a população negra, que, mesmo depois do processo que culminou no “fim” da escravidão, impôs um lugar marginal a esse grupo étnico na sociedade. Desde então, constata-se que as marcas da pobreza, da fome, da falta ou da precariedade da moradia, da falta de segurança alimentar, da incidência de doenças etc., assolam a população negra em maior grau. População que foi empurrada a viver nos bolsões dos assentamentos subumanos e precários, nas favelas, nas encostas, nas áreas alagadiças, nas periferias e nas ruas, constituindo múltiplas expressões da questão social contemporânea, demarcada pelo racismo estrutural que assola as vidas de pessoas negras.

⁵ Conforme a classificação do IBGE considera-se negros a soma entre pardos e pretos.

Avançando um pouco mais, o século XX foi marcado pelo êxodo rural e os processos migratórios de camponeses da Europa e da Ásia que ganharam força com o crescimento industrial do Brasil. Este foi um período marcado pelas grandes obras de infraestrutura, crescimento dos grandes centros urbanos e a mecanização do meio rural. Esses elementos, portanto, levaram milhares de famílias a buscarem formas alternativas de sobrevivência nas grandes cidades do país (Brasil, 2009b). Destaca-se que nesse período houve intensa migração de pessoas e famílias das regiões Norte e Nordeste para o Sudeste brasileiro em busca de novas formas de sobrevivência (M. H. Silva, 2020). Contudo, o crescimento industrial não foi acompanhado pela incorporação da totalidade de força de trabalho disponível. Esse quadro resultou em um maior número de pessoas utilizando as ruas como moradia, e, conseqüentemente, o adensamento significativo do número de pessoas em situação de rua no país (Sicari & Zanella, 2018).

A despeito desse aspecto, M. L. L. Silva (2009) afirma que o processo migratório de indivíduos e famílias intensificou as mazelas sociais e o abismo entre as classes sociais, pois não havia moradia e nem trabalho para suprir todo o contingente populacional. Assim, para a autora, era esperado o aumento do número de pessoas em situação de rua em função da expansão do capital, do exército industrial de reserva e da oferta de mão de obra maior que a demanda por trabalho.

É importante salientar que, com a criação dos grandes centros urbanos, os trabalhadores das grandes edificações não podiam morar em suas proximidades e, assim, foram expurgados para as regiões periféricas (M. H. Silva, 2020). Com a superlotação das cidades, o mercado de trabalho passou a exigir cada vez mais o perfil ideal do trabalhador, aumentando, assim, a disputa por vagas e o crescente desemprego (Brasil, 2009b).

A essa população residente das periferias e sem empregos, restava buscar nos subempregos alternativas para sobreviver, como, por exemplo, a venda de mercadorias diversas nos sinais de trânsito e/ou nas ruas e calçadas das cidades. Contudo, como essa atividade não gera tributos ao Estado, foi considerada ilegal e, com isso, os agentes de segurança pública passaram a reprimir violentamente e a perseguir as pessoas que se encontram neste ramo de atividade. Muitas vezes, essas pessoas eram presas e suas mercadorias apreendidas pelo Estado, o que resultava na procura da rua ou de abrigamentos noturnos para sobreviver (Brasil, 2009b).

Também é importante fazer menção à crise e à reestruturação do modo de produção capitalista a partir de 1970. Isso se deu em função do processo de globalização e das várias transformações nas formas de produção, que resultaram tanto no desemprego estrutural, quanto

na precarização de postos de trabalho e na perda dos direitos sociais. Assim, o fenômeno de pessoas em situação de rua surgiu paulatinamente e está em constante processo de crescimento, principalmente nas grandes metrópoles e centros urbanos, onde esse ritmo de crescimento é mais acelerado (Brasil, 2009b; M. H. Silva, 2020).

Outro aspecto integrante dessa relação opressora criada pelo sistema capitalista relevante para as discussões sobre o fenômeno da situação de rua é a pobreza. Para Esmeraldo Filho (2021), são vários os discursos sobre a pobreza e a situação de rua, todavia, o autor pondera que essas realidades devem ser abordadas em sua complexidade para não correremos o risco de cair em simplificações e abstrações fragmentadas. Assim, partimos de uma compreensão multidimensional da pobreza, que transcende ao reducionismo unidimensional que se limita aos aspectos econômicos e/ou nutricionais. A perspectiva multidimensional reivindica outras dimensões de análise para a sua compreensão que se expressam em privações nas capacidades dos sujeitos de realizarem aquilo que necessitam (Sen, 2000).

Na perspectiva multidimensional predomina o entendimento de que a pobreza se manifesta de forma complexa. Dessa forma, a privação da liberdade e das capacidades básicas são reivindicadas como elementos importantes para a compreensão da pobreza. Para L. B. Silva et al. (2016), essa perspectiva leva a pobreza para a arena da justiça social, das privações, da exclusão e das desigualdades sociais. Além disso, apresenta a pobreza como um fenômeno complexo, dinâmico e constituído por aspectos materiais, políticos, monetários, simbólicos, culturais, subjetivos e sociais.

Segundo Esmeraldo Filho (2021), a perspectiva multidimensional se mostra adequada para a compreensão do fenômeno da situação de rua, pois esse grupo populacional experiencia em sua trajetória nas ruas múltiplas privações. O autor cita, a título de exemplo, a falta de moradia regular que acarreta outras carências e inseguranças, como a dificuldade para manter boas condições de higiene e de saúde, a exposição às situações de vulnerabilidade e de violências. Além da moradia, outras dimensões se inserem como a monetária, o trabalho, a educação, o acesso aos programas, serviços e benefícios governamentais, por exemplo.

Esse enfoque nos permite, inclusive, problematizar o conceito apresentado pelo Decreto n.º 7.053/2009 que menciona a condição de pobreza extrema como uma característica das pessoas em situação de rua. O IBGE e grande parte de estudos sobre o tema se baseiam no aspecto monetário para determinar se a pessoa ou família se encontra em condição de pobreza extrema. A definição das linhas de pobreza e extrema pobreza segue critérios e recomendações do Banco Mundial para o Brasil que, em 2022, passaram a ser: (1) extrema pobreza, a renda

domiciliar *per capita* inferior a US\$ 2,15 por dia, e (2) pobreza, a renda domiciliar *per capita* abaixo de US\$ 6,85 por dia.

Diante disso, tomar apenas a condição de pobreza extrema com base no aspecto monetário como parâmetro para determinar a condição de situação de rua é insuficiente para abarcar a complexidade do fenômeno, posto que, como já sinalizamos, envolve múltiplas privações. Dessa forma, concordamos com Esmeraldo Filho (2021) ao assinalar que, assim como a pobreza em geral, a pobreza extrema se mostra tanto mais complexa quanto dimensional. Outrossim, voltar-se unicamente para a renda pode ocultar aspectos importantes para a análise do fenômeno, como a cronicidade e a multidimensionalidade, e abranger apenas a intensidade da pobreza.

Essa análise, empreendida até aqui, fornece indícios de que a história do fenômeno da situação de rua no Brasil está associada, especialmente, aos aspectos econômico e racial. Apesar do caráter fundante do elemento econômico, não podemos perder de vista outros atravessamentos interseccionais que são agravantes e formam essas populações. Não é o caso de estender aqui o debate, mas nos importa demarcar que, historicamente, outros elementos também implicam na conformação do fenômeno da situação de rua, como os relacionados ao gênero, nacionalidade, religião, cultura e outros. Além disso, devemos considerar que se trata de um fenômeno em movimento e em constante transformação. Nestes moldes, trata-se de um fenômeno complexo, heterogêneo, urbano, internacional e com múltiplas determinações.

Para M. L. L. Silva (2009), os fatores e condicionantes que levam pessoas a viverem nas e das ruas, bem como contribuem para a sua permanência, podem ser alocados em três categorias: (a) fatores estruturais; (b) fatores da natureza; e (c) fatores biográficos.

O primeiro conjunto de causas está ligado diretamente às estruturas da sociabilidade capitalista, dentre os quais é possível citar a ausência de moradia, a falta de trabalho e renda, as mudanças institucionais e econômicas do país, dentre outras. O segundo conjunto, os fatores da natureza, relacionam-se aos eventos que promovem perdas para pessoas e grupos, como os terremotos e as inundações, por exemplo. Por último, o terceiro conjunto são os fatores biográficos que se ligam às trajetórias e histórias de vida individuais, nas quais há predominância da ruptura dos laços familiares e/ou comunitários, uso abusivo de álcool e drogas, sofrimento mental, envelhecimento, deficiências, entre outros (M. L. L. Silva, 2009).

Apesar de serem frequentemente enfatizados os fatores relacionados à ruptura dos vínculos familiares e comunitários, o uso de álcool e outras drogas, a falta de trabalho regular e a ausência de renda como os principais motivadores (M. L. L. Silva, 2009), estes não podem ser tomados individualmente como determinantes para a situação de rua. Torna-se necessário,

portanto, partir de uma compreensão que envolve a multiplicidade e a conjugação de fatores em cada trajetória de vida, intensificados pela condição de pobreza, para não cairmos numa perspectiva individualizante e culpabilizadora da questão.

Por fim, retomando ao entendimento de que a eliminação da “questão social” pressupõe a supressão do capitalismo e do estado burguês, e considerando que ao produzirem essa sociabilidade os sujeitos se produzem dialeticamente mediante sua ação, é plausível a compreensão quanto à coexistência de formas de resistência e enfrentamento às expressões da “questão social”. Nesse sentido, a resistência e o enfrentamento decorrem, especialmente, da mobilização e organização popular na luta em prol da efetivação de direitos e do reconhecimento social, bem como da ação das redes de apoio tecidas nas ruas. Sendo assim, ocupamo-nos a seguir de alguns elementos associados à organização das pessoas em situação de rua.

2.1.2 Outro lado da mesma história: as lutas das pessoas em situação de rua

Ao revisitar a história do fenômeno das pessoas em situação de rua, observa-se também a presença de organização e mobilização desse grupo em prol do reconhecimento social, denúncia às violências e luta por garantia e efetivação de direitos. Ainda que não exista uma história oficial sobre a organização das pessoas em situação de rua, sabe-se que distintas formas de organização e mobilização têm acompanhado a sua própria história. Em diversas cidades brasileiras, as formas de organização têm acontecido, sobretudo, a partir das iniciativas das próprias pessoas em situação de rua, juntamente com instituições filantrópicas, religiosas, universidades, movimentos sociais, sistemas de garantia de direitos, trabalhadores de políticas públicas e outros apoiadores.

Não pretendendo deslegitimar e/ou negar os movimentos anteriores, pode-se citar os trabalhos da Pastoral do Povo da Rua, integrante da Igreja Católica, que no final da década de 1970 passou a implantar as casas de assistência para pessoas em situação de rua. Essas casas tinham, entre outros objetivos, estimular a organização de movimentos populares de catadores de materiais recicláveis e realizar eventos sociais nas cidades de São Paulo–SP e Belo Horizonte - MG (A. L. P. Costa, 2013).

A Organização do Auxílio Fraternal, de modo semelhante, contribuiu para a auto-organização das pessoas em situação de rua, e foi a responsável pela criação da Comunidade do Povo da Rua (também chamada de Comunidade dos Sofredores da Rua). Em articulação com as pessoas em situação de rua de São Paulo, formaram a Cooperativa dos Catadores

Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE) no ano de 1989 (A. L. P. Costa, 2013; Machado, 2020).

No ano de 1993, um importante evento que marca a expansão da luta pelos direitos das pessoas em situação de rua, foi a realização do Fórum Nacional de Estudos Sobre População de Rua, por meio da parceria estabelecida entre entidades governamentais e não governamentais. Esse fórum teve como objetivo a elaboração de políticas públicas para as pessoas em situação de rua. De acordo com M. C. G. Pereira (2011, p. 29), o Fórum:

. . . realizou vários encontros regionais, estaduais e nacionais de catadores nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Com a realização de encontros entre catadores do mesmo estado e de diferentes regiões do país, estimulava-se a troca de experiências e a discussão das diversas realidades locais.

A Pastoral da Igreja Católica foi uma importante aliada aos movimentos sociais que lutavam para trazer visibilidade aos direitos das pessoas em situação de rua. Foi a partir do Grito dos Excluídos que as Pastorais do Povo da Rua se mobilizaram e incentivaram a luta e a defesa dos direitos desse segmento populacional. Essa iniciativa ocorreu pela primeira vez em 1994, em mais de 174 cidades do Brasil, com o objetivo denunciar a exclusão social e valorizar os sujeitos sociais (A. L. P. Costa, 2013).

Em que pese essa questão, é importante mencionar que, anterior à Constituição Federal de 1988, as formas de lidar com as expressões da “questão social” no Brasil, e mais especificamente, com as pessoas em situação de rua, foram fundamentalmente duas: (1) criminalização e repressão desses sujeitos pelos agentes públicos, em evidentes políticas de higienização social calcadas em aspectos ideológicos de culpabilização dos sujeitos pela própria condição; e (2) omissão do Estado e cobertura quase inexistente das políticas sociais para essa população nas esferas de governo (municipal, estadual e federal), relegando às obras de caridade e às abordagens assistencialistas (Ferro, 2012).

Esse contexto vivido pelas pessoas em situação de rua e as iniciativas de organização popular ganham fôlego no contexto de redemocratização do país e no pós-ditadura civil-militar. Assim, insere-se também a mobilização das pessoas em situação de rua na busca por transformações individuais, coletivas, políticas e sociais, nos chamados novos movimentos sociais. Essas mobilizações se propunham à inclusão das pessoas em situação de rua no âmbito das políticas públicas e das agendas políticas, de modo a ir da histórica condição de invisibilidade para a visibilidade (Machado, 2020). Como Ferro (2012, p. 36) diz:

É somente a partir do final da década de 1980 e principalmente durante a década de 1990 que o problema começa a ser incorporado, a partir de uma nova visão, na agenda de alguns governos municipais e aparecem as primeiras iniciativas na intenção de criar políticas públicas de atenção

e inclusão social das pessoas em situação de rua. Nesse sentido, São Paulo e Belo Horizonte foram municípios pioneiros, ambos durante gestões do Partido dos Trabalhadores (PT).

Com o processo de redemocratização do Brasil e a articulação de diversos movimentos em prol dos direitos sociais como dever do Estado, a Constituição Federal de 1988 eleva a assistência social ao status de política pública de direito do cidadão e dever do Estado, prestada a quem dela necessitar. Além disso, a assistência social passa a compor o tripé da seguridade social brasileira junto com a saúde e a previdência social (Brasil, 1988). Posteriormente, a assistência social foi organizada por força da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) - Lei Federal n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Brasil, 1993). Com efeito, a menção aos direitos sociais e a igualdade de todos os cidadãos perante a lei foi um passo importante para a inclusão das pessoas em situação de rua no seio das agendas políticas sociais.

Estes aspectos históricos mencionados são importantes, pois demonstram que antes mesmo da institucionalização de uma política de abrangência nacional, a problemática da situação de rua já se expandia e alcançava o debate público. São, portanto, antecedentes que desvelam a formação de alianças em diversos estados brasileiros, com destaque para as capitais Belo Horizonte - MG e São Paulo - SP como cerne da organização política dessa população (Machado, 2020).

É importante salientar que a participação de Governos petistas na pactuação de compromissos com as pessoas em situação de rua não se restringiu apenas às experiências locais entre a década de 1990 e os anos 2000. O apoio a esse grupo social, tal como veremos, esteve presente nas gestões Lula (2003-2006; 2007-2010; 2023-presente) e Dilma (2011-2014; 2015-2016). Machado (2020), por exemplo, conta que a relação do presidente Lula com as pessoas em situação de rua se inicia já em seu discurso de combate à fome e à pobreza, no início do seu mandato em 2003, ao firmar o compromisso de se encontrar anualmente com os integrantes do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Igualmente, Santos (2021, p. 60) pontua que o clima político nesta época era mais favorável, já que o PT “. . . tem uma trajetória de ser um partido mais progressista, com pautas de inclusão de populações minoritárias na arena e no debate público”.

Já no início do século XXI, ocorreu a Primeira Marcha do Povo da Rua, no ano de 2001, a partir de uma articulação coletiva entre pessoas em situação de rua e os conjuntos dos catadores. A marcha aconteceu juntamente ao 1º Congresso Nacional de Catadores em Brasília - DF, após muito debate e articulação entre os movimentos (Machado, 2020). Em decorrência

desse evento, foi formulada a Carta de Brasília documento que aglutinou as reivindicações e as propostas desses grupos à sociedade e ao poder público (M. C. G. Pereira, 2011).

Mesmo com essas iniciativas, o ápice para o surgimento de um movimento organizado das pessoas em situação de rua foram os acontecimentos do “Massacre da Praça da Sé”. Entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, em São Paulo–SP, 15 pessoas em situação de rua foram agredidas brutalmente e perseguidas, ocasionando na morte de 7 delas. Na madrugada do dia 19, dez pessoas que estavam dormindo nos arredores da Praça da Sé foram atingidas por golpes fortes e precisos na cabeça. Quatro pessoas morreram imediatamente e duas no hospital e as outras sobreviveram. Apenas três dias após o ocorrido, um segundo ataque foi realizado na madrugada do dia 22 em pontos mais distantes da Praça da Sé contra cinco pessoas em situação de rua, ocasionando na morte de uma delas no momento do ato (Lucca, 2016). A suspeita é que a ação foi realizada por seguranças privados e policiais, sob ordens de comerciantes locais insatisfeitos com a presença destas pessoas na região central da capital paulista (Sicari & Zanella, 2020). Até o momento, não houve responsabilização por esse brutal ataque, apenas um policial foi preso em função da morte de uma testemunha ocular.

O evento ganhou notoriedade no cenário nacional e internacional, e impulsionou o debate público sobre esta população, suas necessidades e as constantes violações a que eram e são expostas, não só em São Paulo, mas em todo o país. Além disso, também estimulou a organização política e social das pessoas que vivem em situação de rua (M. V. O. Freitas, 2016) e a cobrança por proteção social e a políticas públicas voltadas para esse grupo. Este, portanto, foi um momento de ruptura para um processo que já se germinava anteriormente ao episódio, tais como os eventos e debates acadêmicos como encontros e seminários, os fóruns locais, as plenárias populares e manifestações públicas realizadas por esse segmento social juntamente com outras parcerias, como o já citado MNCR (Machado, 2020). Dessa forma,

A publicização das mortes, além de ampliar a escala das forças sociais enredadas no evento, permitiu uma outra característica própria da noção de acontecimento: a ideia de ruptura. Ruptura e descontinuidade em relação àquilo que se fazia e dizia, fazendo do momento presente o espaço de insurgência do novo. Vemos então como a violência não implica unicamente destruição, mas também criação, tentativa de dar continuidade à vida, ressignificando-a e reconstruindo uma nova ordem sobre as ruínas do que foi destruído. O massacre fora, então, a condição de possibilidade para o nascimento de algo novo: um movimento social da própria população de rua (Lucca, 2016, p. 34).

Com efeito, o 4º Festival Lixo e Cidadania, realizado em 2005 na cidade de Belo Horizonte, contribuiu para a formação, formalização e o lançamento do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) em âmbito público. O Encontro teve como pauta principal a luta contra a violência e a impunidade quanto aos responsáveis pelos crimes

ocorridos. De acordo com Machado (2020) este espaço possibilitou discussões e deliberações essenciais para a materialização das propostas referentes às pessoas em situação de rua, isto é, elevar a atenção e inclusão dessas pessoas na agenda pública do Governo.

Como Santos (2021) reflete, a composição exclusiva por pessoas em situação ou com trajetória de rua é uma característica marcante do MNPR que o transforma no primeiro coletivo político no Brasil formado fundamentalmente pela própria população que se encontra em situação de rua. Esse movimento representa, entre outros aspectos, um ponto de inflexão e redimensionamento da história política desses sujeitos, inserindo-os como sujeitos políticos na arena social, que possuem direitos e que têm potencial para configurar uma coletividade que luta pelo reconhecimento social, direito à vida e às condições mínimas de existência.

No mesmo ano foi realizado em Brasília o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, reunindo representantes governamentais, organizações, movimentos sociais e pessoas em situação de rua. O objetivo foi “. . . identificar as principais demandas e desafios existentes neste segmento para a articulação de estratégias que substanciariam na construção de políticas públicas específicas” (Machado, 2020, p. 106). Este Encontro marcou o início das discussões sobre a formulação da Política Nacional e subsidiou o texto da Lei n.º 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que alterou a LOAS para acrescentar o serviço de atendimento especializado às pessoas em situação de rua (Brasil, 2005).

Ferro (2012) destaca que o ano de 2005 marca o início de um esforço para a construção de políticas de inclusão social, na esfera Federal, voltadas para as pessoas em situação de rua. Nesse sentido, a autora afirma que a partir de 2005, por meio do MDS, iniciaram as discussões sobre a temática e foram promovidas diversas iniciativas que possibilitam a participação da sociedade civil na discussão e formulação das políticas públicas para essas pessoas. Para a autora citada, essa mudança “. . . aponta para um projeto político não apenas diferente, mas antagônico ao que vinha sendo praticado historicamente pelo Estado. Um projeto no qual, pela primeira vez, a inclusão dos ‘invisíveis’ torna-se importante” (p. 36).

Já no ano de 2006, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial, por meio do Decreto s/n, de 25 de outubro de 2006, com a missão de construir propostas de políticas públicas voltadas para as pessoas em situação de rua. Para Ferro (2012), a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial, com a participação de diversos ministérios, foi um passo importante para ampliar o foco das políticas sociais destinadas às pessoas em situação de rua. Assim, se comumente era centrado na Assistência Social, passa a incorporar outras áreas, como a saúde, habitação, direitos humanos, trabalho, cultura e educação.

Fruto de debates e reflexões do Grupo de Trabalho Interministerial, em 2008 foi lançada a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. O referido documento foi construído a fim de ser um instrumento para “. . . orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos” (Brasil, 2008, p. 2).

Outro marco importante de ser mencionado, foi o primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, já citado anteriormente. A pesquisa ocorreu entre outubro de 2007 e janeiro de 2008, e contemplou 71 cidades do Brasil, das quais 23 capitais e 48 cidades com população superior a 300 mil habitantes. Com exceção das cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre que já haviam realizado suas contagens próprias, e o Censo incorporou seus resultados na pesquisa nacional (Machado, 2020).

O ano de 2009, por sua vez, tornou-se um importante marco na luta pelos direitos das pessoas em situação de rua. Foi neste ano que a Lei n.º 11.983, de 16 de julho de 2009, foi publicada e revogou o art. n.º 60, do Decreto-Lei n.º 3.688/1941, no qual a mendicância era apresentada como contravenção penal passível de prisão de 15 dias a 3 meses. Neste mesmo ano foi aprovada a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, do SUAS, na qual surge o Serviço Especializado para População em Situação de Rua, com oferta no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) (Machado, 2020).

Ainda em 2009, foi realizado o II Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua visando discutir e validar a proposta da Política Nacional para as pessoas em situação de rua. Dessa forma, a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) foi consolidada através do Decreto n.º 7.053, de 23 de dezembro de 2009. A PNPR evidencia a intersetorialidade como uma estratégia de negociação para que os serviços, programas, projetos e benefícios consigam atender aos direitos humanos das pessoas em situação de rua nas múltiplas políticas públicas, para que, assim, seja formada uma rede que garanta o caráter efetivo e a qualidade da atenção ofertada (Brasil, 2011a).

Portanto, a PNPR “. . . propõe a integração das políticas públicas de saúde, educação, previdência social, de assistência social, trabalho e renda, habitação, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional, no atendimento integral desse segmento da população” (Brasil, 2011a, p. 19). Verifica-se que a PNPR representou uma conquista importante para as pessoas em situação de rua, todavia, muitos ainda são os desafios encontrados por este público para a garantia dos seus direitos, como a transformação do Decreto n.º 7.053/2009 em Lei, ou mesmo a sua aderência em todos os municípios e estados.

Contudo, é inegável que o Decreto é a materialização de todos os esforços do MNPR e das organizações da sociedade civil e demais atores envolvidos ao longo dos anos. Esse marco possibilitou a consolidação dos princípios, diretrizes e objetivos de uma política pautada pelo reconhecimento dos direitos das pessoas em situação de rua em âmbito nacional. Outrossim, regulamenta e orienta os órgãos administrativos e as entidades (público e privadas) responsáveis pelo atendimento ofertado a essas pessoas. Igualmente, a criação do Centro de Direitos Humanos e do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da PNPR (CIAMP Rua) nos três entes federativos representa um avanço significativo no que concerne à intersectorialidade nas políticas públicas para esse grupo populacional (Brasil, 2009a).

O CIAMP Rua é um órgão consultivo do MDHC, um comitê tripartite, formado por representantes do Estado, sociedade civil e movimentos sociais das pessoas em situação de rua. Os estados e municípios que aderem ao Decreto 7.053/2009 criam os seus comitês intersetoriais da política estadual ou municipal para a população em situação de rua (Comitês Pop Rua), por meio de decretos próprios. Na cidade de São Paulo, por exemplo, o Comitê Pop Rua foi instituído por força do Decreto n.º 53.795 de 25 de março de 2013 e, posteriormente, consolidado pela Lei n.º 17.252 de 26 de dezembro de 2019 e regulamentado pelo Decreto n.º 62.149 de 24 de janeiro de 2023 (Prefeitura de São Paulo, 2019; 2024). A nível estadual, ainda não existe um Comitê Pop Rua instituído.

Outro marco importante foi a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976⁶, audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF), realizada nos dias 21 e 22 de novembro de 2022, no final do Governo Jair Bolsonaro (2019-2022), em um contexto de aumento do empobrecimento da população brasileira e retorno do país ao mapa da fome durante a pandemia de Covid-19 (Rodrigues, Kauchkje, & Oliveira, 2023). Na ocasião, o ministro Alexandre de Moraes ouviu pessoas em situação de rua, bem como suas lideranças, representantes de entidades da sociedade civil, órgãos públicos, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da Procuradoria-Geral da República, da Advocacia-Geral da União (AGU), da Defensoria Pública da União (DPU), assim como as Defensorias Públicas Estaduais (DPEs).

O tema da audiência pública foram as condições de vida das pessoas em situação de rua no Brasil. Com efeito, a ADPF buscou evitar e reparar lesão a preceitos fundamentais relativos aos direitos sociais fundamentais das pessoas em situação de rua, tais como saúde, direito à

⁶ Contribuímos na escrita de uma nota técnica conjunta com a Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama, da Universidade de São Paulo. Nesta nota, as ações da Zeladoria Urbana da cidade de São Paulo-SP, foram analisadas sob o crivo da literatura que versa sobre a violência política e a produção do trauma psicossocial.

vida, igualdade, a dignidade da pessoa humana e o direito social à moradia. Igualmente, se coloca na direção do objetivo fundamental da República Federativa de construir uma sociedade justa e solidária.

A ADPF 976 requereu “. . . o estado de coisas inconstitucional da conjuntura das pessoas em situação de rua, para determinar a adoção de diversas providências de índole legislativa, orçamentária e administrativa, com fulcro de proteger as pessoas nessa condição de vulnerabilidade” (STF, 2022, p. 3). Ao final da audiência, o encaminhamento foi de serem apresentadas propostas a serem assumidas pelos entes federativos a partir de 2023, a curto, médio e longo prazo, em três grandes áreas: a) evitar a entrada de pessoas em situação de rua; b) garantir a saída das ruas; e c) garantir direitos humanos enquanto se está em situação de rua.

Em 2023, no Governo Lula, foi lançado o Plano Ruas Visíveis, com o lema “pelo direito ao futuro da população em situação de rua”. Com orçamento inicial de 982 milhões, o Plano busca a efetivação da PNPR, a partir de sete eixos: (I) Assistência Social e Segurança Alimentar; (II) Saúde; (III) Violência Institucional; (IV) Cidadania, Educação e Cultura; (V) Habitação; (VI) Trabalho e Renda; (VII) Produção e Gestão de Dados. Coordenado pelo MDHC, o Plano conta com articulação de onze ministérios e parcerias entre governos estaduais e municipais, em diálogo com movimentos sociais e outras parcerias (Brasil, 2023b).

Apesar da importância do Plano Ruas Visíveis no campo da garantia de direitos, chama a atenção a disparidade de recursos ou mesmo o baixo investimento em áreas consideradas estratégicas pelo MNPR, como a habitação, por exemplo, que teve orçamento inicial de R\$ 3.745,975,74 (Brasil, 2023b). Para Darcy Costa, liderança e coordenador do MNPR-SP, “. . . de forma muito tímida o Governo lança o Plano Ruas Visíveis, que tem um investimento muito carente, o suficiente para fazer caridade e muito pouco para políticas públicas” (comunicação pessoal, 04 de abril de 2023).

Uma conquista recente foi a instituição da Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua (PNTC Pop Rua), por meio da Lei n.º 14.821, de 16 de janeiro de 2024. A PNTC Pop Rua busca promover os direitos das pessoas em situação de rua nos âmbitos do trabalho, renda, qualificação profissional e escolaridade. Sob distintos aspectos, a PNTC Pop Rua apresenta pontos importantes para o avanço das discussões sobre as pessoas em situação de rua (Brasil, 2024).

Dentre os pontos abordados é possível mencionar: o caráter descentralizado e articulado das ações entre a União, estados, Distrito Federal e os municípios que a ela aderirem; a instituição dos Centros de Apoio ao Trabalhador em Situação de Rua (CatRua), compostos por equipes multidisciplinares, para atuarem com ações de acompanhamento ao trabalhador ao

longo de todo processo de trabalho; o incentivo ao cooperativismo e à economia solidária, seguindo os princípios da autonomia e autogestão; acesso imediato à moradia aos beneficiários; dentre outros (Brasil, 2024).

Por fim, não é o caso de estender aqui todas as conquistas obtidas pelas pessoas em situação de rua no campo jurídico e das políticas públicas. Essa breve apresentação e menção a algumas conquistas e marcos importantes nos indicam que, historicamente, este segmento social também ocupou as ruas como espaços de reivindicação de direitos e de reconhecimento contra uma lógica social excludente. Desde as primeiras iniciativas de organização e mobilização popular, até as conquistas mais recentes, como a PNPR (2009), a ADPF 976 (2023) e a PNTC Pop Rua (2024), indicam um trabalho longo e árduo, atravessado por transformações, desafios e dificuldades. Também destaca o protagonismo e a participação popular das próprias pessoas em situação de rua e de outras parcerias formadas ao longo do processo.

2.1.3 As redes de apoio nas ruas e as estratégias de sobrevivência

Os discursos sobre as pessoas em situação de rua e sobre a pobreza em geral, comumente se assentam em perspectivas pautadas nas privações e carências, sob uma ótica negativa e depreciativa. Como Esmeraldo Filho (2021) salienta, a pobreza demarca uma situação perpassada pela injustiça, privações e desumanização, reflexo de um modelo de sociedade que em seu âmago é desigual. Apesar desse quadro, coexistem os potenciais, as capacidades de criar, as formas de resistência, o desejo de buscar novos horizontes, as ações para suprir carências, as lutas por melhores condições de vida e a criatividade de quem se encontra no contexto de pobreza. Neste processo, as redes de apoio adquirem importância fundamental.

Em se tratando da oferta de cuidado e atendimento às pessoas em situação de rua no Brasil, são históricas as práticas ofertadas por instituições públicas e não governamentais (M. A. C. Vieira et al., 1994). Tal como mencionamos, por muito tempo essas práticas estiveram sob a égide do modelo assistencialista de atenção, até que a Constituição Federal eleva ao campo das políticas públicas - ainda hoje vemos os resquícios desse modelo no campo das ofertas socioassistenciais, vale acrescentar. Essa população vivencia um contexto de pobreza multidimensional, por isso, o trabalho com essa população demanda articulações com diferentes atores de modo a pactuar trocas de experiências e qualificar a atuação (Gramajo, Silva, Maciazeki-Gomes, & Paiva, 2023). Assim, o apoio social se apresenta como uma alternativa de enfrentamento à condição de pobreza (L. B. Silva et al., 2016).

Não é nosso foco aprofundar nas discussões sobre o conceito de enfrentamento, mas frente à polissemia existente se torna pertinente demarcar a concepção adotada. O enfrentamento é aqui entendido como um processo no qual indivíduos e/ou grupos agem para lidar ou transformar situações consideradas adversas, conforme os recursos disponíveis. Esses recursos - aquilo que se encontra disponível para o agir - podem ser internos como a criatividade e a engenhosidade, ou externos como dinheiro, materiais necessários e outros (Ximenes et al., 2021), tanto individuais como coletivos, empregados na lida e transformação das condições de pobreza.

Além disso, o enfrentamento não deve ser reduzido à lógica individualista. Dessa forma, o contexto social e cultural deve ser adotado como parâmetro de análise, pois está relacionado à determinação das condições adversas e aos modos de enfrentamento possíveis. Com isso, outros aspectos passam a ser considerados, como o contexto histórico de vida, as práticas de resistência aos contextos de opressão, as crenças e saberes tradicionais e da estrutura social (Esmeraldo Filho, 2021). Como Ximenes et al. (2021, p. 2) ressaltam, devemos considerar “. . . as experiências históricas de sofrimento coletivo que contribuem hoje para a rede de relações solidárias e de apoio sociofamiliares informais”.

L. B. Silva et al. (2016), ao empreenderem uma revisão de literatura sobre o apoio social, constataram a multiplicidade de definições, imprecisões e sobreposições para o conceito. Assim, um primeiro aspecto que se destaca é a diferença entre rede social e apoio social. A rede social se refere à estrutura social na qual as pessoas podem ou não encontrar apoio frente às suas demandas. O apoio social, por sua vez, se refere às relações de reciprocidade oferecidas e recebidas dentro da rede - isto é, ao caráter funcional ou qualitativo da rede. Frente aos diversos apoios oriundos das múltiplas redes, as autoras destacam o apoio familiar, o apoio comunitário, o apoio religioso e o apoio institucional para o enfrentamento da pobreza.

O apoio familiar pode fornecer suporte afetivo necessário ao fortalecimento emocional para os sujeitos lidarem com o sofrimento originado nas situações estressoras. O apoio comunitário tem suas origens nas relações comunitárias, e fornece uma rede de solidariedade para lidar com as situações cotidianas e a transformação da realidade. Por seu turno, o apoio religioso envolve a espiritualidade e a religiosidade, processo no qual além do envolvimento nas questões ligadas à religião, promove o sentimento de não estar sozinho nas situações de sofrimento. Já o apoio institucional se refere a um processo interventivo e formal realizado por instituições no cotidiano dos sujeitos (L. B. Silva et al., 2016).

Os espaços das ruas, dos territórios e das cidades abrem-se para que novas relações sejam estabelecidas, as quais possibilitam a (re)configuração de laços, redes de apoio e de

solidariedade que contribuem para suprir as necessidades das pessoas que se encontram em situação de rua. Sicari e Zanella (2018), apontam que existem diversos modos de viver e sobreviver em situação de rua, e que, ainda que seja recorrente no imaginário social a ideia de que viver nas ruas remete apenas às perdas, é também nas ruas que são criadas “. . . estratégias de enfrentamento e superação de dificuldades” (p. 668).

Moura Júnior (2012), por sua vez, acrescenta que mesmo diante de todas as opressões e discriminações impostas às pessoas em situação de rua, elas resistem de algum modo e a rua passa a ser um espaço de potencialidades e de fortalecimento de vínculos. Desta forma, Sicari e Zanella (2018) dizem que a heterogeneidade é uma característica marcante tanto das pessoas em situação de rua como também das suas formas de (sobre)viver nas ruas. A multiplicidade das formas de vida no contexto das ruas implica tecer fios com distintos atores que se constituem em redes de apoio às pessoas que se encontram em tal situação. A vida nas ruas demanda tecer redes de solidariedade, pois as práticas de isolamento e a falta de trocas criam obstáculos ao cotidiano desse grupo populacional (Kunz, Heckert, & Carvalho, 2014).

O dia a dia das pessoas em situação de rua é perpassado pelas articulações com diferentes grupos, políticas públicas, terceiro setor⁷, familiares, sociedade civil, trabalhadores que atuam em políticas públicas e as próprias pessoas em situação de rua. Essas articulações envolvem as dinâmicas de trabalho, cooperação, auxílio e apoio às demandas objetivas e subjetivas de vida (Broide, Broide, & Schor, 2018). As redes de apoio envolvem um emaranhado de múltiplos conhecimentos, formas de cuidado, atenção e acolhimento que atuam na construção de estratégias de sobrevivência nas ruas. Essas redes desvelam a complexa engrenagem que opera a partir da ação de diferentes elos e instâncias da rede que se forma (Kunz et al., 2014).

As redes de apoio contemplam demandas como alimentação, vestuário, higiene pessoal, abrigo, saúde, garantia de direitos, escuta especializada, dentre outras. A sua produção é situada territorialmente, sendo “. . . inerente à construção com todos os atores envolvidos” (Kunz et al., 2014, p. 3). De igual maneira, essas redes voltam-se para o fortalecimento das potencialidades das pessoas em situação de rua, a visibilidade de suas demandas e necessidades, e a garantia de

⁷ Não pretendemos entrar na discussão teórica sobre o terceiro setor, para tal, ver autores como Gohn (2005) e R. C. Fernandes (1994), por exemplo. Interessa-nos destacar que, por terceiro setor, compreendemos instituições como as Organizações Não-Governamentais (ONGs), as Associações Comunitárias, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), as Instituições e Fundações Filantrópicas. I. L. Paiva e Yamamoto (2008) pontuam que o terceiro setor é constituído por instituições de direito privado voltadas para serviços e bens públicos que formam parte de um tecido social associativo, sendo, portanto: privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, autoadministrativas e voluntárias.

direitos. Para tanto, a articulação entre esses diferentes atores que compõem a rede de apoio demanda a pactuação de trocas e experiências para qualificar a atuação.

De acordo com Gramajo et al. (2023), em linhas gerais, as redes de apoio às pessoas em situação de rua são formadas por quatro eixos. No primeiro, estão localizadas as instituições governamentais, por meio dos serviços pactuados nas políticas públicas, como o Centro Pop na Assistência Social e o Consultório na Rua (CnR) na Saúde. O segundo eixo é composto pelas entidades não governamentais - projetos sociais e grupos voluntários - que atuam junto a esse segmento populacional e atendem demandas específicas, como vestuário e alimentação. No terceiro estão inseridas a sociedade civil - comerciantes e pessoas que dispõem de alguma doação - e a família que apoiam essa população com o fornecimento de donativos em geral. Por último, o quarto eixo é composto pelas próprias pessoas em situação de rua, que fornecem apoio mútuo e acolhimento em suas relações diárias.

Não obstante às potencialidades que a colaboração mútua de trabalho entre os atores das redes pode fornecer, Kunz et al. (2014) dissertam que muitos são os desafios de se produzir ações integradas entre as diferentes instâncias da rede. Dentre os desafios presentes na articulação em rede, as autoras destacam a precarização das estruturas dos serviços e do trabalho, bem como a influência de aspectos morais na oferta do suporte e cuidado. Para romper com tais desafios, além da oferta de estrutura necessária ao desempenho dos serviços e trabalho, faz-se necessário adotar uma perspectiva de construção coletiva junto às pessoas em situação de rua. Isto é, para Kunz et al. (2014), “. . . propõem-se um “pensar juntos” com as narrativas da PSR [população em situação de rua]” (p. 3, *aspas no original*).

No tocante às estratégias de sobrevivência desenvolvidas, estas são múltiplas. Antes, porém, vale apresentar aqui o entendimento que ao se referir às estratégias desenvolvidas não se está buscando romantizar ou mesmo naturalizar a situação de rua e o viver em tal condição. Contrariamente, pretende-se demonstrar como enfrentamentos são produzidos na lida cotidiana dessas pessoas nas ruas frente às intempéries, adversidades e as situações que se apresentam em seu cotidiano. Para Kunz (2012), variadas táticas e astúcias são criadas em distintas dimensões da vida, tais como alimentação, trabalho e renda, segurança e defesa, o habitar as ruas, a convivência nas ruas, cuidados com o corpo, intimidade e as formas de diversão.

A busca por alimentação nas ruas se dá de forma heterogênea. As redes de apoio criadas são importantes para o acesso à alimentação, conhecidas como “*bocas de rango*”, locais onde as pessoas em situação de rua conseguem a alimentação, podendo estas serem doadas por grupos voluntários, instituições filantrópicas, grupos religiosos, comerciantes locais, dentre outros. Em algumas cidades brasileiras, a alimentação é fornecida pelos Centros Pop. Há

também aquelas pessoas que recorrem aos Restaurantes Populares e aquelas que cozinham nas ruas. Essa prática é conhecida como “*queimar lata*”, na qual são criados fogareiros improvisados para o preparo da alimentação, com materiais provenientes de doações, comprados, restos de fins de feiras etc. (Kunz, 2012; M. H. Silva, 2020).

Em se tratando das táticas de trabalho e renda, estas se mostram diversas. Uma tática muito utilizada é o “*manguear*” - entrar na mente das pessoas. O “manguear” tem como finalidade sensibilizar transeuntes e/ou outras pessoas, a partir de uma história e/ou situação contadas, para conseguir doações, tais como materiais, alimentos e, principalmente, dinheiro. Além dessa, outras táticas são utilizadas, como as práticas ilícitas, a realização de pequenos serviços, o trabalho informal, os subempregos, a coleta e venda de materiais recicláveis, a prostituição, entre outras (Kunz, 2012).

Convém destacar que as pessoas em situação de rua encontram grandes dificuldades em conseguir trabalhos formais, devidamente registrados na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Mesmo aqueles que possuem comprovantes de residência fornecidos pelas entidades socioassistenciais, como comprovante de residência de serviços socioassistenciais de acolhimento, por exemplo, esbarram em obstáculos para conseguirem trabalhos. Isso ocorre tanto em função do preconceito e estigma existentes, quanto da falta de telefone celular para contato ou a consulta aos antecedentes criminais feita pelas empresas (I. L. F. Oliveira, 2018; M. H. Silva, 2020).

Nas ruas também são desenvolvidas estratégias de segurança e defesa, como o uso de artefatos de proteção, dormir e andar em grupos, e não transitar com muitos pertences para não atrapalhar a mobilidade na cidade (Lopes, 2019). Em se tratando das mulheres, esconder a feminilidade, ou ter um companheiro, é verificado como uma estratégia de sobrevivência adotada por algumas mulheres (Ferrari, 2018). Como destacado por Cunda (2018), a situação nas ruas é ainda mais perigosa para as mulheres. Também, as moradias - ou “*malocas*” - serem posicionadas em espaços visíveis, com boa visibilidade para a rua e os transeuntes é uma forma encontrada de buscar pela segurança e defesa.

Ao contrário dos estereótipos atribuídos às pessoas em situação de rua, os cuidados com o corpo e com a higiene são presentes para muitos. Dessa forma, o banho e a limpeza das roupas e utensílios é constante e em meios variados, tais como praças e equipamentos socioassistenciais. Além disso, outros pontos das cidades que ofereçam a higienização são demandados, como os quiosques, postos de gasolina, chafarizes, igrejas e comércios locais. Nas ruas também são verificados modos de se divertir, tais como reuniões de membros dos grupos,

onde ocorrem brincadeiras entre si, chacotas de situações vividas nas ruas, compartilhamento de bebidas e visitas de amigos (Kunz, 2012; Lopes, 2019).

A despeito dessas estratégias desenvolvidas nas ruas, Kunz (2012, p. 117) afirma que:

O que percebemos ao ficarmos atentos às táticas e astúcias forjadas nas ruas é que muitos objetos são recriados, melhor dizendo, são inventados de forma que passam a ter uma utilidade diferente daquela que comumente conhecemos. Processos de reciclagem entram em cena, transformando objetos descartados e degradados, reaproveitando-os de maneira muitas vezes inusitada. Reciclar, transformar, reaproveitar, inventar, são práticas que tomam parte na garantia da sobrevivência nas ruas. O mesmo modo ocorre com o uso dos espaços da cidade, muitos deles ganham outra funcionalidade. Quando esses moradores se instalam nas ruas, aí fabricam modos de existência que por vezes se diferenciam dos modos instituídos e, por vezes, também os repetem. Modos de vida que desafiam os nossos olhares naturalizados e o funcionamento das políticas públicas.

Em síntese, observa-se uma reconfiguração das redes de apoio nos mais diversos serviços e equipamentos das políticas públicas, estratégias e táticas desenvolvidas. Igualmente, na busca de apoio em entidades do terceiro setor e outros atores que possibilitem ajuda, escuta, cooperação e auxílio. Acrescenta-se o envolvimento em ações culturais, religiosas, artísticas e de movimentos sociais, criação de vínculos e a construção de redes sociais entre os pares, com o território e com animais. Os modos de existir e a forma como as pessoas em situação de rua vivem estão relacionadas com as práticas sociais estabelecidas no contexto das ruas, “. . . sendo essas múltiplas, variáveis e diversas” (Sicari & Zanella, 2018, p. 669).

2.1.4 Caracterização das pessoas em situação de rua em São Paulo–SP

O percurso realizado por nós até o momento - resguardados os objetivos e limites da nossa escrita - é importante e fornece distintos elementos sobre o fenômeno das pessoas em situação de rua, como sua gênese, manutenção e formas de se relacionar com as cidades. Alguns elementos apresentados também nos auxiliam a entender o curso da história de formação e constituição da região Sudeste brasileira, especialmente, a cidade de São Paulo - SP, na qual nossa pesquisa se situa. A adequada compreensão acerca da manifestação do fenômeno das pessoas em situação de rua na capital paulista, implica considerar os processos que têm atuado e contribuído para o crescimento da população paulistana ao longo dos anos.

A cidade de São Paulo está entre as maiores capitais do planeta, sendo o principal centro econômico da América do Sul e a cidade mais populosa do Brasil. As origens da cidade remontam ao ano de 1554, quando uma missão de jesuítas portugueses organiza um pequeno vilarejo no ponto que hoje conhecemos como Pátio do Colégio. O território era habitado pela população nativa brasileira da etnia tupi, sendo seus resquícios encontrados nas proximidades

em nomes de ruas e bairros, como o Vale do Anhangabaú, Rua Tabatinguera e Bairro Cambuci, por exemplo. Não é o caso de nos estendermos aqui sobre a origem e formação da cidade de São Paulo, mas nos interessa demarcar que, historicamente, a cidade foi se desenvolvendo e atraindo interesses diversos.

Tassara e Rabinovich (2007) falam dos movimentos migratórios em São Paulo ao longo dos séculos que contribuíram para o aumento populacional. As representações dos imigrantes e migrantes que têm a cidade de São Paulo como destino “. . . inter-relacionam elementos oriundos de suas figuras nos diferentes momentos de seu processo migratório, às quais correspondem diferentes momentos históricos de sua construção urbana” (p. 504). Para as autoras citadas, a cidade de São Paulo se construiu por meio de três momentos migratórios diferentes: as migrações iniciais; as migrações de massa; e as migrações contemporâneas.

As migrações iniciais datam dos primeiros séculos de colonização do Brasil, com a chegada de mandatários e funcionários da Coroa, missionários, comerciantes, populações indígenas, diáspora africana, grupos de exilados ou punidos e outros. Direta ou indiretamente, essas migrações implicaram na política de ocupação e construção do território brasileiro. As migrações de massa estão associadas à ação das políticas públicas que tiveram como objetivo a promoção dos movimentos migratórios em ampla escala. Por mais de um século, essas políticas exerceram de forma continuada e ininterrupta a migração, principalmente de europeus, mas também de asiáticos. Por último, as migrações contemporâneas que também podem ser em ampla escala, mas não estão associadas às políticas de promoção de migrações. Essas decorrem, por exemplo, como alternativa para suprir deficiências locais ou regionais em âmbito de desenvolvimento social, econômico e cultural, nas quais São Paulo é vista como um horizonte de melhores condições de vida e oportunidades (Tassara & Rabinovich, 2007).

Quanto aos movimentos migratórios contemporâneos descritos por Tassara e Rabinovich (2007), outros elementos se colocam, como: possibilidade de obtenção de renda em determinado período do ano; meio para suprir a ausência de trabalho no local de origem; possibilidade de construir ou reconstruir um ideal de vida almejado; possibilidade de conquistas pessoais; possibilidade de enriquecer e voltar para o local de origem, por exemplo.

Se os movimentos migratórios contribuem, por um lado, para a busca da cidade de São Paulo como “a terra das oportunidades” aumentando a população, por outro lado, não podemos perder de vista o entrelaçamento desse fator com outros atravessamentos que recaem sobre as condições da população. Como exemplo, a oferta maior de mão de obra em detrimento das vagas de trabalho, o racismo estrutural, as desigualdades de gênero, a perda de direitos sociais como os direitos trabalhista e previdenciário, os ataques ao sistema de proteção social brasileiro

(Mattei, 2019) e a pandemia de Covid-19. Além disso, as agendas políticas neoliberais a nível municipal sob o comando do Prefeito Ricardo Luis Reis Nunes (2021-atual), ou a nível estadual, encabeçada pelo Governador Tarcísio Gomes de Freitas (2023-atual), entre outros fatores, podem resultar no empobrecimento e na espoliação das condições de vida da população. Para algumas pessoas, as ruas se apresentam como alternativa de sobrevivência.

Ainda, é importante considerar a imbricação entre as cidades e a luta de classes, na qual o capital age com o objetivo de moldar o espaço urbano às suas necessidades. Conforme discute Maricato (2015), o capital (de incorporação imobiliária, de construção de edificações, de construção pesada ou de infraestrutura e o capital financeiro imobiliário) tem um interesse específico na produção do espaço urbano, agindo em função do seu valor de troca – com vistas, vale pontuar, à obtenção de lucros, juros ou rendas. Assim, para o capital, a cidade “. . . é a mercadoria. É um produto resultante de determinadas relações de produção. . . . A cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu motor central” (p. 23).

Conforme o Índice FipeZap de julho de 2024, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE), São Paulo é a sexta cidade brasileira com o maior preço médio de venda de imóveis, chegando a R\$ 11.077,00 por metro quadrado (FIPE, 2024). A cidade, entendida em seu valor de troca, faz com que a classe trabalhadora seja cada vez mais deslocada para regiões periféricas e distantes, sem que esse movimento seja acompanhado por salários e uma rede de serviços suficiente para atender suas demandas. A classe trabalhadora, portanto, “. . . quer da cidade, num primeiro momento, o valor de uso. Ela quer moradia e serviços públicos mais baratos e de melhor qualidade” (Maricato, 2015, p. 23).

Na cidade de São Paulo, por exemplo, há um especial interesse de capitais ligados ao mercado imobiliário pela região central, já que

O centro de São Paulo constitui uma região privilegiada em relação ao resto da cidade. Trata-se do ponto de maior mobilidade da metrópole, com seu entroncamento rodometroferroviário. A partir dali, pode-se acessar qualquer ponto da cidade, o que constitui uma característica ímpar se levarmos em conta a trágica situação dos transportes coletivos. Trata-se ainda do local de maior oferta de emprego na região metropolitana. Nele, estão importantes museus e salas de espetáculo, bem como universidades, escolas públicas, equipamentos de saúde, sedes do Judiciário, órgãos governamentais. . . . É preciso lembrar ainda que a infraestrutura local é completa: iluminação pública, calçamento, pavimentação, água e esgoto, drenagem, como poucas localizações na cidade (Maricato, 2015, p. 61).

Do outro lado desta disputa pelo acesso e direito à cidade, especialmente a região central, estão as pessoas em situação de rua. Desde o ano de 2000, a Prefeitura de São Paulo realiza pesquisas censitárias sobre essa população. Assim, o Quadro 1 a seguir apresenta a série histórica dos dados obtidos nos recenseamentos ocorridos entre 2000 e 2021.

Quadro 1 - Série histórica e variação do número de pessoas em situação de rua em São Paulo no período de 2000 a 2021

ANO	DESCRIÇÃO	EM ACOLHIMENTO	NA RUA	TOTAL	% VARIAÇÃO
2000	I Censo municipal	3.693	5.013	8.706	0%
2009	II Censo municipal	7.079	6.587	13.666	57%
2011	III Censo municipal	7.713	6.765	14.478	6%
2015	IV Censo municipal	8.570	7.335	15.905	10%
2019	V Censo municipal	11.693	12.651	24.344	53%
2021	VI Censo municipal	12.675	19.209	31.884	31%

Fonte: adaptado de Prefeitura de São Paulo (2021).

No ano de 2021 foi realizado na cidade de São Paulo, a sexta edição do censo das pessoas em situação de rua. A pesquisa ocupou-se das pessoas adultas e, além da contagem do número de pessoas em situação de rua, buscou identificar a distribuição geográfica destas pessoas pela cidade, as características dos locais em que habitam e a obtenção das informações sociodemográficas sobre este público.

A contagem censitária recenseou um total de 31.884 pessoas em situação de rua pela cidade de São Paulo. Destas, 19.209 encontravam-se em logradouros e 12.675 em Centros de Acolhida. Desse total (31.884), estão incluídos 178 crianças e adolescentes em situação de rua em acolhimento no Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA). É importante destacar que a contagem não incluiu as pessoas acolhidas em unidades de acolhimento não parceiras da Prefeitura, pois não houve autorização por parte das instituições para a realização da contagem.

O censo identificou 12.438 pontos de concentração de pessoas em situação de rua por toda a cidade, com uma média de 1,54 pessoas por ponto de concentração. Outro aspecto informado, foi a presença de moradias improvisadas em 54,50% dos pontos onde as abordagens foram realizadas, que compreende um total de 6.778 pontos de moradias improvisadas, com uma média de 2 pessoas por moradia improvisada.

Em se tratando do perfil sociodemográfico, os dados apontam a prevalência de pessoas do sexo masculino (83,40%). Já em relação à identidade de gênero, foram identificadas 80,10% de pessoas declaradas homens cis, 16,90% declaradas mulheres cis, 1% declaradas agênero, 0,80% declaradas mulheres transexuais, 0,30% declaradas homens transexuais, 0,20% declaradas travestis, 0,20% declaradas não binárias e 0,50% declaradas como outras.

A despeito da faixa etária das pessoas em situação de rua em São Paulo, foi constatado que o maior percentual se encontra na faixa etária entre 31 e 49 anos, representando 49,40% do total de pessoas entrevistadas. Seguido do grupo etário de 18 a 30 anos (18,50%) e 50 a 59 anos (17,0%). No quesito cor/raça/etnia, prevaleceu em maior número as pessoas declaradas pardas

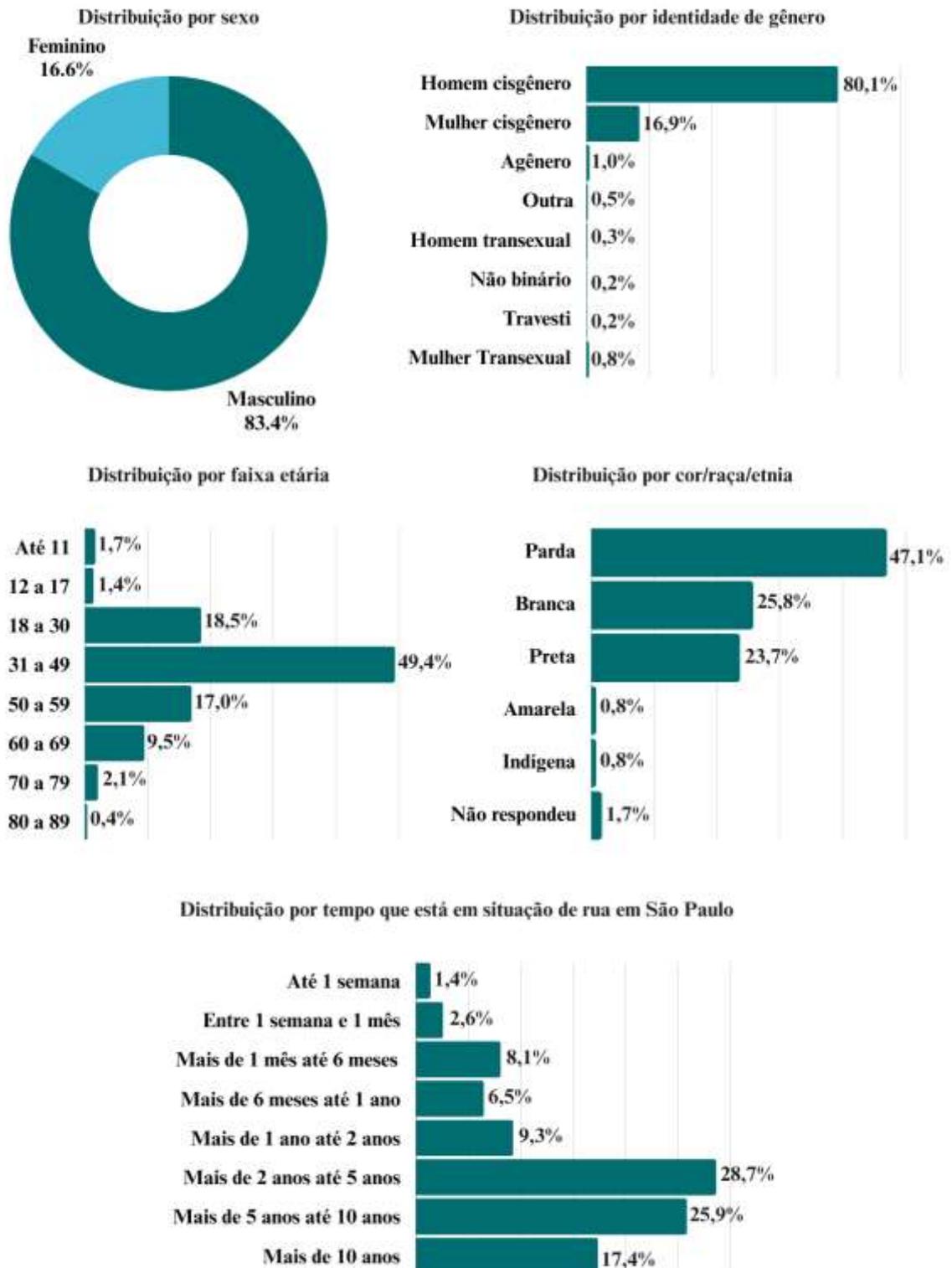
(47,10%), seguidas das pessoas brancas (25,80%), pretas (23,70%), amarelas (0,80%) e indígenas (0,80%). Segundo o censo, 1,70% das pessoas entrevistadas não responderam a esta questão. Apesar desse aspecto, vale fazer menção ao já descrito efeito da escravização e racismo no Brasil, no qual a presença majoritária de pessoas negras nas ruas é um dos efeitos.

Em síntese, os dados apresentados no Censo reforçam um perfil comumente encontrado em outros estudos, dos quais algumas considerações nos parecem pertinentes: (1) presença majoritariamente masculina, de sujeitos cisgêneros, que nos levam a refletir sobre os aspectos distintos que se colocam nas trajetórias nas ruas, bem como a subnotificação de certos públicos quando olhamos pelas lentes do gênero; (2) sujeitos em idade economicamente ativa, mas que enfrenta dificuldades na empregabilidade formal; (3) sujeitos, em sua maioria, pretos e pardos, que pode ser lida como uma manifestação do racismo que tratamos anterior e o seu papel na conformação da “questão social” brasileira; e (4) a expressiva quantidade de sujeitos há mais de 2 anos em situação de rua que nos dão indícios acerca da complexidade que envolve o contexto de vida dessa população e a consequente superação dessa situação.

Outro aspecto apontado pelo censo, foi em relação à presença de pessoas consideradas família pelos entrevistados, mesmo que sem laços sanguíneos. Dos entrevistados, 38,10% indicaram não possuir, ao passo que 28,60% indicaram possuir e outros 33,30% não responderam. Conforme o censo, esse achado de 28,60% indica uma mudança progressiva para um perfil mais familiar de pessoas vivendo nas ruas da cidade de São Paulo. Este fato pode ter sido impulsionado pelas consequências diretas ou indiretas da pandemia de Covid-19, responsável pelo agravamento da situação econômica e social do Brasil, em que muitas pessoas perderam seus empregos, renda e moradia (Gameiro, 2021).

A Figura 1, a seguir, apresenta a síntese do perfil das pessoas em situação de rua em São Paulo - SP, conforme a 6ª edição do Censo citado:

Figura 1 - Síntese do perfil da população em situação de rua de São Paulo em 2021



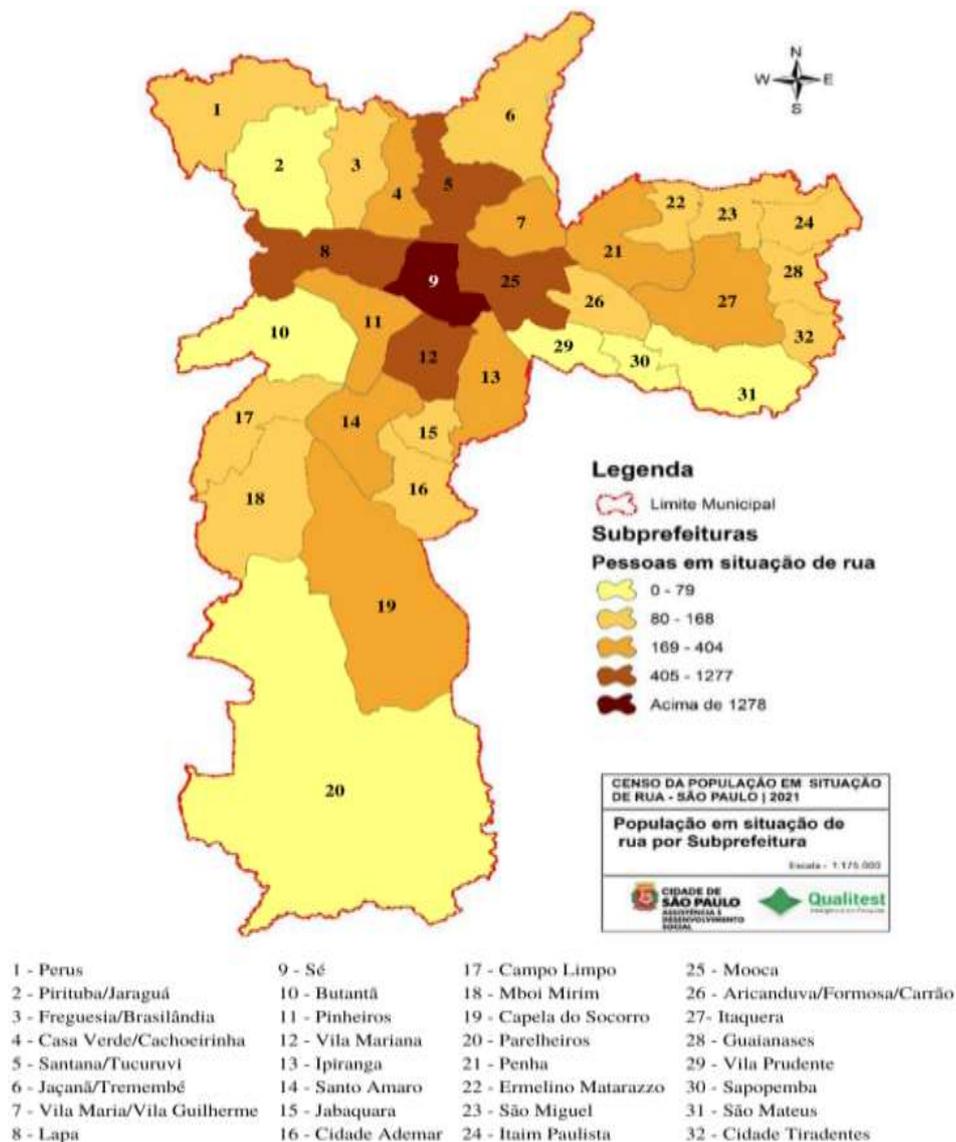
Fonte: adaptado de Prefeitura de São Paulo (2021).

A cidade de São Paulo é dividida em 32 subprefeituras, também chamadas de prefeituras regionais. Dessa forma, a pesquisa censitária realizada apresentou a distribuição da quantidade de pessoas em situação de rua por subprefeitura.

Em se tratando da distribuição das pessoas em situação de rua na cidade, as maiores concentrações encontram-se nas subprefeituras da Sé (12.851 pessoas), Mooca (5.811 pessoas), Vila Mariana (1.238 pessoas), Santana/Tucuruvi (1.232 pessoas) e Lapa (1.062 pessoas), indicando a região central, que corresponde à subprefeitura da Sé, como a maior área de concentração. A subprefeitura da Sé é composta pelos distritos da Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Sé e Santa Cecília.

A Figura 2, a seguir, apresenta a distribuição por Subprefeitura:

Figura 2 - Mapa da distribuição das pessoas em situação de rua em São Paulo–SP



Fonte: Adaptado de Prefeitura de São Paulo (2021).

Como visto na Figura acima, a Zona Central concentra o maior número de pessoas em situação de rua da cidade. A alta concentração de pessoas em situação de rua nessa região pode ser um reflexo da maior concentração de serviços e redes de apoio nesta região da cidade, quando comparada com outras regiões.

A despeito das políticas públicas e serviços da cidade de São Paulo–SP para este grupo populacional, como já mencionamos, a Política Municipal para a População em Situação de Rua foi instituída pela Lei n.º 17.252/2019. E, recentemente, foi regulamentada pelo Decreto n.º 62.149/2023, que também criou o Programa Reencontro (Prefeitura de São Paulo, 2023).

De acordo com o referido Decreto, cabe ao Programa Reencontro promover ações intersetoriais e integradas das políticas municipais direcionadas às pessoas em situação de rua, “. . . especialmente nos assuntos relativos à habitação, assistência e desenvolvimento social, direitos humanos e cidadania, saúde, trabalho e renda, educação, segurança alimentar e nutricional, cultura, esportes e lazer” (Prefeitura de São Paulo, 2023, n.p.). As ações referidas são divididas em três eixos, conforme Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Eixos do Programa Reencontro

Eixo conexão	Envolve o refazimento ou fortalecimento de vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de rua. Envolve o trabalho integrado dos diversos agentes de serviços e políticas públicas que atuam diretamente nos logradouros públicos, como o Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), Equipes de Consultório na Rua (eCnR), Unidades Odontológicas Móveis e Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua.
Eixo cuidado	Envolve a gestão integrada de serviços e políticas públicas voltadas ao atendimento das pessoas em situação de rua, nas áreas de habitação, assistência e desenvolvimento social, direitos humanos e cidadania, saúde, trabalho e renda, educação, segurança alimentar e nutricional, cultura, esporte e lazer.
Eixo oportunidade	Envolve a criação de alternativas à inclusão produtiva e geração de renda, tendo como foco o desenvolvimento da autonomia.

Fonte: (Prefeitura de São Paulo, 2023).

Essas ações envolvem, portanto, uma rede de proteção às pessoas em situação de rua que envolve distintas secretarias. O Programa Reencontro tem um Núcleo Gestor, vinculado à Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos, da Secretaria de Governo Municipal, que é responsável pelo planejamento e elaboração das ações e iniciativas do Programa. Outrossim, são secretarias envolvidas diretamente com as ações mencionadas nos eixos do Programa: Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDT), Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Secretaria Municipal de Educação (SME) e Secretaria Municipal de Habitação (SMH) (Prefeitura de São Paulo, 2023).

A Figura 3 apresenta os principais serviços e benefícios para esse público em São Paulo:

Figura 3 - Serviços e benefícios para a população em situação de rua em São Paulo–SP

CIDADE DE SÃO PAULO

PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

SAIBA COMO E ONDE ACESSAR SERVIÇOS E BENEFÍCIOS

endereços no link: www.prefeitura.sp.gov.br/poprua

Vagas de acolhimento

Há **Centros de Acolhida** em todas as regiões da cidade. Eles possuem cama, banheiro, lavanderia e alimentação completa. Alguns têm **canil** e garagem para **carroças**. Existem serviços para acolher mulheres cis e trans, homens cis e trans, famílias e idosos. Também há vagas em Repúblicas, para quem tem alguma renda.

Para **conseguir uma vaga**, ligue **156** ou consulte os profissionais do **SEAS** - Serviço Especializado de Abordagem Social (equipes com coletes verdes que fazem abordagem nas ruas) ou dos **Centros POP** - Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua, nestes endereços:

Centros POP

Bela Vista: Rua Jandira, 30
Santa Cecília: Rua Maria, 36

Santana: Rua Amador Gama, 240
Mooca: Rua Cel. Luís Americano, 107
Santa Amara: Rua Promotor Gabriel

Vila Maria: R. do Imperador, 1880 (Netuzzi) Perus, 81

Vilas Reencontro

As Vilas Reencontro têm como finalidade ofertar moradia transitória, por até 24 meses, em módulos unifamiliares. As unidades são equipadas com banheiro, cama de casal ou belche e berço, geladeira, fogão e guarda-roupa. Cada família recebe acompanhamento por equipe técnica.

Núcleos de Convivência

São espaços para **passar o dia**, realizar atividades e receber orientações sobre outros serviços. Oferecem café da manhã, almoço e lanche da tarde, possuem **banheiros com chuveiros, lavanderia** e computador com internet. Abrem de segunda a sexta, das 8h às 18h (alguns iniciam às 7h) e aos finais de semana e feriados, das 8h às 16h.

Centro

Rua Porto Seguro, 235
Rua Treze de Maio, 329
Rua Dr. Penaforte Mendes, 56
Rua Riachuelo, 289
Av. Norma Pieraccini (Gawati), 77
Rua Princes, 1101

Rua do Botafogo, 32
Pça. Carlos Gomes, 130
Rua Otto Alencar, 275
Leste

Rua Monsenhor do Andrade, 146
Rua Padre Adelino, 43
Sul

Rua Ônis, Bandeira de Melo, 364

Saúde

Profissionais do Consultório na Rua estão todos os dias nas ruas da cidade para atender quem está em situação de rua. Essas equipes são formadas por médicos, psicólogos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, assistentes sociais e agentes da saúde de rua. Há também atendimento nas **UBS** - Unidades Básicas de Saúde e **CAPS** - Centros de Atenção Psicossocial, inclusive unidades de Álcool e Drogas (CAPS-AD). É possível realizar tratamento bucal nas **UOM** - Unidades Odontológicas Móveis.

Direitos Humanos e Cidadania

A Ouvidoria de Direitos Humanos é responsável por receber, analisar e encaminhar denúncias, reclamações, sugestões e elogios sobre a prestação de serviços públicos e a conduta dos funcionários municipais. São 12 núcleos e a Ouvidoria central, aberta das 10h às 16h, na R. Dr. Falcão Filho, 99 - Tel. (11) 2033-4736. As mesmas demandas e denúncias de violações de direitos humanos em geral podem ser feitas pelo telefone, ligando **156**.

Proteção à mulher

Mulheres em situação de violência podem receber acolhimento psicológico, social e jurídico na **Casa da Mulher Brasileira (CMB)**, que oferece atendimento 24h. Para denunciar, disque **156**.

Casa da Mulher Brasileira: Rua Vieira Ravasco 26, Cambuci

Atendimento à população LGBTI+

Os Centros de Cidadania LGBTI+ desenvolvem ações de combate à LGBTfobia e respeito à diversidade sexual, além de prestar informações sobre serviços públicos e sobre os programas Transcidadania e Respeito tem nome.

Atendimento a imigrantes

Imigrantes podem obter orientações sobre documentação e receber atendimento jurídico, psicológico e social no **CRAI** - Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes e acessar serviços específicos da rede de acolhimento.

CRAI: Rua Major Diego 134, Bela Vista (segunda a sexta, das 8h às 17h)
Importante! Imigrantes têm direito a todos os serviços listados no cartaz.

Alimentação

Há alimentação gratuita nos **Núcleos de Convivência** (café da manhã, almoço e lanche da tarde), nos **Centros de Acolhida** (café da manhã, almoço e jantar) e na **Rede Cozinha Cidadã**. Os restaurantes **Bom Prato** oferecem café da manhã, almoço e jantar, a preço acessível.

Passagem de ônibus para outras cidades

Se a pessoa em situação de rua quer voltar para sua cidade de origem e não tem condições financeiras para custear o transporte, pode solicitar a passagem gratuita de ônibus nos **CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social, **CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, **Centros POP**, **Núcleos de Convivência** e **Centros de Acolhida**.

Benefícios
(Bolsa Família, BPC e outros)

Existem vários benefícios em dinheiro pagos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal. Pessoas com renda familiar de até R\$ 218,00 por mês têm direito ao **Bolsa Família** (R\$ 600). A inscrição no **CadÚnico** pode ser feita no **Centro POP** (sem agendamento prévio). Também é possível ligar no **156** e agendar o atendimento em unidades do **CRAS** e **Descomplica**.

Auxílios Reencontro - Família e Moradia

O Auxílio Reencontro é pago a quem se dispuser e demonstrar condições de acolher a pessoa em situação de rua. Existem duas modalidades: 1) **Família**, que beneficia o grupo familiar ou afetivo que acolher uma ou mais pessoas em seu domicílio; 2) **Moradia**, cujo auxílio é pago diretamente ao responsável de um imóvel ou de uma hospedagem disponível no mercado privado.

Emprego e Renda

Quem busca uma vaga de emprego ou recolocação profissional conta com as unidades do **Cate** - Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo, em todas as regiões da cidade. Nos postos, você conta com equipe especializada para orientar sobre o **POT** - Programa Operação Trabalho, voltado à capacitação profissional e geração de renda. Acesse: cate.prefeitura.sp.gov.br

Ensino

É possível completar o ensino fundamental ou médio nos cursos de **EJA** - Educação de Jovens e Adultos, com direito a alimentação e vale transporte. As equipes do **Centro POP**, **Centro de Acolhida** ou **Núcleo de Convivência** podem ajudar a encontrar uma escola.

Documentos

As equipes do **SEAS**, do **Centro POP**, dos **Núcleos de Convivência** e dos **Centros de Acolhida** podem ajudar quem está em situação de rua a emitir documentos.

Comprovante de endereço e cartas

Quem está em situação de rua possui o direito de indicar os endereços dos **Centros de Acolhida**, dos **Centros POP**, do **CREAS** e dos **Núcleos de Convivência** como comprovante de endereço. Também pode receber e enviar cartas utilizando o endereço dos Centros de Acolhida onde estiver.

Computador com internet

A Prefeitura tem 130 **Telecentros** com computadores com internet. Nessas locais, os agentes auxiliam a usar o computador e ofertam cursos sobre ferramentas digitais, programação e empreendedorismo.

SAIBA MAIS NO GUIA POPRUA

O guia é um informativo das Políticas Públicas para População em Situação de Rua.

156

Confira os endereços dos serviços em:
www.prefeitura.sp.gov.br/poprua

V.3.0 Fevereiro de 2024

Fonte: Prefeitura de São Paulo (2024).

Por fim, feitas as considerações históricas e conceituais sobre o fenômeno das pessoas em situação de rua, bem como uma breve caracterização na cidade de São Paulo - SP, passemos às nossas categorias centrais da dissertação.

2.2 A PRÁXIS POLÍTICA: ENTRE A HUMILHAÇÃO SOCIAL, A VERGONHA E A CONSCIENTIZAÇÃO

Tal como sinalizamos anteriormente, uma análise psicossocial do viver nas ruas permite trilhar por caminhos distintos, portanto, voltamos o nosso foco para as experiências das pessoas em situação de rua que envolvem a humilhação social, a vergonha e a conscientização. Entendemos que essas são categorias que ilustram dois tipos de respostas às violências e situações vividas que englobam uma série de fenômenos que ocorrem nas ruas. Essas respostas podem repercutir sobre os sujeitos em situação de rua, ao menos, em dois aspectos: ampliando ou reduzindo a sua possibilidade de práxis.

Ainda que brevemente, se faz necessário tecer considerações acerca do entendimento de práxis política utilizada nesta pesquisa. De tradição filosófica grega, o conceito de práxis tem sido utilizado para expressar uma atividade, ato e ação. Assim, tal como observa Vázquez (1990), desde as formulações de Aristóteles e Platão, na tradição filosófica grega, até a consolidação da filosofia da práxis marxista, a concepção de práxis tem perpassado toda a história da filosofia. A filosofia da práxis marxista é a filosofia da transformação do mundo e, portanto, a práxis é compreendida como fundamento de toda relação humana e a atividade prática como finalidade do conhecimento, critério de verdade e um fundamento.

A práxis é a atividade prática e material dos seres humanos que transforma o mundo natural e social, de modo a torná-lo um mundo humano (Vázquez, 1990). Para R. C. C. Silva (2008, p. 93), trata-se de “. . . uma atividade teórico/prática e ideal/material, que se apresenta como ação de um sujeito prático numa vertente dupla e simultânea: como uma atividade subjetiva, da consciência, e como atividade objetiva, exercida sobre uma realidade, independente da consciência”.

Vázquez (1990) concebe quatro formas fundamentais da práxis, sendo elas: a práxis produtiva, a práxis artística, a práxis científica e a práxis social ou política. Salienta-se que para o autor mencionado, essas modalidades nada mais são do que formas particulares e concretas de uma práxis toda humana. E, portanto, é em função dessa práxis que “. . . o homem, com ser social e consciente, humaniza os objetos e humaniza a si próprio” (p. 202).

A práxis produtiva se refere à transformação da natureza pelo trabalho humano, em que são criados por este os objetos úteis às suas necessidades. A práxis artística corresponde à produção de novas realidades, por meio da produção e/ou criação de obras de artes, e da necessidade humana de expressão e objetivação. A práxis científica se manifesta na atividade experimental com fins ao desenvolvimento de uma teoria, de modo a satisfazer às necessidades humanas de investigação teórica. Por último, a práxis social ou política, busca transformar a organização e a direção da sociedade (Vásquez, 1990).

Com entendimento similar, para Euzébios Filho e Gradella Júnior (2020), ancorados no pensamento de Marx, a práxis é o elemento fundamental para a transformação da sociedade e da natureza, a partir da ação humana. Nessa perspectiva, esses autores apontam serem necessárias três atividades para essa transformação: a práxis teórica, a práxis produtiva e a práxis política. A primeira diz respeito à articulação entre teoria e prática, a qual possibilita a crítica, interpretação e elaboração de novos projetos com vistas à transformação. A segunda, por sua vez, possibilita compreender o trabalho alienado e a sua conseqüente superação. Por último, a terceira pressupõe a articulação entre a primeira e a segunda, e remete à formação de consciência de classe, organização de classe, movimento social e o desenvolvimento de uma ideologia de classe.

Em se tratando da práxis política, um primeiro elemento a ser destacado é o entendimento da política em seu sentido estendido, na qual ela é vista como um elemento que constitui toda práxis humana. Isto é, a dimensão política perpassa todas as relações humanas, levando a considerar que a participação política é intrínseca a esse processo, ainda que ela seja ativa ou passiva e intencional ou não. Dessa forma, em oposição às formas de participação passivas e não intencionais, a práxis política é “. . . compreendida como uma atividade prática consciente, na qual o sujeito tem como objetivo a intervenção - transformadora ou conservadora - no homem social, ou seja, nas relações sociais, econômicas e/ou políticas” (Rosa & Silva, 2016, p. 77).

Desse modo, como posto pelos autores mencionados anteriormente, ainda que haja conotação política em todas as relações humanas, a intencionalidade das ações, seja de transformação ou conservação, pode ser evocada como um critério para a classificação como práxis política. Em consonância ao exposto, Vosgerau (2020, p. 83) disserta que a práxis política “. . . só se verifica quando o sujeito possui consciência e teoria que medeiam sua prática intencional e uma objetivação no campo específico da organização e direção societária, ainda que em graus diversos”.

Por fim, destaca-se que a práxis política tem uma dupla expressão, e pode se manifestar em seu sentido ampliado ou restrito. No primeiro caso, ela se dá em qualquer esfera da sociedade, seja nas relações interpessoais, comunitárias e familiares, seja nas dinâmicas entre os Estados. No segundo caso, por sua vez, tem-se o Estado ou governo como o alvo e/ou o meio, pelo qual o sujeito ou grupo de sujeitos realiza(m) intervenções nas relações sociais, políticas e econômicas (Rosa & Silva, 2016). À vista do exposto, vale-se aqui o entendimento de que a práxis política é uma categoria mais ampla e sua ação no sentido transformador no campo da organização e direção societária é possível a partir da conscientização como desveladora das relações de poder.

Retomando a ideia aqui defendida de que humilhação social, vergonha e conscientização ilustram dois tipos de respostas para uma série de fenômenos que ocorrem nas ruas que podem reduzir e/ou ampliar a práxis política das pessoas em situação de rua, encontramos subsídios para tal defesa em estudos já consagrados no campo da Psicologia Social Latino-americana ou mesmo da Psicologia Política. Sem pretensão de adentrar nos debates acerca dos afetos, emoções e sentimentos, dada a sua complexidade e os objetivos deste estudo, nos é útil a noção de que os afetos são resultados das relações sociais, que se apresentam sob a forma de afecções entre dois corpos, e produzem dois tipos de afetividade: positiva ou negativa (Euzébios Filho, 2023). É o que Sawaia fala Sawaia (2009, p. 366, *italico no original*) fala “. . . das afecções (*affections*) que meu corpo e minha mente sofrem nos bons ou maus encontros do passado, do presente e do futuro”. Assim, como a autora nos ensina,

Afeto (*affectus*) é justamente essa transição de intensidade, é *transitio*, passagem de um estado de potência a outro (Espinosa, 1957, parte III) gerada pelas afecções (*affections*) que meu corpo e minha mente recebem na existência. Portanto, ele tem duas dimensões: a da mudança, modificações que meu corpo e minha mente retêm na forma de emoções e sentimentos (*affectus*), e a da experiência da afetação (*affectio*), isto é, a do poder de ser afetado. Aqui reside a principal contribuição de Espinosa à Psicologia, a relação positiva entre o poder que tem um corpo de ser afetado, na forma de emoções e sentimentos, e o seu poder de agir, de pensar e desejar. E como mente e corpo são uma mesma e única coisa, as afecções do corpo são afecções da alma, sem hierarquia ou relação causal entre eles. O que aumenta ou diminui a potência de meu corpo para agir aumenta ou diminui a potência de minha alma para pensar. Dessa flutuação depende a minha força vital de resistência, o que equivale à qualidade ética de minha existência (Sawaia, 2009, p. 367, *italico no original*).

Outro aspecto que nos é relevante, se refere ao reconhecimento do afeto como um elemento que tem potencial para estabilizar ou desestabilizar ações políticas, que está situado na história e na cultura – a partir de uma compreensão materialista histórico-dialética da sociedade (Euzébios Filho, 2023). Dessa forma, os afetos “. . . estão inscritos no universo de signos e se manifestam em sentimentos arraigados nos contextos de socialização, eles são

históricos e dotados de um sentido humano, isto é, esbarram na moral, nos costumes de uma época, nas formas de organização de uma sociedade” (p. 33).

Mencionando especificamente o pensador soviético Vigotski (1926/2001), ele reconhece as emoções como componentes que agem sobre a potência de ação dos sujeitos. Em suas palavras,

Toda emoção é um chamamento à ação ou uma renúncia a ela. Nenhum sentimento pode permanecer indiferente e infrutífero no comportamento. Ao sermos afetados, se alteram as conexões iniciais entre mente e corpo, pois os componentes psíquicos e orgânicos da reação emocional se estendem a todas as funções psicológicas superiores iniciais em que se produziram, surgindo uma nova ordem e novas conexões (Vigotski, 1926/2001, p. 139).

Situar as emoções no campo cultural e histórico nos é interessante, pois permite compreendê-las não apenas em seu componente biológico, mas quanto ao papel que assumem nos dramas humanos específicos vividos pelos sujeitos e populações, que têm origens nas relações sociais concretas. Nessa perspectiva, fica evidente que ao tratar de um sentimento específico, como a vergonha, por exemplo, o seu caráter de potencializador ou despotencializador não é dado a princípio, mas dentro do sistema psicológico singular de cada sujeito. Com efeito, um mesmo sentimento pode despotencializar um comportamento ou servir de gatilho para a ação com vistas a sua superação (Rosa, 2015).

Também podemos ancorar nas discussões de Dobles e Arroyo (2020) sobre danos psicossociais para estabelecer a relação das nossas categorias com a práxis política. Para esses autores, as afetações constituem danos psicossociais caso sejam mantidas no tempo e com intensidade suficiente para produzir o dano. Contudo, eles ressaltam que não se trata de qualquer afetação, mas sim daquelas negativas que produzem medo, angústia, sofrimento, fatalismo, violência, sensação de insegurança, esgarçamento do tecido social, entre outras.

Os danos psicossociais dizem respeito aos sentimentos que reduzem a capacidade dos sujeitos de autocontrole da conduta, de ação sobre seus destinos e de pensamento crítico sobre a própria realidade e sobre as redes de relações circundantes. Assim, trata-se de danos produzidos nas relações sociais assimétricas, que produzem afetações negativas e que têm potencial de desencadear em trauma psicossocial (Dobles & Arroyo, 2020). Com efeito, Euzébios Filho (2023) destaca que a conotação negativa dos danos psicossociais “. . . deve-se ao fato de ser resultantes de relações violentas compreendidas no contexto da polarização social, da mentira institucionalizada e em última análise da desumanização das relações” (p. 33).

A partir dessas formulações teóricas chegamos a três pontos importantes para nosso trabalho:

(1) as situações que podem reduzir a práxis política são aquelas caracterizadas por afetações negativas que despotencializam os sujeitos. São situações que desumanizam, humilham, rebaixam, ferem a dignidade, ferem o tecido social comunitário, rompem com redes de apoio e suporte social, não agrupam, não resgatam a memória histórica e não convocam à ação coletiva. A título de exemplo, podemos destacar os atos de violência perpetrados contra esse grupo social, ou as diversas situações experienciadas que podem levar ao isolamento social, desesperança em relação ao futuro, fatalismo, cansaço, sofrimento, dentre outros (Esmeraldo Filho & Ximenes, 2021).

(2) as situações que podem ampliar a práxis política são aquelas constituídas por afetações positivas que potencializam os sujeitos. São situações que, contrariamente, aglutinam os sujeitos e envolvem a memória histórica, possibilitam reconstruir modelos de identificação, contribuem para superar a vergonha da origem de classe, a humilhação social e a desqualificação, reconfiguram papéis sociais e auxiliam na reconstrução de um projeto de vida. A título de exemplo, podemos mencionar as ações de organização e mobilização de movimentos das pessoas em situação de rua, como o MNPR e suas ações voltadas à formação política e ao fortalecimento da luta unificada em prol da conquista de direitos (Sicari & Zanella, 2020).

(3) a noção dialética para essa leitura, na qual podem reduzir ou ampliar a possibilidade de práxis. Decorre que de uma mesma situação que promove afetação negativa que, a princípio, rebaixaria politicamente o sujeito, também pode resultar em sentimento de indignação e, assim, impulsionar processos de conscientização - ainda que no plano individual. O inverso também é possível, no qual uma situação que envolva a memória história, por exemplo, pode não ter efeitos sobre o sujeito. Com isso, entendemos que coexistem dois polos - um que reduz e outro que amplia -, que não são antagônicos, mas dialéticos.

Por conseguinte, essas categorias possuem um caráter dialético, isto é, são categorias teóricas que permitem a análise e a compreensão dialética dos processos de exclusão existentes na sociabilidade capitalista. Ademais, a compreensão dialética implica considerar que essas categorias podem conviver contraditoriamente, isto é, existem movimentos e elas não são realidades absolutas, de modo que uma exclua a outra. Como pontuado por Konder (2014, p. 7-8), a dialética “. . . é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”. Todavia, não quer dizer que não haja um momento predominante conforme a possibilidade histórica e social presente.

Feito o preâmbulo inicial, apresentamos as categorias a seguir.

2.2.1 As vivências de humilhação social e vergonha nas ruas

Os processos psicossociais que fomentam a opressão das pessoas em situação de rua são diversos, tais como a violência, discriminação, exclusão social, humilhação e vergonha. Dados da já citada pesquisa nacional (2007-2008), apontaram que a discriminação contra esse grupo populacional resultava em impeditivos para acessar espaços diversos, como: transporte coletivo, shopping center, estabelecimentos comerciais e órgãos públicos (Brasil, 2009b). Em pesquisa realizada entre 2019 e 2021 pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) em dois municípios da região Nordeste e um do Sul do Brasil, foi constatado que 97,45% dos participantes já sofreram pelo menos uma situação de discriminação (Ximenes et al., 2024).

Em muitos casos, a humilhação e a vergonha são tomadas como sinônimos, especialmente pelo caráter de rebaixamento de ambos os sentimentos. Essa aproximação também se verifica nas definições apresentadas em dicionários, nos quais a vergonha é relacionada diretamente com a humilhação. O dicionário Michaelis, por exemplo, ao definir a vergonha refere-se a ela como um “sentimento de humilhação ou de desonra”. Como La Taille (2004) sinaliza, essa associação entre os conceitos decorre, fundamentalmente, do sentido de inferioridade e rebaixamento presentes, todavia, são conceitos diferentes e que traduzem situações distintas.

Em se tratando da humilhação, a sua raiz etimológica em latim é a mesma para a humildade. A humildade, tal como é constantemente utilizada no cotidiano, está associada a uma consciência de si abaixo de um certo ideal ou mesmo para caracterizar um estado de inferioridade - a exemplo, pessoas em vulnerabilidade social e econômica chamadas de humildes. A humildade pode se referir a uma virtude e pode assumir um caráter negativo para demarcar uma hierarquia, silenciar qualidades ou depreciar a si próprio (La Taille, 2004),

Frequentemente, a humilhação é utilizada para representar situações em que uma pessoa se sente rebaixada por outra. Além disso, o fator violência quase sempre se faz presente nas situações intencionais que têm como finalidade última rebaixar o outro. Para La Taille, “. . . a humilhação refere-se essencialmente a certos atos de violência cometidos por uma pessoa sobre outra no intento de rebaixá-la” (2004, p. 78). O sentimento de humilhação diz respeito ao ato de ser ou sentir-se rebaixado ou inferiorizado por uma pessoa ou grupo de pessoas, todavia, nem sempre a imagem negativa imposta é aceita ou compartilhada (La Taille, 2004).

Alencar e La Taille (2007) associam o tema da humilhação à noção de respeito. Para esses autores, o respeito significa “. . . o reconhecimento do outro como sujeito de direitos e

dotado de intrínseca dignidade” (p. 220). Neste caso, entendem que o inverso ao respeito é a humilhação nas suas mais variadas formas e maneiras. A humilhação, neste caso, pode destruir o autorrespeito, bem como inviabilizar a construção do respeito entre os sujeitos - tornando prejudicial aos relacionamentos interindividuais e sociais.

Do ponto de vista de Katz (2013), a humilhação é uma emoção social e moral na qual, assim como na vergonha, os sujeitos se veem isolados de uma comunidade vista por eles como importante. Na humilhação, os sujeitos supõem ou vivenciam uma intenção consciente e ostensiva de outrem que busca rebaixá-los socialmente. Dessa forma, o autor afirma que a humilhação é um sentimento holista, que instaura uma hierarquia, na qual “. . . põe para baixo; na humilhação você se sente subitamente diminuído, tão diminuído que o mundo inteiro parece olhá-lo de cima (p. 239).

Zavaleta (2007), por sua vez, ressalta a complexidade existente no conceito de humilhação. Para este autor, a humilhação pode se referir a um ato ou um sentimento. No primeiro caso, diz respeito a um evento externo no qual o sujeito pode humilhar alguém ou sentir-se humilhado. Neste caso, a humilhação tem como finalidade diminuir a dignidade ou o orgulho da pessoa humilhada, sendo uma expressão das relações de poder assimétricas. No segundo caso, a humilhação como um sentimento se refere a um evento interno, em que o sujeito é ou percebe-se injustamente desvalorizado, rebaixado ou ridicularizado.

Com efeito, M. H. Silva (2020) acrescenta que a humilhação se manifesta por meio de palavras ou ações, na esfera pública ou não, deixando marcas no corpo e mente da pessoa humilhada, difíceis de serem abandonadas, podendo imprimir uma identidade inferiorizada. Nessa toada, Moura Júnior (2012, p. 109) diz que as vivências de humilhação têm repercussões na pessoa humilhada. Neste caso, ser “. . . humilhado representa a diminuição ou a depreciação do orgulho e da dignidade do indivíduo, geralmente, gerando raiva e sentimento de vingança, pois a pessoa se percebe sendo desvalorizada, ridicularizada ou injustamente degradada”.

Gonçalves Filho (1998) apresenta o conceito de humilhação social, um sofrimento político e externo que caracteriza a psicologia do oprimido. Esta, segundo o autor, tem caráter político e psicológico, pois se origina nas desigualdades de classes. Nas palavras do autor:

A humilhação social conhece, em seu mecanismo, determinações econômicas e inconscientes. Deveremos propô-la como uma modalidade de angústia disparada pelo enigma da desigualdade de classes. Como tal, trata-se de um fenômeno ao mesmo tempo psicológico e político. O humilhado atravessa uma situação de impedimento para sua humanidade, uma situação reconhecível nele mesmo, em seu corpo e gestos, em sua imaginação e em sua voz, e também reconhecível em seu mundo, em seu trabalho e em seu bairro (Gonçalves Filho, 1998, p. 13).

Para o autor citado, humilhação marca a personalidade mediante imagens e palavras associadas a mensagens de rebaixamento. Essas mensagens são proferidas na cena pública, em espaços distintos como a escola, trabalho ou mesmo a cidade. Trata-se de um ato externo e público que age para dentro do humilhado. Como dito pelo referido autor, trata-se de “. . . gestos ou frases dos outros que penetram e não abandonam o corpo e a alma do rebaixado, que vão guardar a estranha e perturbadora lembrança de quem a eles se dirigiu como quem se tenha dirigido ao inferior” (pp. 26-27). São, portanto, mensagens de dominação que afetam a percepção, a fantasia, a memória, a linguagem, o sono e os sonhos.

A humilhação age como golpe externo, um golpe público, mas que vai para dentro e segue agindo por dentro: um impulso invasor, desenfreado, uma angústia. A humilhação, este fato externo-interno, caracteriza assiduamente a psicologia do oprimido: afeto vertiginoso, estonteante, afeto sem nome. Como chamá-lo? Um susto? Medo? Pavor? Uma tristeza? O sentimento de estar invisível? As expressões da angústia política podem variar: são lágrimas, a gagueira, o emudecimento, os olhos baixos ou que não param de piscar, o corpo emudecido, o corpo agitado, o protesto confuso, a ação violenta e até o crime (Gonçalves Filho, 2004, pp. 30-31).

A humilhação social tem como núcleo o rebaixamento político dos sujeitos. Além disso, são destinos possíveis da pessoa humilhada, por um lado, o caráter de dominado e a angústia, e, por outro lado, a ação e a memória. A dominação é apresentada como um enigma que implica a produção de angústia enquanto sentimento e que atinge a capacidade de viver o fenômeno da humilhação. A dominação promove um ataque em duas dimensões significativas do humilhado: por fora ela ataca o sujeito na sua práxis - ação, e, por dentro, penetra na sua subjetividade - memória e biografia (Gonçalves Filho, 1998; 2020).

Como caminhos antagonistas contra a dominação, a práxis e a memória são apresentadas pelo autor supracitado como respostas psicossociais. Sendo a práxis compreendida enquanto uma ação política e a memória o seu reconhecimento enquanto sujeito possuidor de humanidade (Gonçalves Filho, 1998; 2004).

Referendado nessa última ideia, Gonçalves Filho (2020) reconhece que na humilhação social os sujeitos têm um traço de sua humanidade impedidas. Esse impedimento, vale ressaltar, não tem sua origem em causas naturais ou acidentais, mas é aplicado ou mantido por outros humanos. Ademais, o autor pontua que esse sofrimento não se resume ao campo individual, mas diz de um “. . . sofrimento longamente aturado e ruminado. É sofrimento ancestral e repetido” (p. 194). Esse aspecto nos permite, inclusive, traçar um paralelo direto com o tema da “questão social” na formação brasileira já descrito anteriormente, ao rememorar o violento processo de escravização e colonização, por exemplo, que ainda hoje ressoam na sociedade brasileira.

A longa citação destacada abaixo se justifica pelos elementos pontuados e que nos auxilia na compreensão do caráter político, coletivo e histórico da humilhação. O autor nos diz:

A violência que machuca o humilhado nunca é meramente a dor de um indivíduo, porque a dor é nele a dor velha, já dividida entre ele e seus irmãos de destino. Os ataques, quanto mais nos chegam de fora e de muito antes, tanto mais nos vão paradoxalmente atacar de dentro e agora. Distantes e antigos, ficaram mais ou menos sem sentido, embora imbuídos de uma energia difícil de conter: machucam muito, corrosivamente. Acertam antes mesmo que se pudesse atinar com o seu sentido, antes que se pudesse julgar o motivo do golpe e o seu ponto de partida. A dor sempre precede o seu reconhecimento mais consciente, mais ainda a dor de longa duração, coletivamente padecida. O humilhado não sabe bem por que chora e nunca chora apenas por si próprio, chora a dor enigmática e chora a dor somada (Gonçalves Filho, 2020, p. 195).

Outro aspecto destacado por Gonçalves Filho (2020), são os sentimentos que acompanham a humilhação social⁸. Estes sentimentos são mais do que a própria angústia vivida nas experiências de humilhação, pois correspondem a sentimentos mais organizados e determinados do enigma da dominação. Trata-se de sentimentos inconscientes e são ligados ao impedimento político da pessoa humilhada pela dominação. A ordem de apresentação destes sentimentos vai dos mais próximos do problema histórico-político da dominação aos que estão mais afastados de suas determinações, e que são mais psicológicos, abstratos e angustiados.

Assim, Gonçalves Filho (2020) apresenta os seguintes sentimentos que são modulações de uma mesma angústia: (1) sentimento dos ambientes citadinos como expulsivos; (2) sentimento de amargurada fruição dos bens públicos; (3) sentimento de invisibilidade; (4) sentimento de não possuir direitos; e (5) sentimento de vigilância (sentimento de ordens, comandos ou reprimidas sempre iminentes). São sentimentos “. . . que surram. Adoecem ou matam quando não enfrentados” (p. 198).

O sentimento dos ambientes citadinos como expulsivos traduz processos em curso na sociedade de classes, marcados pela desigualdade em que a cidade se mostra fechada para certos grupos populacionais. Com efeito, distintos ambientes e bens - em especial os mais atrativos, como shoppings centers e pontos turísticos, por exemplo - carregam signos de exclusão, ou,

⁸ Os sentimentos angustiados são aqueles sentimentos muito inconscientes, formados impulsivamente, sem consciência reflexiva prévia, em que existe o dinamismo da angústia. Em uma publicação de 2020, tomada aqui como base, Gonçalves Filho propõe a existência de cinco sentimentos. Todavia, no curso que realizei com o autor em 2022, intitulado “Dominação e Ação, Angústia e Memória: Fonte e Destinos Psicossociais do Rebaixamento Político” nos foram apresentados nove sentimentos e reformulações. Sendo elas: (1) sentimento da cidade, do trabalho e dos lugares públicos como lugares expulsivos; (2) sentimento de contínua vigilância ou supervisão; (3) sentimento de não possuir direitos; (4) sentimento dos bens públicos e dos bens de comércio como amargos; (5) sentimento de invisibilidade ou de superexposição; (6) sentimento de si como um carente, indigente e privado de bens, talentos e/ou competências; (7) sentimento de interrupção ou de impedimento; (8) sentimento de feiura; e (9) sentimento de vergonha (J. M. Gonçalves Filho, comunicação pessoal, 21 de dezembro de 2022). Tendo em vista que ainda se trata de formulações em desenvolvimento e que não foram publicizadas, vamos considerar apenas os cinco sentimentos oficializados pelo autor.

para usar uma expressão de Sawaia, signos de inclusão perversa. Esse sentimento, portanto, remete à desigualdade e à impossibilidade de que certos ambientes não podem ser desfrutados pelos seus pares (Gonçalves Filho, 2020).

Esse sentimento dos ambientes citadinos como expulsivos, é acompanhado de um outro sentimento: a amargurada fruição dos bens públicos, que se degrada sob a forma de um sentimento de culpa. Culpa que faz com que o humilhado despenque em sua realidade, para próximo aos seu grupo ou pares que se encontram excluídos. “O sabor da alegria vai logo amargar, misturado ao fel da desigualdade, ao sentimento de que a cidade é fechada para os humildes” (Gonçalves Filho, 2020, p. 200).

Quanto ao sentimento de invisibilidade, faz com que os humilhados sumam ou sejam ignorados aos olhos do outro. Para Gonçalves Filho (2020), trata-se de um fenômeno que pesa em especial sobre as classes pobres em nossa sociedade de classes em que há a divisão social do trabalho entre trabalho complexo e simples. Dessa forma, falta nos oprimidos e governados o poder capaz de torná-los alguém, ou nas palavras do autor, “. . . devemos pensar o humilhado como quem experimentou um bloqueio do rosto, ficou sem aparição e sem segredo” (p. 205).

O sentimento de não possuir direitos quase sempre é precedido pelo de vigilância (sentimento de ordens, comandos ou reprimidas sempre iminentes). O primeiro, traduz uma sensação de que o sujeito não é como os demais cidadãos possuidores de direito. Já o segundo, remete a um constante estado de alerta, no qual a qualquer momento pode surgir alguma repreensão ou ordem (Gonçalves Filho, 2020).

Tal como mencionamos anteriormente, quase sempre a vergonha é tratada como sinônimo de humilhação. A vergonha trata-se de um sentimento associado à apreciação dos valores que os sujeitos têm das representações de si. Para o dicionário Aurélio, por exemplo, a definição de vergonha engloba: (1) vergonha humilhante, opróbrio, ignomínia; (2) sentimento penoso de desonra, humilhação ou rebaixamento diante de outrem; (3) sentimento de insegurança provocada pelo medo do ridículo, por escrúpulos etc., timidez, acanhamento; (4) sentimento da própria dignidade, brio, honra (Ferreira, 2010, n.p).

Usualmente, a palavra vergonha é utilizada para designar variadas situações cotidianas, expressando sentidos variados. Para La Taille (2004), assim como a humilhação, a vergonha também se refere ao sentir-se rebaixado, mas diferentemente do primeiro, a aceitação da imagem negativa imposta é condição *sine qua non* do segundo. A vergonha é considerada um sentimento intimamente relacionado com um autojuízo depreciativo, verificado nas situações em que pessoas aceitam uma imagem pessoal negativa. Esse sentimento pode estar relacionado

às próprias condições de existência de uma pessoa, marcadas por humilhações, privações e rejeições (Estanislau & Ximenes, 2016).

La Taille (2004) propõe que algumas dimensões do sentimento de vergonha sejam consideradas para a sua adequada compreensão. São apresentadas cinco dimensões: (1) exposição e juízo; (2) ação própria/humilhação; (3) sentidos positivo e negativo; (4) passado, presente e futuro; e (5) moral e amoral. Vale a pena uma rápida menção a essas dimensões e suas características, especialmente para demarcarmos a concepção que tomamos como referência.

Começando pela exposição e juízo, La Taille (2004) afirma que existe, em alguma medida, uma suscetibilidade humana ao olhar de outrem, que pode tanto atrair quanto afugentar. Neste caso, o olhar e ser visto tem importância para o desenvolvimento do ser humano. Todavia, o simples fato de ser olhado pode desencadear sentimentos penosos - ainda que nada de especial tenha sido comunicado neste olhar. Vale destacar que, no cotidiano, somos expostos a diversas situações resultantes em exposição e, conseqüentemente, geram desconforto ou embaraço.

Nessa toada, La Taille (1999) afirma serem necessárias duas configurações passionais para ocorrer a vergonha: a inferioridade e a exposição. Sob pena de não ocorrer a vergonha na falta de uma delas. Acerca da inferioridade, ela pode residir na relação de poder assimétrica que se estabelece entre quem olha (sujeito) e quem é olhado (objeto). Com efeito, “. . . quase sempre quem está em situação de inferioridade não olha para quem está em situação de superioridade, mas é olhado por ele” (La Taille, 2004, p. 84). Sobre este ponto, Gaulejac (2006, p. 67) diz:

O poder hierarquiza e estigmatiza. Confere valor às coisas e pessoas, mas também desvaloriza, anula, exclui. Todos nós vivemos situações na família, na escola, em que a autoridade se apoia no grupo para “envergonhar” alguém. A humilhação é sempre um meio de reforçar a autoridade. Mas não se trata aqui de culpa, transgressão, obediência. Trata-se de inferioridade, desvalorização, decadência.

No que pese à exposição, La Taille (2004) sublinha que ela não é descartável para que ocorra o sentimento de vergonha, todavia, reconhece que ela pode ocorrer em situações de isolamento. Dito de outro modo, é possível sentir vergonha pela simples lembrança de uma situação passada, na qual o sujeito esteve sob olhares de outrem. Ademais, a situação de exposição também pode ser imaginada, virtual ou não concretizada. Portanto, é a inferioridade manifestada da condição de ser objeto para outrem, sendo a exposição real ou virtual.

Decorre desta exposição que a vergonha é relativa ao olhar ou juízo alheio de quem o sujeito legitima como juiz. La Taille (2004) diz que “. . . sente-se vergonha para certas coisas e frente certas pessoas. E isso porque sentir vergonha não decorre apenas do ser julgado por alguém, mas do julgar-se a si próprio . . . o sentimento de vergonha depende de um autojuízo”

(p. 89). Esse aspecto demonstra que sentir vergonha implica uma conjunção entre o juízo alheio e um autojuízo, no qual “. . . o medo da opinião dos outros corresponde ao medo da própria opinião” (p. 90).

Quanto à dimensão ação própria/humilhação, vimos anteriormente que a humilhação é um sentimento utilizado como sinônimo para vergonha. Não é o caso de estender nas distinções entre ambos, pois já nos debruçamos sobre a humilhação no início deste tópico. Vale apenas ressaltar que, em ambos os sentimentos, coexiste o elemento sentir-se inferiorizado, mas que na vergonha o sujeito compartilha a imagem negativa imposta, ao passo que na humilhação essa imagem pode não ser aceita. Quando essa imagem é aceita, temos a somatória desses sentimentos (La Taille, 2004).

Além dos aspectos relacionados à diferença e complementariedade entre esses sentimentos, outros pontos merecem ser destacados. O primeiro, está associado à vivência repetida de humilhações que pode levar o sujeito humilhado a mudar o juízo que tem de si próprio. Como dito, na humilhação a imagem negativa imposta nem sempre é aceita, todavia, La Taille (2004) chama a atenção ao fato que “. . . ser humilhado . . . repetidas vezes pode fazer com que a vítima acabe por aceitar-se como inferior” (p. 98). Isto é, ela assume a imagem negativa de si próprio.

O segundo ponto é a vergonha sentida pelo sujeito por aceitar a humilhação. É importante reconhecer que em certas situações é impossível reagir a ela, especialmente, quando a vida ou integridade física estão ameaçadas. Contudo, há casos em que seria possível reagir no momento ou posteriormente e, caso a reação pertença ao sistema de valores da pessoa humilhada, ela pode sentir vergonha de ter aceitado passivamente. Neste caso, trata-se de uma situação na qual ocorre o “. . . pensar que se deveria ter reagido à humilhação, e sentir-se inferior por não o ter feito” (La Taille, 2004, p. 99).

Outra dimensão do sentimento de vergonha importante refere-se aos sentidos atribuídos, podendo ser positivo e negativo. Como La Taille (2004) descreve, as definições apresentadas em dicionários para o conceito de vergonha, bem como o modo habitual de empregar o termo no cotidiano, desvelam que ela pode remeter à honra e à desonra, à dignidade e à indignidade, e ao brio e à humilhação. O sentido positivo é observado quando se fala do ser, do sujeito, como alguém que tem vergonha e que, portanto, revela a boa índole. Já o sentido negativo, se refere à ação, sendo julgada negativamente como vergonhosa.

Em se tratando da dimensão passado-presente/futuro, ela permite compreender que a vergonha pode se referir a duas situações distintas no tempo: passado-presente e no futuro. No primeiro caso, trata-se de uma vergonha retrospectiva sentida pela não concretização da boa

imagem e o conseqüente juízo de outrem - ou mesmo o ato rememorar, tal como já dissemos. Todavia, há também a vergonha antecipada ou prospectiva, na qual o sujeito experiencia o sentimento só de imaginar-se exposto à determinada situação. Como La Taille (2004, p. 111) sublinha, “. . . sentido ou imaginado, o sentimento da vergonha age, e determina comportamentos”.

Por fim, a dimensão moral/amoral demonstra que as definições de vergonha a associam a dois campos: moral e amoral, sendo a sua relação com a moralidade uma condição importante ao agir moral. Dessa forma, “*Honra, dignidade, remorso, sem-vergonha, é uma vergonha, traduzem empregos relacionados a critérios morais. Ridículo, timidez, acanhamento, embaraço, remetem a situações amorais*” (La Taille, 2004, p. 81, itálicos no original). Com efeito, o autor menciona a honra como um sentimento próprio do valor moral, o qual determina modos de agir para que o sujeito mantenha ou aumente o valor moral nas representações de si. Dessa forma, quando cometidas ações que vão na contramão à moral, sente-se vergonha.

Em se tratando dos sentimentos de humilhação e vergonha, Ximenes et al. (2021, p. 3) dizem que a “. . . humilhação é uma ação desrespeitosa resultante em inferiorização e diminuição da autoestima, e a vergonha ocorre quando a pessoa aceita a humilhação e o juízo negativo atribuídos”. A humilhação, portanto, promove constrangimento e vergonha. É um elemento destaque nos contextos de pobreza e que gera rebaixamento moral, em relações desiguais, onde pessoas, grupos ou instituições estão posicionadas desigualmente na hierarquia social e realizam agressões com objetivo de diminuir o outro (Estanislau & Ximenes, 2016).

Para Ansart (2005) a pessoa humilhada é atacada em sua inferioridade, ferida em seu amor-próprio e desvalorizada em sua própria autoimagem, isto é, ela não é respeitada. Como fruto desse ataque à boa imagem, é gerado um sofrimento que afeta tanto o bem-estar físico quanto o psicológico na pessoa humilhada. Como já dito, a humilhação pode gerar constrangimento e vergonha. Acerca desta última, quando consideramos os contextos de pobreza, pode ser um reflexo da culpa sentida pelo sujeito por ser pobre. Podendo ser, inclusive, uma manifestação da vergonha da origem de classe, motivada pelos efeitos de uma sociedade que se ergue sob a égide dos princípios da meritocracia, do individualismo e da valorização da propriedade privada, na qual sucesso ou fracasso são questões individuais.

Como Gaujelac (2006, p. 69) destaca, a pobreza em si não é vergonhosa, já que existem as pobres gloriosas, como aquelas ligadas aos preceitos religiosos, por exemplo: “Bem-aventurados vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus”. Contudo, na medida que a pobreza é associada às formas de socialização ela pode tornar-se vergonhosa. Assim, quando os sujeitos passam a ser desprezados e rejeitados em função do contexto social e das suas

histórias de vida, tem-se uma correlação entre pobreza e vergonha. Como o autor citado aponta, isso ocorre, pois, “. . . a pobreza está sempre associada à degradação e desqualificação” (p. 69).

Considerando os conceitos de humilhação social e vergonha, e suas implicações para as populações que os experienciam em seus cotidianos, é pertinente trazer para o debate no contexto das pessoas em situação de rua. Ximenes et al. (2021), partindo da ideia de que as vivências são distintas para cada pessoa, pontuam que as implicações psicossociais decorrentes do viver na rua afetam a dimensão subjetiva das pessoas em situação de rua. Resultante da naturalização da pobreza e da situação de rua, verifica-se um duplo processo de estigmatização dessas pessoas: por serem pobres e por estarem em situação de rua.

De acordo com Santana e Castelar (2014), o cotidiano das pessoas em situação de rua reflete as múltiplas barreiras do acesso aos direitos fundamentais básicos, direitos importantes, mas violados pela barreira socialmente construída da exclusão e da omissão do Estado. Com efeito, as autoras compreendem que essa população convive diariamente com humilhações, o que faz com esse grupo populacional seja tomado por um sentimento de não possuir direitos. Desse modo, as autoras apontam que é como “. . . se a humilhação social fosse algo inerente à condição de estar em situação de rua” (p. 361). Em complemento, P. M. Santos (2018) acrescenta que as pessoas em situação de rua sofrem os processos de exclusão social, por meio da invisibilidade pública que as segrega.

Tal como é alertado por Gonçalves Filho, (1998), na humilhação social o “. . . sentimento de dignidade parece desfeito”, e nessa direção, Delfin, Almeida e Imbrizi (2017, p. 8) apresentam o relato de um participante de sua pesquisa, o qual afirma que “As pessoas não olham pra cara de um mendigo quando passam na rua. Você finge que essa gente não existe”. Assim, considerar que pessoas em situação de rua não existem pode ser lido como um fator de desumanização, em que elas podem ser reduzidas a simples condição de coisas ou organismos.

A despeito dos impactos das vivências das situações de humilhação social por pessoas em situação de rua, A. Pereira e Dantas (2018) constataram que o esquecimento, a ausência e os impedimentos das lembranças de rua estão relacionados com a vivência de sofrimentos psicossociais. Outrossim, é apontado que as vivências na rua também podem interferir significativamente na construção da memória dessa população. Assim, nas palavras das autoras citadas, as vivências de humilhação social produzidas pela experiência nas ruas dizem respeito à “. . . dor de ser tratado como apêndice do “corpo social” e de ter suas potencialidades humanas cerceadas pelas condições materiais e relacionais de existência” (p. 23).

Posto isso, para M. H. Silva (2020), as vivências de humilhação e vergonha, em muitos casos, compõem as experiências e itinerários das pessoas em situação de rua, pois ainda existe

uma forte cultura ao nível nacional que mantém o sentimento de segregação e repressão a essas pessoas. Esta cultura, por sua vez, se materializa por meio de violações dos seus direitos humanos e ações violentas, tais como violência simbólica, psicológica, física e verbal, dentre outras. Essa ideia de que as vivências de humilhação e vergonha estão presentes no cotidiano das pessoas em situação de rua é confirmada por Euzébios Filho e Souza (2022), sendo apoiada pela imagem preconceituosa socialmente construída dessas pessoas. É relevante acrescentar que, na perspectiva de Martín-Baró (2000), o preconceito diz de uma análise estereotipada do outro, pautada pelo senso comum, com base em esquemas simplificados e sustentados em traços universais que ocultam e/ou ignoram as especificidades de uma determinada população, por exemplo (Euzébios Filho & Sousa, 2022).

Similarmente, Estanislau, Feitosa, Ximenes, Araújo e Bonfim (2018) acrescentam ao debate que as vivências de humilhação e vergonha no itinerário das pessoas em situação de rua, além de impedir que essas pessoas exerçam seus direitos, também faz com que se sintam diminuídas em sua dignidade e altivez. Haja vista que conferem a sensação interna de pequenez, impotência e fragilidade. Com efeito, Euzébios Filho e Souza (2022) apresentam a humilhação social e o preconceito como resultantes das ações da ideologia da classe dominante, que produz análises parciais da realidade e universaliza elementos particulares. Sendo assim, o preconceito e a humilhação social “. . . rebaixa e humilha os pobres, tornando-os alvos de violências e mais suscetíveis a uma dominação também psicossocial, sustentada, por exemplo, pela internalização da culpa e pela vergonha” (pp. 383-384).

Os exemplos de episódios de humilhação social e vergonha podem ser verificados em distintas ações e momentos da vida das pessoas em situação de rua. Nessa direção, Ferrari (2018), cita que a prática do “manguear”, utilizada por muitas pessoas em situação de rua, revela a vivência de situações humilhantes por estes. Nos relatos dos entrevistados, a autora constatou que esta é uma “. . . atitude constrangedora, que beira ao sentimento de humilhação e diminuição em relação ao outro. Sinônimo de fracasso e vergonha” (p. 86).

Da mesma forma, Mendes (2018) afirma que o modo de apropriação da rua é uma questão simbólica e objetiva, na qual as pessoas em situação de rua vivenciam distintas situações de violência, preconceito, discriminação e humilhação. Ademais, aponta que esses episódios estigmatizantes podem tornar-se corriqueiros na vida dessas pessoas, sobretudo quando se refere a situações relacionadas a negação de pedidos de comida e água, por exemplo.

Por seu turno, M. H. Silva (2020) destaca que as experiências de humilhação e vergonha, no itinerário de pessoas em situação de rua, são formas de violências que mantém certo tipo de relações das pessoas em situação de rua com o espaço público-urbano e os diversos atores

sociais. Neste caso, trata-se de relações de subordinação e inferioridade. Outrossim, para o autor citado, a vivência dessas experiências age no sentido de limitar as possibilidades de expressão das pessoas em situação de rua, que, por sua vez, têm impactos psicossociais negativos em seus corpos.

De modo semelhante, no itinerário das pessoas em situação de rua, as vivências de humilhação social e vergonha não se dão apenas nos espaços públicos, como ruas, praças, etc., mas também na interação com transeuntes e cidadãos. Como visto, a literatura também aponta para situações de humilhação social e vergonha na esfera dos serviços públicos, em espaços privados e na atuação de agentes do Estado. Em sua pesquisa, M. H. Silva (2020) destaca as ações desenvolvidas pelos agentes da polícia em suas abordagens, em muitos casos, abusivas. Como constatado pelo autor, a violência policial se manifesta “. . . por meio de abusos psicológicos, violências físicas e verbais” (p. 111). Convém destacar um dado preocupante, apresentado não só na pesquisa de M. H. Silva (2020), mas em outros estudos como Cunda (2018) e Ferrari (2018), que se refere à aceitação desses episódios abusivos como uma estratégia de sobrevivência e um meio de evitar futuras retaliações. O que, por sua vez, favorece tanto a continuidade do ciclo de violências, quanto a impunidade dos agressores.

Já Euzébios Filho e Souza (2022), apresentam situações envolvendo profissionais da saúde, nas quais os estereótipos atribuídos às pessoas em situação de rua são propagados, e se configuram em agruras no acesso desse público aos serviços. À guisa de exemplificação, o autor e a autora apontam os dilemas relacionados a higiene que causam distanciamento entre as pessoas em situação de rua e os serviços de saúde. Ainda nesse contexto, outros exemplos podem ser evocados como aquelas pessoas que possuem carroças para o transporte de recicláveis, e que não podem deixá-las próximas às dependências das instituições, ou aquelas que possuem animais, como os cães, e estes são impedidos de entrar nas instituições.

Em se tratando dos serviços e equipamentos da assistência social, verificou-se que muitos deles, ainda hoje, reforçam e reproduzem os estigmas atribuídos às pessoas em situação de rua. N. S. Gomes (2017), ao analisar a realidade dos serviços socioassistenciais na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, atribui essa questão tanto ao despreparo de alguns profissionais como as próprias precariedades envolvendo o trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas, que vão desde a ausência de recursos necessários, aos vínculos empregatícios frágeis. Como pontuado pela autora citada, os resquícios da exclusão e da discriminação sofridas pelas pessoas em situação de rua interferem na atuação profissional em Centros de Acolhida e Centros Pop.

Em síntese, esses elementos descritos nos indicam que humilhação social e vergonha orbitam muitas situações vividas pelas pessoas em situação de rua, nos mais diferentes

contextos com os quais se relacionam. Ao mesmo tempo, nos permite resgatar as nossas discussões iniciais da primeira parte deste capítulo quanto à “questão social” no Brasil, que contribui para a perpetuação da pobreza e da exclusão social, ao mesmo tempo em que forças ideológicas que conformam a sociabilidade capitalista reduzem tais problemáticas à esfera individual. Por fim, retomando nosso entendimento dialético, passemos à conscientização.

2.2.2 Os processos consciência política e de conscientização nas ruas

O interesse em estudos sobre a consciência remonta a tempos longínquos e a disciplinas diversas. Há um vasto debate no campo da Psicologia sobre a consciência como um fenômeno social e histórico. Na presente dissertação, partimos de leituras de Paulo Freire e Martín-Baró para a compreensão da consciência e do processo de conscientização.

A consciência nos termos adotados por Paulo Freire é a condição primeira do ser humano e parte da interação consciência-mundo. No percurso de desenvolvimento da consciência encontra-se a possibilidade de autonomia e libertação dos oprimidos. A consciência tem sua origem na dialética do concreto, numa realidade histórico-cultural. Para o autor mencionado, a consciência é o resultado do conjunto das relações estabelecidas pelo indivíduo com o mundo durante a sua vida, e que possibilita ao indivíduo determinar e explicar sua relação com o mundo circundante e se compreender nesta relação (Gois, 2005).

Freire (1979, p. 144) destaca que a consciência “. . . é consciência de algo, para o qual se dirige seu intento. A consciência de si dos seres humanos implica na consciência das coisas, da realidade concreta em que se encontram como seres históricos, a qual eles aprendem através de suas habilidades cognoscitivas”. A consciência, nos marcos do autor citado, se refere à capacidade de criticidade dos fenômenos que surgem para os sujeitos em todos os aspectos psicossociais - como classe, raça e gênero, por exemplo -, bem como a codificação e decodificação dos processos ideológicos que coexistem na sua subjetividade e na relação com a realidade que o cerca. O conhecimento da realidade é fundamental ao desenvolvimento da consciência que o indivíduo tem de si, ao mesmo tempo que, o desenvolvimento da consciência de si também é indispensável ao aumento do conhecimento acerca da realidade. Para Freire,

A consciência é essa misteriosa e contraditória capacidade que tem o homem de distanciar-se das coisas para fazê-las presentes, imediatamente presentes. É a presença que tem o poder de presentificar: não a representação, mas condição de apresentação. É um comporta-se do homem frente ao meio que o envolve, transformando-o em mundo humano. Absorvido pelo meio natural, responde a estímulos; o êxito de suas respostas mede-se por sua maior ou menor adaptação: naturaliza-se. Despedado de seu meio vital, por virtude da consciência, enfrenta as coisas, objetivando-as, e enfrenta-se com elas, que deixam de ser simples estímulos, para se

tornarem desafios. O meio envolvente não se fecha, limita-o - o que supõe a consciência além do limite. Por isto, porque se projeta intencionalmente além do limite que tenta encerrá-la, pode a consciência desprender-se dele, liberar-se e objetivar, transubstanciando o meio físico em mundo humano (Freire, 1968/2001, p. 14).

A concepção de consciência adotada por Freire (1992/2013) tem suas raízes nos processos histórico-culturais sob os quais se assenta determinada realidade. Com efeito, a consciência ocorre, dialeticamente, na relação entre objetividade e subjetividade da vida do sujeito, incluindo suas percepções, crenças e sentidos atribuídos à sua existência. Além disso, a consciência que o sujeito possui da relação de objetividade com o meio vital é o que possibilita a transformação de tal relação. Freire (1992/2013) vislumbrava que na América Latina, a consciência social das realidades latino-americanas, em sua grande maioria, se caracterizava pela autonegação e pela dependência. Em se tratando do Brasil, esse processo está relacionado com a violenta colonização e escravização que reflete na imitação e valorização dos comportamentos dos colonizadores - consequência que também fora identificada por Fannon (Gois, 2005).

Em suas análises, Freire (1992/2013) constatou que o movimento da consciência social das sociedades latino-americanas exprimia um esforço em três direções. Na primeira, dirigiam para se manterem na condição de dependência; na segunda, para opor-se superficial e emocionalmente à dependência; e, na terceira, na busca pela autonomia e a integração com a realidade circundante, de modo a distanciar-se profundamente da herança colonial. A estas três direções dos esforços da consciência social, Freire agrupa as sociedades latino-americanas em três categorias: fechadas, em transição e abertas. Há de se destacar que para o autor, não existe uma delimitação entre ambas ou que se excluam mutuamente, de forma contrária, ele concebe que em uma mesma sociedade podem estar presentes os três tipos de sociedades (Gois, 2005).

O Quadro 3, a seguir, apresenta algumas das características presentes em cada tipo de sociedade:

Quadro 3 - Características dos tipos de sociedades latino-americanas propostas por Freire

Tipo de sociedade	Características
Fechada	Alienação cultural, dependência, elites distanciadas do povo, superposição das elites à sua realidade social, o povo incapaz de conhecer a si e dirigido pelos apetites das elites que estão sobre ele, importação de modelos, sociedade anti-dialógica, exportadora de matérias-primas, depredadora, prevalência do autoritarismo e do conformismo, poder exterior exercendo domínio sobre indivíduos, há pouca mobilidade social ascendente, altos níveis de analfabetismo, ênfase da sobrevivência, dentre outras.
Em transição	Presença de forças reacionárias e progressistas que promovem embates sectários entre o velho e o novo, avanços e retrocessos que confundem e provocam medo (ditaduras), industrialização incipiente, acirramento das contradições sociais,

	sectarismo e acriticismo direita-esquerda, otimismo ingênuo e, às vezes, desesperança, incapacidade de criar projetos autônomos de vida, inferiorização de suas gerações mais velhas, surgimento de instituições assistenciais que se tornam assistencialistas, presença da tomada de uma consciência transitiva, dentre outras.
Aberta	Relação das elites com o povo e captação crítica das tarefas de seu tempo e contexto, renúncia aos fanatismos e otimismo críticos, aumento da autoestima e da autoconfiança, presença de comunicação e diálogo, sociedade que volta-se sobre si mesma e se descobre inacabada, participação do povo no seu próprio processo histórico, condição de sujeito e não de objeto, existência de integração, de vivência comunitária e do exercício da democracia, dentre outras.

Fonte: adaptado de Gois (2005) e Freire (1992/2013).

Além de conceber a possibilidade de presença dos três tipos em uma só sociedade, Freire (1979) acrescenta que a compreensão dos níveis de consciência deve considerar a realidade histórico-cultural como uma superestrutura em relação com uma infraestrutura. Nesse sentido, as características fundamentais da situação histórico-cultural correspondente a cada nível não devem ser tomadas de forma absoluta, mas sim de forma relativa.

Ao empreender análises sobre os tipos de consciência social descritas acima, Paulo Freire também constatou que o discurso e a ação particular de certos grupos e indivíduos que as compõem também poderiam ser compreendidos com bases nas mesmas características de cada sociedade. Decorre, portanto, que existe uma relação intrínseca e dialética entre a consciência social e a consciência individual. Como Gois (2005) assinala, “. . . o movimento que uma sociedade realiza para passar de uma condição fechada, semi-intransitiva, a uma condição transitiva e aberta se reflete, também, no esforço que o indivíduo realiza para se desenvolver como sujeito de sua realidade” (pp. 136-137). O autor citado destaca que, por um lado, há um fato social e, de outro, um fato psicológico. Todavia, sublinha que não são eventos paralelos, posto a existência de uma relação dialética entre o social e o psicológico.

Assim, frente aos diversos modos de vida cultural expressos na consciência social, bem como aos movimentos realizados na consciência pessoal, Freire (1992/2013) apresenta três níveis de consciência: semi-intransitiva mágica, transitiva ingênua e transitiva crítica. Em linhas gerais, cada nível de consciência individual relaciona-se, portanto, ao nível de desenvolvimento cultural correspondente. Como Gois (2005) exemplifica, em comunidades que há o predomínio da consciência social fechada, o tipo de consciência individual hegemônica nos moradores é a semi-intransitiva mágica. Os níveis de consciência pessoal têm suas origens nas condições histórico-culturais de uma determinada sociedade, e no conjunto das experiências e vivências individuais nessa realidade, segundo o grau de implicação do trânsito indivíduo-mundo.

Vale mencionar que, embora Paulo Freire nomeie os níveis de consciência, ela não é algo pronto e acabado. A própria ideia de transitividade adotada por Freire (1979) nos dá

indícios de que a compreensão do autor também caminha na direção da consciência como um processo em constante mudança, na dialética que caracteriza a relação entre os sujeitos e mundo. Dessa forma, ao mencionar que a consciência é transitiva, o autor nos permite depreender que a consciência transcende as barreiras do tempo e da história.

A consciência semi-intransitiva ou mágica é caracterizada pela completa imersão dos sujeitos na realidade circundante, existindo, assim, forte tendência à passividade, conformismo e a naturalização dos fenômenos. A esse tipo de consciência, Paulo Freire afirmava a existência de uma cultura do silêncio, na qual os sujeitos não lutavam pela efetivação e/ou ampliação de seus próprios direitos. Essa perspectiva se aproxima do que Martín-Baró chama de fatalismo, onde a origem dos fatos é explicada a partir de uma realidade superior, tal como o destino, Deus e o azar (Freire, 1979). Segundo Gois (2005) essa é uma consciência de pouco trânsito, submissa e alienada, na qual o indivíduo não toma distância para captar a realidade e conhecê-la.

A consciência transitiva ingênua é caracterizada pelo início do processo de saída da imersão absoluta na realidade circundante, isto é, os sujeitos iniciam a saída do estado de latência absoluta e, ainda que de modo incipiente, começam a dar conta da sua condição frente à realidade a que estão submetidos (Freire, 1979). É, pois, o momento em que o indivíduo se descobre na situação de opressão e alienação a que está imerso e, concomitante, busca sair dessa situação histórico-social e pessoal, mesmo que sem uma análise profunda de si ou da realidade social. Outrossim, esse tipo de consciência pode evoluir para a transitiva crítica, ou distorcer para uma forma rebaixada, desumanizada e fanatizada, característica da massificação (Gois, 2005).

A consciência transitiva crítica é marcada pela análise profunda que os sujeitos fazem dos fatos e da realidade, isto é, uma leitura crítica da conjuntura na qual estão inseridos. Esse tipo é caracterizado, principalmente, pelo diálogo enquanto ferramenta de democratização das relações sociais (Freire, 1979). Nessa modalidade, os indivíduos assumem o dever, como sujeitos, de fazer e refazer o seu mundo. A sua característica principal é a profundidade na explicação do mundo por princípios da razão.

A passagem entre os níveis de consciência é realizada por meio da atividade prático-reflexiva. Assim, a passagem da consciência semi-intransitiva ou mágica para a consciência transitiva ingênua ocorre a partir da tomada de consciência, e a passagem da consciência ingênua para a consciência transitiva crítica por meio da conscientização - aprofundamento da tomada de consciência. Ao passo que o contrário é caracterizado pela alienação (Gois, 2005).

O conhecimento crítico e a conscientização são dois elementos fundamentais na obra de Paulo Freire. O primeiro, como um ato gnosiológico que pressupõe uma atitude ativa e uma ação transformadora sobre o objeto cognoscível. De acordo com Gois (2005), o conhecimento crítico é problematizado em suas raízes e, assim, situa homens e mulheres no mundo que transformarão conscientemente. Na perspectiva de Paulo Freire, o ato de conhecer é o ato de ler e nomear a realidade circundante; é o ato de pronunciar o mundo, dar-lhe sentido e apropriar-se dele. É, pois, um processo dialético que traduz uma relação entre conhecimento e transformação do mundo e de nós mesmos. O segundo, conscientização, surge a partir do ato de conhecer, na qual há o aprofundamento da tomada de consciência (Freire, 1992/2013).

A conscientização envolve o diálogo com os demais, um processo que tem suas raízes na experiência de vida de quem a pronuncia. Como Gois (2005) salienta, não diz respeito apenas a uma tomada de consciência, contrariamente, diz respeito a um movimento de distanciar-se para explicar a realidade (onde é possível identificar os processos que compõem o quadro de determinada realidade), e aproximar-se para transformá-la. No processo de conscientização “. . . a realidade é objeto do conhecimento e o sujeito assume a posição epistemológica, e ambos, sujeito e mundo, formam um todo dialético na atividade ou ação transformadora” (Gois, 2005, p. 131).

Ainda que o termo conscientização não tenha sido cunhado por Paulo Freire, foi por ele adotado para expressar a sua proposta de educação libertadora. Tal como o autor concebe, o processo de conscientização visa desenvolver a consciência crítica do indivíduo para que, junto aos demais, se constitua sujeito de sua própria história e nela se enraíze (Gois, 2005). Há, portanto, uma distinção entre o ato de aprender e a conscientização. No primeiro caso, diz respeito a conhecer as significações existentes e as suas relações. No segundo, por seu turno, se constrói o sentido das significações e das suas relações.

Segundo Freire (1979, p. 113), a conscientização é “. . . um processo humano que se instaura quando a consciência se torna reflexiva”. É o “. . . tomar posse da realidade . . . , é o olhar mais crítico possível da realidade, que a ‘des-vela’ para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante”. Com efeito, a conscientização produz a desmitologização, sendo um processo contínuo e inacabado. Freire explica que mais do que a tomada de consciência se faz necessário o aprofundamento dessa tomada de consciência em que os esforços não se centram apenas no desvelamento, mas igualmente na transformação da realidade.

Como E. M. Vieira e Ximenes (2008) dizem, a concepção adotada por Paulo Freire extrapola a dimensão cognoscitiva e reivindica uma dimensão política de transformação da

realidade. Dessa forma, “. . . o sufixo ‘ação’, que acompanha a palavra em questão, não é obra do acaso, pois indica uma exigência não apenas (apesar de não prescindir dela) de compreensão lógica da realidade, mas também de ações concretas frente a ela” (p. 25). Isto implica, por exemplo, a decodificação das injustiças sociais existentes, e a adoção de práticas de enfrentamento a estas injustiças.

Martín-Baró, a partir de leituras de Paulo Freire, concebe a conscientização como sendo uma referência ao processo de transformação pessoal e social experienciado pelos oprimidos a partir da leitura da realidade circundante. É importante destacar que, para Martín-Baró (1996), a consciência não se restringe apenas âmbito privado do saber e sentir subjetivo dos indivíduos. Para o autor, a consciência é o “. . . âmbito onde cada sujeito encontra o impacto refletido de seu ser e de seu fazer na sociedade, onde assume e elabora um saber sobre si e sobre a realidade que lhe permite ser alguém, ter uma identidade pessoal e social” (p. 14).

Nessa perspectiva, a consciência diz do saber (ou não saber) que os sujeitos têm sobre si, sobre o mundo ao qual estão inseridos e sobre os demais sujeitos. Martín-Baró (1996) concebe a consciência como um saber mais prático do que mental, pois, ela se inscreve na adequação às realidades objetivas dos comportamentos dos sujeitos e, para se tornar um saber reflexivo, prescinde de ser parcialmente condicionada. Outrossim, o autor citado também afirma que a consciência é uma realidade psicossocial que inclui as imagens que os sujeitos têm sobre si próprios, a imagem que é produto da história de cada sujeito, as representações sociais e todo o saber do senso comum.

À vista do exposto, Martín-Baró (1996, p. 16) diz que a conscientização é um termo que caracteriza “. . . o processo de transformação pessoal e social que experimentam os oprimidos latino-americanos quando se alfabetizam em dialética com o seu mundo”. É importante salientar que, na perspectiva freireana, a alfabetização se refere a um processo que está para além do simples ato de aprender a escrever ou a ler palavras escritas (isto é, codificação e decodificação), do contrário, refere-se a aprender a ler a realidade em que se insere e a escrever a própria história. Nas palavras do autor citado, o importante neste processo de alfabetização é:

. . . aprender a dizer a palavra da própria existência, que é pessoal, mas, sobretudo, é coletiva. E, para pronunciar esta palavra pessoal e comunitária, é necessário que as pessoas assumam seu destino, que tomem as rédeas de sua vida, o que lhes exige superar sua falsa consciência e atingir um saber crítico sobre si mesmas, sobre seu mundo e sobre sua inserção nesse mundo (Martín-Baró, 1996, p. 16).

Para Martín-Baró, a conscientização está associada a uma transformação social que tem suas origens na inserção dos sujeitos em ações coletivas mediadas que abram possibilidades de romper e findar com a posição de oprimido. Dessa forma, a conscientização supõe três aspectos:

a) transformar a si ao transformar a realidade, isto é, dialeticamente por meio do rompimento das relações de dominação opressor e oprimido; b) decodificação dos mecanismos de opressão e desumanização, desnaturalizando, assim, as relações de dominação e abrindo novas possibilidades de ação; e c) conhecer a própria realidade para conhecer a si e a sua identidade social (Martín-Baró, 1996). Com efeito,

. . . a conscientização responde à situação de injustiça, promovendo uma consciência crítica sobre as raízes, objetivas e subjetivas, da alienação social. Uma simples consciência sobre a realidade não supõe, por si só, a mudança dessa realidade, mas dificilmente se avançará com as mudanças necessárias enquanto um véu de justificativas, racionalizações e mitos encobrir os determinismos últimos da situação dos povos centro-americanos. A conscientização não só possibilita, mas facilita o desencadeamento de mudanças, o rompimento com os esquemas fatalistas que sustentam ideologicamente a alienação das maiorias populares (Martín-Baró, 1996, p. 18).

Assim, tanto Martín-Baró (1996) quanto Paulo Freire (1979) entendem que a conscientização se refere a um processo de transformação pessoal e social, no qual a transformação necessita ser acompanhada de ação. Dessa forma, apenas compreender os códigos presentes na realidade social não é suficiente, é necessário compreender os sentidos que orbitam e impulsionam os processos sociais que oprimem e desumanizam os sujeitos, como ocorre com as pessoas em situação de rua, por exemplo. Portanto, o que ambos os autores nomeiam como conscientização trata-se do saber crítico sobre si que reverbera em ações na comunidade.

Outrossim, a associação entre os sujeitos em grupos sociais é uma premissa defendida por Freire (1968/2001) e Martín-Baró (1996), já que como este último autor nos conta, “. . . a tomada de consciência aponta diretamente ao problema da identidade tanto pessoal como social, grupal e nacional” (p. 18). Essa organização fornece subsídios para o enfrentamento e superação - ainda que relativa - do contexto de injustiças sociais, desigualdades, opressões e violências. Vale pontuar que essa associação não se resume à uma soma de sujeitos, mas sim a “. . . um entrelaçamento social que produz novas identidades, novas formas de enxergar o mundo e as relações de poder” (Euzébio Filho, 2023, p. 46).

Trazer esse debate para o contexto das pessoas em situação de rua, implica compreender que os diversos movimentos organizados e políticos desses sujeitos são exemplos de ações que caminham no sentido de uma práxis política transformadora, nos moldes da conscientização proposta por Martín-Baró (1996) e Paulo Freire (1979). A atuação organizada dessa população uma forma de ruptura de concepções e paradigmas naturalizados sobre as pessoas em situação de rua, contribuindo para a transformação da autoimagem sobre a própria rua. Nesse sentido, elas passam a se ver não como um humilhado, mas como produto de um sofrimento produzido

na própria sociedade, como um resultado das desigualdades sociais que caracterizam a sociedade de classes.

Merece destaque a organização política do MNPR e a sua conseqüente expansão para os estados brasileiros, hoje presente em 17 estados e no Distrito Federal - DF). Como vimos anteriormente, o contexto de formação de um movimento organizado das pessoas em situação de rua foram os brutais acontecimentos de 2004 - ainda que este já estivesse sendo germinado anteriormente ao estopim. Enquanto um movimento organizado, “da rua para a rua” - para citar um lema do MNPR -, ele assume uma posição de participação, construção da cidadania e de direitos das pessoas que se encontram em situação de rua (M. R. S. Santos, 2021).

O MNPR tem como propósito o tensionamento político, com vistas à garantia dos direitos e da dignidade das pessoas em situação de rua, por meio de políticas públicas. A presença de núcleos e das coordenações estaduais do MNPR são fatores importantes para potencializar o seu poder de articulação e mobilização, bem como de cobrar a implementação de legislações estaduais para efetivar a política nacional. Além disso, o Movimento se estrutura a partir de princípios organizativos e articulatórios, produção de demandas, reivindicações e diálogo com a base. Vale ressaltar que, assim como outros movimentos sociais organizados, o MNPR é atravessado por conflitos, antagonismos, desacordos e dissensos (M. R. S. Santos, 2021).

Sobre os princípios organizativos e articulatórios do MNPR:

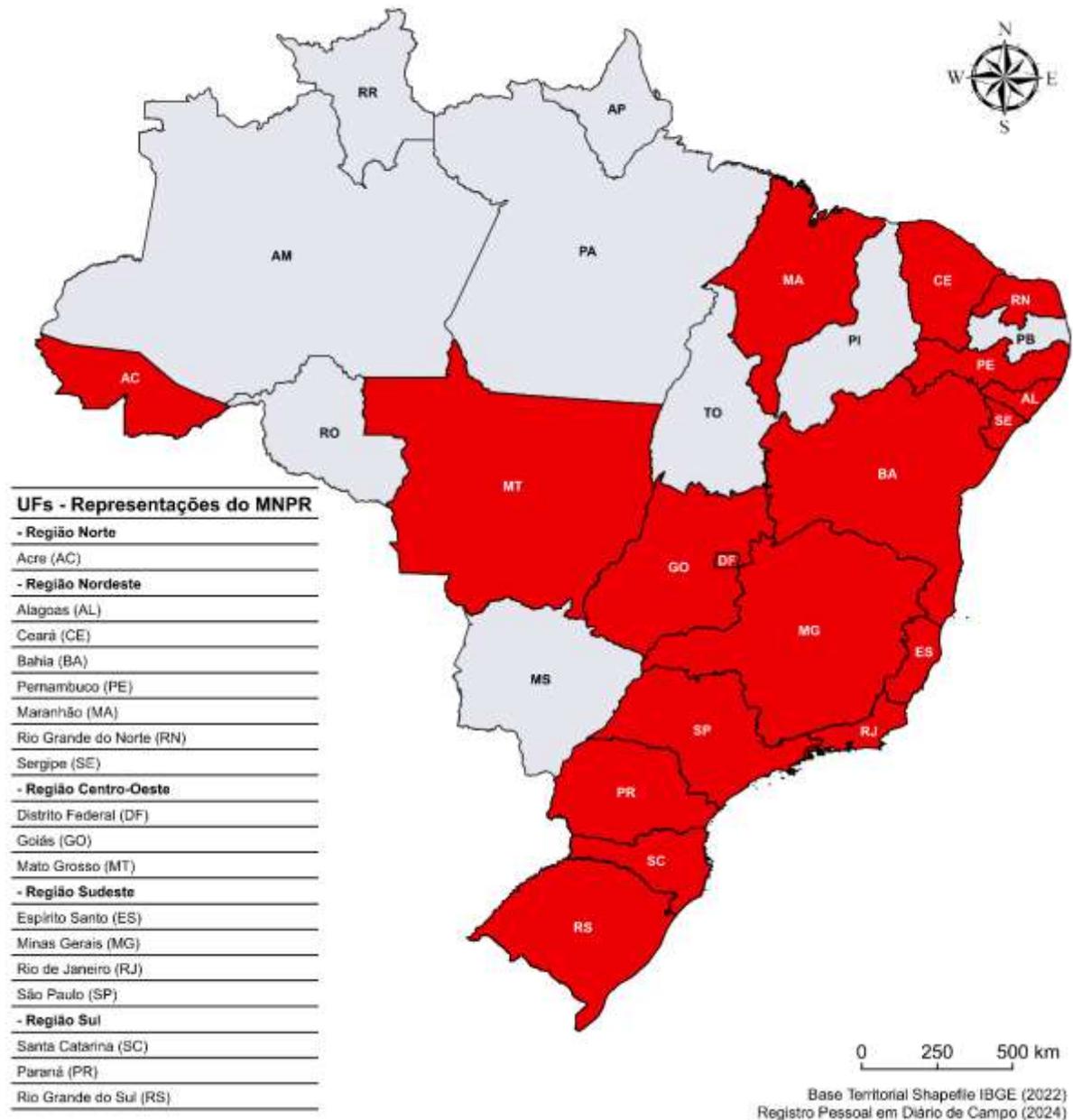
[Eles] estão sistematizados institucionalmente em dois documentos internos do movimento: a Carta de Princípio do MNPR e o Regimento Interno. Na Carta de Princípios do MNPR são elencados 11 princípios organizativos que podem ser estruturados a partir de dois eixos de ação coletiva: um que diz respeito à coesão interna do movimento social e outro direcionado para um modelo de compreensão da atuação política. O eixo de coesão interna engloba os princípios de apoio mútuo, honestidade e transparência, igualdade, escuta às bases e compromisso pessoal; enquanto isso, o eixo de modelo de compreensão da atuação política elege os princípios da democracia direta, ação direta, ser apartidário, não violência, justiça e controle social das ações governamentais (M. R. S. Santos, 2021, p. 62).

Lima (2018) afirma que, apesar do grupo populacional das pessoas em situação de rua ser representado como um grupo marginalizado, estigmatizado e desprezado pela sociedade, ele não é constituído por pessoas alheias ao que ocorre no mundo, incapazes de questionar a sua própria condição, ou mesmo desinteressados em transformar as suas realidades, ou superá-las. Isto se verifica nas várias iniciativas do MNPR em diversos estados brasileiros que denunciam a violência, o descaso, a negligência e a impunidade contra as pessoas em situação de rua. Para a autora citada anteriormente, a existência do MNPR “. . . carrega consigo anseios

pelo resgate da subjetividade desses sujeitos, pela possibilidade de ser enxergado como cidadão, de ser ouvido e de participar da construção do mundo e do futuro” (pp. 52-53).

A Figura 4, a seguir, apresenta a distribuição das coordenações estaduais do MNPR por Unidades Federativas (UFs), em 2024:

Figura 4 - Coordenações estaduais do MNPR nas Unidades Federativas (UFs)



Fonte: elaboração própria (2024).

A despeito da organização em torno do MNPR, Lima (2018, p. 56), assinala que:

... a atuação política de pessoas em situação de rua através do movimento social, possibilita que outras pessoas do segmento tenham a percepção de que elas também são capazes de assumirem o posicionamento de um(a) cidadão(cidadã) com voz ativa na sociedade, que é

reconhecido(a) e respeitado(a). Pode emergir dessas questões mudanças de atitudes e a construção de uma identidade coletiva. Esta, porém, não baseada apenas na identidade exclusiva de classes, mas de ideologias em comum.

Concordante, Medeiros (2020), afirma que a organização política das pessoas em situação de rua, em meados dos anos 2000, promoveu avanços legais no tocante à garantia de direitos, que, mesmo fragilizados, são materializados em políticas públicas, como a Política de Assistência Social. Ao se falar sobre conscientização e práxis política das pessoas em situação de rua, nomes importantes podem ser evocados, como Maria Lúcia Santos Pereira da Silva⁹ (1967-2018), conhecida por muitos como a guerreira das ruas, que viveu 16 anos em situação de rua, e se tornou uma grande referência na defesa e na luta pela garantia dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, e por evocar reflexões nas pessoas em situação de rua sobre a sua própria condição e por ter formado outras lideranças pelo país.

Fruto dos trabalhos encabeçados pelo MNPR, os Congressos Nacionais são espaços profícuos para lutas e debates sobre as ações político-organizativas do movimento. Em ordem cronológica, foram realizados cinco congressos nacionais: o I Congresso Nacional do MNPR foi realizado entre os dias 19 e 21 de março de 2012 na cidade de Salvador – BA, com o tema *Protagonizando histórias e garantindo direitos*. Com participação de cerca de 300 pessoas de todo o país – em sua maioria, pessoas em situação ou com trajetória de rua -, o congresso foi organizado por representantes das coordenações de São Paulo, Paraná, Bahia, Distrito Federal e Minas Gerais. Foi neste congresso que a Carta de Princípios do MNPR e o Regimento Interno foram aprovados (J. A. G. Silva, 2022; diário de campo, 2024).

O II Congresso Nacional do MNPR foi realizado entre os dias 28 e 31 de maio de 2014 na cidade de Curitiba – PR, com o tema *O direito a ter direitos*. Organizado por representantes das coordenações de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e do Distrito Federal, contou com a participação de mais de 300 pessoas, distribuídas entre pessoas em situação ou com trajetória de rua, estudantes, pesquisadores e trabalhadores de políticas públicas. Dentre os principais pontos de discussão, destaca-se o fortalecimento político-organizativo do MNPR e a definição do plano de lutas para o biênio 2014-2016 (J. A. G. Silva, 2022; diário de campo, 2024).

⁹ Durante o XII SBPP, José Vanilson Torres da Silva (coordenador do MNPR/RN), mencionou sobre a importância de Maria Lúcia no seu processo formação política e de tornar-se coordenador do movimento no estado do RN. Foram lembradas características pessoais de Maria Lúcia que instigaram o seu engajamento na luta, como se pode observar no trecho do poema “Maria Lúcia: a guerreira das ruas”, de autoria do José Vanilson: “*A partir daquele momento | Me despertei para lutar. | E Lúcia sempre me dizendo | Não desista!!! É difícil | Mas precisamos continuar*” (J. V. T. Silva, comunicação pessoal, 14 de outubro de 2022).

O III Congresso Nacional do MNPR foi realizado entre os dias 16 e 19 de agosto de 2016 na cidade de Belo Horizonte – MG, com o tema *Protagonizando histórias e garantindo direitos*. Organizado por representantes das coordenações de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Norte, Ceará e do Distrito Federal, manteve a média de participantes dos congressos anteriores e contou com a participação de pessoas em situação ou com trajetória de rua, trabalhadores de políticas públicas, representantes das três esferas do Governo, além do executivo, legislativo e judiciário, entidades parceiras e demais apoiadores do MNPR. No entanto, o aumento do número de coordenações estaduais presentes nesta edição é um evidente exemplo da capilaridade do MNPR pelas UFs. Como temáticas centrais das discussões, a moradia, política habitacional e as desigualdades sociais figuraram os debates em todas as atividades. A conjuntura vivida pelo Brasil no ano de 2016 também refletiu nos debates e no tom de denúncia à democracia brasileira, especialmente no que se refere ao *impeachment* sofrido pela presidenta eleita democraticamente, Dilma Rousseff, e as tramitações da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/16 que propunha o congelamento dos investimentos federais nos serviços públicos (J. A. G. Silva, 2022; diário de campo, 2024).

O IV Congresso Nacional do MNPR foi realizado entre os dias 21 e 25 de maio de 2018 na cidade de Cidreira – RS, com o tema *O direito a ter direitos: organização e fortalecimento do Movimento Nacional da População de Rua*. Organizado por representantes das coordenações de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Maranhão, Bahia, Acre, Alagoas e Goiás, este congresso marcou um aumento expressivo em termos de participação, tanto das delegações do MNPR, quanto de participantes, somando cerca de 200 pessoas distribuídas entre pessoas em situação ou com trajetória de rua, trabalhadores de políticas públicas, representantes das três esferas do Governo, além do executivo, legislativo e judiciário, entidades parceiras e demais apoiadores do MNPR. Dentre as principais pautas e temas de discussões, destacam-se: articulação com organizações LGBTQIAPN+, com parcerias intersetoriais entre as secretarias de direitos humanos, assistência social, educação, saúde, trabalho, habitação e seus ministérios, mapeamento sobre as diversidades de cada estado da federal para a construção de planos de ações, convocação do executivo, judiciário e legislativo para diálogo sobre as políticas para a população em situação de rua, entre outros. Outrossim, foi deliberado e pactuado na plenária soberana a realização dos próximos Congressos Nacionais a cada 3 anos (J. A. G. Silva, 2022; diário de campo, 2024).

O V Congresso Nacional do MNPR foi realizado entre os dias 21 e 23 de setembro de 2022 na cidade de Maceió – AL, com o tema *Democracia: direito à cidade com a população de rua. É possível!* Conforme as deliberações do IV Congresso Nacional, a quinta edição seria realizada em setembro de 2021, todavia, em função da pandemia de Covid-19 o Congresso foi adiado para o ano seguinte. Organizado por representantes das coordenações de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Maranhão, Bahia, Acre, Alagoas, Goiás, Ceará e do Distrito Federal, contou com a participação de mais de 250 pessoas distribuídos entre pessoas em situação ou com trajetória de rua, representações de movimentos sociais organizados, entidades do campo dos direitos humanos, trabalhadores de políticas públicas, representantes das três esferas de governo, bem como do legislativo, judiciário e executivo. Os debates do Congresso incluíram temas como: direito à moradia digna, direito à cidade, saúde mental e população em situação de rua, inclusão social, arte e cultura como forma de luta e resistência, além da Conferência Livre de Saúde Mental e Pop Rua – atividade preparatória para V Conferência Nacional de Saúde Mental realizada em dezembro de 2023. Dentre as votações da plenária final, destaca-se a escolha da cidade de São Paulo – SP para sediar o VI Congresso Nacional do MNPR em 2025 (Tojal, 2022).

Além dos Congressos Nacionais organizados pelo MNPR, anualmente são realizados atos de protesto, reivindicação, luta e memória às vítimas do Massacre da Sé no dia 19 de agosto. Realizado pela primeira vez em 2005, na cidade de São Paulo, pela Pastoral do Povo da Rua, em parceria com outras organizações, o *Ato Contra o Massacre da População de Rua* expressou a reivindicação contra a violência e a impunidade, além de cobrar das autoridades competentes uma profunda investigação dos acontecimentos de 2004, bem como de outros casos que aconteceram posteriormente. Assim, desde 2005 e nos anos subsequentes, em diversos municípios brasileiros são organizados atos em memória das pessoas vítimas do Massacre, em reivindicação aos direitos desta população e em denúncia às constantes violências. Mais recentemente, outros países, como o Uruguai e o Chile, passaram a realizar atos no dia 19 de agosto. Com efeito, esta data é considerada o Dia Nacional e Latino-Americano de Luta da População em Situação de Rua (J. A. G. Silva, 2022), nos quais reúnem-se pessoas em situação ou com trajetória de rua, lideranças de movimentos organizados da população em situação de rua, trabalhadores, pesquisadores, representantes do governo, entidades e movimentos sociais e outros apoiadores do tema.

Outras iniciativas das pessoas em situação de rua denotam esse caráter que pode ser lido como conscientização e práxis política dessas pessoas, como os jornais¹⁰ O Trecheiro e Boca de Rua, por exemplo. O jornal “O Trecheiro”, lido pela primeira vez em agosto de 1991, é editado pela Organização Não-Governamental (ONG) Rede Rua, sendo um meio de comunicação com e para as pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo–SP, em que são noticiados acontecimentos vivenciados por essas pessoas nas ruas da capital paulista. Em síntese, sua linha editorial é centrada nas situações de denúncias e discussões sobre estratégias para assistência às pessoas em situação de rua. Atualmente, as pessoas em situação de rua da cidade participam dos processos de produção e divulgação do jornal.

O jornal “Boca de Rua”, existente desde agosto do ano 2000, é membro do *International Network of Street Papers*, uma Rede Internacional de Publicações de Rua. Toda a sua linha editorial, matérias escritas e reportagens são realizadas por pessoas em situação de rua da cidade de Porto Alegre-RS. Iniciativas como estas são formas de ruptura nas estruturas do sistema que contribuem, tanto para o combate a representações existentes sobre as pessoas em situação de rua, como para que as próprias pessoas em situação de rua compreendam a realidade em que se situam e não interiorizem representações feitas sobre elas.

Como destacado por Pizzato (2012), as pessoas em situação de rua têm conquistado cada vez mais visibilidade no cenário nacional, em função das variadas formas de resistências criadas. Estas resistências imprimem, principalmente, nas grandes cidades por meio do protagonismo em organizações coletivas e movimentos sociais que lutam pela garantia de direitos, dignidade e o fim das violências e violações. Dessa forma, constituiu-se um processo coletivo de enfrentamento cotidiano de discriminação e preconceito vividos por parte do Estado e da sociedade em geral.

Em síntese, as formas de organização e atuação das pessoas em situação de rua, como o MNPR e outras iniciativas como jornais locais, demonstram que elas se aproximam da conscientização e da práxis política, apresentadas anteriormente. Além disso, vale mencionar aquelas pessoas em situação de rua que, mesmo sem vinculação ao MNPR e outras iniciativas, compreendem e fazem leituras sobre a sua realidade, sobre as razões para a ida e a permanência nas ruas. A conscientização e a práxis política são importantes, pois contribuem para a elaboração da autoimagem, rompimento com o fatalismo, promoção da crítica ao individualismo e a superação de um sofrimento ético-político vivido por todos os integrantes de um grupo (Martín-Baró, 1985/2017).

¹⁰ Para acessar o jornal O Trecheiro: <https://rederua.org.br/o-trecheiro/>. Para acessar o jornal Boca de Rua: <https://jornalbocaderua.wordpress.com/>.

Portanto, conscientização e práxis política possuem relação direta e enfatizam a necessidade de compreensão crítica da realidade social e a consequente ação transformadora coletiva para superar os contextos de opressão.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender as vivências de pessoas em situação de rua, a partir de uma perspectiva psicossocial, tendo como foco os elementos que reduzem e/ou aumentam as possibilidades de uma práxis política.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar as situações de humilhação social, vergonha e/ou processos de conscientização vivenciados por pessoas em situação de rua;

Conhecer como se configuram as redes de apoio e os processos de institucionalização que se constituíram nas experiências vividas.

4 CAMINHO METODOLÓGICO

Pesquisar é uma possibilidade de indagar a realidade em toda a sua dimensionalidade, a partir de variadas perspectivas epistemológicas, caminhos metodológicos e campos de conhecimento. Nas pesquisas em Psicologia Social, distintas formas metodológicas podem ser adotadas. Aqui, apoiamo-nos na pesquisa social, a partir de Minayo (1993/2016), que compreende que tal pesquisa é dotada de consciência histórica, sendo um processo que possibilita novos conhecimentos sobre as expressões humanas, as relações, as representações sociais e os significados da realidade social, utilizando a metodologia científica, na qual o objeto de estudo necessita, prioritariamente, ser localizado no espaço e no tempo.

Partindo dessa perspectiva, a metodologia é compreendida como o caminho percorrido na abordagem da realidade em que confluem o pensamento e a prática. A metodologia, ao mesmo tempo, inclui o método (teoria da abordagem), as técnicas (instrumentos que permitem operacionalizar o conhecimento) e a criatividade do pesquisador (Minayo, 1993/2016). De maneira semelhante, M. F. Nunes (1993), por exemplo, destaca a necessidade de distinguir método de metodologia, haja vista que a metodologia pode ser vista como a teoria ou doutrina do método. A autora acrescenta que é a metodologia que organiza e discute os tipos específicos de métodos, com a finalidade de orientar, num todo teórico, o trabalho de investigar a realidade.

Em relação às pessoas em situação de rua, Sicari e Zanella (2018) destacam que, nos últimos anos, o tema tornou-se objeto de estudos e interesse de diversas áreas do conhecimento, tais como a Psicologia, a Saúde Pública e Coletiva, o Serviço Social, a Enfermagem e outras, sob variadas escolhas metodológicas e de técnicas para a construção dos dados. Esmeraldo Filho (2021), por seu turno, assinala que a pesquisa com pessoas em situação de rua é, por vezes, perpassada por desafios, entre os quais é possível destacar as próprias particularidades de tal grupo (como a mobilidade social, a complexidade e a heterogeneidade características), as próprias trajetórias individuais de vida (processos de abandono, perdas e rompimento de vínculos sociais) e as experiências negativas com outros pesquisadores (que não atentam, por exemplo, aos aspectos relativos ao cuidado, aos vínculos ou mesmo à devolutiva da pesquisa).

Posto isso, partimos da compreensão de que a escolha metodológica para o desenvolvimento de pesquisas com as pessoas em situação de rua necessita considerar, entre outros aspectos, o cuidado, a heterogeneidade, as particularidades e as especificidades de tal população e os diversos atravessamentos e interseccionalidades da realidade social que – se não acarretam, certamente – refletem implicações psicossociais. Além disso, deve considerar suas lutas, trajetórias, reivindicações, conquistas e produção de conhecimento. Soma-se a isso a

necessidade de o pesquisador adotar uma postura ético-política na entrada em campo, na construção dos vínculos, na produção do conhecimento e na saída do campo. Esses cuidados, a nosso ver, contribuem sobremaneira para a aproximação com a realidade social das pessoas em situação de rua e a consolidação de vínculos necessários à realização da pesquisa. Por fim, apresentamos o percurso metodológico adotado para a execução da pesquisa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta dissertação se insere no campo da Psicologia Social e se orienta a partir dos princípios da pesquisa qualitativa na pesquisa social, posto que essa abordagem é coerente com os objetivos propostos *a priori*. Como nos alerta Minayo (1993/2016), o objeto das Ciências Sociais é especialmente qualitativo, e a pesquisa qualitativa “. . . trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (p. 21). A abordagem qualitativa entende que os fenômenos humanos são constituintes da realidade social, e, no exercício da pesquisa, os significados desses fenômenos são aprofundados. Assim, as pesquisas qualitativas são caracterizadas por se ocuparem mais de questões subjetivas e da explicação de fenômenos vivenciados por sujeitos ou grupos de sujeitos.

Dessa forma, segundo E. S. F. Oliveira, Brasil e Higa (2021), as pesquisas qualitativas permitem que os pesquisadores conheçam as significações humanas acerca dos fenômenos estudados, considerando suas subjetividades e os contextos em que se inserem. Para as autoras, no processo investigativo das pesquisas qualitativas, emergem novas justificativas que auxiliam a compreensão e a observação do fenômeno ou objeto de estudo, a partir do crivo de distintas crenças e formas de construção e análise das informações. Sendo assim, a abordagem qualitativa tece uma relação entre o sujeito (no nosso caso, as pessoas em situação de rua) e o mundo em que está inserido (cidade de São Paulo, estado de São Paulo, no Brasil, no modo de produção capitalista), em um contínuo processo de conhecimento e busca por interpretar seus fenômenos, processo no qual lhe são atribuídos diversos sentidos e significados.

Por último, esta pesquisa também se caracteriza por recorrer ao trabalho de campo para aproximar da realidade social que se ocupa em estabelecer interação com os sujeitos que conformam essa realidade – em nosso caso, as vivências das pessoas em situação de rua. Minayo compreende o campo como “. . . o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação” (1993/2016, p. 62). Desse modo, é no campo que esses sujeitos estabelecem relações de intersubjetividade e suas realizações, além de ser o espaço onde o fenômeno sob investigação ocorre (ou ocorreu).

4.2 CONTEXTO DE PESQUISA E A INSERÇÃO DO PESQUISADOR

Como sinalizamos anteriormente, esta pesquisa foi realizada no contexto da região central da cidade de São Paulo. A “. . . terra das oportunidades”¹¹ é, também, palco de grandes contradições sociais, onde a divisão de classes sociais se expressa de forma contundente, objetiva e visual em muitos espaços pelos quais circulamos. Um exemplo clássico e conhecido internacionalmente é a famosa fotografia *Paraisópolis*¹², de 2004, do fotógrafo Tuca Vieira, que mostra o ponto de encontro e separação de um empreendimento imobiliário de luxo e o bairro de Paraisópolis na capital paulista.

Com uma área de 1.521.11 km², a população estimada do município de São Paulo é de 11.960.216 habitantes, e a população da região metropolitana da Grande São Paulo é de 21,9 milhões de habitantes. A cidade de São Paulo possui densidade demográfica de 7.803,29 habitantes/km²; o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,805; e o Produto Interno Bruto (PIB) corresponde a 32,9% do PIB do Estado de São Paulo (IBGE, 2024b). Além disso, ocupa a 17^a posição no *ranking* das cidades mais ricas do mundo.

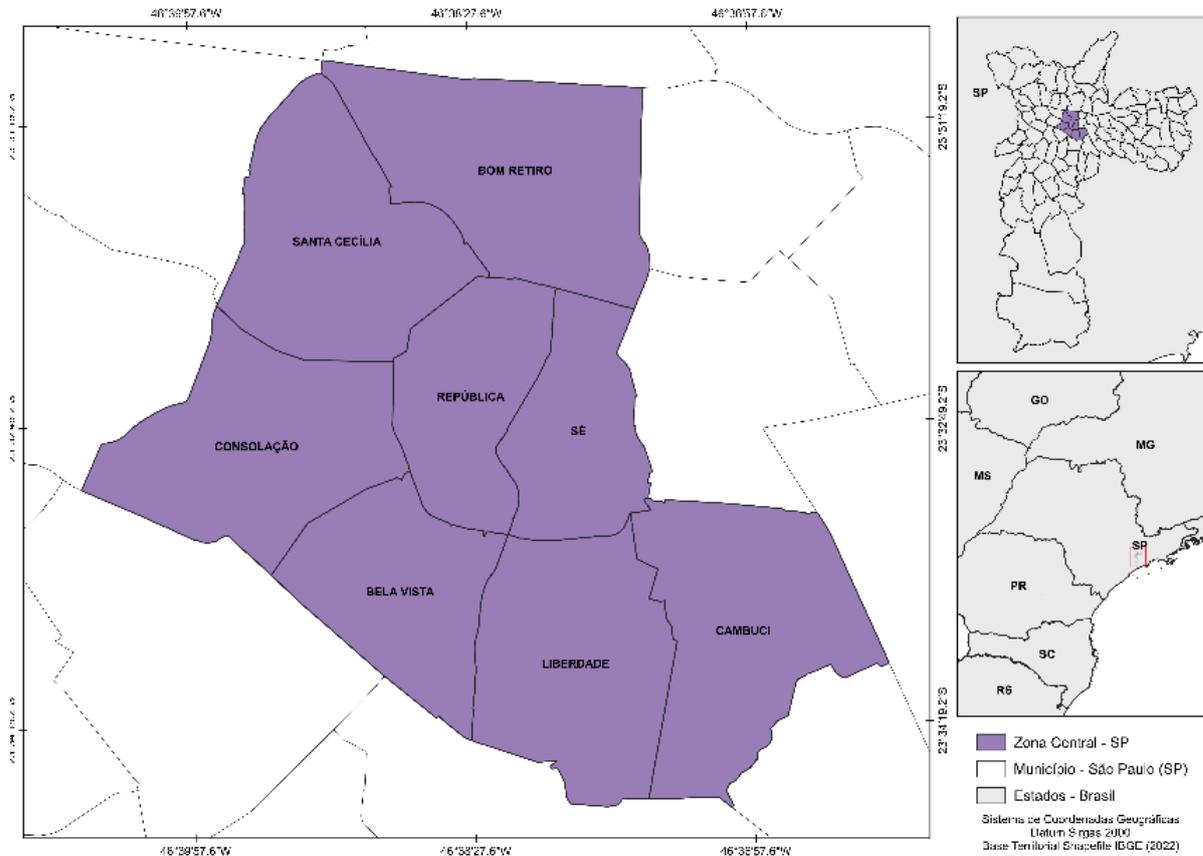
Em meio a tanta riqueza e capital, encontram-se as pessoas em situação de rua vivendo em um contexto de pobreza, indicando uma desigualdade social. Como dito por Macêdo Júnior, Nascimento, Dias, Fonseca e Oliveira (2022), São Paulo apresenta arquiteturas de exclusão idênticas a de várias das grandes cidades globais nas distinções entre centro e periferia. Para os autores, sob a ótica espacial, a distância entre grupos sociais dessas regiões se observa pelo contraste entre a boa infraestrutura e a disponibilidade de serviços e equipamentos público e privados que comumente são encontrados nos bairros centrais (onde vivem as classes média e alta), de um lado, e as condições precárias das periferias (onde vivem os mais pobres), do outro. Para as pessoas em situação de rua, tal como observamos, esse fato se reflete na maior disponibilidade de redes de apoio na região central, como as ações da rede estatal (por meio das diversas políticas públicas) e da rede não governamental (grupos voluntários, estabelecimentos comerciais e sociedade em geral). Assim, para o desenvolvimento da pesquisa, priorizamos a inserção em espaços localizados na região central da capital paulista.

Como já mencionamos, a cidade é dividida em 32 subprefeituras, sendo a Zona Central a região da cidade administrada pela Subprefeitura da Sé, que é formada pelos seguintes distritos: Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé, conforme Figura 5:

¹¹ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 18 de maio de 2023.

¹² Para saber mais sobre a fotografia, acesse: <https://www.tucavieira.com.br/paraisopolis>

Figura 5 - Zona Central de São Paulo–SP



Fonte: adaptado de Prefeitura de São Paulo.

O contato e a inserção no contexto de pesquisa se deu a partir do contato anterior do Prof. Dr. Antonio Euzébios Filho com ações extensionistas relacionadas à temática (ver, por exemplo, Euzébios Filho, Michel, Glens, Souza, & Tabata, 2022; Euzébios Filho & Souza, 2022) e da parceria já firmada com a Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama, um projeto de extensão da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), que, semanalmente, realizava ouvidorias e oficinas com pessoas em situação de rua que frequentavam o Centro de Integração Social pela Arte, Trabalho e Educação (Cisarte). O Cisarte é uma associação comunitária sem fins lucrativos, sede do MNPR-SP, localizada no Viaduto Pedroso, bairro Bela Vista, na região central da cidade, que promove o acesso de pessoas em situação de rua a direitos e informações, além de incentivar o cooperativismo popular e solidário através de oficinas e projetos nas áreas de educação, arte, cultura, trabalho, assistência social e saúde (Cisarte, 2022).

Além do acesso ao espaço via Clínica, outro fator que contribuiu para a escolha do Cisarte enquanto local para a construção das informações foi que, ainda que exista certa transitoriedade entre as pessoas em situação de rua, o público do Cisarte é caracterizado pela frequência semanal para utilização dos variados espaços e serviços ofertados, tais como acesso

à internet, cursos de idiomas, culinária e informática, serviços psicoterápicos e odontológicos, oficinas, bazar, dentre outros. Tais características do espaço auxiliaram no contato recorrente e a consequente seleção dos sujeitos interlocutores da pesquisa.

A história de criação do Cisarte é, também, uma história de reivindicação política e de luta das pessoas em situação de rua. A construção do local onde está localizado, o Viaduto Pedroso, teve início ainda em 1965, antes da construção da Avenida 23 de Maio, em que se pretendia abrigar uma estação de metrô. Todavia, em função do atraso da obra, não foi possível integrar à estrutura do metrô, e a inauguração ocorreu apenas em 1967. Com isso, a estrutura do viaduto permaneceu vazia por um período e, em 1996, tornou-se um abrigo para pessoas em situação de rua, mantido pela Comunidade Metodista do Povo de Rua. O Pedroso, como ficou conhecido, foi fechado pela Prefeitura de São Paulo em 2010 e permaneceu fechado desde então, passando por ocupações, até que, em 2016, fruto de uma reivindicação do MNPR, foi cedido pela prefeitura. Assim surge o Cisarte como uma proposta de espaço da rua para a rua, no qual são aplicadas, a partir de uma metodologia própria, todas as reivindicações de políticas públicas dessa população: respeito e dignidade para as pessoas em situação de rua, acolhimento, desenvolvimento das potencialidades e acesso à informação e aos direitos.

Dessa forma, entre os meses de abril e setembro de 2022, frequentei o Cisarte semanalmente, às terças-feiras, das 13h30 às 16h30, como colaborador voluntário da Clínica, participando ativamente das atividades desenvolvidas: ouvidorias para coleta de denúncias de crimes de racismo cometidos por agentes estatais e oficinas de grupo sobre racismo e suas consequências. Em função do vínculo estabelecido com o Cisarte, mesmo findando as atividades da Clínica, continuei a frequentar o espaço, e, em outubro de 2022, iniciamos as atividades extensionistas ligadas ao Observatório do Trauma Psicopolítico, do qual o Prof. Dr. Antonio Euzébios Filho é um dos coordenadores e do qual também sou membro. As atividades extensionistas na instituição continuam sendo realizadas até o presente momento (2024).

Como mencionamos anteriormente, o Observatório do Trauma Psicopolítico é um projeto interinstitucional e transdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, criado em 2021 e coordenado por pesquisadores da UNIFESP, *campus* Baixada Santista, e pelo Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP. O Observatório constitui um núcleo de pesquisa e ação profissional em torno da dimensão psicossocial da violência política e da violação de direitos humanos, tendo como finalidade a produção teórica e técnica e a execução de atividades na comunidade.

Das atividades extensionistas vinculadas ao Observatório, resultaram trabalhos técnicos sobre as condições de vida das pessoas em situação de rua em São Paulo. Inicialmente, a pedido

do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), produzimos um *Laudo técnico psicossocial das trajetórias de institucionalização e das vivências da população em situação de rua*, que, sob um enfoque psicossocial balizado na noção de trauma psicossocial de Martín-Baró, buscou verificar se a política para as pessoas em situação de rua e se os dispositivos de acolhimento institucional favorecem a autonomia e a dignidade ou mesmo a saída da situação de rua. O documento foi solicitado para subsidiar processos e ações do núcleo que visam à garantia dos direitos das pessoas em situação de rua (Leite Júnior, Euzébio Filho, Silva, Campos, & Souza, 2024).

Os resultados desse estudo demonstraram como a trajetória de institucionalização de muitas pessoas em situação de rua são permeadas por situações que favorecem a vivência sequencial de episódios de humilhação social, violência (simbólica, intra e intergrupala), desenraizamento e desapego a lugar, reduzindo as perspectivas de futuro. Sobre os serviços de acolhimento institucional, verificamos que, mesmo com tímidas avaliações positivas desses serviços, do ponto de vista psicossocial, a presença de elementos com potencial de causar danos psicossociais se destacou. Para muitos usuários, esses serviços reproduzem relações baseadas no medo, autoritarismo e difamação das pessoas em situação de rua; recorrem à violência psicológica como forma de resolução de conflitos; realizam atendimentos despersonalizados e com equipes que não são devidamente preparada para o trabalho com o público em situação de rua; promovem desintegração da identidade e da autonomia; e têm relações sociais que retiram sistematicamente os direitos dessa população (Leite Júnior et al., 2024).

Considerando que, nesta pesquisa, o nosso foco não foi analisar os serviços ou políticas públicas voltadas para as pessoas em situação de rua, outros espaços complementares foram visitados para maior aproximação da temática. Sendo assim, ao longo desse período, participei de algumas Reuniões Ordinárias do Comitê Pop Rua da cidade de São Paulo, que acontecem toda primeira quarta-feira do mês, e de algumas Reuniões Mensais do Fala Rua, organizadas pelo MNPR-SP e que acontecem no Cisarte no primeiro sábado de cada mês. Além disso, a partir da parceria firmada com o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da DPESP, como atividade ligada ao Observatório, participei de alguns atendimentos itinerantes do Núcleo pela cidade de São Paulo, como na Praça da Sé, na região do “Fluxo”¹³ e em serviços socioassistenciais para pessoas em situação de rua.

Em face do exposto, é possível demarcar que o início do processo de vinculação com as pessoas em situação de rua que frequentam o Cisarte iniciou-se em abril de 2022, e, desde então,

¹³ Fluxo é o nome dado às regiões da Cracolândia em São Paulo.

permaneceu, mas não se restringiu apenas a ele. Ademais, é importante destacar que foi a partir do contato com o espaço, com as pessoas que lá frequentam e com o próprio MNPR-SP, suas pautas, lutas e questões, que me tornei apoiador do movimento.

Por último, não foi delimitado *a priori* um limite temporal para o processo de inserção em campo, vinculação, construção das informações e saída do campo. Este foi orientado pelo consumo de tempo necessário para conhecer a realidade estudada, conforme nossas disponibilidades de tempo e recursos. Além disso, as atividades de extensão universitária, vinculadas ao Observatório do Trauma Psicopolítico, com temáticas similares aos objetivos deste estudo, também contribuíram para a permanência regular em campo.

Esse trabalho contínuo foi propício para conhecer múltiplas facetas do fenômeno de estudo e ampliar o rol de reflexões e análises. Em alguns momentos as fronteiras entre pesquisador, extensionista e psicólogo apoiador se encontraram, se confundiram, se misturaram e se fundiram. Assim, pois, é possível demarcar que finalização da construção das informações para a pesquisa ocorreu em dezembro de 2023 - em função dos prazos para a conclusão da escrita da dissertação -, sem que esta fosse acompanhada da interrupção da minha presença nos espaços já citados. Como um dos interlocutores da pesquisa disse recentemente, “. . . gostei que você fez o trabalho e ficou. Não foi embora. O pessoal vem e quando acaba eles vão embora. Não custa nada voltar um dia”.¹⁴

4.3 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Uma das características das pesquisas qualitativas é a diversidade de técnicas e procedimentos de coleta e métodos de tratamento de dados utilizados na produção do conhecimento. Minayo (1993/2016), em linhas gerais, divide o processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa em três fases: (a) exploratória; (b) trabalho de campo; e (c) análise e tratamento do material de trabalho.

A primeira fase, exploratória, seria aquela que antecede e prepara a entrada dos pesquisadores em campo, na qual há a produção do projeto de pesquisa, com o delineamento teórico-metodológico, a delimitação dos objetivos, a definição do cronograma de execução e a escolha dos instrumentos a serem utilizados, por exemplo. A segunda consiste na aplicação prática da construção teórica construída na fase anterior. Assim, a fase do trabalho de campo “. . . combina instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e

¹⁴ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 07 de março de 2024.

interlocução com os pesquisados, levantamento do material documental e outros” (Minayo, 1993/2016, p. 26).

É, também, a partir do trabalho de campo que hipóteses podem ser confirmadas ou refutadas e que pode haver construções teóricas. Em relação a esta dissertação, as fases exploratória e de trabalho de campo foram-se constituindo concomitantemente, a vivência prática da segunda fase possibilitando, entre outros aspectos, avanços, recuos e reformulações no delineamento da pesquisa. Em relação à fase do trabalho de campo, valemo-nos dos seguintes recursos para a construção de dados: observação participante, registros em diário de campo e entrevistas semiestruturadas.

A observação participante não se trata da simples observação *in loco*, tal como a observação comumente utilizada no dia a dia. Contrariamente, trata-se de uma técnica sistematizada, delimitada por meio de princípios teórico-filosóficos, os quais possibilitam ao pesquisador conhecer, de modo mais intenso, as vivências de grupos e comunidades. Nessa direção, o método de observação participante proporciona uma visão ampla e detalhada de uma determinada realidade na qual o pesquisador interage. Como afirmam Queiroz, Vall, Souza e Vieira (2007, p. 280), os pressupostos da observação participante possibilitam que “. . . o pesquisador se torne ponte da situação observada, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela determinada situação, valorizando assim o instrumental humano”.

Na mesma direção, Minayo (1993/2016) apresenta a observação participante como uma parte essencial do trabalho de campo, posto que configura um método de compreensão da realidade. Em termos práticos, a autora acrescenta que a atividade de observação permite ao pesquisador situar-se de maneira mais livre durante o processo de pesquisa, sem a necessidade de rigidez no tocante aos instrumentos ou hipóteses, por exemplo. Assim, ela possibilita ao pesquisador o ir e vir na pesquisa, (re)adaptando-se à realidade. Por último, a autora destaca a centralidade do diário de campo como um instrumento de trabalho de observação que “. . . nada mais é do que um caderninho, uma caderneta, ou um arquivo eletrônico no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal de entrevistas em suas várias modalidades” (p. 71).

Segundo Lourau (1993, p. 77), o diário de campo permite “. . . conhecimento da vivência cotidiana de campo (não o ‘como fazer’ das normas, mas o ‘como foi feito’ da prática”. Para Ferrari (2018, p. 59), além da função de assessoramento ao pesquisador, o diário de campo “. . . evidencia um movimento de reconstituição da história subjetiva do sujeito, compreendendo que o mesmo se inventa na escrita”. Concordamos com o entendimento de que a construção do

material é um exercício de reflexão do próprio escrever/fazer da pesquisa. Acrescenta-se que para esta dissertação, os registros em diário de campo captaram tanto as reflexões do próprio exercício da prática, quanto fragmentos de falas dos nossos interlocutores.

Já em relação ao uso de entrevistas em pesquisas qualitativas, Minayo (1993/2016) afirma que é uma técnica privilegiada de comunicação que, sob a ótica de comunicação verbal (sentido amplo) ou de coleta de informações (sentido restrito), é a mais utilizada no trabalho de campo. Para a autora, a entrevista é entendida como uma conversa (a dois ou entre vários interlocutores), com uma finalidade e que se caracteriza segundo a forma pela qual se organiza. Nesta dissertação, privilegiamos um roteiro de entrevista semiestruturada, pois se trata de uma modalidade de entrevista flexível, na qual os interlocutores podem discorrer sobre o tema apresentado sem se prender rigidamente à pergunta formulada. Além disso, outras perguntas se originaram a partir das próprias narrativas dos interlocutores.

Em que pese os objetivos propostos para esta pesquisa, o roteiro de entrevista foi organizado da seguinte maneira: a primeira parte se ocupa de questões de ordem sociodemográficas com a finalidade de apresentar os participantes. A segunda se ocupa dos tópicos centrais para a condução das entrevistas, sendo eles: (a) chegada nas ruas, institucionalização e redes de apoio; (b) humilhação e vergonha; (c) conscientização (ANEXO A). O primeiro tópico voltou-se para a chegada às ruas e os desdobramentos posteriores, locais e serviços por que passaram ao longo desse período e as formas de organização da vida cotidiana. O segundo, sobre os aspectos relacionados às experiências vividas nas ruas e à relação com a cidade que envolvem humilhação social e vergonha. O terceiro, sobre aspectos relacionados ao entendimento quanto à condição em que se encontram, seus motivadores, o que contribui para a sua manutenção e as formas de superação.

4.4 SUJEITOS DA PESQUISA

Nesta pesquisa, contamos com interlocutores diretos e indiretos. Os primeiros são aqueles e aquelas que foram convidados a conhecer e participar da pesquisa (mediante um roteiro de entrevista semiestruturado), ao passo que os segundos são aqueles e aquelas com quem nos encontramos ao longo do período de execução da pesquisa (2022-2023), nos mais diversos espaços, e que, no entanto, não entrevistamos – mas cujas histórias e narrativas puderam ser registradas em diário de campo.

Os interlocutores diretos da pesquisa foram oito pessoas adultas em situação de rua, que aqui receberam outros nomes, a fim de proteger e resguardar suas identidades, sendo eles:

Antônio Carlos, Cosme, Daniel, Elias, Ivanildo, José, Messias e Vanderlei. Esses nomes foram escolhidos de forma simbólica em memória às vítimas do Massacre da Praça da Sé¹⁵, ocorrido em 19 de agosto de 2004, em São Paulo, e a distribuição dos nomes entre os participantes ocorreu de forma aleatória. A definição do número de participantes não se orientou em função de cálculo amostral, e a escolha dos participantes se deu por conveniência, visto que, como nos sinaliza Sampieri, Collado e Lúcio (2013), a escolha decorre da acessibilidade e proximidade ao pesquisador no momento da execução da pesquisa.

Foram adotados como critérios de inclusão sujeitos maiores de 18 anos que estão em situação de rua (incluindo também pessoas em processo de saída das ruas). De modo contrário, foram excluídos os sujeitos menores de 18 anos, aqueles que não consentiram com a participação e aqueles que não se reconheciam em situação de rua. Como mencionado anteriormente, tendo em vista a dificuldade de parte da literatura para conceituar esse grupo populacional, foram enquadradas como pessoas em situação de rua aquelas que habitam “. . . logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.), [as que utilizam] abrigos e albergues para pernoitar” (Brasil, 2009a) e aquelas que, mesmo não se enquadrando nos moldes da política nacional, reconhecem-se como em situação de rua e estão em processo de saída das ruas (à guisa de exemplificação, o caso de Cosme, que aluga um quarto com recursos de programas de transferência de renda, mas que utiliza outras redes de apoio às pessoas em situação de rua, como bocas de rango, por exemplo, e considera-se em situação de rua).

Com base nisso, escolhemos os participantes a partir das relações que se foram constituindo no transcorrer das visitas semanais ao Cisarte, que sinalizaram a formação de um vínculo, e que, posteriormente, resultaram no convite para conhecer a proposta da pesquisa e, assim, participar. Apenas com um dos participantes (Ivanildo) esse processo se inverteu, e fui abordado por ele, que manifestou o interesse em participar da pesquisa. A escolha dos interlocutores também foi atravessada por outros elementos e situações, como, por exemplo, a não presença de mulheres ou de pessoas LGBTQIAPN+ dentre os oito interlocutores selecionados. A despeito desse aspecto, duas mulheres (uma que se identifica como mulher trans e outra como cis) frequentadoras do Cisarte foram convidadas a conhecer e a participar da pesquisa, todavia optaram por não o fazer. Soma-se a isso a presença majoritária do público

¹⁵ Vítimas do Massacre da Praça da Sé: Antônio Carlos Medeiros, Antônio Odilon dos Santos, Cosme Rodrigues Machado, Daniel Gomes de Souza, Elias Francisco da Silva, Ivanildo Amaro da Silva (Pantera), José Manuel da Cruz (Quá-quá), Maria (Baixinha), Maria de Lourdes de Souza, Messias Rodrigues Moreira, Reginaldo Rufino Feliz Santos, Vanderlei Moreira Alves e Priscila Machado da Silva.

masculino no Cisarte e a presença de casais. Nestes últimos casos, optamos por não abordar as companheiras (cis ou trans), evitando algum desconforto ou mesmo possível situação que colocasse em risco a integridade física ou psicológica das companheiras.

É nesse sentido que a participação dos interlocutores indiretos foi igualmente importante, posto que do surgimento de falas, quase sempre espontâneas, em espaços e de sujeitos distintos, foi o foco de análise. Esse contato surgiu nos momentos anteriores e posteriores à realização das entrevistas, e as informações foram registradas em diário de campo, como os fragmentos de falas, juntamente com as percepções pessoais dos pesquisadores.

A seguir, uma breve apresentação dos nossos interlocutores: o nosso primeiro interlocutor foi Antônio Carlos, que, à época, tinha 53 anos de idade. Ele se reconhece homem cis, pardo, solteiro, com o ensino fundamental completo, nascido e criado na capital paulista e estava com os documentos pessoais completos. Antônio Carlos completou (em 2023) dezenove anos em situação de rua, e, entre idas e vindas, sobrevive com recursos do Programa Bolsa Família¹⁶ (PBF) e alguns trabalhos informais que eventualmente desempenha. À época da entrevista, residia em um Centro de Acolhida na região central pelo sistema de vaga fixa.

Cosme foi o segundo interlocutor, à época tinha 51 anos de idade. Ele se reconhece homem cis, preto, solteiro, com o ensino fundamental incompleto, nascido na capital paulista, criado em um município do interior de São Paulo, e, em 1992, voltou a residir em São Paulo. O seu primeiro contato em situação de rua remonta à década de 1990, por volta de 1992, e, ao longo desse tempo, oscilou entre morar na rua por quatro anos, utilizar Centros de Acolhida e alugar quartos individuais. À época do nosso contato, Cosme residia em um quarto coletivo, em uma pensão localizada na região central, com recursos que recebia do PBF e do Bolsa Trabalho.¹⁷

O nosso terceiro interlocutor, Daniel, à época tinha 74 anos de idade. Ele se reconhece homem cis, negro, solteiro, com o quinto ano do primário completo, nascido em um município do interior do estado da Bahia, com uma trajetória de vida de andanças por vários estados brasileiros e outros países, e estava com os documentos pessoais completos. O seu contato com a capital paulista foi no final da década de 1960, e, a partir de 1971, entrou em situação de rua.

¹⁶ A Medida Provisória nº 1.164/2023 recriou o Programa Bolsa Família, no âmbito do Governo Lula 2023-vigente em substituição ao Programa Auxílio Brasil, Governo Bolsonaro 2019-2022.

¹⁷ O Bolsa Trabalho é um programa da Prefeitura de São Paulo que oferta ocupação, renda e qualificação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio da prestação de serviços a órgãos públicos e, em contrapartida, concede uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 540,00.

À época do contato, Daniel residia em um barraco ocupado na região central, sobrevivendo com recursos do Benefício de Prestação Continuada (BPC).¹⁸

O quarto interlocutor da pesquisa foi Elias, que, à época, tinha 40 anos de idade. Ele se reconhece homem cis, pardo, solteiro, com ensino médio completo, nascido no interior de São Paulo e estava com todos os documentos pessoais completos. Elias nos conta que o seu contato com a situação de rua ocorreu por volta dos 15 anos de idade, e, desde então, em sua trajetória, intercalou períodos na rua, na casa de amigos e parentes, viajando por cidades do litoral paulista, estabelecendo-se em algumas delas com trabalhos informais e eventuais que lhe permitiam o acesso à moradia, bem como o uso de equipamentos socioassistenciais de acolhimento. À época do contato, Elias residia em uma área ocupada, com outras pessoas em situação de rua na região central da capital paulista e sobrevivia de recursos do PBF.

O nosso quinto interlocutor foi Ivanildo, que, à época, tinha 28 anos de idade. Contrariamente aos demais, fomos escolhidos por Ivanildo, pois, ao saber que eu estava realizando uma pesquisa sobre “as vivências na rua”, interessou-se e quis saber mais sobre mim e a pesquisa. Foi também a conversa mais longa, perfazendo quase quatro horas de duração e dividida em três dias. Ele se reconhece homem cis, negro, solteiro, cursando o ensino fundamental por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ivanildo é nascido e criado na capital paulista e, no momento do nosso primeiro contato, estava sem Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF), pois haviam sido subtraídos em ação do “rapa”¹⁹, e os demais documentos pessoais estavam guardados em um Núcleo de Convivência. O seu contato com a situação de rua remonta aos 12 anos de idade, passando por várias institucionalizações na adolescência intercaladas com períodos na rua. À época do primeiro contato, residia em Centro de Acolhida, no sistema de pernoites, e, no último contato, havia sido contemplado com uma vaga fixa em um Centro de Acolhida na região central. Tinha como fonte de renda os benefícios do BPF e do Bolsa Trabalho.

O sexto interlocutor da pesquisa foi José, que, à época, tinha 43 anos de idade. Ele se reconhece homem cis, branco, solteiro, com ensino médio incompleto, nascido em um município do interior do estado de Rio Grande do Sul, reside há 41 anos na capital paulista e estava com os documentos pessoais completos. O seu contato com a situação de rua remonta aos 15 anos de idade, intercalando entre vivências na rua, em equipamentos socioassistenciais

¹⁸ O BPC é um benefício assistencial à pessoa idosa previsto na LOAS.

¹⁹ Se refere à ação perpetrada por funcionários da fiscalização das subprefeituras com finalidade de desobstrução das vias públicas; todavia, nosso contato com as pessoas em situação de rua tem demonstrado que, na maioria dos casos, estas ações têm como propósito a higienização da cidade, com uso da violência e humilhações, nas quais a retirada ou destruição de pertences e ferramentas de trabalho dessa população são recorrentes.

e aluguéis de quartos. À época do contato, José residia em um Centro de Acolhida com vaga fixa, era beneficiário do PBF e aguardava a convocação para o Programa Operação Trabalho (POT) da Prefeitura de São Paulo.

Messias foi o sétimo interlocutor da pesquisa e, à época, também tinha 43 anos de idade. Ele se reconhece homem cis, branco, em um relacionamento sério com uma mulher cis em situação de rua, ensino médio e técnico completo, nascido no interior de São Paulo, há mais de 20 anos vive na capital paulista e estava com os documentos pessoais completos. Messias está há quase dois anos em situação de rua, sobrevive com recursos do PBF e de trabalhos informais eventuais que desempenha e aguarda a convocação para o POT. À época do contato, residia em um Centro de Acolhida na região central com vaga fixa.

O nosso último interlocutor foi Vanderlei, que, à época, tinha 34 anos de idade. Ele se reconhece homem cis, branco, solteiro, com ensino superior incompleto, nascido em São Paulo e, na infância mudou-se para uma cidade do interior de Minas Gerais. No momento do contato, estava com todos os documentos pessoais completos. Vanderlei está há quase 10 anos em situação de rua e sobrevive com recursos do PBF. Por diversas situações vividas em sua trajetória em situação de rua, Vanderlei, à época do contato, residia, durante a semana, debaixo de uma marquise na região central, e, aos finais de semana, em uma praça também no centro de São Paulo, e se negava a recorrer aos serviços de acolhimento institucional - em função das experiências negativas vividas nestes equipamentos, vale ressaltar.

O Quadro 4 sintetiza as informações demográficas e socioeconômicas dos participantes:

Quadro 4 - Informações demográficas e socioeconômicas dos participantes

Participante	Idade	Gênero	Estado civil	Etnia	Local de moradia	Grau de escolaridade	Fonte de renda
Antônio Carlos	53	Homem cis	Solteiro	Pardo	Centro de Acolhida	Ensino fundamental completo	PBF + trabalhos eventuais
Cosme	51	Homem cis	Solteiro	Preto	Pensão	Ensino fundamental incompleto	PBF + BT
Daniel	74	Homem cis	Solteiro	Negro	Barraco	5º ano do primário	BPC
Elias	40	Homem cis	Solteiro	Pardo	Ocupação	Ensino médio completo	PBF
Ivanildo	28	Homem cis	Solteiro	Negro	Centro de Acolhida	Ensino fundamental incompleto	PBF + BT
José	43	Homem cis	Solteiro	Branco	Centro de Acolhida	Ensino médio incompleto	PBF
Messias	43	Homem cis	Relacionamento sério	Branco	Centro de Acolhida	Ensino médio e técnico completo	PBF + trabalhos eventuais

Vanderlei	34	Homem cis	Solteiro	Branco	Rua	Ensino superior incompleto	PBF
-----------	----	--------------	----------	--------	-----	----------------------------------	-----

Fonte: própria (2023). Legenda: PBF: Programa Bolsa Família | BT: Bolsa Trabalho

Feita essa breve apresentação dos nossos interlocutores, na sequência são descritos os procedimentos de análise das informações construídas.

4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Na pesquisa social, a análise e a interpretação das informações objetivam explorar o conjunto das opiniões e representações sociais acerca de determinado tema sob investigação. A análise dos dados procura ir além do que foi descrito por meio da decomposição dos dados e a consequente busca de relações entre as partes decompostas. Ao passo que a interpretação é a busca por sentidos do material analisado com a finalidade de se alcançar uma compreensão ou explicação sobre determinado fenômeno investigado. Um aspecto importante da pesquisa qualitativa é a compreensão de que, nas narrativas individuais de um grupo que compartilha as mesmas características, coexistem elementos próprios da biografia de cada interlocutor e os aspectos universais passíveis de generalização comuns ao grupo. Sendo assim, a pesquisa qualitativa necessita atentar-se à relevância da intensidade e aos sentidos das narrativas, bem como ao que é homogêneo em um determinado grupo e o que se diferencia entre os interlocutores (R. Gomes, 1993/2016).

A pesquisa social inspira-se na análise de conteúdo, que, segundo Bardin (1977/2011, p. 42) “. . . é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”. Tal como dito pela autora, a análise de conteúdo é composta por um conjunto de várias técnicas, e, dessa forma, a pesquisa social elege, principalmente, a análise temática que busca “. . . descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objeto analítico escolhido” (Bardin, 1977/2011, p. 105).

Em relação aos procedimentos metodológicos da análise de conteúdo, Bardin (1977/2011) destaca os seguintes: categorização, inferência, descrição e interpretação. A categorização é uma operação que objetiva classificar os elementos do conjunto de dados por diferenciação e, na sequência, reagrupá-los por critérios pré-definidos. Já a inferência é o

processo de dedução lógica do conteúdo analisado a partir de premissas já aceitas em outros estudos sobre um determinado assunto. A descrição é a apresentação do conteúdo informado pelos interlocutores de maneira mais fiel possível. Por fim, a interpretação é o exercício de ir além do material, buscando atribuir um grau de significação mais ampla aos conteúdos analisados (R. Gomes, 1993/2016).

Em termos práticos, a análise de conteúdo segue três etapas: pré-análise; exploração do material, categorização ou codificação; e tratamento dos resultados, inferências e interpretação. A pré-análise é a etapa de organização da análise de conteúdo, quando as ideias preliminares são sistematizadas. Essa etapa abarca: a leitura flutuante; a escolha dos documentos; a (re)formulação dos objetivos, quando necessário; e a formulação de hipóteses e indicadores. A exploração do material, por sua vez, é a etapa da análise propriamente dita e tem como finalidade a categorização ou codificação no estudo. Por fim, no tratamento dos resultados, o pesquisador elabora uma síntese interpretativa que possa estabelecer diálogo entre os temas e os objetivos, questões e pressupostos da pesquisa (Bardin, 1977/2011; R. Gomes, 1993/2016).

Dito isso, nesta pesquisa, todas as oito entrevistas foram transcritas de forma integral e fidedigna à maneira de se expressar dos participantes em oito documentos separados no Microsoft Office Professional Plus Word 2016, o mesmo procedimento valendo para os registros em diário de campo que foram agrupados em um único documento. Todo o material passou por leituras individuais e livres, e, na sequência, utilizou-se como recurso o *software* ATLAS.ti, versão 24.0.0, que possibilitou o gerenciamento e a organização da análise dos dados da pesquisa. O *software* sozinho não faz a análise dos dados – ainda que a versão mais recente conte com recursos de Inteligência Artificial (IA) –, já que as categorizações e inferências são feitas pelo pesquisador com base em seus objetivos de pesquisa e seus fundamentos teórico-metodológicos.

Uma vez inseridos no *software*, a partir da opção criar um projeto, os nove arquivos constituíram os documentos primários (*primary documents*), que são os arquivos de dados da pesquisa a serem analisados. Cada documento foi identificado pelo *software* pela letra D e um numeral cardinal subsequente (D1: Entrevista nº 1, D2: Entrevista nº 2, até D8: Entrevista nº 8 e D9: Diário de campo), e a soma dos documentos primários constituiu a unidade hermenêutica (*hermeneutic unit*). Na sequência, iniciou-se a identificação e a seleção nos documentos dos segmentos mais relevantes e significativos das narrativas em relação aos temas centrais dos objetivos da pesquisa por meio das citações (*quotations*). Para tanto, foram necessárias leituras prévias e minuciosas de cada documento que permitiram criar os temas centrais da pesquisa.

A cada citação foi aplicado um código (*code*), isto é, uma codificação de cada segmento de texto selecionado que transmitia o significado, a informação ou o sentido da citação. Estes códigos foram reunidos em grupos de códigos (*families*), que possibilitou o processo de organização das categorias de análise, bem como a associação entre os documentos primários e outros recursos utilizados, como as memórias (*memos*), por exemplo, que são os lembretes criados ao longo da análise com reflexões, pensamentos ou referências à literatura. Um aspecto interessante do *software* é que os textos dos documentos surgem de forma contínua, e, com isso, a aplicação de códigos pode ser feita em cada um, além de possibilitar o ir e vir entre documentos diferentes, criar e replicar códigos, ao mesmo tempo que o próprio *software* realiza a contagem dos códigos em cada documento (Silva Júnior, 2018).

No Quadro 5, a seguir, são apresentados os temas centrais da pesquisa e os códigos criados:

Quadro 5 - Temas centrais da pesquisa e os códigos criados

Temas centrais	Códigos criados
Institucionalização	Entrada nas ruas
	Acesso ao mercado de trabalho
	Acesso à rede de acolhimento
	Acesso ao CAPS
	Internações em Comunidades Terapêuticas (CTs)
	Rotina pessoal
	Passagens pelo trecho
	Viver nas ruas
	Saída das ruas
	Retorno às ruas
Redes de apoio	Formal
	Informal
	População em situação de rua
	Trabalhadores de serviços
Humilhação social	Estereótipos
	Preconceitos
	Discriminação
	Violência
	Consequências da humilhação social
Vergonha	Situações de ocorrência
	Constrangimento
Conscientização	Situações de ocorrência
	Causadores da situação de rua
	Saída da situação de rua
	Movimento Pop Rua
	Percepção da realidade
Perspectivas de futuro	

Fonte: elaboração própria.

Os códigos representam as temáticas que emergiram das narrativas dos participantes e do diário de campo. Essas temáticas foram agrupadas e formaram os temas. Por último, os temas foram lidos e analisados teoricamente e deram origem às categorias de análise da pesquisa. As categorias de análise foram, portanto, a interpretação teórica do conteúdo dos discursos dos participantes e das vivências de campo registradas. Durante a análise e interpretação das informações construídas, o processo não foi descolado da compreensão acerca da realidade das pessoas em situação de rua como uma expressão da “questão social”. Entre outros aspectos, essa perspectiva implicou considerar que o fenômeno investigado está em constante movimento e que no curso da história dos nossos interlocutores outros fenômenos se sobrepõem.

4.6 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Este estudo seguiu e respeitou os princípios éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, observando as Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP) do Instituto de Psicologia da USP, pelo parecer nº 5.767.636 e CAAE nº 63441722.5.0000.5561, de 21 de novembro de 2022 (ANEXO B) e foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO C), em duas vias.

O TCLE foi lido na íntegra de modo a explicitar aos participantes a natureza da pesquisa; a forma de envolvimento na pesquisa; as entrevistas; os riscos e desconfortos previstos e as formas de minimização; a confidencialidade das informações e identidades; os benefícios e resultados esperados; o caráter voluntário da participação; a devolutiva; as formas de uso dos dados coletados; e a possibilidade de desistir ou retirar o consentimento a qualquer momento da pesquisa.

Por fim, quanto à devolutiva aos interlocutores, esta etapa ocorrerá em momento posterior à apresentação na banca de defesa da dissertação. Considerando os recursos e parcerias firmadas ao longo da construção deste estudo, a devolutiva será feita de duas formas: uma síntese dos resultados e problematizações será enviada ao jornal O Trecheiro, respeitando os aspectos éticos da pesquisa; e será proposta uma roda de conversa junto ao MNPR-SP e Cisarte para apresentação dos resultados do estudo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresentamos os resultados da pesquisa com base nas entrevistas e nos registros em diário de campo. As informações construídas foram organizadas em três categorias temáticas, a saber: (1) Viver nas ruas: as trajetórias de institucionalização e a (re)configuração das redes de apoio; (2) Experiências de humilhação social e vergonha: elementos na socialização das pessoas em situação de rua; e (3) Os caminhos para a conscientização nas ruas.

(1) Viver nas ruas: as trajetórias de institucionalização e a (re)configuração das redes de apoio: esta categoria teve como objetivo contextualizar a pesquisa, sendo o ponto de partida das análises e categorias posteriores. Dessa forma, priorizamos uma apresentação mais detalhada de como se deu o processo de institucionalização dos nossos interlocutores desde a entrada em situação de rua, como eles concebem o viver em situação de rua e como se organizam cotidianamente. Além disso, as informações que demonstram as especificidades do viver nas ruas na cidade de São Paulo – SP.

(2) Experiências de humilhação social e vergonha: elementos na socialização das pessoas em situação de rua: esta categoria agrega as experiências de humilhação social e vergonha vividas por pessoas em situação de rua no centro da capital paulista, englobando situações tais como preconceitos, estereótipos, violências, discriminações e humilhações, que, por sua vez, têm reverberações em âmbito individual e social-relacional desse grupo social que podem, por um lado, despotencializá-las, ou, por outro, convocar-lhes à mobilização a partir da indignação com as situações vividas.

(3) Os caminhos para a conscientização nas ruas: esta categoria reúne discursos e observações registradas no diário de campo que dizem da conscientização, na perspectiva de Paulo Freire e Martín-Baró, e que fornecem elementos para ampliar a práxis política das pessoas em situação de rua. Tomando a práxis política enquanto atividade prática consciente no sentido da transformação da realidade. Assim, envolveram a compreensão que possuem da própria realidade, os motivadores para a entrada e permanência em situação de rua, e o entendimento sobre a organização e mobilização das próprias pessoas em situação de rua.

Essas categorias serão detalhadas, separadamente, na sequência.

5.1 VIVER NAS RUAS: AS TRAJETÓRIAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E A (RE)CONFIGURAÇÃO DAS REDES DE APOIO

O “viver nas ruas” se expressa de maneira não linear na história de vida dessas pessoas, na qual podemos destacar desde as formas de organização dos próprios espaços públicos como forma de moradia e de sustento, como a passagem por serviços de distintas políticas públicas – em especial, os serviços socioassistenciais ligados à Política Nacional de Assistência Social, materializados no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Bem como o acesso à renda mediante benefícios socioassistenciais ou mercado de trabalho, via emprego formal ou informal. Em alguns casos, esse processo é caracterizado por ciclos de entrada-saída-retorno à situação de rua, que se repetem no transcorrer das trajetórias de vida. Por outro lado, observa-se também múltiplas formas de (re)configuração de redes apoio em diferentes dimensões da vida, frente às adversidades vividas cotidianamente, e que auxiliam as formas de organização pessoal.

Em relação aos nossos interlocutores diretos, a entrada em situação de rua sinaliza uma sobreposição de diferentes fatores, com destaque para os conflitos familiares e o desemprego, intensificados pela condição de pobreza e ausência de renda suficiente para a manutenção de uma moradia. Além disso, a pandemia de Covid-19 se apresentou como um agravante para a permanência em situação de rua, posto que tem aumentado o número de pessoas nas ruas e dificultado o acesso a serviços que contribuem para a organização pessoal e saída das ruas.

Os conflitos familiares estiveram na base dos motivadores de todos os entrevistados. Assim, Antônio Carlos nos conta que “. . . foram vários os fatores que acabaram me levando, né? O fato primordial foi um rompimento com a família na época, né? Em 2008”. E, igualmente, Messias acrescenta: “. . . aí foi juntando tudo isso, conflitos familiares e falta de emprego. E a pandemia junto com tudo isso que me colocou em situação de rua, né? Em situação de vulnerabilidade, né?”. E, Elias: “. . . condição financeira, né? E também por problemas familiares”. Similarmente, corroborado pela vivência em campo, fato é que a entrada em situação de rua não se mostra única e exclusivamente como fruto de (más) escolhas pessoais de vida, ainda que alguns reconheçam sua corresponsabilidade na situação na qual se encontram, como Cosme:

Mas um pouco o culpado foi eu também, não culpar só minha família, não, foi eu mesmo. [Pesquisador: Poderia me falar um pouco mais sobre isso?] A culpa minha, porque, tipo assim, ó, eu não aceitava ordem, era mais novo, né? Você vai entender, eu não aceitava ordem, era muito brutão, muito nervosão. Então, nisso aí, acho que a minha família viu, viu isso em mim, e falou: “ó, daqui em diante, você se vira”. Eu já estava com 22 anos, né? Pra mim foi ótimo.

E, além disso, vale destacar que nos deparamos com um grupo que reivindica o direito de morar em praças e outros espaços da cidade como uma concepção filosófica de vida: “. . . não queremos ser resgatados! Não nos confunda com situação de rua”.²⁰ Sendo, portanto, um estilo de vida ligado a uma escolha pessoal, mas que não diz respeito ao fenômeno da situação de rua tal como concebemos neste estudo.

A entrada em situação de rua ocorreu de maneira distinta para os interlocutores entrevistados, mas pode ser dividida entre a experienciada de forma gradual e processual (José e Elias), e a de forma mais abrupta (Antônio Carlos, Cosme, Daniel, Ivanildo, Messias e Vanderlei). A história de José, por exemplo, demonstra a aproximação gradual e processual com a rua desde a adolescência:

Depois de todas aquelas situações [se referindo aos conflitos familiares com o pai, após o falecimento da mãe], eu ficava mais na rua do que em casa, né? E aí não conseguia trabalhar direito, e aí acabei saindo do serviço e fui pra situação de rua, passei a morar com meu pai. Às vezes eu ia, ficava dois dias em casa, ficava quatro dias na rua. Às vezes eu ia, ficava três dias em casa e ficava seis dias na rua, então foi assim que eu fui parar na situação de rua aí. Aí, depois meu pai faleceu e ficou pior ainda. Meu pai faleceu em 2007, e a minha mãe faleceu em 95, por aí, eu tinha uns 15 anos de idade. Depois que meu pai faleceu, é, eu fiquei mais, mais, a morar mais na rua.

Ao passo que a história de Ivanildo, exemplifica o contato mais abrupto após o rompimento com familiares:

. . . aí, infelizmente, na brisa louca dele [referindo-se a um episódio em que o pai chega em casa sob efeito do álcool], chegou meio dopado em casa, falou que, é, eu que tinha que matado minha mãe e não queria eu na casa dele. E eu, por ser homem, né, mano, sexo masculino é orgulhoso, catei minha mochilinha e peguei umas roupas. Acho que fui pra casa de um amigo meu. Fiquei 3 meses, esses 3 meses não deu certo, porque tem contas pra pagar, né, mano. Então, naquela casa lá tem conta, tem rango pra colocar na, na, na panela. E eu não, não tinha um, nem nasceu isso naquela época, né? Onde é que foi que eu tive infelizmente que me jogar pra rua, mano. Aí fui pra rua, foi aí que eu vim pro centro de São Paulo. É que nem é aquele ditado, né? “Quem nadou no chafariz da Praça da Sé é difícil de sair”, entendeu.

Um fato comum no início da trajetória de Antônio Carlos, Cosme, Daniel, Ivanildo, José, Vanderlei e Elias foram os períodos que recorreram aos espaços públicos (calçadas, rodoviária, praças e cemitérios) como locais de moradia antes de ingressar na rede de acolhimento institucional. Antonio Carlos nos conta: “Eu fiquei na primeira semana, eu fiquei, assim, buscando lugares para descansar. Eu não conhecia nada nesse sistema, né, propriamente dito. Eu buscava dormir . . . Dormir? [risos] cochilar, né, na Rua Direita, aqui no centro. E na

²⁰ Enunciado registrado em diário de campo, no Festival Cultura Pop Rua, no dia 17 de agosto de 2023. O Festival Cultura e Pop Rua - População em Situação de Rua e Direito à Cultura, foi um evento realizado entre os dias 16 e 18 de agosto de 2023, pelo Museu da Língua Portuguesa em parceria com a Prefeitura de São Paulo, o Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo e o MNPR-SP.

Liberdade também”. E, Cosme: “. . . eu dormia mais era ali pro lado do Ibirapuera. A minha região sempre foi assim. Lá pelo menos tinha água, tinha uma marquise lá”. E, José: “Dormia muito em construção, né? Em barraca. Eu ia muito na rodoviária também. Até pegar uma vivência pra poder sobreviver realmente mesmo na rua, né?”

Sobre o acesso aos serviços de acolhimento, Antonio Carlos nos conta: “Aí depois eu, por frequentar uma . . . um Centro Pop na época, né? Que era localizado aqui no bairro Bela Vista, aí eu tive que eu conheci algumas pessoas que me encaminharam para o bairro da Barra Funda, e aí eu comecei a residir no albergue que existe lá até hoje”. Já Cosme: “. . . na década de 90, eu dormia aqui [se referindo ao espaço que hoje é o Cisarte], aqui era albergue. Eu fiquei um bom tempo, aí saí, né? E agora aluguei um quatinho aqui na Liberdade”.

Ivanildo, por sua vez, teve a sua trajetória institucional ainda na adolescência:

. . . eu passei por, por, passei por, por, pelos Saica²¹ [Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes], entendeu? Nesses Saica, infelizmente, eu tinha que ganhar a vida, né, mano . . . Então nós só ia pra Saica, pra esses serviços de acolhimento pra diminuir no uso ou quando estava cansado, mano. Aí descansou, pulou o muro e voltou pra rua. E aí foi que eu tô aí até hoje, mano. . . É, só uma vez só que eu, que eu fiquei num Saica, que foi o Saica Campo Limpo. Lá, eu acho que lá foi um ano e pouco, consegui voltar a estudar lá também. Aí foi que eu arrumei uma namorada lá dentro, ela me mostrou certas direções da vida . . . Aí, infelizmente, tretei com ela e fui parar na Febem²² [Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor]. Da Febem, voltei, aí eu vim aqui pro Prates, no Bom Retiro.

A sua trajetória de vida é um demonstrativo, do ponto de vista das políticas públicas, da desarticulação em curso em muitas delas – por motivos de ordens diversas, vale resaltar –, mas que em última instância não alcançam seus objetivos em toda a sua totalidade. Após esses episódios e a passagem pela Febem, já com 18 anos, Ivanildo conta que tentou acessar o sistema de acolhimento institucional em República²³ de São Paulo. Todavia, não obteve sucesso nessa empreitada, posto que estava residindo em um Centro Temporário de Acolhimento (CTA)²⁴, e, para pleitear a vaga na República, foi-lhe demandado um exame toxicológico de sangue. Assim, ele indaga:

²¹ O Saica é um serviço destinado a crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses que busca garantir o acolhimento e proteção integral à criança e adolescente em situação de risco pessoal e social e de abandono.

²² A Febem-SP, instituída pela Lei nº 185, de 12 de dezembro de 1973, passou a denominar-se Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa-SP), pela Lei nº 12.469, de 22 de dezembro de 2006.

²³ O Serviço de Acolhimento em Repúblicas é um serviço de acolhimento institucional provisório, nas modalidades Jovem e Adulto, em sistema de cogestão que oferta proteção, apoio, moradia e atendimento durante o processo de construção de autonomia pessoal, sendo o último estágio para a moradia autônoma e a saída da rede de serviços socioassistenciais (Brasil, 2009c).

²⁴ Os CTAs são serviços criados no ano de 2017, como apoio aos Centros de Acolhida do município de São Paulo, e são destinados a pessoas que demandam acolhimento em caráter de urgência.

Mas aí que tá, mano, como é que eu vou fazer um exame se dentro do abrigo já estou usando droga, entendeu? Dentro de uma clínica eu estou usando droga? A droga me chega acessível, fácil na minha mão. Então, eu me neguei a fazer e aí não consegui.

Em decorrência, Ivanildo retornou à situação de rua, e, após envolvimento com o crime, “. . . nessa daí eu entrei na cadeia com 18 anos e saí com 24 anos, perdi minha juventude dentro da cadeia”.

Messias, por outro lado – e diferentemente dos demais interlocutores –, após os conflitos familiares que contribuíram para a sua entrada em situação de rua, acessou o sistema carcerário, e, de lá, foi encaminhado para a rede de acolhimento institucional, tal como se observa:

. . . assim, é, depois do falecimento da minha mãe, eu voltei pra casa da minha mãe, voltei para lá, fiquei lá, aí teve esse conflito familiar, eu fui preso, né? Porque eu ameacei meu cunhado, e tal, e aí eu fui parar, preso não, fiquei uma, duas, três noites no cárcere. E eu saí do cárcere e o policial me orientou, né? Ele alertou e falou, “ó, você não pode voltar pra sua casa porque tem uma medida protetiva lá, você ameaçou seu cunhado e ameaçou suas irmãs, englobou a ameaça de todo mundo”. Tudo bem, eu falei, “putz, e agora?” Ele mesmo, de próprio punho, me deu o endereço do CTA 16, que é situado em Guaianases, né?

Para Vanderlei, Elias e Daniel, a trajetória em situação de rua envolveu a passagem por outras cidades, quase sempre na busca por melhores condições de vida e de superação da condição na qual se encontram. Vanderlei assim nos contou: “. . . de 2014 até 2017 eu tive nas cidades vizinhas, interior de São Paulo, né? Aí, em 2017, em 2017, é, lá pro mês do meio do ano, que foi o mês de junho, é que eu cheguei no centro de São Paulo”. E, na sequência, complementou:

. . . tipo assim, eu fiquei circulando, né? Ia e depois voltava, saía pro interior, tudo nesse objetivo de conseguir uma chácara. Eu não ia, tipo assim, ‘ah, vou ir por ir’, como tem andarilho que estão em situação de rua. Eu, não, eu tinha um foco.

De modo parecido, Elias disse que, após a saída de casa, começou “. . . a ir pros lugares mais longe, né? Fui pro trecho, ia pra uma cidade e voltava, ia pra outra cidade e ficava”.

A passagem pelo trecho²⁵, como se referiam, envolveu experiências positivas e negativas. Em Taubaté, por exemplo, Vanderlei conta que sua “. . . experiência já foi um pouquinho melhor. Eu fiquei numa pracinha que é a rodoviária velha lá, mas já ali vinha doações, vinha doações, né? . . . Lá eu fiquei 2 meses”. Já em outras cidades do interior paulista, suas experiências foram negativas, como é o caso da cidade de Jujutiba:

. . . cheguei na época tirar resto de coisa estragada do lixo pra comer, porque eu não tinha costume de pedir e lá [se referindo à cidade de Jujutiba], o povo, já é interior, já é mais

²⁵ A palavra trecho surge para nossos interlocutores como o movimento realizado por eles entre cidades, estados ou países, quase sempre, na busca por melhores condições de vida; mas também com finalidades outras, como conhecer um novo lugar, por exemplo.

desconfiado, e eu entendo também, né? Por conta das coisas que acontece. Então, às vezes eu ia muito pros lixo e tirava resto de coisa estragada do lixo pra mim comer ali. Passei muito aperto mesmo. Fiquei um período de praticamente um mês quase sem tomar banho, né?

A experiência de Vanderlei nos chama a atenção quanto à disponibilidade das redes de apoio às pessoas em situação de rua – seja governamental ou não governamental. Quando essas redes são reduzidas ou ausentes, colocam em risco o acesso a recursos fundamentais, como a alimentação. Outrossim, também desvela um aspecto comumente encontrado quando consideramos o porte do município. Taubaté, por exemplo, é um município de grande porte, com uma população aproximada de 317.915 habitantes; ao passo que Jujubim é um município de pequeno porte II com uma população aproximada de 31.646 habitantes (IBGE, 2024c; 2024d). Como Kunz et al. (2014) destacam, nos municípios de menor porte a oferta de serviços a essa população é quase inexistente, sendo que “. . . em algumas cidades, o único serviço de acolhimento voltado à população em situação de rua são as passagens ofertadas pelo poder público municipal para que se dirijam a outras cidades ou estados. Há quem colecionem bilhetes de viagem” (p. 921).

No caso de Elias, a passagem pelo trecho envolveu o acesso a pequenos trabalhos, quase sempre informais, que lhe possibilitavam a manutenção das necessidades básicas.

E aí fui pra Santos, de Santos pra Praia Grande, São Vicente e fui parar lá no Rio de Janeiro. Todas as praias, e fui indo, conversando, às vezes acessando o albergue, às vezes as igrejas, às vezes os lugares, é restaurante, sempre tem trabalho no trecho, no trecho aí. Trabalhei em obras muito tempo, pinturas, cozinha, borracharia, assim a gente vai indo, é horta, você vai encontrando um monte de coisa. Eu fui parar no Rio de Janeiro!

Ademais, como acrescenta Daniel, a experiência adquirida no trecho contribui para sobreviver em outras localidades, posto que, segundo ele, “. . . muitas das dificuldades, o morador de rua encontra em todo lugar”. Dessa forma, ele complementa que:

. . . se você tem bastante experiência, aí você convive em qualquer lugar. Eu já fui da Argentina à Guiana Francesa, já fui no Rio Grande do Sul, Paraná passei um pouco, passei uns dois anos em Santa Catarina, passei uns três anos ali em Minas Gerais, passei uns dois anos ali em Belém, passei no Amapá, Salvador nem se fala, passei bastante. [Pesquisador: Então, o senhor tem uma experiência muito grande aí] Então você sabe as dificuldades, sabe como sobreviver.

Um aspecto que se destacou na trajetória de Vanderlei, no período em que esteve pelo trecho, foi o acesso às Comunidades Terapêuticas²⁶ (CT) – muitas vezes caracterizado por

²⁶ As CTs são entidades privadas, sem fins lucrativos, que visam a acolher pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, em regime residencial transitório e de caráter voluntário – espontâneo. São integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), por força do Decreto nº 9.761/2019 e da Lei nº 13.840/2019 (Brasil, 2019a; 2019b).

experiências negativas, passando por cinco CT diferentes em cidades do interior de São Paulo e próximas à capital paulista. Segundo ele, sob promessas de um espaço de acolhimento e cuidados para superar a situação de rua:

Falaram que ia me deixar num sítio que pegavam pessoas em situação de rua, e tal. [Pesquisador: Houve alguma justificativa?] Não, foi com aquela espécie, entendeu, entre aspas, de querer ajudar, né? . . . eles falavam: “a gente vai levar você pra um sítio que a gente conhece em Guaratinguetá. E ali a gente tem algumas pessoas responsáveis que trabalha com vocês a situação, e ali você vai ter um banho, vai ter uma cama, é tranquilo”.

Não obstante, a realidade se mostrava diferente:

Então me passaram aquele paraíso, vamos dizer assim, né? E aí, quando eu cheguei lá não foi nada disso. Quando eu cheguei lá, que eu realmente fiquei lá, meu Deus do céu, um inferno do caramba. . . . Deus que me livre! Era um brigando com o outro, um descendo a porrada no outro. Nessas Casa Terapêutica [faz o sinal de aspas com as mãos], eles transparecem, eu vivi em situação de rua, um experiência completamente diferente do que esses troços passam, né? Porque quando chega as famílias, eles se disfarçam ali. Fica todo mundo bonzinho, todo mundo bem arrumado pra não transparecer o problema interno da casa, porque, infelizmente tem desses líderes aí religioso, que ganham com isso, entendeu? E aonde a gente que tá em situação de rua é produto pra esse ganho religioso, entre aspas, né? Então, o que que acontece, não era nada daquilo que eles transpareceu pras famílias. A família, tinha família, por exemplo, que pagava pela internação de quem tinha problema com vícios. Eu não tinha e não tenho problema nenhum com vício nenhum, só que eles também pegam situações de rua, pra quem tá na rua, pra não ficar na rua, e porque ganha do governo também de uma certa forma, né? Então, o que que acontece, aí foi e me colocaram ali e foi uma opressão, cara, diabólica, desgraçada.

O tema das CTs surgiu em momentos distintos do nosso estudo, caracterizado ora por dissensos, ora por consensos quanto ao seu potencial de contribuição para a promoção do cuidado em saúde mental. Dessa forma, alguns localizam essas instituições como espaços onde é possível “. . . dar um tempo no uso da droga”²⁷ e descansar de uma rotina de uso contínuo, ao passo que outros, como é o caso de Vanderlei, afirmam que estes são espaços reprodutores de outras formas de violências contra o público atendido. Acerca dessa temática, Elias apresenta um ponto de vista interessante:

Porque a pessoa quando tá em São Paulo é o seguinte, é, a pessoa tira da rua, vai lá, leva lá, interna dois meses, a pessoa volta e solta na rua de novo. Não tem um pós-tratamento pra recuperação, e a pessoa não sabe fazer outra coisa e volta. E fica nesse ciclo de instituição. Institucionaliza a pessoa. Ela sabe que se ela usar ela pode voltar pra instituição. Mas é assim, porque eu não tenho, não é um caminho de preparar a pessoa pra nunca mais voltar. Não, parece que prepara a pessoa pra ela voltar.

Sua fala nos dá indícios da complexidade que caracteriza a problemática do uso de álcool e outras drogas no contexto das ruas – resguardados os sentidos e significados atribuídos ao uso. Dessa forma, possibilita compreender que apenas a institucionalização não é suficiente

²⁷ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 04 de abril de 2024.

para o processo de cuidado e tratamento. A ênfase dada ao pós-tratamento, em sua análise, nos permite levar o debate para o campo da intersectorialidade e do fortalecimento da rede pública de atenção aos usuários de álcool e outras drogas, com serviços abertos, territoriais e estratégias de cuidado que considerem as necessidades singulares dos sujeitos.

O acesso ao mercado de trabalho – sobretudo informal, vale mencionar – também se mostrou presente na trajetória pessoal dos nossos interlocutores. Esse é, inclusive, um aspecto relevante quando consideramos as múltiplas narrativas sobre as pessoas em situação de rua que circundam parte do imaginário social e que as caracterizam como pessoas preguiçosas e vagabundas (Mattos & Ferreira, 2004). No tocante ao acesso ao mercado de trabalho, esse assunto será mais bem aprofundado na categoria seguinte; mas, por ora, adiantamos que, ao mesmo tempo que promove contribuições para a organização pessoal, autonomia, liberdade e possibilita a superação da situação de rua, por outro lado, converte-se em um espaço de dificuldades e de vivências de situações de humilhação social e vergonha.

Ademais, nossos interlocutores também denunciaram a coexistência de uma prática em curso na cidade de São Paulo relacionada à exploração do trabalho dessa população. Como Messias conta, “. . . as vans passam nos albergues e perguntam quem quer trabalhar”. Em geral, os trabalhos são prestados nas áreas de carga e descarga de caminhões, montagem e desmontagem de palcos em eventos, entre outras. Todavia, ocorrem sem formalização que o trabalho foi realizado, além das condições precárias de trabalho, jornadas excessivas e pagamento aquém do esperado.

Como dito anteriormente, em alguns casos, a trajetória nas ruas é perpassada por um ciclo de entrada-saída-retorno à situação de rua. Antonio Carlos conta como esse ciclo se repetiu em sua história. Após a entrada em situação de rua e a institucionalização em um Centro de Acolhida, foi encaminhado para uma agência de empregos onde começou a realizar alguns trabalhos:

Aí eu comecei a fazer pequenos trabalhos, né? Na área de eventos, né? Desmontagens de palco, montagem. Aí, um amigo meu me deu uma sugestão pra eu procurar, né? Me documentar novamente, tirar os documentos que eu tinha sido assaltado, né? E procurar uma agência de empregos, né? Pra ver se conseguiria algo melhor. Eu acabei fazendo, aí eu, na época tinha uma construtora do interior de São Paulo que estava recrutando pessoal para trabalhar numa obra no Paraná, aí acabei assinando o contrato, né?

Após um período trabalhando nessa empresa, recebeu uma notícia sobre o falecimento de sua mãe, que culminou na saída da empresa:

. . . a gente tinha uma proposta para trabalhar em outro lugar dessa mesma empresa. Só que aí eu, emocionalmente, eu estava destruído, né? Só estava ali fisicamente cumprindo meus deveres, né? Trabalhando, mas tava destruído. Inclusive, na época, comecei a abusar do uso

de álcool, mas isso não me impedia de tá trabalhando, trabalhava normalmente. Mas aí eu não consegui fazer essa nova viagem, acabei por voltar mais cedo. Eu voltei no dia 15 de junho de 2012. Aí, infelizmente, né? É. . . gastei muito, né? Não fiz uma poupança, eu tinha um bom salário na época, mas aí tive que voltar a morar no Centro de Convivência da Barra Funda.

Assim, ele retornou à situação de rua e residiria por mais dois anos em serviço de acolhimento institucional até que ir morar com uma irmã no interior de São Paulo: “. . . nesse ínterim, arrumei um serviço registrado lá, aí consegui alugar um quartinho”. Contudo, em função de conflitos, após um ano de trabalho, ele retornaria para São Paulo, onde ainda permanece em situação de rua. Ainda na conversa, Antonio Carlos destaca dois elementos importantes para se analisar: o primeiro diz respeito à relação entre o trabalho formal registrado e a organização pessoal como uma possibilidade para superação da situação de rua, e o segundo se refere à sua percepção de que, com e após a pandemia de Covid-19, tem sido mais difícil se (re)organizar, tal como se observa:

Então, eu tive assim, sabe, eu, nesse meio tempo, antes de todas essas coisas que aconteceram, né? Crise sanitária, esse problema da Covid, eu sempre consegui me organizar. Sempre que eu conseguia uma colocação registrada no trabalho registrado, consegui me organizar. Agora tá demorando um pouquinho mais, em virtude de tudo que a gente passou, estamos passando ainda, né? Mas a luta continua sendo a mesma, né, consegui fazer reduzir em algumas coisas que eu estava abusando, principalmente em bebida, né? Eu dei uma organizada na mente, né?

Essa constatação de Antonio Carlos também se observa em um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre as linhas de pobreza no Brasil em uma série histórica de 2012 a 2021, no qual o contingente de pessoas com renda familiar domiciliar *per capita* até R\$ 497,00 mensais alcançou expressivos 62,9 milhões de brasileiros em 2021. Assim, os números que apresentavam queda de 2012 a 2014, começaram a subir em 2015, sendo o pico de 2020 a 2021 (Neri, 2022). Ainda que não seja nosso foco aprofundar essa questão, vale ressaltar que as mudanças no campo econômico, político e social vivenciadas no Brasil desde 2013, somadas a acontecimentos como o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Russel, o governo Michel Temer, a Emenda Constitucional 95²⁸ – PEC da Morte –, o governo Bolsonaro, as reformas trabalhista e previdenciária e a pandemia de Covid-19 podem ter produzido, entre outros efeitos, o aumento da exclusão social e a fragilização das redes de proteção social (Mattei, 2019).

De modo geral, o viver nas ruas se expressa entre as experiências positivas e negativas, entre aqueles fatores que causam opressão (situações de humilhação social, violências, maus

²⁸ A Emenda Constitucional n.º 95 limitou os gastos públicos à variação da inflação, impactando os gastos da União com a proteção social.

tratos, estigmatização, estereotipação e violação de direitos) e aqueles que abrem caminhos para a libertação (realização de atividades coletivas, potencialização das virtudes, recuperação da memória histórica, construção de novos projetos de vida, criação e fortalecimento da rede de apoio, compartilhamento de um sofrimento ético-político comum, dentre outros).

Perguntado sobre como é viver nas ruas da capital paulista, Cosme afirma: “A rua não é, a rua nunca foi bom, e nunca vai ser boa. A rua é complicada, se não tiver uma cabeça boa, você faz besteira aí até. Eu, nisso, eu fui muito forte”. E, Daniel: “. . . na rua não é lugar pra ninguém! Qual que é o defeito? Na rua não é lugar pra ninguém morar”. Para Ivanildo, “. . . na rua, mano, a maldade é solta”, e, em sua experiência, relata já ter sido “. . . roubado várias vezes, entendeu, mano, de dormir, colocar minha mochila como travesseiro e acordar sem travesseiro. Acordar com o cara puxando minha mochila, tirando meu tênis, tem várias situações!” E ele complementa:

Mano, o bagulho é meio drástico, viu, vou te falar a verdade, tem gente que fala “eu tô na rua por opção, porque eu gosto”, mano, mentira, meu! É pura mentira, ele tá mentindo pra ele mesmo. Que às vezes, é, chove não tem onde encostar, tá frio, e você não tem uma coberta, tá entendendo mano. Todo mundo queria ter, mano, um cantinho ali para falar que é dele, pra deitar a cabeça no travesseiro e parar pra analisar a situação, certo? Nem se fosse pelo menos temporariamente, ali que nem um albergue, mas aí não tem pra todo mundo, né, mano. Aí nós têm que se virar com o que tem, né, mano, que é a marquise, é a calçada ali, uma barraca, e assim vai, mas é horrível a situação, entendeu, é horrorosa, extrema.

De forma semelhante, para José: “Ah, experiência ruim, todo momento uma pessoa em situação de rua tá passando por experiência ruim, porque a vida da gente é adversidade Fora o perigo também, né, que a rua oferece”. Ao pedir que falasse mais acerca desses perigos, acrescentou: “. . . tem gente que quer bater e espancar os mendigos, entendeu? Dá marmita com caco de vidro. Não só isso, como outras maldades também, coisas que a gente nem imagina que acontece, mas acontece!” Messias, ao responder à mesma pergunta (como é viver nas ruas de São Paulo?), expõe: “De uma vez, assim, rápido? Pá, pum? Perigo! Perigo de vida. Perigo, perigo, o perigo tá constante aqui, é muito perigoso”. E, na sequência, ele diz: “Fui roubado inúmeras vezes. Acordei na calçada e não sabia onde eu estava inúmeras vezes. Fui agredido e agredi muitas vezes. Fui ameaçado de morte muitas vezes e ameacei também muitas vezes. É roubado, tapeado, fui enganado e humilhado”.

De forma parecida, Vanderlei nos conta:

Vou dizer uma coisa pra você, é muito sofrido. Tô até tendo que me segurar aqui, porque a lágrima já quer sair. É muito sofrido. Eu, sinceramente, eu não desejo uma vida dessa pra nenhum ser humano, não. É, eu tenho uma vida muito sofrida mesmo, porque antes de chegar no centro, já andei em estradas desertas [choro, interrupção breve, ofereço água, leño e a possibilidade de cessar a conversa]. É horrível você está parado na rua e você saber que não tem

onde ir. É horrível você parar em lugares onde você não conhece ninguém e ninguém te conhece, né, como eu já parei.

E Elias:

Experiência ruim é direto, né, cara. Cê tá dormindo e os cara joga água gelada em você, já aconteceu comigo muitas vezes. Ser roubado pelos próprios amigos, ser acusado de coisa que você nem fez, ter que dormir do lado de pessoas que talvez pode fazer alguma coisa com você, ser roubado por policiais.

Fruto dessas e outras situações negativas vividas em situação de rua, foram observadas consequências e repercussões em âmbito pessoal como: a perda da individualidade, espiritualidade, autonomia, liberdade pessoal e distanciamento de locais, espaços e serviços públicos que outrora acessavam – tópico que será retomado posteriormente quando tratarmos das experiências de humilhação social e vergonha.

Ao falar sobre a percepção da perda da individualidade, Antônio Carlos destaca:

. . . quando a gente vem pra rua, a gente acaba perdendo a individualidade. Isso se acaba muitas das vezes falando “ah, não dá pra mim fazer isso. Eu tenho que fazer o que dá agora, eu vou ter que comer isso aqui” [risos]. E aí você, você praticamente perde toda a sua individualidade.

No que toca à institucionalização e às experiências em serviços de acolhimento institucional, individualidade, autonomia e poder de escolha foram temas recorrentes em falas sobre a vivência nesses serviços – com destaque para os Centros de Acolhida – para pessoas em situação de rua. Como é expresso por Antônio Carlos: “A gente não tem, é, autonomia de nada, tudo que a gente for fazer, tem que se reportar ao responsável”. Na mesma direção, Daniel: “. . . nesse modelo [se referindo aos Centros de Acolhida] eu não tenho autonomia e, a gente não tendo autonomia, a gente não tem noção do que tá acontecendo”.

A perda da individualidade no contexto das ruas, especialmente nos serviços de acolhimento institucional, como nossos interlocutores nos alerta, abre espaço para interpretações de processos como os descritos por Goffman (1961/2015) no que se refere às instituições totais e à consequente administração da vida dos indivíduos que lá se encontram, que resultam na mortificação do eu. Além disso, estar em situação de rua reduz – e, por vezes, limita –, o poder de escolha e decisão em dimensões distintas da vida.

Em relação à espiritualidade Antônio Carlos afirma:

. . . assim, a pessoa tem uma visão de Deus, assim que “ah, nossa é o bem, Deus está me abençoando, eu tô com a minha família, eu tô com a minha casinha, tal, tal”. Aí ele [estala os dedos] perde tudo. Aí que ele fala “o que que Deus está fazendo? Agora, mal, mal, eu tenho um par de chinelo no pé, aí no outro dia ele levanta, está sem o par de chinelos, nossa mãe!” Então, as coisas que vão acontecendo, doutor, é, vão deixando a pessoa, é, mais sem fé, a pessoa deixa de acreditar que tem uma força maior, que rege tudo isso.

A despeito do perigo iminente que orbita o “viver nas ruas”, é importante localizar que a existência de pessoas em situação de rua se dá em um cenário estruturado sob a égide do capitalismo e neoliberalismo. Esses processos refletem uma determinada ideologia de classe assentada sob os princípios da meritocracia: esforço pessoal, empreendedorismo, competitividade, propriedade privada e o trabalho como valor principal da existência humana. Nessa direção, cada pessoa é responsável pela sua própria vida, sendo o sucesso ou o fracasso uma problemática individual. Na perspectiva neoliberal, as pessoas em situação de rua expressam o estereótipo mais contundente do fracasso, estando mais suscetíveis às estratégias de dominação ideológica (Euzébios Filho & Souza, 2022). Retomaremos esse assunto na categoria seguinte ao falar sobre o processo de desumanização e a humilhação social.

Frente às agruras vividas, as redes de apoio às pessoas em situação de rua se mostram relevantes e necessárias. Essas redes se colocam como instrumento de satisfação das necessidades básicas e, em alguns casos, como interlocutores ativos nas lutas e tensionamento com o poder público em prol da garantia e efetivação dos direitos dessa população. Essas redes, inclusive, conformam parte das experiências positivas vividas nas ruas pelos nossos interlocutores – ainda que, como observado, a percepção da vivência de experiências negativas seja maior do que de experiências positivas. Estas últimas estão mais ligadas à satisfação das necessidades objetivas e práticas nas ruas e aos tratamentos dignos e respeitosos recebidos em serviços públicos por alguns trabalhadores.

Como dito por Vanderlei: “. . . as experiências, infelizmente, elas são mais ruins do que boas, né? Poucas boas. Não tem como você ter muita boa recordação, mas eu também não posso falar que é tudo ruim, porque, tipo assim, teve a parte boa”. E José: “Acho que as coisas boas para mim são as oportunidades que as pessoas me oferecem. Tô com problema no dente, tô com uma dor, lá no Cisarte tem dentista, marca um dia, e você já vai lá e tira, faz prótese também . . . Então, é as oportunidades boas que tem, né?”

As redes de apoio se mostraram múltiplas e diversas. Como dito por Ivanildo, buscar redes de apoio “. . . é criar conexões redes é conexões, você vai numa rede daqui, aí você conhece, conhece outro ali que abre outros espaços, outros horizontes”. De maneira semelhante ao estudo de Gramajo et al. (2023), as redes de apoio apontadas pelos interlocutores compõem quatro conjuntos: (1) os serviços e políticas públicas voltadas para pessoas em situação de rua; (2) as ações regulares de entidades não governamentais; (3) familiares e a sociedade civil; e (4) as próprias pessoas em situação de rua.

Em relação aos serviços governamentais na cidade de São Paulo que ofertam políticas públicas que atendem as pessoas em situação de rua, se destacaram os serviços da área da saúde – Unidades Básicas de Saúde (UBS), CnR e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) –, da assistência social (Centros de Acolhida, Núcleos de Convivência e Centro Pop), bem como a Defensoria Pública e o Restaurante Bom Prato. Além disso, também foi mencionado o benefício socioassistencial recebido de transferência do PBF.

As redes de apoio também são formadas por outras instituições, como as ONGs, entidades, coletivos e grupos organizados que ofertam serviços e atividades para as pessoas em situação de rua, como o Cisarte, por exemplo, os grupos voluntários e as igrejas. Estes, contemplam um conjunto de necessidades das pessoas em situação de rua, todavia, não têm convênios com a Prefeitura Municipal de São Paulo ou com seus entes da administração direta e indireta.

De modo semelhante, foram mencionados: a família, a arte e cultura, a espiritualidade, as drogas lícitas e ilícitas, as próprias pessoas em situação de rua, as pessoas cidadinas da sociedade em geral e os trabalhadores de políticas públicas.

Tenho observado, no decorrer das visitas realizadas ao Cisarte que, em geral, aquelas pessoas que frequentam o espaço por mais tempo, levam aquelas que não conhecem ou mesmo que se encontram recentes na situação de rua, para conhecerem e usarem os serviços ofertados. Isto aconteceu também na oficina de hoje, quando um participante me disse, ao final, “trouxe ele para participar da atividade, porque é importante ele saber sobre os direitos”.²⁹

Elias, por exemplo, ao falar sobre as redes de apoio com que pode contar estando em situação de rua e que aciona frequentemente, destacou o trabalho do CAPS: “. . . o CAPS é um serviço que eu frequento muito, eu sempre vou, sempre eu tô lá. Algo que me ajuda muito é eu tá envolvido com a recuperação, né? Quando eu lembro que eu tô em recuperação, eu fico bem”. A relação com os serviços de saúde e com os trabalhadores se expressa em falas como a de Antonio Carlos:

Eu contrái tuberculose. E, quando a gente tá na rua, a recuperação é bem mais difícil. A gente não tem recurso. Não tem dinheiro. A minha sorte foi que na época, eu estava morando no Barra Funda. Aí chamou UBS ali. Aí eu conhecia o médico, é uma excelente pessoa. Aí ele fez questão de fazer todo o acompanhamento comigo, né? E pegava mesmo no meu pé quando não ia lá, e mandava recado, mandava alguém lá no albergue.

Essas redes coadunam-se em um caminho para o “viver nas ruas” e superar – ainda que mínima ou momentaneamente – as condições adversas e necessidades de vida. Essas redes são tecidas a partir dos fios entre cuidado, acolhimento, conhecimento, modos de organização e

²⁹ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 08 de dezembro de 2022.

atenção que interligam distintos atores no trabalho com essa população. As redes de apoio às pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo são situadas territorialmente e construídas a partir do trabalho de diferentes atores envolvidos na busca pela garantia de direitos ou na oferta de algum cuidado. Dessa forma, seja no fornecimento de alimentação, escuta especializada ou em outras formas de cuidado e atenção as redes de apoio se fazem presente.

Um aspecto presente na compreensão dos nossos interlocutores, é a ideia que São Paulo possui uma grande e ampla rede de apoio às pessoas em situação de rua, fato que contribui para uma melhor organização pessoal. Seja na rede formal, por meio dos serviços e políticas públicas às pessoas em situação de rua, seja na ação de outros grupos e sociedade em geral. Como Cosme conta, “. . . aqui em São Paulo fica sujo e passa fome quem quer”. E que também é ilustrado por Daniel:

Olha, aqui é melhor do que nos outros estados. Porque aqui ainda tem várias organizações, assim, que a pessoa pode visitar. É bom ter esses ambientes de diálogo, eu que não bebo, não fumo e não uso drogas, não vou me sentir bem no meio de drogas. Então, eu procuro esses local: biblioteca, *Lan House*, esses pequenos serviços que o morador de rua é aceito.

É importante pontuar que a presença desses atores nas redes de apoio às pessoas em situação de rua é também um reflexo histórico das práticas de cuidado e atendimento a esse segmento populacional. Segundo Veira et al. (1992), estas redes são eminentemente compostas por instituições públicas e não governamentais. Um outro aspecto que merece ser sublinhado é a relação entre Estado e Terceiro Setor – sejam as Organizações da Sociedade Civil (OSC), ONGs e outros –, que, sob a égide liberal de intervenção estatal mínima, o Estado transfere para a sociedade civil a responsabilidade de provisão das políticas sociais. Assim, se, por um lado, há benefícios em termos de atendimento às demandas concretas e objetivas da população, como alimentação, por exemplo; por outro lado, essa relação torna-se problemática na medida em que contribui para a manutenção do assistencialismo e da caridade como forma de lidar com as expressões da “questão social” (Souza, Mexko, & Benelli, 2022).

Um outro aspecto relacionado às redes de apoio é que elas estão ligadas diretamente com a própria organização pessoal e diária das pessoas em situação de rua. Desde as necessidades mais básicas, como o uso de banheiros para fins de ordem fisiológica, por exemplo, até as questões de ordem emocional diante das agruras vividas nas ruas. De forma geral, os interlocutores recorrem aos mesmos serviços para suprir suas necessidades diárias.

Com exceção de Daniel, Cosme, Vanderlei e Elias, que não residem em Centros de Acolhida, os demais encontram nesses serviços de acolhimento institucional quase todos os recursos e estrutura necessárias: alimentação (café da manhã, almoço, café da tarde em alguns

Centros de Acolhida e jantar), banheiros para higienização pessoal, camas para dormir com lençóis e cobertores, área de serviços com máquinas para lavar roupas e espaço de secagem e áreas de convivência. Todavia, deve-se aqui pontuar que a oferta de tais recursos e estruturas nem sempre é sinônimo de qualidade ou mesmo de oferta em condições salutaras de uso.

Antonio Carlos, por exemplo, assinala alguns problemas que encontra no Centro de Acolhida:

. . . já aconteceu das cozinheiras servir a gente, e o arroz estava totalmente cru . . . frango, nossa, frango, meu Deus do céu, a parte de cima aí no meio aquela [faz cara de nojo]. Pragas, percevejo nas camas é terrível. Então, são fatos, é, recorrentes.

Para aqueles que não estão em Centros de Acolhida via sistema de vaga fixa, outros espaços são demandados, como os Núcleos de Convivência, para café da manhã e lavagem de roupas, as bocas de rango para alimentação e outros espaços da cidade para suprir as necessidades básicas – mas em que, por vezes, esbarram em outras dificuldades. Assim, Ivanildo nos conta:

Ó, lavar roupa, meu, é, nos Núcleos. Tem um, tem núcleos que tem máquina de lavar, né? Que é uma luta, porque tem três ou quatro máquina para 5.000 pessoas. Aí é pra 4 pessoas de manhã, 4 pessoas de tarde. Tipo, 8 pessoas por dia pra 5.000, não vai dar muito bem esse cálculo, né? Mas aí é que tá, eu sou muito desenrolado, e quando não consigo no Núcleo, vou lá, tem uma bica aqui na 23 de Maio, eu vou ali no prédio e peço umas garrafas de água, porque eu mesmo, anda sujo quem quer em São Paulo, entendeu, passa fome quem quer, aí tem umas pessoas que me ajuda, tem ONGs também, mano, essas situação e eu sou bem articulado.

Ser desenrolado, como Ivanildo refere a si mesmo, desvela a necessidade de recorrer a inúmeras estratégias de sobrevivência diariamente, sobretudo em função das debilidades das políticas públicas que deveriam ofertar condições necessárias e proteção integral até a superação da situação de rua. Vanderlei, por exemplo, por se negar a frequentar os serviços de acolhimento – em função de experiências negativas vividas nesses espaços –, recorre a outras estratégias:

Eu não lavo [se referindo às roupas], eu fico, eu fico uns dias, porque eu sei até onde dá a preservação do material. Então, o que que eu faço, no meu caso, eu compro uma calça que eu vejo que ela não transparece sujeira como essa daqui que você vê, eu também procuro uma camisa, que ela não transpareça, e aí eu fico com um período de dias com essa calça, essa camisa e depois eu vou no brechó, compro outra e jogo essa fora. Eu vou fazendo essa troca, eu pego tudo novo, eu fico um período que varia de uma a duas semanas com a, com a mesma camisa e calça. Depois eu vou no brechó e compro outra nova pra mim.

Em síntese, um olhar para as trajetórias de institucionalização dos nossos interlocutores desvela o caráter não linear desse processo e as múltiplas políticas públicas e serviços que são acionados. De forma semelhante, também denota os sentidos atribuídos ao viver em situação

de rua, em que, numa perspectiva dialética, confluem experiências positivas e negativas ao mesmo tempo em que essas pessoas constroem suas estratégias de (sobre)vivência – nem sempre por opção, vale sublinhar, mas por ser a única escapatória frente a um cenário de dissabores.

Em última instância, nesse amálgama de experiências, as múltiplas redes de apoio são recursos e estratégias utilizadas como fontes prioritárias de cuidado, seja os cuidados diários básicos, sejam cuidados em saúde e acesso a direitos, por exemplo. Essas redes são tecidas a partir dos fios de diferentes atores e concepções sobre o trabalho com essa população. Em alguns casos, as redes de apoio são alternativas adotadas para a garantia de direitos que não sejam contemplados ou mesmo ofertados pelas políticas públicas.

5.2 EXPERIÊNCIAS DE HUMILHAÇÃO SOCIAL E VERGONHA: ELEMENTOS NA SOCIALIZAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Assim como indicamos anteriormente, elegemos a humilhação social e a vergonha como aglutinadores para o conjunto de experiências que envolvem o rebaixamento político e que são originadas, sobretudo, em função da condição social e econômica característica das pessoas em situação de rua. Tal como proposto por Gonçalves Filho (1998), a humilhação social é um fenômeno psicológico e político, disparado pelo enigma da desigualdade de classes. Enquanto um destino possível desse fenômeno enigmático, as pessoas humilhadas vivenciam a angústia, um sentimento que atinge a capacidade de viver o fenômeno da humilhação social.

A vivência de situações negativas que envolvem preconceito, discriminação, violência, humilhação e violação de direitos das pessoas em situação de rua se mostram constantes, em múltiplos espaços e com diversas roupagens. Assim, desde o primeiro contato em campo de pesquisa, foi possível observar, sob distintas expressões, essas vivências.

Recordo que, no primeiro dia em campo, na ocasião de uma oficina em grupos, ouvi a frase “. . . eu não sou ninguém”. Em certa medida, suscitou-me diversas reflexões sobre o “viver nas ruas” e os sentimentos gerados em quem vivencia o fenômeno da situação de rua.

Como metodologia adotada no enquadramento das oficinas grupais, o início das atividades era marcado por uma rodada de apresentações com vistas a “quebrar o gelo”, acolher e promover integração entre todos os participantes. Ao chegar a vez de um determinado participante se apresentar, ele se limitou a dizer que não era ninguém. Com o rosto sem expressões, manteve-se cabisbaixo ao longo das apresentações. Posteriormente, com o desenrolar da oficina, esse participante expressou como é constantemente tratado pelos transeuntes, comerciantes e trabalhadores dos serviços públicos de forma preconceituosa por estar em situação de rua.³⁰

³⁰ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 12 de abril de 2022.

Sendo assim, foi possível perceber que a fala “eu não sou ninguém” não se referia a uma expressão popularmente utilizada com sentido cômico em conversas cotidianas com pessoas próximas. Contrariamente, tratava-se de uma fala carregada de sentidos e significados resultantes das experiências de sua trajetória de vida nas ruas.

Tal como já adiantamos na categoria anterior, a análise do fenômeno da situação de rua e suas repercussões não pode ser feita de forma descolada da realidade concreta e do seu modo de organização. Isto é, reivindica localizar tal fenômeno num dado modelo de sociabilidade – capitalista – e de processos atrelados ao seu desenvolvimento, como a internacionalização da economia, o neoliberalismo e a urbanização acelerada (I. K. S. Paiva, Lira, Justino, Miranda, & Saraiva, 2016), atentando-se às contradições e movimentos próprios desses processos. Esse modo de organização social configura uma certa ideologia que se ocupa em fornecer os modos de interpretação da realidade e esquemas de ação. A ideologia – uma falsa consciência – também serve como um recurso para justificar e legitimar a ordem social em vigência como válida para todos (Martín-Baró, 1985/2017).

Sendo assim, a ideologia produzida e reproduzida pelas estruturas dominantes de classe, ancorada nos princípios da meritocracia, constrói, por um lado, a figura dos cidadãos que carregam os estereótipos de sucesso, e, por outro lado, aqueles que são considerados expressão do fracasso nesse modelo de sociedade. Tal como Pinto e Paiva (2021) sinalizam, decorre desse processo tanto a individualização da “questão social” como a construção de uma imagem difamatória e de um ideário negativo da população empobrecida e espoliada, responsabilizando-a pelas próprias condições de vida, pelos fracassos vividos e pelos processos sociais existentes.

Compreender a relação dialética entre pessoas em situação de rua e sociedade e os processos psicossociais decorrentes do modo de organização social implica considerar como certas relações sociais se cristalizam e os movimentos de polarização social (Martín-Baró, 2000) entre grupos – como o cidadão de bem e o vagabundo, por exemplo. Assim, os componentes do grupo adversário experienciam também a desumanização, que, por vezes, justifica atos e ações de violência (Euzébios Filho, 2023).

Frases do tipo “. . . a gente vive só na amargura, sofrendo humilhação”³¹, “. . . as pessoas te tratam como lixo”³² e “. . . a discriminação é uma das armas que mais mata. É silenciosa”³³,

³¹ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 30 de maio de 2022.

³² Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 02 de agosto de 2022.

³³ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 16 de agosto de 2022.

foram comuns em variados momentos da pesquisa. Como observamos, a humilhação social vivida por pessoas em situação de rua tem como pano de fundo os estereótipos, os preconceitos, as discriminações, os estigmas e as violências.

Acerca da imagem estereotipada das pessoas em situação de rua, Antonio Carlos afirma que a sociedade em geral “. . . pensa que a maioria [das pessoas em situação de rua] é drogado, ex-presidiário e vagabundo. Infelizmente é essa mentalidade que as pessoas têm”. Cosme diz que, quando se trata das pessoas em situação de rua, “. . . a maioria, a maioria mesmo [das pessoas domiciliadas] não gosta”. Daniel afirma que esse público é tratado diariamente como “. . . uns drogados. Ó, aqui eles já trata como uns drogado, é a mesma coisa que os drogado. É os vagabundo!” E, para Ivanildo, a sociedade os enxerga como “. . . vagabundo, é noia, é ladrão”.

Esses elementos que constituem o ideário acerca das pessoas em situação de rua, por não corresponderem aos aspectos considerados aceitáveis socialmente, servem para a retirada e a negação das características e atributos exclusivamente humanos, isto é, serve à desumanização.

Para Haslam (2006), a desumanização corresponde a um fenômeno social cotidiano que está entrelaçado e enraizado nos processos sociais e cognitivos. A desumanização se manifesta nas situações em que são atribuídos a pessoas ou grupos de pessoas graus inferiores de humanidade, os quais, então, aproximar-se-iam de animais ou de autômatos. A desumanização, portanto, está relacionada aos conteúdos estereotipados e aos estigmas construídos e compartilhados socialmente a despeito de pessoas ou grupos de pessoas. Como nos recorda Goffman, “. . . a pessoa com estigma não é completamente humana” (1963/1988, p. 5).

Antonio Carlos e Cosme, por exemplo, apontam que a construção da imagem estereotipada das pessoas em situação de rua é devida às ações delas próprias, como a não preservação do autocuidado. Para Antonio Carlos, a questão envolve a aparência: estar sujo, desarrumado e sem aspectos de higienização pessoal. Cosme diz que os motivos envolvem “Sujeira, roubalheira, muita sujeira”. Em outros espaços, essa percepção se repetiu, como se observa: “. . . muitas pessoas na rua também é desqualificadas, é mal vistas por causa da higiene, né? [Pesquisador: Desqualificadas em qual sentido?] Ah, a sociedade desqualifica a gente”³⁴.

Observa-se uma ligação da construção do estereótipo com as características que conformam a imagem tradicional de uma pessoa em situação de rua: a incorporação do arquétipo da sujeira, do fedor, com vestes maltrapilhas e de aparência sórdida. Mattos e Ferreira

³⁴ Enunciado registrado em diário de campo, no ‘fluxo’, no dia 26 de outubro de 2022.

(2004) ressaltam que, dentre as representações sociais compartilhadas sobre essa população, destacam-se, no imaginário social, a caracterização como: vagabundas, sujas, perigosas, loucas e coitadas. As informações descritas até aqui são suficientes para contradizer essa imagem, já que são pessoas que não compartilham essa caracterização e buscam afastar-se dela.

Messias, por sua vez, problematiza que alguns comportamentos das pessoas em situação de rua são devidos às próprias condições de vida, em muitos casos, como estratégias de sobrevivência e preservação da vida, tal como ele nos informa:

Então, porque, é o seguinte, é, muitas vezes a pessoa que tá na rua, ela fica perambulando à noite. Essa é uma deficiência, não justifica, mas é uma deficiência que a pessoa tem. E eu passei muito por isso. Você não dorme porque, se você dormir, você é roubado. Você não para num lugar, porque você tem que tá circulando constantemente. Se você para naquele lugar, alguém vai te ver ali. Alguém vai prestar atenção em você, alguém vai ver o que você tem e o que você não tem. Alguém vai querer te roubar, então, o que acontece? Você circula a noite e, de madrugada, você dorme, porque as pessoas já estão circulando, você já tá cansado, você não aguenta mais, e nisso você vai dormir. Aí o cara vê você dormindo, e fala que “ó, aquele ali, é um vagabundo”. Mas não é!

Circular à noite e dormir de madrugada, quando a movimentação de transeuntes é maior, confere mais segurança, posto que, como descreve Baptista (1999) “. . . o tempo dos que são marcados em lugar nenhum é intenso e nervoso . . . ligando-se uns aos outros, o despertar de um, na espreita de algum visitante noturno, desperta todos” (p. 97). De igual maneira, Kunz et al. (2014), ao investigarem os modos de vida, as táticas e as astúcias de pessoas em situação de rua na cidade de Vitória, Espírito Santo, constataram que a vida nas ruas é permeada de regras e cuidados. Assim, de acordo com as autoras, dormir nas ruas exige atenção, e, por vezes, é preferível dormir quando o dia está amanhecendo, por ser mais seguro.

Para Daniel, a construção dessa imagem se relaciona com estratégias do próprio poder público municipal, que apresenta para a população em geral um discurso em que coloca as pessoas em situação de rua como responsáveis pela situação em que se encontram. Para ele, esse discurso reforça estereótipos como o de vagabundos e que estão nas ruas porque querem.

Destaca-se, nesse sentido, uma fala do prefeito Ricardo Nunes no dia 3 de abril de 2023 e veiculada no G1, em que afirmou a existência de vagas ociosas nos serviços de acolhimento institucional municipal de São Paulo, do que se conclui que, evidentemente, essas pessoas estariam nas ruas por opção própria (G1, 2023). Todavia, à época, o próprio censo municipal estimava uma população de 31.884 pessoas em situação de rua e pouco menos de 20 mil vagas em instituições de acolhimento (Prefeitura de São Paulo, 2021). Assim, segundo Daniel:

. . . o Governo tem informação falsa que eles passam pra sociedade, esse é o grande problema. Se você for telefonar, se você conviver, você vai ver que as assistentes social, elas recebem uma orientação do governo pra dizer pra você que 90% que tá na rua é porque usa droga. Quer dizer,

o que que diz pra você? É os vagabundo. Aí o pessoal embarca! Eu tava vendo uma vez que até a Prefeitura de São Paulo, ela usa dois discursos, tá entendendo? Lá, você, por exemplo, você mora no bairro X, e fala “ô, tem um cara aqui morando na rua”, aí eles fala “ó, dá o endereço que eu vou aí e pego o cara e resgato o cara”. E, também, o que que eles faz, que o local tem 100 vagas, 30 leitos é dedicado a essas emergências pra atender os bairros. Eles não podem, por exemplo, completar, porque você pode telefonar e dizer que tem um cara assim. Se você ligar pra esses negócio de Assistência Social, vai perceber que eles tem um protocolo que eles tem que seguir.

E complementa:

O que que acontece, se você chega aqui [se referindo a São Paulo], você vai ouvir a autoridade, é ou não é? O que a autoridade falar, qualquer pessoa é obrigada a aceitar o que a autoridade tá falando. Aí, depois, com o tempo, que você começa a desconfiar, é ou não é? Tem a mídia que fala que só tem usuário de droga. . . . o que eles pensam [sociedade em geral] é o seguinte: que a gente tem tudo de graça e não tá aceitando, porque a propaganda da Prefeitura mostra isso. Então, a gente tem uma série de dificuldades para se integrar na sociedade.

Fato é que a construção da imagem estereotipada das pessoas em situação de rua passa por um recorte micro da história e das condições objetivas e subjetivas de vida dessa população. Recorte esse, por vezes, simplificado e que desconsidera os distintos atravessamentos e condicionantes da vida nas e das ruas. Surge dessa imagem estereotipada o preconceito, que se manifesta de distintas formas, e que tem como efeito prático a justificativa da violência (Euzébios Filho, 2023).

Ivanildo, por exemplo, ao falar sobre os estigmas que a sociedade constrói e compartilha sobre as pessoas em situação de rua, fornece-nos elementos indubitáveis de como questões importantes são desconsideradas nos esquemas simplificados de compreensão acerca desse grupo populacional:

Ahh, aquele estigma na sociedade, né, mano, que é um vagabundo, que está aí porque quer, essas é as ideia. Então, eu, tem gente que olha e pensa “é vagabundo, quer nada com nada, vai trabalhar!” Mas aí é que tá, se eu não tenho uma casa, não tenho como manter uma higiene, entendeu, mano, não tem umas roupa pra mim ter uma troca de roupa, como é que eu vou arrumar serviço? Quem vai me dar um serviço, se eu tô há três dias com a mesma roupa, tá entendendo? Quem vai me dar um serviço se eu tô com a unha grande. Não tem como, entendeu mano. Então, às vezes, a questão não é só se eu sou vagabundo, que eu não quero, é falta de oportunidades, entendeu?

Além desses elementos descritos por Ivanildo, outros atravessamentos se colocam no quesito da empregabilidade das pessoas em situação de rua, como gênero, cor/raça e idade. Essas situações descritas sinalizam os perigos de um olhar simplista do fenômeno da situação de rua que, entre outras coisas, escamoteia as especificidades e as necessidades dos diversos grupos que compõem essa população e serve ao processo de culpabilização pessoal pela própria condição na qual se encontra.

Já em relação à existência de preconceito com pessoas em situação de rua, Antonio Carlos conta:

Tem uma forte carga de preconceito, sim, tem. A gente vê, a gente sente, né? Tem, tem aquele preconceito velado que não é... já me aconteceu isso numa outra UBS que eu fui. Eu fui acompanhando um amigo meu, que na época a gente saiu do albergue, aí eu precisava pegar uma consulta, é, a gente vê que, a gente estava, assim, arrumado, uma calça *jeans* desbotada, arrumado o cabelo. Ele também. Mas aí, quando a gente falou que residia no albergue, o olhar da atendente mudou. Nossa, a gente tinha, de bate pronto, você percebe o olhar da pessoa, os trejeitos, a atitude da pessoa. E os outros moradores, aí, é tratado diferente do nosso. Até ele ficou chateado, “putz, cara, essa canseira toda pra pegar o medicamento, aí fazer o quê?” Ele até brincou comigo, “é, se gente tivesse chegado aqui de paletó e gravata, gente teria sido atendido melhor”. Falei, “é, cara, fazer o quê?” E é, infelizmente, é assim.

Igualmente, Vanderlei também assinala:

. . . nós temos aí, eu estava falando até com um colega meu, né? Hoje tem os LGBTs, né? Que são os homossexuais mulher com mulher, homem com homem, é, tem a questão dos negros, né? Que tem o combate ao racismo, só que, por incrível que pareça, eu te falo com toda a certeza absoluta, as pessoas que mais sofrem o pior, é, o pior dos preconceitos, mais doloroso, é pessoas em situação de rua, pessoas em situação de extrema miséria e vulnerabilidade social.

Em muitos aspectos, o preconceito é um elemento estruturante da socialização de pessoas em situação de rua, a partir da ação de estereótipos e do estigma existente. Preconceito que se destaca, resultado da própria condição de situação de rua e que se complexifica na presença de outros marcadores sociais da diferença, como geração, gênero, orientação sexual, cor/raça, por exemplo. E que também se repete nas instituições. Em última análise, fomenta episódios de humilhação social, discriminação, maus tratos e violência (Leite Júnior et al., 2024). O preconceito contribui para justificar a violência – em todas as suas formas de manifestação –, contra essa população, que é vista por grande parte da sociedade como “noias”, “vagabundos”, “drogados”, “maloqueiros” e “bandidos”, tal como nossos interlocutores já citados afirmaram.

A discriminação contra as pessoas em situação de rua, tal como observamos, é fato recorrente em muitas trajetórias de vida. Sobre esse assunto, Daniel nos conta que “. . . isso na rua é comum [ser discriminado por estar em situação de rua], isso é comum. Em todos os ambientes, é comum, principalmente albergue”, e acrescenta uma – dentre muitas – experiência pessoal: “. . . no hospital municipal, não deixaram eu usar o banheiro porque era morador de rua!”

Por vezes, as ações de discriminação contra esse público se convertem em atos de violência. De acordo com Ivanildo:

. . . maloqueiro não quer dormir na rua, mano, na rua ninguém dorme, mano. Só cochila, porque a maldade tá aí. Não só na rua, como no próprio maloqueiro, como tem muitos que rege, né? Essas classe social assim de nós, que é hipócrita, que trata nós que nem um animal e vem

esculachar nós aí dormindo, né? Taca, taca fogo, né? Paulada, os caramba a quatro. Aí, então, ninguém dorme, só cochila.

Como La Taille (2004) destaca, “. . . a humanidade tem se mostrado extremamente ‘criativa’ nas suas formas de humilhar homens, mulheres e crianças” (p. 78). E, como já dissemos anteriormente, a humilhação está associada, essencialmente, a certos atos de violência que tem como finalidade o intento de rebaixar a pessoa humilhada.

A temática da violência foi constante em muitos momentos da realização da pesquisa, estando presente em diversos relatos de situações de humilhação, com destaque para os episódios de violência física, verbal, psicológica, moral e institucional. Como já adiantamos na categoria anterior, “viver nas ruas” do centro da capital paulista – e também em espaços institucionais voltados para pessoas em situação de rua, como os Centros de Acolhida –, foi pontuado como perigoso pelos nossos interlocutores, sendo a mesma percepção registrada em diário de campo.

De modo mais específico, a violência institucional vivida nos fornece indícios da existência de sentimento de não ter direitos, especialmente direitos de participação. Em uma das oficinas em grupo, um dos participantes anunciou que “Ah, eu não acredito na lei para pessoas em situação de rua”³⁵. As constantes violências e violações experienciadas nas ruas podem reforçar tal sentimento, sobretudo quando essas elas são proferidas pelos agentes estatais que deveriam proteger e assegurar direitos: “. . . o Estado bate com uma mão e oferece cuidado com a outra”.³⁶

Em conversas com uma mulher que se encontra em situação de rua e residindo no “fluxo”, ela relatou os constantes episódios de violência sofridos nas ruas da região central da capital paulista, fruto das ações da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e da Zeladoria Urbana:

Eu tava dormindo, mano. Acordei com os GCM batendo na gente e mandando sair para a limpeza da praça. Na confusão, levei um tiro de borracha na coxa. Eu lá toda zonza, porque tava dormindo, falei pro cara [se referindo ao guarda] “pra que fazer isso?” Fiquei vários dias com a coxa machucada, olha aqui a cicatriz.³⁷

Episódios como esse demonstram a negação dos direitos às pessoas em situação de rua, incluindo o direito à própria cidade. Por sua vez, Antonio Carlos nos conta uma situação que ele adjetiva como “muito triste” durante uma abordagem policial. Na época, ele ainda não havia

³⁵ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 24 de maio de 2022.

³⁶ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 09 de junho de 2022.

³⁷ Enunciado registrado em diário de campo, no ‘fluxo’, no dia 26 de outubro de 2022.

ingressado no sistema de abrigo institucional em Centros de Acolhida e “. . . vivia literalmente nas ruas mesmo”. Ele conta:

. . . uma das refeições que eu peguei não me fez muito bem. Aí encontrei um cantinho e tive que me, né? Aliviar ali mesmo. Aí fui, me limpei, e aí quando eu estava saindo desse beco . . . vinha uma viatura da força tática. Aí me deu voz de parar, né? Colocar mão na parede e tudo . . . aí um dos soldados veio para ele [para o comandante] e falou, “é, esses maloqueiros só presta pra isso aí”. Falou um palavrão que eu tinha feito lá atrás, né? Aí eu falei, “Ah, senhor...eu moro na rua, né? Infelizmente, eu não tô bem do meu intestino”. [Pausa longa, olhar triste] Aí ele, [pausa longa] me pegou pelo braço, me levou até onde eu tinha. E colocou a arma na minha cabeça e engatilhou, e falou “agora abaixa aí e come!” Aí, eu infelizmente fiz. Levei aos lábios. Nossa, lembrar me dá uma revolta muito grande, sabe? Aí tirou a arma na minha cabeça, deu risada, me levou na frente e jogou no chão e falou, “é, de onde que você é? Você não é daqui!” eu falei “eu morava no interior”. Ele falou “ó, faz o seguinte, volta pra sua terra, se você quiser continuar vivo”. Aí entrou na viatura, só ele fez isso. Nenhum outro soldado fez. Foi embora, eu fiquei ali. Nossa, meu emocional destruiu mais ainda, né? Depois de tudo o que eu tinha passado. E passar por aquilo? E, infelizmente, é uma coisa que não poderia existir, mas existe, doutor, infelizmente.

Esse “passar por aquilo”, como Antonio Carlos refere à situação, pode indicar uma angústia vivida numa experiência enigmática que tem como pano de fundo as assimetrias de classe e raça, em que aqueles que estão na posição inferior lhes é negado o próprio caráter de humano. Esse episódio descrito também nos fornece elementos para compreender como a cidade pode-se tornar um lugar expulsivo para essa população, processo no qual sistematicamente são transmitidas mensagens de que sua presença não é desejada. É um processo que se manifesta sob distintas formas, como as arquiteturas hostis em fachadas de lojas e viadutos, por exemplo, que tem a finalidade de afastar ou mesmo excluir determinados grupos sociais, considerados indesejáveis, dos espaços de uso público.

Sobre este aspecto, uma experiência durante um acompanhamento aos atendimentos itinerantes da DPESP no “fluxo” é ilustrativa:

Uma cena que me chamou a atenção é que em uma loja próxima ao fluxo jogaram água com Creolina na calçada. Um produto que lá na roça usamos para desinfetar as instalações dos animais. A calçada está molhada, e o odor do produto está muito forte. Será este um aviso para que essas pessoas saiam daquele local? E não se instalem lá? Não foi possível ver quem jogou, mas pelo cenário imagino que sejam os próprios comerciantes, pois a Zeladoria Urbana removeu as pessoas da Rua Helvétia para a limpeza. Assim, têm pessoas com seus pertences, colchões e papelões espalhadas pelas proximidades.³⁸

Dessa forma, a presença do produto naquela ocasião pode ser interpretada como uma forma de expulsar aquelas pessoas “indesejáveis” daquele espaço. Igualmente, convoca-nos a questionar o direito à cidade, quem, de fato, são os corpos que têm a real possibilidade de exercer tal direito e sob quais condições. Ainda sobre essa temática, vale mencionar que em

³⁸ Enunciado registrado em diário de campo, no ‘fluxo’, no dia 26 de outubro de 2022.

2022 foi promulgada a Lei n.º 14.489, de 21 de dezembro, conhecida como Lei Padre Júlio Lancellotti, que veda o uso de técnicas construtivas hostis nos espaços livres de uso público, regulamentada pelo Decreto n.º 11.819, de 11 de dezembro de 2023. Além disso,

. . . regulamenta o disposto no inciso XX do caput do art. 2º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para vedar o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis nos espaços livres de uso público que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, pessoas idosas, jovens, crianças, pessoas com deficiência e outros segmentos da população (Brasil, 2023c).

As vivências de situações de preconceito, estereótipo, discriminação e violência que envolvem humilhação também tem consequências para as próprias pessoas em situação de rua. Como observamos, várias são as repercussões pessoais desse fenômeno, tal como refere Ivanildo: “. . . a rua judia, mano, não só fisicamente, mas psicologicamente, né, mano porque, você pode ver, muitos aí está com a saúde mental muito abalada na rua, né, mano”.

A menção de Ivanildo à saúde mental reivindica uma compreensão de saúde mental enquanto dimensão das relações humanas que define as possibilidades de humanização que se abrem para as pessoas em situação de rua. Implica compreender a saúde mental mais do que um estado de funcionamento adequado do organismo ou mesmo sinônimo de ausência de transtornos mentais – isto é, como um atributo individual (Martín-Baró, 1984/1990). Diferentemente, implica compreender a relação dialética entre indivíduo-sociedade, na qual a saúde mental se coloca como uma produção humana, remetendo à pessoa e suas condições de (re)produção. A saúde mental no contexto das ruas se relaciona, portanto, às formas como essa população vive e como se relaciona consigo mesma, com outras pessoas e com o mundo.

Em relação aos sentimentos, as vivências de situações humilhantes, para nossos interlocutores, geraram tristeza, desvalor, dor, indiferença, inferioridade, mal-estar, revolta e raiva. Dessa forma, falas como “. . . virei um ser humano seco, não acredito em nada e ninguém”³⁹, “. . . é uma população que ninguém quer”⁴⁰, “. . . são situações que me fazem sofrer”⁴¹, “. . . me deixam com autoestima baixa. Ninguém ama a gente, ninguém quer a gente”⁴², foram recorrentes.

Acerca dos sentimentos associados às situações que envolvem humilhação e violência, um aspecto se destaca: indica como um mesmo contexto pode ensejar respostas distintas daqueles que estão envolvidos. Para uns, tais experiências fomentam o enfraquecimento da

³⁹ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 24 de maio de 2022.

⁴⁰ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 24 de maio de 2022.

⁴¹ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 16 de agosto de 2022.

⁴² Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 16 de agosto de 2022.

capacidade de ação perante a realidade de opressão e dominação. Todavia, para outros, geram a indignação, a raiva e a revolta que podem convocar à mobilização a partir de uma tomada de consciência. Ou, para uma mesma pessoa, esses sentimentos podem coexistir contrariamente, tendo um momento predominante conforme a possibilidade histórica e social.

Assim, ao relatar suas vivências Antonio Carlos pontua: “. . . gera muito, né, raiva, né, o sentimento mais forte que o ser humano tem, né, depois do amor [risos]. Então, gera isso, gera, gera, nossa!” Em outro momento da entrevista, ele acrescenta:

É revoltante, né? Porque a gente, quando a gente está inserido na sociedade, você está com registro em carteira, você paga um aluguel, você tem determinadas coisas que dependem de você, você é visto de uma forma. Quando você não está, não está fazendo todas essas coisas, você é visto de outra forma. [Pesquisador: De que forma?] Ah, como um nada!

Já Ivanildo postula que “. . . a gente se sente mal, mano, porque isso é pura hipocrisia, mano, na verdade, entendeu?” E, em momento posterior, destaca: “Ó, muito mal, tio! [se referindo a como se sente com alguns tratamentos recebidos] Querendo ou não, é, todo mundo é ser humano, todo mundo tem direito, entendeu mano”. Para Messias: “Revolta, revolta, revolta!” E Vanderlei: “Cara, horrível! Muito triste. É doloroso pela questão de que por você nada no momento ter a oferecer, você está como um espírito fantasma. Você morreu pra sociedade. Pra sociedade você está morto, porque você, realmente, não tem mais nada”. Em outro momento da entrevista, ele acrescenta:

. . . a classe que mais sofre preconceito no mundo é pessoas em situação de rua. Você vê que a maneira como a pessoa olha é diferente, a pessoa se afasta de você, e aquilo dói, cara. Dói, eu acho que é uma das piores dor. Quantas vezes já deu caso de eu ver muitas moças bonitas aí passando por mim, desses anos todo que eu tô de rua, raramente já aconteceu de vim jovens moça pra conversar comigo, pra me dar uma boa tarde, um bom dia, uma raridade.

Do mesmo modo, Elias assinala:

Gera um desprezo. Eu me sinto desprezado, então me gera até um início, até uma raiva, uma sensação de não entender porque é assim. Porque que as pessoas desfazem das outras assim, dessa forma, sem conhecer. É um preconceito, um pré-julgamento mesmo, julga sem saber, tem já o perfil da pessoa só de olhar, né? E é já um perfil negativo.

Essa “. . . sensação de não entender porque é assim”, tal como nos conta Elias, ou “. . . a maneira como a pessoa olha é diferente”, indicada por Vanderlei, remete ao caráter enigmático da humilhação social que confunde ao mesmo tempo que angustia o humilhado, e leva a questionamentos sobre por que “. . . as pessoas desfazem das outras . . . sem conhecer”, como nas palavras de Elias.

Daniel, por sua vez, após a vivência sistemática de experiências que envolvem a humilhação, afirma que, para ele, “. . . não há diferença, porque a pessoa acostuma a esse

tratamento”. Igualmente, José também aponta: “Pra mim, eu nem ligo, é indiferente. Não sou, antigamente até ser inseguro, né? . . . hoje não me importo com isso”. Esses sentimentos ligados à indiferença frente às situações humilhantes também requerem um olhar atento. Isso porque podemos – equivocadamente – cair na armadilha de compreendê-los simples e exclusivamente como sinônimos de submissão e de uma perspectiva fatalista diante da realidade vivida como naturalização das situações de opressão.

A propósito dessa questão, o trabalho de Euzébios Filho (2023) sobre a relação entre fatalismo e conscientização em situações de trauma psicossocial fornece-nos elementos para a compreensão mais ampla desses sentimentos. Nos termos que o autor coloca, a partir de leituras de Martín-Baró, os indivíduos membros de grupos que convivem com uma visão simplificada, universalista e ideológica a seu respeito, e que, portanto, estão sujeitos ao processo de desumanização, por vezes, quando isolados, tornam-se mais vulneráveis social e afetivamente. Assim, nas situações-limites, constitui-se um mecanismo adaptativo justamente para suportar tais sofrimentos originados da desigualdade e injustiça.

As experiências humilhantes ocorrem em espaços distintos, seja no contexto das políticas públicas, seja pela ação dos próprios trabalhadores, seja em outros espaços de socialização, tais como os espaços públicos e comércios, por exemplo. Segundo Gonçalves Filho (1998), a humilhação social se manifesta sob as mais distintas formas, isto é, presentifica-se por meio de comportamentos, gestos e palavras que deixam marcas na pessoa humilhada: “. . . o olhar dói tanto ou mais que tapa”⁴³. Essa fala demonstra o caráter de desaprovação, repulsa e indiferença presente na forma como a sociedade em geral trata aquelas pessoas que estão em situação de rua.

Os registros em diário de campo são ilustrativos das múltiplas formas de expressão das situações humilhantes: “. . . nas lojas, os funcionários discriminam e têm preconceito com as pessoas que estão sujas, mendigos de rua e mal-vestidas”⁴⁴. Similarmente, outras situações compartilhadas ilustram essa questão: “A gente tá no POT, e mandaram a gente pro Sacolão da prefeitura. O gerente não deixou a gente trabalhar, disse que não queria pop rua lá”⁴⁵ e “Fui discriminado pelo segurança do Programa Bolsa Trabalho porque estava de chinelo. Mandou eu sair e chamou a polícia. Falei pro policial que eu tava esperando abrir pra fazer minha inscrição, e aí ele [o policial] deixou eu ficar”⁴⁶.

⁴³ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 06 de setembro de 2022.

⁴⁴ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 01 de junho de 2022.

⁴⁵ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 06 de setembro de 2022.

⁴⁶ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 02 de agosto de 2022.

A despeito dessas experiências no contexto dos serviços públicos, Antonio Carlos destaca: “A prepotência de determinadas pessoas que trabalham pra ajudar a gente. E, muitas das vezes, elas humilham, desrespeitam e não ajudam da forma que elas recebem pra fazer isso, fazer esse trabalho. Elas não fazem isso, infelizmente”. Daniel, igualmente, destaca: “Há uma certa discriminação, principalmente, nos postos de saúde. Eu, por exemplo, que não aparento muito ser, não deixo dar aparência que sou morador de rua, população pobre, agora, quem tem as características, é problema, aí é problema, sofre assédio”. Elias, por sua vez, fala sobre como essas experiências também se convertem em barreiras no processo de integração social:

As barreiras são burocracias, da gente não ter, é, opções, né? Quer dizer, você quer estudar, não tem como estudar, vai, é, sofre humilhações na hora de buscar um serviço público. A pessoa tá doente e vai no médico, e o médico já trata com desprezo, vai numa biblioteca, e o segurança já não deixa você entrar, entendeu? Você vai num parque aí, e você não consegue ficar, porque é uma desconfiança muito grande, polícia tá em cima. É difícil, porque é visível na pessoa que tá na rua, né? Quem tem casa tem condições de pentear o cabelo, tudo certinho, às vezes a gente não tem nem um espelho pra olhar. E banheiro, no centro de São Paulo, é muito difícil, né?

Outra consequência direta que foi possível observar das vivências humilhantes é o consequente afastamento dos serviços públicos, que acabam por violar os direitos daqueles a que pretendem garantir. Assim, Ivanildo destaca: “. . . mano, quem tá em vulnerabilidade, como eu te falei, no próprio sistema de saúde ele é maltratado, tá entendendo? Então, a pessoa em vulnerabilidade só procura o sistema de saúde no extremo, meu”. E ele acrescenta:

Centro Pop, eu, eu não vou muito não, porque, que nem, que nem eu falo, eu tenho um ponto crítico analítico, e o meu mal é que eu, eu não sei guardar, mano, eu falo na lata, tá entendendo? E, infelizmente, tem pessoas que faz, é, psicologia e assistência social numa forma de assistencialismo, entendeu? Chega lá e, “aí, coitadinho, eu vou, eu vou fazer isso pra ajudar eles”, mas quando ela, quando ela chega no território, é totalmente diferente o que ela pensou, que ela estudou na faculdade, porque ela não tem a vivência, tá entendendo, da situação. Aí dá aquele choque na mente dela. Aí ela fala “quê, meu?”, aí vem aquele estigma da sociedade: “é tudo vagabundo”. Aí, o que ela estudou, ela não pratica, tá entendendo? Na prática, é totalmente ao contrário dentro do Centro Pop. Aí não vai, aí dificulta. Eu mesmo prefiro nem tá acessando muito, só quando é no extremo mesmo que eu vou. Se você ficar falando toda hora, todo minuto, você acaba sendo inconveniente, tá entendendo.

Essas situações desvelam uma realidade na qual a negação de direitos básicos das pessoas em situação de rua é imperante, e essa população experiencia obstáculos para ter acesso aos serviços públicos. Assim, seja no campo da saúde, seja da assistência social, seja de outras políticas, a (re)produção da imagem estereotipada reforça a tendência dessas pessoas a não priorizarem a busca pelos serviços públicos como uma forma de evitar viver certas situações. Igualmente, constitui-se em agravos em seus direitos ora violados, como os agravos à saúde em função de patologias e falta de cuidados como curativos, ou como não efetivação de outros

direitos, como acesso a documentação, benefícios de transferência de renda ou outros serviços e programas no campo da assistência social.

Fruto da vivência de situações de humilhação, a vergonha é um sentimento de vergonha de si, independentemente da prática ou não de ações morais condenáveis (La Taille, 2004). Esse foi um dos sentimentos mais identificados ao longo das atividades em campo, e que se manifestou nas mais variadas formas: seja na necessidade de pedir alimentação, seja ao frequentar espaços públicos e privados, seja nos constrangimentos em situações apresentadas como corriqueiras para alguém domiciliado, seja em contatos com a sociedade. A vergonha por estar em situação de rua liga-se com a identidade social estigmatizada historicamente construída no que toca a essa população, como nos conta Messias:

A gente não conhece mais um cinema, a gente tem vergonha de ir no cinema. Eu tenho vergonha de ir no cinema. [Pesquisador: O que gera esse sentimento de vergonha?] Por que, assim, é um ambiente que não condiz mais com, sabe, eu prefiro, eu preciso reaprender a me encaixar nesses lugares, entendeu? Pelo fato de você estar em Centro de Acolhida, você não tem mais esse, você perde, sinceramente, assim, literalmente, você perde isso.

E complementa:

Tudo bem que não tá escrito na cara da gente que a gente é morador de rua. Se eu for desse jeito aqui [em nosso encontro, Messias vestia uma camisa polo branca, calça *jeans*, bota e um boné], ó, até sou bem tratado, mas eu tenho que ter dinheiro. Não tenho dinheiro, entendeu? Aí que ocorre a discriminação, você não tem dinheiro, e, se eu for ter dinheiro, é só pro ingresso. Não tem dinheiro pra comer uma pipoca, não tem dinheiro pra tomar um guaraná. Beleza, tudo bem, tem muita gente também que não tem, né? Vai lá só pra assistir o filme mesmo, e sair de lá vai comer pipoca em casa, mas a realidade é assim, é, é, é o preconceito. Você cria esse preconceito de você mesmo, porque você não tá trabalhando, você não tem autonomia, você não tem dinheiro pra comprar as coisas, você não tá bem-vestido, entendeu? Você cria esse preconceito com você mesmo, não são as pessoas que vão te tratar mal. Eles não são adivinho que você é morador de rua, ou tá num albergue, ou tá num lugar, entendeu?

Os elementos destacados por Messias nos são relevantes, pois auxiliam a compreensão de como esse sentimento pode-se expressar. De acordo com La Taille (2004), a vergonha está associada a alguns aspectos: exposição, inferioridade e compartilhamento de um mesmo juízo. Ainda que, como Messias aponta, “. . . não tá escrito na cara da gente que a gente é morador de rua”, depreende-se que frequentar espaços, como o *shopping*, por exemplo, pode causar tal sentimento. Expliquemos melhor: Messias indica compartilhar de uma “boa imagem” do cidadão que frequenta esses espaços – imagem que é constantemente reforçada socialmente, vale pontuar. Logo, não corresponder a tal imagem implica aceitar o juízo negativo que pode ser feito, e, tal como vimos, a vergonha pode-se manifestar pela simples imaginação de exposição.

De maneira semelhante, Vanderlei destaca situações que, segundo ele, seriam comuns para “uma pessoa normal”, mas que, para pessoas em situação de rua, tornam-se gatilhos para o sentimento de vergonha:

Gera vergonha, muita, né? É muito, já é muito constrangedor quando a pessoa, por exemplo, eu tenho uma amiga aqui que ela é advogada, e ela nem faz ideia que eu sou morador de rua, me trata bem pra caramba, conversa comigo às vezes, mas é porque é muito constrangedor mesmo, porque às vezes você vai, por exemplo, em certos espaços públicos, como eu vou, tem um outro espaço público ali na Mário de Andrade, que é um espaço público muito bom também chamado TEIA. Ali, de vez em quando, quando eu pego um dinheirinho, eu vou lá, tem um microondas, compro um achocolatado, eu faço meu lanche. Só que essas pessoas, às vezes, é constrangedor. Às vezes, já teve casos, por exemplo, de gente me perguntar “você é da onde? Você mora onde?” Eu fico sem resposta! É uma tortura, porque realmente é muito constrangedor, é, pra quem tá nessa situação igual eu tô ter que se expor dessa maneira, né? Poxa, eu não tenho casa, eu moro na rua, aí, a pessoa, você fica, né? Poxa, como é que a pessoa vai olhar pra mim, como é que ela vai reagir quando ela souber que, na verdade, eu moro na rua.

Falas como essa se repetiram em outros momentos: “. . . teve um dia que esses psicólogos meu [referindo-se a uma dupla de estagiários de Psicologia que o acompanhava] me levaram pra um restaurante, mas eu fiquei tão constrangido que eu não consegui entrar, cara, era tanta gente fina [risos]”.⁴⁷

Ainda, de acordo com Vanderlei:

É que nem eu tô falando [risos], quem nunca passou por isso não faz ideia da tortura psíquica que é, porque você tá praticamente sem o seu RG, por dizer assim, pessoal. É horrível, porque você praticamente, você tá desligado da sociedade, né? Você fica, é, como se você fosse convidado pra uma festa, e um amigo te convidasse. Ele não faz ideia da onde você mora, não faz ideia da tua situação, e ele pensa que praticamente você tá bem. Aí ele te leva lá pra essa festa, e aí os convidado começa a perguntar pra ele: “ele é da onde? Quem são os parentes dele? O que que ele faz?” Cara, é uma tortura desgraçada, desculpa até a expressão, desgraçadamente pra mim que tá situação de rua, não é só pra mim, se você for pegar uma consulta de outros aqui, eles vão te falar mesma coisa que eu: é uma das pior tortura pra quem está em situação de rua, é você não ter um RG seu, você não tem uma segurança pra falar, “poxa, meu, eu moro ali”, né? “Ah, eu não tenho parente, mas eu trabalho, faço isso”, entendeu? Agora, você não ter um comprovante de residência, você não tem uma casa sua, você não tem onde você, é terrível. Além de você já não ter representante familiar, o que é muito triste também, você ainda não tem endereço, cara, é horrível. Agora, isso só realmente pra quem passa, pra quem já passou vai me entender o que eu tô te falando, é muito constrangedor.

A fala anterior é ilustrativa quanto à relação entre o sentimento de vergonha e a ausência de um comprovante de residência. Não obstante, há de se problematizar que, em relação ao tipo de comprovante de residência disponível, a vivência de situações evocadoras desse sentimento permanece, como é o caso dos comprovantes fornecidos pelos serviços de acolhimento institucional. O excerto de diário de campo a seguir demonstra essa tensa relação:

⁴⁷ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 15 de junho de 2023.

Eu sinto vergonha. Eu sinto vergonha, porque a discriminação é grande. Olha, eu tenho grandes amigos por aqui que não sabem que eu não tô em Centro de Acolhida, sabe, que me conheceram morando em casa. E até hoje eu tenho vergonha de dizer. Se uma pessoa me perguntar onde eu moro, eu falo que moro na Santa Efigênia. Quer dizer, eu tenho vergonha, porque eu já perdi amizades por dizer que morava em albergue.⁴⁸

Além dos impactos nos vínculos relacionais, a dimensão do trabalho é fortemente afetada pela condição de estar em situação de rua. Assim, como relatado por alguns participantes, apesar de possuírem qualificações profissionais ou mesmo experiência na vaga pleiteada, a condição de rua e o fato de residir em equipamentos socioassistenciais de acolhimento resultam em estorvos para serem empregados. A fala a seguir é ilustrativa:

. . . infelizmente vou nas empresas e entrego todos os meus documentos. Mas quando vê o comprovante de endereço que é Centro de Acolhida, não dá a vaga. [Pesquisador: Como se sente?] Ah, hoje em dia eu tô acostumado já [risos]. Hoje em dia não me incomoda mais, não, eu já vou preparado já, eu já vou preparado, esperando não dar certo. Não incomoda nem um tiquim mais. Mas já me incomodou já.⁴⁹

Além de demonstrar a discriminação às pessoas em situação de rua residentes nesses equipamentos, a fala anterior também expressa que, em decorrência da discriminação, o desencadeamento do sentimento de resignação pode-se manifestar – e que também pode ser um indicativo de adaptação a tais situações limites, como já apresentamos anteriormente, vale destacar.

Messias também fala sobre o preconceito existente em relação aos Centros de Acolhida no mercado de trabalho: “. . . até com comprovante de endereço você perde. Os caras sabe que você é do albergue, e não vai te contratar. Isso já aconteceu comigo. E não tem justificativa nenhuma, é o fato do preconceito com o Centro de Acolhida mesmo”. Acerca desse assunto, Elias nos conta:

Eu tenho medo dessa pergunta, né? Porque, se ela me pedir [comprovante de residência], eu tô ferrado, não tenho. E outra, às vezes, como é que você vai ter, e, se eu tiver, igual ali em albergue, a assistente social, ela tem que dar, né? Só que as empresas não aceitam, elas vão pesquisar onde é esses lugares e normalmente já são lugares que eles já conhecem, são endereços conhecidos, né? Tem empresa que não liga, né? Mas tem empresas que, se souber, não contrata.

Igualmente, outro interlocutor disse:

. . . fui em uma entrevista de emprego, e a moça perguntou onde eu morava, e eu disse moro na rua Almeida de Assis, 320, no Cambuci. Ela perguntou se era casa, e eu disse que não. Quando mostrei o papel, ela disse que não era comprovante de nada. Falei que foi a Assistente

⁴⁸ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 10 de novembro de 2022.

⁴⁹ Enunciado registrado em diário de campo, no Núcleo de Convivência para Pessoas Adultas em Situação de Rua, no dia 23 de setembro de 2022.

Social que me deu, e ela perguntou se eu morava em albergue. Quando disse que sim, na mesma hora fui descartado da empresa.⁵⁰

Acrescenta-se a isso uma problemática maior, como mencionamos na categoria anterior, que se refere à precarização do trabalho dessa população. Neste caso, em meio às dificuldades para acessar o mercado formal de trabalho, somado às necessidades básicas, urgentes e concretas da vida, o aceite de trabalhos informais e em condições deletérias, em alguns casos, se apresenta como a alternativa possível para angariar fonte de renda.

Frente a situações como essas, muitas vezes é preferível não dizer a real situação na qual se encontram, para evitar constrangimentos. José, por exemplo, destaca: “. . . as pessoas que não me conhecem, eu prefiro nem falar que moro na rua, pra não ter aquele julgamento, entendeu? Tem muito disso aí hoje em dia”. Para ele, essa é uma estratégia, pois esse julgamento evoca o sentimento de vergonha, como se observa: “. . . traz vergonha, traz, porque as pessoas vão se afastar de você, né? E as pessoas têm tudo, tudo, todo tipo de pensamento”.

Em síntese, os resultados demonstraram que o cotidiano de pessoas em situação de rua é perpassado por experiências que envolvem preconceitos e violências, que tem como pano de fundo os estereótipos e o estigma social relacionados a esse grupo populacional a partir da sua condição social. Essas experiências aqui são vistas sob o crivo da humilhação social, um fato psicossocial que é um efeito da desigualdade política no qual os humilhados sofrem reiteradamente os impactos das relações assimétricas e dos maus tratos que enviam apenas uma mensagem: a de sua inferioridade. A humilhação social de pessoas em situação de rua tem consequências subjetivas e objetivas: no primeiro caso, notam-se as repercussões de ordem pessoal e os sentimentos gerados, como tristeza, desvalor, dor, indiferença, inferioridade, mal-estar e raiva; no segundo caso, o distanciamento dos serviços públicos. Fruto das situações humilhantes, a vergonha é um sentimento que compõem as experiências de muitas pessoas em situação de rua na relação com outras pessoas, serviços e instituições. A vergonha, como vimos, está assentada tanto na exposição, quanto na possibilidade de estar exposto a outrem por não corresponder aos parâmetros demandados socialmente, e a conseqüente aceitação da imagem negativa atribuída.

Ainda que os sujeitos possam responder de alguma forma e em alguma intensidade às situações de humilhação social e vergonha, fato é que não se configuram como afetos capazes de potencializá-los. Dessa forma, na compreensão acerca da redução das possibilidades de práxis política engendrada por estes fenômenos sociais, as informações construídas com base

⁵⁰ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 16 de agosto de 2022.

nas entrevistas e diário de campo indicam alguns fatores redutores: (1) internalização da inferioridade; (2) afetos negativos; (3) desumanização das relações; (4) vergonha e isolamento; (5) desconfiança nas instituições; e (6) distanciamento dos serviços públicos.

Portanto, além das implicações no âmbito da vida pessoal, esse contexto pode repercutir no enfraquecimento do tecido social e dos laços comunitários, e limitar o potencial de envolvimento em ações e práticas políticas em denúncia às injustiças sociais. Por último, recorrendo a Dobles e Arroyo (2020) e a sua noção de danos psicossociais, não podemos perder de vista que, se perdurados no tempo e sequencial, esses danos podem conduzir a processos de traumatização psicossocial.

5.3 OS CAMINHOS PARA A CONSCIENTIZAÇÃO NAS RUAS

Uma análise da conscientização – em nosso caso, no contexto das pessoas em situação de rua –, subsidia a sua compreensão como um processo que não está dado de antemão, tampouco posto de maneira estática na história e trajetória de vida pessoal. Dito de outro modo, tal como percebemos, o processo de conscientização reflete um movimento que instaurador, no qual contradições, avanços e recuos são possíveis. Assim, a conscientização relaciona-se com o grau de compreensão da própria realidade, bem como o agir em prol da transformação da realidade circundante e dos processos que conduzem à opressão.

Trata-se, portanto, de um processo dinâmico e em constante evolução, a partir de estágios individuais e crescentes de consciência, que caminha de uma consciência individual para uma consciência de classe. A conscientização, tal como a empregamos, não tem como intenção escalar níveis de consciência das pessoas em situação de rua, ou apontar a mais importante. Tendo em vista que poderíamos correr o risco de exigir dessa população um papel revolucionário simplesmente por estar em contexto de opressão, sem considerar todo o contexto e os elementos que se colocam como obstáculos a esse processo. O nosso intuito, portanto, é conhecer as diferentes formas de refletir e se posicionar sobre a realidade e os processos atrelados, conforme as condições da vida social presentes.

Tal como observamos, a problemática da situação de rua tem sido percebida de maneiras distintas e por diferentes vieses pelas próprias pessoas que a vivenciam. Assim, em se tratando dos causadores do fenômeno da situação de rua, ele é visto ora como uma problemática individual – fruto das escolhas de vida –, ora como uma questão decorrente das condições sociais, econômicas e políticas do país – que resultam no desemprego e, conseqüentemente, na

impossibilidade de arcar com os custos de uma moradia –, ora como resultado do próprio modo de funcionamento do sistema capitalista, ora como uma conjugação de múltiplos fatores.

Ao conversar com um usuário de um Núcleo de Convivência sobre sua trajetória de vida, durante uma visita junto à DPESP, ele relatou que “Ah, para chegar na rua é por causa das drogas, né? Não ter autocontrole. E, segundo, é retrato das escolhas malfeita, né? Se eu tivesse feito uma escolha não estaria aqui. São as escolhas, né?”⁵¹ Essa percepção de que seria uma questão individual e condicionada às escolhas de vida foi anunciada por uma participante das oficinas grupais, para quem “. . . todos têm as mesmas oportunidades”⁵², e as escolhas de vida determinam o sucesso ou o fracasso pessoal.

Para Antonio Carlos, por exemplo, “. . . a partir do momento que eu não tenho como gerir uma moradia, né? Não tenho como custear uma moradia, então, me considero em situação de rua”. Em momento posterior, acrescenta: “É o poder público mesmo, que é um dos maiores, é, responsáveis por isso que tá acontecendo, entendeu?” E problematiza a temática das pessoas em situação de rua não ser tratada como prioridade nas agendas públicas. A título de exemplificação, ele nos conta:

Que agora a gente vê lá essa tragédia que aconteceu no litoral de São Paulo⁵³, ele vai ter que dar um jeito de colocar toda aquela gente em casas. Por que que não faz isso aqui? As pessoas que tá em situação de rua, a gente é visto, é, eles pensa a gente por último, é sempre por último. “Ah, mas agora não dá”. Agora não dá! Mas lá que tem, né? Não que eles não precisam, é claro que precisam, mas tem que olhar pra cá também.

De acordo com Daniel, “Essa situação é gerada pela prefeitura e pelo serviço social [se referindo aos serviços socioassistenciais] que não deixa a gente se organizar, tá entendendo?” Problematizando, Daniel acrescenta: “Geralmente, ele foi, ele tá [em situação de rua], é devido ao sistema capitalista, porque, o que acontece, eu quando cheguei aqui em São Paulo, o aluguel era barato. O aluguel era 20% do salário-mínimo, e hoje, não, hoje é 60, 70% do salário-mínimo. É uma coisa impossível!”

De forma parecida, Vanderlei problematiza as dificuldades para a manutenção de uma residência, considerando o custo de vida na cidade de São Paulo:

Você vai fazer o quê com R\$ 1.000,00? Só um aluguel de uma casa já é, não têm aluguel de R\$ 500,00! Se pagar esse valor de aluguel, vai comer o quê, né? Aí você tem que ter internet pra conversar com as pessoas, vale-transporte, uma reservinha, comida, tudo caro, então, aí não dá pra sair da rua, não dá pra pagar aluguel. Então, você já entra no albergue.

⁵¹ Enunciado registrado em diário de campo, no Núcleo de Convivência para Pessoas Adultas em Situação de Rua, no dia 23 de setembro de 2022.

⁵² Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 07 de junho de 2022.

⁵³ Se refere ao episódio ocorrido no litoral norte de São Paulo em fevereiro de 2022, no qual foram contabilizadas mais de 50 mortes, além dos mais de 4 mil desalojados (Jornal da USP, 2023).

Ao analisar o porquê ainda está em situação de rua, Ivanildo afirma:

Mano, deixa eu falar pra você, o primeiro ponto mesmo, não é falha de sistema, de ninguém. É, eu tenho que me autoanalisar, entendeu? O primeiro ponto, a culpa é minha, mano. Porque ninguém vai mudar a minha vida se não for eu, tá entendendo? Então, tem vez que eu fraquejo, entendeu, mano, eu sou um adicto, aí vem o segundo ponto, a adicção ajudou bastante a me manter na rua, porque, quando eu tenho dinheiro, eu não tenho um certo discernimento de, né? Como eu posso falar, de pegar dinheiro e fazer um planejamento desse dinheiro, tá entendendo? . . . E o terceiro é o sistema, mano, sistema já influencia bastante a situação, entendeu, que nem eu falei pra você, é . . . ele sabe que nós é capaz, e, se nós for, e nós chegar em certas suposições, nós vai, é, nós vai ter que, vai ser uma seletiva entre eu e ele, entendeu, mano? Ele não quer isso, ele quer muito fácil pra ele, então ele fica me limitando a chegar a certas posições na sociedade. Aí, ele vende essa ilusão aí que eu não posso, não consigo, não sou ninguém, aí, nessa aí, como eu já estou com a minha mente abalada devido à adicção, às vezes, muitos abraçam essa ideia e continua na mesma, tá entendendo, mano? [Pesquisador: Quem é o sistema?] Ele é o sistema público, o Estado, mano.

E continua: “Aí, aí, é isso que o sistema quer, né, mano. Só reproduzi o que o sistema vendeu pra mim na verdade, né? Meu: que nós não presta, nós é um animal, nós tem que viver enjaulado, e eu caí nessa ilusão que o sistema vendeu para mim, e isso que eu produzi”.

Essa ilusão vendida pelo sistema a que Ivanildo se refere, pode ser vista sob as lentes da ideologia dominante, ou nas palavras de Freire (1968/2001, p. 108) da “. . . ideologia da opressão”, assentada na ideologia liberal que tem em seu âmago o mérito, que mitifica a realidade e culpabiliza o sujeito pela sua condição de vida, isentando o capitalismo de suas contradições. É o que diz Di Flora (1987, p. 16):

Sob o ponto de vista da ideologia dominante, no entanto, a explicação sobre a existência destas categorias [pessoas em situação de rua] se fundamenta num radical psicologismo, quando as causas são consideradas como de caráter individual. Nesse sentido, a culpa da pobreza, miséria e não participação recai sobre a própria vítima que é considerada desajustada, desintegrada, marginal.

As causas apresentadas pelos interlocutores para o fenômeno da situação de rua dão indicativos da capacidade de apreensão de seus contextos de vida e da consciência quanto à própria realidade concreta. Essa apreensão envolve, entre outros aspectos, a captação da relação de causalidade entre distintos aspectos para explicar os fatos que se apresentam como motivadores da condição de rua. Assim, em se tratando da consciência, Freire discute que a “. . . consciência de si dos seres humanos implica consciência das coisas, da realidade concreta em que se encontram como seres históricos, a qual eles aprendem através de suas habilidades cognoscitivas” (1979, pp. 144-145).

Como as narrativas demonstram, existe uma visão do sistema e dos causadores das opressões que se colocam em suas vidas que surgem das experiências imediatas e práticas vividas. Outrossim, a menção de Ivanildo à “ilusão vendida pelo sistema” pode ser interpretada

como uma expressão de uma consciência fenomênica – isto é, a experiência direta e imediata – , em que ele reconhece o lugar ocupado no sistema como alguém que é descartado. Não obstante, essa visão empírica da realidade nem sempre é acompanhada de uma elaboração teórica que pode conduzir a uma práxis coletiva.

A percepção do fenômeno da situação de rua pelos nossos interlocutores também aponta outros elementos que contribuem para a sua manutenção e que constituem obstáculos à sua superação. A mercantilização da pobreza foi um tema recorrente, sobretudo quando se relacionava com os serviços de acolhimento institucional. Para muitos, esse processo resulta em impeditivos para a superação da situação de rua, já que não é capaz de criar articulações com as demais políticas públicas e mantém os acolhidos em tutela e em um ciclo que se repete sistematicamente. Sobre esse aspecto: “Eles [Centros de Acolhida] não querem que a gente evolua. Os albergues não são uma casa, são máquinas humanas. É que nem um presídio: quanto mais gente, pra eles, é melhor. Eles não querem que você evolua”.⁵⁴

Isso se repete em outros discursos:

O albergue é, do jeito que ele é, é você chegar, dormir, jantar, tomar banho, ficar uma horinha. Não! Não pode ser assim, não.⁵⁵

É mais fácil o cara sair da calçada do que sair do albergue. Quando você entra, todo o sistema lá, tudo é pra te prender lá, tudo, tudo, tudo que eles fazem é pra te prender. Nada pra te ajudar, os caras faz tudo pra te prender ali. É muito difícil sair daquele sistema ali, muito difícil, cara.⁵⁶

. . . albergues... só depósito! Essa é a expressão, depósito. Depósito de gente.⁵⁷

São Paulo aprendeu a ganhar dinheiro com moradores de rua.⁵⁸

A pandemia veio pra mostrar que dá pra ganhar muito dinheiro com a desgraça do outro. É bizarro! Explodiu, né? Aí veio albergue pra caralho, agora tem os contêineres [se referindo às casas modulares da Vila Reencontro, do Programa Reencontro]. Nossa, tudo isso existindo como? Vamos fazer um cercadinho e botar o gado dentro.⁵⁹

. . . albergue só tem uma porta: de entrada! Não tem porta de saída.⁶⁰

⁵⁴ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 10 de novembro de 2022.

⁵⁵ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 13 de abril de 2023.

⁵⁶ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 24 de maio de 2022.

⁵⁷ Enunciado registrado em diário de campo, em Centro de Acolhida Especial para Mulheres, no dia 27 de março de 2023.

⁵⁸ Enunciado registrado em diário de campo, em Centro de Acolhida Especial para Mulheres, no dia 27 de março de 2023.

⁵⁹ Enunciado registrado em diário de campo, em Centro de Acolhida Especial para Mulheres, no dia 27 de março de 2023.

⁶⁰ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 09 de abril de 2024.

Acerca dessa temática, Daniel afirma: “Agora, o problema é que a gente já virou mercadoria, e, quando vira mercadoria, por trás dos serviços, que o interesse desses serviços não é tirar da rua, é manter na rua”. Por sua vez, Ivanildo também nos conta:

É, então, mas aquilo, querendo ou não, é que nem eu falo: por que você acha que a prefeitura tá cada vez tá produzindo mais Núcleos pras pessoas em situação de rua? Igual eu falei pra você, isso aí se chama a indústria da miséria, tá entendendo, mano. Porque a prefeitura fala assim, “ah, nós tá fazendo tantos, nós tá fazendo pra população em situação de rua”. Mentira, mano, cê tá é favorecendo o crescimento do bagulho, da pobreza. Você não tá tentando diminuir, mano. Você vai falar assim: “ó, nós vai fazer três albergue ali”. Mano, mas ne albergues você, querendo ou não, pra você estar frequentando o ambiente, você tem que estudar, você tem que fazer um curso, você tá entendendo? A prefeitura não pensa dessa forma, sabe o que eles faz? Eles, você chega no albergue, eles falam assim, “ó, você vai chegar quatro horas da tarde, vai ficar a noite inteira aí, de manhã você sai, e o que você faz ou deixa de fazer não, não, não, já não é comigo. Você é de maior, tá entendendo?” Mas, mentira, nós tá vulnerável.

E complementa:

Por lei, eu tenho deveres, e o Estado tem obrigação, tá entendendo, mano. Eu sou um cidadão do Estado, então, como eles vão me largar assim e faz o que você quiser durante o dia e já era? Sendo que ele sabe que eu tô em vulnerabilidade, não tô com a minha mente boa, tá entendendo? Então, querendo ou não, eles têm sim que me enquadrar em algo. Aí isso aí eles não faz! Por que eles não faz? Porque eles sabem que se mandar nós pra escola, fazendo curso, nós vai começar a evoluir, e, aí vai diminuir a pop rua, e eles vão parar de gerar impostos, entendeu, mano, abatimentos de, porque, querendo ou não, uma ONG filantrópica que fala assim “não, eu entreguei mil marmita por dia”, chegando ao final do ano, ela abate no imposto de renda da firma dela, tá entendendo? Aí isso que eles querem, vai favorecer quem tem pra ficar cada vez mais rico, e quem não tem, cada vez mais pobre. É isso que eles querem. Essas ONGs não são boazinhas, é tudo na base de troca.

De maneira semelhante, ao comparar os sindicatos com as OSCs que gerenciam os serviços socioassistenciais, Daniel afirma:

Acho que melhor pra gente se organizar, uma proposta, temos que fazer parceria com o sindicato. O sindicato, ele cobra a responsabilidade, e a ONG, não. Ela é assistencialista, ela quer pegar o dinheiro e fazer aquele trabalho, o sindicato, não. Até porque, se acabar [pessoas em situação de rua], ela perde a fonte de renda. O sindicato, ele quer que você participe desde o início, e a ONG, não, ela quer que você obedeça.

A menção ao aspecto da mercantilização da pobreza e ao modo de funcionamento de alguns serviços de acolhimento institucional como elementos que contribuem para a manutenção na situação de rua reforçam o caráter da visão empírica e prática de apreensão da realidade. Como é o caso de Daniel, que, dada a sua aproximação com o Movimento dos Catadores e dos Carroceiros, indica a vinculação aos sindicatos como uma estratégia de organização. Ao mesmo tempo, essa menção aos sindicatos abre caminho para reforçarmos a complexidade desse grupo populacional, que se expressa nos diversos grupos e movimentos que estão nas ruas, que demanda outras estratégias de organização, como o MNPR, por

exemplo. Além disso, permite-nos problematizar outras questões que se colocam como obstáculos à práxis política.

Em se tratando dos serviços de acolhimento institucional, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais aponta que, além da acolhida e da proteção integral, os serviços devem contribuir para a superação da condição de rua (Brasil, 2014). Contudo, como as narrativas sugerem, em grande parte os serviços operam sob a égide assistencialista frente às necessidades mais urgentes, como a oferta de alimentação, higienização e dormida, que pode conduzir a uma estagnação – já que as políticas habitacionais ainda são horizontes distantes. Nesses moldes, nossos interlocutores pontuam que tais serviços também poderiam ser espaços de fomento ao reconhecimento como sujeitos de direitos e de articulação com espaços de organização e mobilização em prol da luta pelos direitos dessa população.

A leitura da realidade circundante e das injustiças sociais estruturais da sociedade brasileira como impeditivo para superar a situação de rua também se expressou nas narrativas. Esses aspectos são exemplificados nas falas seguintes: “. . . por mais que a pessoa estude, se esforce, não é dado espaço para ela em determinados espaços”⁶¹, “. . . ex-presidiário, negro e pop rua. Não existe inclusão, eles fecham os espaços pra nós. Parece que não querem que acessemos os espaços”⁶², “. . . querem a gente em um lugar abaixo deles [sociedade]”⁶³ e “. . . a sociedade só sabe criticar e jogar tijolada. A sociedade exclui”⁶⁴.

Conheci um CAE [Centro de Acolhida Especial] para pessoas trans. Em conversa com uma das usuárias, ela me conta sobre as dificuldades de ser uma mulher trans em situação de rua. Além das questões relacionadas ao preconceito existente – e que se agrava no contexto das ruas –, ela relata os percalços à empregabilidade. Diz ter cinco formações técnicas, mas nunca conseguiu exercer nenhuma das profissões. Ao final, ela problematiza se a questão central realmente é a falta de capacitação profissional para superar a condição de rua.⁶⁵

Em suma, nas análises sobre as causas que os levaram e que levam outras pessoas à situação de rua e sobre os aspectos que dificultam a sua superação ou que contribuem para a sua manutenção, nossos achados demonstram que a consciência sobre a realidade não é faltosa. Do ponto de vista de Freire (2013), a descoberta da realidade objetiva como objeto de conhecimento dos sujeitos que estão envolvidos em seu processo é um ponto necessário para o processo de conscientização. Isso decorre, sobretudo, da formação de uma nova percepção da realidade circundante. Todavia, como o autor nos ensina, esse processo em si não é suficiente

⁶¹ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 02 de agosto de 2022.

⁶² Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 02 de agosto de 2022.

⁶³ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 06 de setembro de 2022.

⁶⁴ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 30 de maio de 2022.

⁶⁵ Enunciado registrado em diário de campo, na Casa Florescer, no dia 26 de setembro de 2023.

para reconhecer a conscientização. Para tanto, a prática do descobrimento da realidade e a prática da transformação da realidade devem estar dialeticamente associadas.

Para os nossos interlocutores, a superação da situação de rua inclui elementos como a organização e mobilização das próprias pessoas em situação de rua junto a coletivos e movimentos sociais, como o MNPR e o Comitê Pop Rua, por exemplo, bem como a vontade pessoal, a promoção de autonomia, trabalho, moradia, acesso à informação e o papel desempenhado pelos serviços públicos e os seus respectivos trabalhadores. Todavia, reconhecem que essa superação também é perpassada por questões que se colocam como obstáculos à sua concretização, como a própria realidade social dessa população que reduz as possibilidades de mobilização e a lógica de funcionamento de alguns serviços que não propiciam espaços necessários para tal.

Ivanildo, por exemplo, destaca a importância da organização das próprias pessoas em situação de rua para angariar as mudanças na realidade social em que se encontram. Contudo, pondera que as pessoas em situação de rua de São Paulo são divididas em dois grupos: de um lado, aqueles e aquelas que cotidianamente se mobilizam em prol da superação da situação de rua – ainda que não seja garantida –, e, de outro lado, aqueles que estão em uma posição de resignação à própria realidade:

Que que eu penso, mano? Se eu falar para você o que eu penso, vai dar até risada mano. [Pesquisador: Fique à vontade!] Porque a caminhada é o seguinte, mano, infelizmente, infelizmente que nem eu falei pra você no começo, a pop rua se acomodou, entendeu? Então, nesse comodismo, infelizmente, hoje em dia não tem mais salvação para todos. Da rua, de 100%, 30 cê salva, 70 já se acomodou e quer viver assim mesmo.

Ele ressalva que o comodismo se origina das próprias experiências nas ruas – reiteradas e sistemáticas –, envolvendo múltiplas situações tais como discutimos na categoria anterior: maus tratos, violências, violações de direitos, preconceitos, discriminações, humilhação social e faltas de oportunidades, por exemplo. Assim, Ivanildo complementa:

. . . de 100%, meu, no papo, 70% já não tem mais jeito, não. É porque a saúde mental dele já tá muito abalada. Logo, comodismo dele já virou um negócio comum pra ele. É ele dormir aqui na calçada e ir ali só pra rangar, pra ele já não é, de falar, “porra, mano, tô cansado de ficar enfrentando essa fila aqui todo dia, tem que chegar às 9h00 da manhã aqui pra meio-dia conseguir um prato de comida sendo tratado que nem um boi no curral, tá entendendo? Tô cansado disso!” Pra ele, tanto faz, tanto fez, mano, já virou comum isso para ele. Então ele não vai atrás de nada, entendeu? Fica ali mesmo. Assim, só 30%, mano, 70% não tem mais jeito na rua, é, infelizmente.

A fala de Ivanildo nos fornece, ao menos, dois pontos importantes para análise: (1) o processo que ele nomeia como “comodismo” pode ser um reflexo tanto das tentativas frustradas de reivindicações frente à realidade vivida que não se altera como das necessidades que se

colocam como mais urgentes e pulsantes, tais como garantir a alimentação e lugar para dormir, por exemplo, em detrimento dos processos reivindicatórios; (2) esse mesmo cenário também pode fomentar a indignação, um elemento importante para a reivindicação contra a realidade que se impõe e as condições às quais a pessoa se encontra subjugada.

Como já dissemos, por vezes, diante de certas circunstâncias vividas, grupos marginalizados adotam comportamentos de resignação e conformismo como uma estratégia para lidar com a situação. Isto é, elas refletem no indivíduo isolado como uma adaptação para suportar a situação-limite de sofrimento (Euzébios Filho, 2023). Além disso, recorrendo à Freire (2013), o autor destaca um aspecto semelhante ao mencionar a consciência semi-intransitiva mágica que nos permite um paralelo com a situação analisada – ainda que não digam, necessariamente, da mesma coisa. Para ele, esse nível de consciência pode ser um modo de sobrevivência e adaptação em contextos de miséria e opressão. Isso nos indica que, em certas condições da vida social, os comportamentos de resignação e conformismo também podem ser importantes.

Novamente, em sua análise, Ivanildo aponta que o comodismo a que se refere é resultado da própria sociabilidade capitalista.

Porque o sistema em si, que nem eu tô falando, no capitalismo, o sistema em si capitalista, ele vende uma ilusão pra nós, né? Seu limite até esse, e você só vai chegar até isso porque nós quer, então você não vai conseguir passar daqui. Então ele tenta uma, ele tenta duas, ele tenta três. Na terceira, eu acho que ele, todo mundo cansa uma hora, né, meu, de dar murro em ponta de faca. Aí, como ele fala assim “ah, mano”, se o sistema é assim, então aí ele vai e acredita na ilusão do sistema, ele abraça as ideias que o sistema vende pra ele, sabe. Aí nessa que, que ele abraça, ele fala, “porra, mano”, é que nem eu falei pro cara ontem. O cara contou assim, que falaram pra ele: “pô, você nasceu para ser peão”. Falei, “caralho, que merda, se o cara falasse pra mim, ia acabar com meu dia, porque eu tenho capacidade de ser mais do que um peão, mano”, tá entendendo? Então, sabe a ilusão que o sistema vende, você só serve pra ser peão. Aí o cara acredita, e acaba se acomodando só no peão. Ele não tenta algo além disso, aí ele acaba se acomodando nessas ideias que o sistema vende pra ele. É, nitidamente, toda hora cê vê isso aí, o sistema vendendo para você, algo ilusório, né?

Para ele, os 30% restantes que “ainda têm salvação”, são pessoas impelidas a não deixarem:

. . . o sistema abalar a saúde mental dele, fisicamente e mentalmente, tá entendendo? Aí tá tentando evoluir de alguma forma, assim mesmo com o sistema limitando, colocando barreiras, nós tenta [sinal de um soco com a mão direita na esquerda] quebrar essas barreiras, né, mano. Aí é só esses 30% têm salvação, 70% já virou comum para ele o comodismo.

Messias tem um entendimento semelhante quanto à possibilidade de superação da situação de rua. Contudo, diferentemente de Ivanildo, que localiza o cerne do problema no comodismo, que tem origem em tentativas frustradas, para Messias, o comodismo está atrelado principalmente às políticas públicas. Para ele, “Morador de rua é o seguinte: muitos deles não

querem sair. Vamos ser sinceros? 10% quer sair, os outros 90%, não. Tá acomodado naquele ciclo, entendeu?” E complementa: “Por causa de Auxílio, por causa de Centro de Acolhida, entendeu? Por causa disso. Gente, dê o Centro de Acolhida, mas dê um prazo, dê autonomia pra pessoa”.

Por um lado, o discurso de Messias pode parecer reproduzir representações ideológicas de que serviços socioassistenciais e os programas de transferência de renda conduzem a um “efeito preguiça” por parte dos beneficiários (D. B. Santos, Leichsenring, Menezes Filho, & Da-Silva, 2017). Por outro lado, também nos parece um indicativo de uma problemática maior que desvela a unidimensionalidade característica das políticas públicas para as pessoas em situação de rua. Dito de outro modo, indica a centralidade histórica da forma de lidar com a situação de rua no campo da Política de Assistência Social – e da saúde, vale pontuar –, com pouco ou nenhum diálogo com as demais políticas, tais como educação e trabalho, necessárias à superação dessa condição.

Além disso, Ivanildo reconhece que existe um projeto cuja finalidade prática é, entre outras coisas, manter as pessoas em situação de rua alheias aos próprios direitos e à realidade social. Vale ressaltar que a invisibilidade é uma força motriz para as violações de direitos e, ao mesmo tempo, um sintoma do próprio fenômeno da situação de rua (Euzébios Filho & Souza, 2022). Esse processo que mantém as pessoas em situação de rua alheias aos direitos e à realidade social pode ser analisado como um obstáculo à organização e mobilização social.

Há de mencionar que, em determinados espaços, as pessoas que demonstram ser conhecedoras de seus direitos e denunciam as situações de violações ou injustiças são vistas como riscos à manutenção de um *status quo*, o que resulta em perseguições. A despeito disso, Ivanildo disserta:

Mano, qual é o maior intuito do sistema? Manter você desinformado, tá entendendo! Então, um ser humano que está em vulnerabilidade informado, ele é uma arma, mano, contra o sistema, tá entendendo? É isso que eles não querem. Então, quando eles vê nós, que tem informação e vê que é articulado, eles tenta desiludir nós. Pra quê? Pra nós não correr mais atrás da informação, de nada, porque nós oferece risco a eles. Então, já que nós tamo oferecendo risco a eles, eles não quer que nós frequenta o ambiente, tá entendendo, quanto menos nós tiver lá dentro, melhor, quanto menos nós interagir as atividades lá dentro, pra eles é melhor. Então, eles tenta vir perseguindo nós.

A compreensão acerca do que seria necessário para promover a superação da situação de rua, foi unânime quanto à importância da tríade trabalho-moradia-autonomia. Além disso, foi destaque a própria organização, ação e mobilização das pessoas em situação de rua na busca pela efetivação dos seus direitos violados e na denúncia à realidade opressora que atua com vistas a ceifar-lhes as possibilidades de práxis; o acesso às informações e aos direitos; a atuação

de trabalhadores das várias políticas públicas que atendem cotidianamente esse público, tendo como base o respeito e a observância à dignidade humana e os direitos das pessoas em situação de rua; a articulação dos serviços de acolhimento institucional com outras políticas públicas para promover um atendimento integral, com fluxos estabelecidos entre mercado de trabalho, educação, arte e cultura, por exemplo, bem como a aplicação de um Plano Individual de Acompanhamento (PIA) singular e não generalizante; e as oportunidades de acesso para o desenvolvimento de potencialidades, sobretudo as relacionadas ao mercado de trabalho.

Assim, Antonio Carlos discute que:

A independência financeira é um dos pontos primordiais, sabe, a gente depender dos nossos ganhos, entendeu? Eu tenho um salário, dependo do meu salário, eu vou morar nesse lugar aqui que eu posso. “Ah, é periferia”, beleza, periferia, mas eu vou estar pagando o meu aluguel. Vou tá pagando o meu gás, isso é primordial. É você ter de volta a sua, a sua liberdade, né? Liberdade de escolha. “Ah, hoje, hoje eu não quero comer isso aqui, eu quero comer... ah, não sei, vou olhar o cardápio”, ou “ah, vou na feira, ou “vou no mercado”. É isso! Você resgatar isso de volta.

Para Daniel, “É elas ter autonomia [pessoas em situação de rua], se organizar”. Por seu turno, Ivanildo problematiza a falta de acesso à informação:

. . . a falta de informação é uma das principal também, né, mano. Sociedade fala assim, “não, mano, tem é, ele tá na rua porque ele, tá na rua porque ele quer, porque tem certo projeto que ajuda ele sair da rua”. Mas, vamos lá: tem 5.000, uma suposição, tem 5.000, é, morador de rua aqui na Liberdade. Se, se alguém veio aí falar, falou pra 50 sobre esse projeto, foi muito, meu, tá entendendo? 4.950 não sabe de nada e nunca chegou essas ideia pra ele, entendeu, então a falta de informação é uma das primeiras também.

No tocante aos serviços e às políticas públicas, Ivanildo pontua a importância de trabalhadoras e trabalhadores capacitados para o trabalho e que não reproduzam no cotidiano profissional práticas pautadas em estereótipos, estigmas e desqualificação social das pessoas em situação de rua. Assim ele nos conta:

Tem uns [trabalhadores de serviços que frequenta] que é mais humano, tá entendendo, porque ele já dissipou esse padrão do sistema, né, mano, querendo ou não, ele já dissipou esse padrão do sistema, né, mano. Ele tentou pensar além daquilo, né, mano. Então, é, ele viu que a visão que o sistema fez é totalmente ao contrário do que é, tá entendendo, aí ele começou a ser mais humano, tá entendendo. Pra trabalhar, mano, com a pop rua, tem que ser humano! Se você não for humano, não vai dar certo.

Se referindo mais especificamente aos serviços de acolhimento institucional, Ivanildo ressalta a necessidade do PIA que considere as especificidades de cada acolhido, para promover a autonomia e o consequente acesso ao mercado de trabalho.

Trabalho, eu acho ainda que ele tem que fazer o PIA pra melhorar, que é o Plano Individual de Assistência, né? Em certos equipamentos, não tem um acompanhamento individual adequado, porque, vamos dizer assim, nesse que eu tô lá é pouca gente, mas é duas assistentes

sociais e uma psicóloga pra 150 pessoas cada, tá entendendo? Então, não tem como eles ter um acompanhamento, até mesmo porque quem tá no equipamento não tá com a saúde mental muito boa, né? Isso aí já é óbvio, porque o cara já não tem mais um certo controle sobre a própria vida e imagina com a sociedade, tá entendendo? Então, isso aí já é um problema: saúde mental dele que tá meio abalada e não tem o PIA, plano individual pra cada um correto. Ele é generalizado, tá entendendo, essa generalização que aí ferra mais, porque às vezes eu tô num nível de saúde mental, e ele tá mais abalado, então ele necessita de mais atenção do que eu, então ele tinha que tá num equipamento mais específico pra ele, e não tem. Então, o problema dele é tratado que nem o meu, e o meu é tratado que nem o do outro. Então, generaliza todos os problemas, onde que acaba não dando certo, tá entendendo, a evolução pra empregabilidade.

Diferentemente, Vanderlei afirma que a superação da condição na qual se encontra passa pela fé e crença em Deus, e que este será o responsável por prover os meios para tanto. Para ele:

Eu vou ser mais sincero pra você, eu não me recorro a prefeitura, eu não me recorro aqui ao Cisarte, embora eu sei do trabalho que eles estão fazendo, porque eu deposei toda minha expectativa e esperança em Deus, é uma coisa pessoal minha, minha. Então eu espero e acredito que eu vou sair dessa situação de acordo da minha crença em Deus pelo que ele ainda vai fazer por mim, para que um dia eu possa testemunhar e fortalecer pessoas que estão passando por algum sofrimento e dificuldade dentro da minha crença pessoal n'Ele.

Com exceção de Vanderlei que localiza a superação da situação de rua na esfera da fé e da intervenção divina – não negando o papel das políticas públicas, vale pontuar –, os demais interlocutores apontam os elementos necessários para romper com a realidade vivida. Todavia, como se observa, a consciência desse aspecto desvela a fragilidade originada, sobretudo, nas dificuldades da própria vida, bem como na falta de alternativas. Dito de outra forma, mesmo reconhecendo o que é necessário para superar a situação de rua e identificando os processos que se configuram como obstáculos, as narrativas nos sugerem que a falta de alternativas efetivas é um desafio.

Dentre os elementos destacados como necessários à superação da situação de rua, o ato de as pessoas em situação de rua se organizarem, como Daniel aponta, é-nos importante. Essa organização, como ele sugere, pode derivar das situações de opressão vividas que caracterizam situações-limites, já que a crise também se mostra uma oportunidade para atos insurgentes. As situações-limite traduzem “. . . a possibilidade da ruptura, o momento que marca a identificação das contradições e, assim, impulsionam ações conscientes” (Moreira & Guzzo, 2015, p. 575). Assim, “. . . as situações-limite podem promover comportamentos altruístas e fortalecer laços de solidariedade. Na crise, também é possível criar e resistir” (Euzébios Filho, 2023, pp. 53-54).

No caso das pessoas em situação de rua, podemos mencionar os acontecimentos brutais do Massacre da Sé – já mencionado – como um exemplo de situação-limite que resulta na

consolidação de um movimento nacional organizado. Um movimento que atua na busca por direitos sociais desse segmento social, tanto pela via da formação política e crítica dos seus membros quanto nas ações concretas em instâncias de controle social, nas bases e outros espaços de encontro e convivência com as pessoas em situação de rua (M. R. S. Santos, 2021).

No que tange à participação e envolvimento em coletivos e movimentos sociais das e para as pessoas em situação de rua, constatamos que há conhecimento desses espaços. Contudo, os momentos de participação política são eminentemente passivos ou não intencionais, ainda não suficientes – por fatores diversos, vale pontuar – para promover uma participação prevalentemente ativa, refletiva e intencional nas ações dos movimentos. Tal como dissemos, o Cisarte é sede do MNPR-SP, tendo na presidência Darcy Costa – que tem trajetória em situação de rua. Todos os interlocutores conhecem o MNPR, contudo não participam ativamente das atividades e reuniões mensais, além de expressarem opiniões diversas – algumas contrárias – quanto ao papel e importância do movimento.

Antonio Carlos, por exemplo, mesmo reconhecendo a importância de um movimento organizado das pessoas em situação de rua, tem dúvidas quanto à sua real capacidade de angariar mudanças na realidade social em alguns temas, como a moradia. Assim, ele nos conta: “. . . vou ser sincero: eu acho que a política habitacional aqui no nosso país ela é muito, muito complicada. E, assim, se esses movimentos tivesse um peso que eles dizem que têm, eles não existiriam mais, estavam todo mundo, cada um na sua casinha. Infelizmente, não é isso que a gente vê!” Ao passo que, para Cosme: “Acho bom [se referindo ao MNPR]. Participei de uma reunião, uma vez, eu fiquei sem tempo.

De modo parecido, José informa que “. . . já ouvi falar do Movimento Nacional”, contudo, complementa: “. . . não participo. Eu prefiro ficar neutro, porque não tenho muito convívio assim”. O que é repetido por Vanderlei: “Eu já ouvi falar, mas eu não tenho participação”. Apesar de pontuar a importância do MNPR: “eles [se referindo ao MNPR], por exemplo, né? Acreditam de acordo com a fé que eles têm, de que se unindo, né? O governo vai se mover mais, os prefeitos vão se mover mais, e a população, também. Isso é importante.

E Elias, que está em processo de aproximação ao Movimento:

Tem aqui o Cisarte, né? Que o Movimento Nacional da População Moradora de Rua. Só que eu não frequento muito não, né? Tem há muitos anos, só que eu venho uma vez por mês, porque eu tô conhecendo agora o projeto né? Mas eu inclusive faço parte, eu conheço aqui, sim.

E complementa:

Eu acho que eles têm uma, acho que eles têm muita coragem, porque é uma grande luta, que, com pouco resultado. Eles são pessoas extremamente qualificadas, que conhecem bastante, né? Essa parte de burocracia de leis, legislações, de projetos. Então, são pessoas que tão sempre

antenas nesses projetos do governo e que tão sempre procurando uma brecha pra poder reivindicar direito, né? Acho que isso é importante, reivindicar direito, né? Que é diferente de falcatrua.

Esse entendimento também é compartilhado por outra interlocutora que se reconhece “liderança pop rua”:

Temos que continuar na ativa, na luta por política pública. Estou no segundo mandato do Comitê Pop Rua de São Paulo, fui a mais votada. Tenho mais um ano pela frente, para representar a Pop Rua de São Paulo, Brasil. Sou uma ativista dos direitos humanos fundamentais. Uma luta que não acaba.⁶⁶

Ao falar sobre o ativismo e o seu papel no processo de mudança da realidade social das pessoas em situação de rua, Ivanildo assinala:

Por que você acha que o sistema limita nós de ter conhecimento? Porque nós é uma arma muito perigosa contra o sistema quando tem um conhecimento. Nós tendo conhecimento, mano, nós pode mover montanhas. Ter um conhecimento, e nós vai ser. O ativismo tá aí, né, mano, tem cada vez mais, por séculos e séculos, e tá ficando mais forte, cada vez mais forte ainda. Aí eles sabem que se nós ativista, que é população de rua, que já vem do ativismo, tem um conhecimento total, mano, puta, vai ser uma arma muito monstruosa, vai ser uma treta pesada contra o sistema, e ele não quer isso, ele quer viver de boa.

O ativismo referido por Ivanildo é um processo importante para impulsionar o desenvolvimento de uma consciência crítica; todavia, devemos recordar Freire (1968/2001), a relação dialética entre reflexão e ação é imprescindível. Como o autor destaca, “. . . esgotada a palavra de sua dimensão de ação, sacrificada, automaticamente, a reflexão também, se transforma em palavreria . . . , alienada e alienante” (p. 108). Por outro lado, Paulo Freire (1968/2001) também enfoca que, se enfatizamos exclusivamente a ação, sacrificando a reflexão, “. . . a palavra se converte em ativismo. Este, que é ação pela ação, ao minimizar a reflexão, nega também a práxis verdadeira e impossibilita o diálogo” (p. 108).

Por sua vez, Daniel afirma a importância do MNPR na esfera política e na condução de políticas públicas para as pessoas em situação de rua, posto que o movimento caminha na contramão do modo de funcionamento das OSC, que, em muitos casos, se pautam na lógica assistencialista.

Esse aqui [se referindo ao MNPR-SP], né? Eu participo. Esse Movimento Nacional é o seguinte, você tem o Movimento Nacional, mas o que acontece é que a Igreja, a entidade religiosa, ela é assistencialista. Então, pra coisa ter andamento, precisa entrar na política. Então, a Igreja trabalha muito com ONG, então, a ONG ela bota pessoas que gosta da Igreja na diretoria e pega qualquer um só pra alimentar aquelas pessoas. É uma coisa que não funciona.

⁶⁶ Enunciado registrado em diário de campo, na reunião do Comitê Pop Rua de São Paulo, no dia 30 de novembro de 2022

Além do MNPR-SP, por meio das reuniões mensais do Fala Rua e dos trabalhos desenvolvidos no Cisarte, outros movimentos e coletivos foram destacados nas falas, como o Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo (MEPSRSP), o Coletivo É de Lei, o Comitê Pop Rua de São Paulo, grupos coordenados por trabalhadores em equipamentos socioassistenciais como Núcleos de Convivência e Centros Pop e de Saúde Mental, como o CAPS. Cosme, por exemplo, conta-nos: “Então, eu frequento ali o É de Lei, na frente do Poupatempo. Lá eles trabalha mais com drogado. Eu vou lá porque eu gosto mesmo”.

Para alguns dos interlocutores, a situação de rua é apreendida de forma profunda, e essas pessoas se engajam social e politicamente, demonstrando um comprometimento com a transformação da realidade. Essa dimensão foi observada mais intensamente nas reuniões mensais ordinárias do Comitê Pop Rua e nas reuniões do Fala Rua. Por exemplo, em uma das reuniões do Fala Rua, um participante ligado ao MNPR de São Paulo trouxe um depoimento de uma experiência coletiva das pessoas em situação de rua da qual ele participou:

Sozinho, a gente não consegue nada. Nós, morador de rua, temos que nos unir. Hoje moro lá no Asdrúbal [um empreendimento de locação social da Prefeitura de São Paulo destinado às pessoas em situação de rua], são 71 famílias lá. Sabe como a gente conseguiu? Indo atrás do secretário, indo nas reuniões, indo todo mundo. Um só, ele não ouve, mas, quando todo mundo vai atrás, ele tem que ouvir. Se queremos mudança, temos que nos organizar.⁶⁷

Essa experiência relatada é relevante, pois demonstra dois aspectos fundamentais do processo de aglutinação de sujeitos em torno de uma práxis: (1) o afeto e a identidade enquanto grupo organizado das pessoas em situação de rua; e (2) o ganho prático, nesse caso, sob a forma da moradia. Como Euzébios Filho (2023) afirma, a “. . . ação do indivíduo como sujeito político pressupõe a construção de uma identidade coletiva que promova afetos positivos, mas também conquistas práticas que fortaleçam a esperança e a confiança no futuro” (p. 56).

Similarmente, em uma das oficinas, uma participante, ao dizer da importância da organização e mobilização das pessoas em situação de rua para angariar mudanças em suas condições de vida, afirmou que, “. . . se não fazer barulho, a gente não é escutado”⁶⁸. De modo complementar, em conversa com outro participante das oficinas, ele relatou o descaso do Estado para com as pessoas em situação de rua. Em se tratando do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), ele destacou que “. . . esse governo não está nem aí pra gente [pessoas em situação de rua]. Mas somos mais fortes que eles”.⁶⁹

⁶⁷ Enunciado registrado em diário de campo, na reunião do Fala Rua, no Cisarte, no dia 06 de agosto de 2022.

⁶⁸ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 24 de maio de 2022.

⁶⁹ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 30 de maio de 2022.

No que tange à importância da organização e mobilização das pessoas em situação de rua em prol da sua condição de sujeito de direitos e efetivação das garantias constitucionais e transformação das condições de vida, um participante destacou a sua percepção de ser necessário “. . . lutar por políticas públicas para a população de rua”.⁷⁰ Em concordância, uma participante, ao se referir à ação do MNPR expressou que “. . . o movimento não tira ninguém da rua, quem tira é o governo fazendo a sua parte com políticas públicas”.⁷¹

Esses elementos apresentados nas falas vão na mesma direção da análise empreendida por Euzébios Filho (2023) quanto à importância e a centralidade da organização coletiva como um meio capaz de ampliar o horizonte ético-político dos sujeitos que o compõem, e superar – relativamente – o trauma psicossocial. Essa organização surge de uma demanda concreta e possibilita romper com os esquemas preferenciais de análise, promove o enraizamento mediante as lutas sociais, contribui para decodificar relações de poder, produz cooperação, fornece elementos de estabilidade psicológica, reconfigura a autoimagem, dentre outros.

Também, Ivanildo postula: “Aí eu venho para cá, venho atrás do curso ou vou pra outros Centros de Convivências, tô sempre correndo no dia a dia, qualquer oportunidade que nós temos no momento, certo, vou lá nas reuniões do Comitê Pop Rua, vou no Coletivo do É de Lei, tento me articular por eu mesmo, tá entendendo?” E acrescenta:

Então, que eu faço parte, parte, que meu nome é envolvido, não. Mas eu tenho frequentado bastante as reunião do Comitê Pop Rua, tá entendendo, dos direitos humanos. É, vou no coletivo de redução de danos do É de Lei, entendeu, por conta tô sempre interagindo aqui no Cisarte. Então, vários coletivo, quando aparece os coletivos que eu vejo que é pro progresso da população em situação de rua, da pop rua, eu tento me envolver.

A menção de Ivanildo quanto à sua participação nos coletivos que têm como horizonte ético-político o “. . . progresso da população em situação de rua” traduz um processo de aproximação e construção da relação entre sujeitos e as pautas do movimento. Para que isso ocorra, são necessários outros elementos fundamentais, como a mediação de militantes, lideranças e outros integrantes, para que a motivação inicial de participação se amplie para outras necessidades não imediatas e amplie os sentidos dos sujeitos sobre si mesmo e sobre o mundo (Rosa & Silva, 2016)

Contudo, problematiza a questão dos coletivos para pessoas em situação de rua:

Então, que nem eu tava falando pra você, tem movimentos, na verdade, que tá porque acredita, sabe, mano, que tá a luta mesmo porque já fez parte, tá entendendo, ou faz parte ainda da pop rua e quer ver a melhora da pop rua, porque sabe que a pop rua é capacitada, tá entendendo, mas tem umas que usa essas portarias pra atrasar, sabe, é o próprio sistema se

⁷⁰ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 23 de agosto de 2022.

⁷¹ Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 23 de agosto de 2022.

maquiando, pra atrasar nós de certas formas. Mas eles são importantes, traz melhorias, esses que quer ver o progresso da rua são bastante importantes. Que nem eu falei pra você aquele dia, maloqueiro, pra você contar com maloqueiro em base de luta, meu, falar assim “vamos ali fazer uma passeata pra nossa melhora” é bem difícil, tá entendendo, mano? E, se não tiver esses coletivos, o próprio maloqueiro não toma iniciativa, tá entendendo? Então, a iniciativa tem que ser por esses coletivos, porque é as pessoas que acredita, que sabe, que vai incentivar, vai abrir, vai visualizar melhor e vai ampliar a visão do maloqueiro, tá entendendo, da pessoa que tá vulnerável e pra ir com eles, porque, senão, pelo próprio morador de rua, pelo próprio pop rua mesmo, ele espera cair do céu.

O excerto acima sinaliza as dificuldades para a organização e mobilização das pessoas em situação de rua na luta por reivindicação, garantia e efetivação de direitos. Daniel, por exemplo, conta-nos: “Eu, desde 88, eu tento organizar um sindicato, mas, devido ao pessoal, é difícil de organizar. Mas eu tenho dois CNPJ [Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica], e todo ano eu tenho esperança de organizar”. Em diferentes momentos da conversa, Daniel destaca o modo de funcionamento das políticas públicas para pessoas em situação de rua como o principal elemento que causa obstáculos para o processo de organização coletiva.

A despeito desse assunto, Ivanildo pontua que as dificuldades para a mobilização das pessoas em situação de rua passam pela pouca – ou inexistência de uma – “Consciência de classe, tá entendendo, porque é como se entra num comodismo, né: “ah, eles já estão lutando por mim, então eu não vou lutar, porque eu sei que a luta deles vai chegar, vai me atingir”, tá entendendo? Aí já não faz nada”. E complementa que, nesse aspecto de uma luta e engajamento políticos, nem sempre é possível contar com a adesão das pessoas em situação de rua:

Mas aí, por que não dá para contar com morador de rua? Porque é em cima de construções, políticas públicas, eu tô dizendo, porque, com a reunião pop rua que eu tô lá, ontem eu não fui, porque eu tava na minha família, mas eu sempre procuro tá lá, porque é algo que me interessa, eu tenho que construir, né? Eu tenho que agregar junto com eles a situação. Porque nada mais interessa, se o seu interessado não tiver lá, nada adianta. Aí na hora de construções de políticas públicas, maloqueiro não constrói junto. Ele só reclama, ele só fala mal, tá entendendo? Ele não vem com ponto construtivo. Então, ele é, nesse, nesses pontos de políticas, construção, não dá para contar para o morador de rua. É bem poucos que dá pra você contar mesmo.

Acerca do processo de organização das pessoas em situação de rua, D. S. Costa e Lacôrte (2019, p. 95) destacam que “. . . é mais difícil ter a iniciativa de se organizar quando se está na rua”. Esse aspecto também foi constatado em conversas com lideranças do MNPR, que afirmam que “. . . a vulnerabilidade da pop rua dificulta o Movimento chegar até elas. Elas têm uma dependência crônica dos serviços e necessidades mais urgentes, como o que vai comer. Isso dificulta a participação nas atividades do Movimento”⁷². Dessa forma, demonstram que a preocupação com o imediato – e o assistencial, vale destacar –, em detrimento das conquistas a

⁷² Enunciado registrado em diário de campo, no Cisarte, no dia 16 de novembro de 2023.

médio ou longo prazo, como a justiça social, por exemplo, criam obstáculos à mobilização e à participação em movimentos organizados para a luta pelos direitos das pessoas em situação de rua.

Em face ao exposto, nossos achados reforçam a heterogeneidade característica do grupo populacional das pessoas em situação de rua, o que também se reflete na forma e nas leituras que são feitas sobre a própria realidade em que se encontram. Reivindicar uma leitura dialética desse fenômeno possibilita um entendimento no qual os níveis de conscientização – pensados por Paulo Freire – nos fornecem subsídios para uma leitura teórica do fenômeno, ao mesmo tempo em que evidencia a não existência de um fato estático, pronto e acabado.

Contrariamente, conduz-nos a um entendimento de movimento, no qual as pessoas em situação de rua transitam entre perspectivas e leituras sobre suas realidades e sobre questões específicas do viver em situação de rua que estão entre um nível de consciência menos crítica a um nível de conscientização mais crítica. Mas o fato é que a consciência não é faltosa. Nesse caminho, verificou-se a influência do próprio contexto social, econômico, político e relacional na forma como as pessoas em situação leem (ou passaram a ler) a realidade. Em alguns casos, o caráter de indignação e questionamento da realidade vivida é fruto das experiências práticas que outrora vitimaram e violaram seus direitos e que colocaram em risco a dignidade humana.

A consciência, como aqui a compreendemos, é um produto das relações que a pessoa em situação de rua estabelece como o mundo circundante e que possibilita identificar e explicar a sua própria relação neste mundo e compreender a si mesma nessa relação. A consciência, portanto, tem sua origem na dialética do concreto, na realidade histórico-cultural vivida. Como vimos, nossos interlocutores têm uma visão prática das situações que causam opressão – têm consciência dessas relações –; todavia, uma consciência frágil em função das razões objetivas e subjetivas de vida que se colocam como obstáculos à organização e mobilização para uma práxis política. Mesmo assim, é pertinente ressaltar que a presença de um movimento organizado em 17 UFs e no Distrito Federal tensionando os entes federativos e dialogando com a base representa um grande avanço, posto que a maior parte das pessoas em situação de rua não têm as suas necessidades mais básicas supridas.

Mesmo que pontuais, tivemos contato com algumas situações que nos fornecem elementos de como os dramas humanos vividos por essa população podem potencializar e manter a práxis política, como aconteceu com Asdrúbal Nascimento. Com isso, podemos depreender que, com e a partir da conscientização, os sujeitos podem descobrir outras necessidades para além das imediatas e assumir novos papéis que contribuam para superar uma condição de injustiça social, discriminação, humilhação social e desqualificação social. Mas

não podemos perder de vista a complexidade fundante do fenômeno das pessoas em situação de rua que também se expressa nos obstáculos que se colocam no interregno entre movimento organizado e a base.

Além disso, outros processos foram igualmente importantes: o envolvimento em ações grupais em coletivos, organizações e políticas públicas pautadas no reconhecimento das pessoas em situação de rua como sujeitos de direitos; decorre desta a própria visão de si mesmo e (em alguns casos) dos pares como sujeitos em condição de vulnerabilidade social que estão na lida cotidiana para superar a situação na qual se encontram; e a compreensão da coletividade dos sujeitos em situação de rua como elementar para angariar mudanças sociais.

Dessa forma, na dialética do “viver nas ruas”, a visão empírica da vivência do fenômeno se constrói a partir das relações de opressão e exploração nas ruas. Essa visão reflete, entre outras coisas, na compreensão de si na condição de oprimido no processo de luta pela própria sobrevivência. Ao mesmo tempo, também coexiste neste cenário a reprodução de certos entendimentos que refletem as tramas da ideologia dominante sobre este grupo populacional. É, pois, nesse sentido que o olhar mais crítico daqueles que estão mais próximos ao MNPR-SP, por exemplo, podem promover uma práxis refletida capaz de articular a sobrevivência da luta e levar a um engajamento mais consciente.

Com efeito, nossos achados indicaram que a relação destes processos com a possibilidade de aumentar a práxis política envolve alguns elementos importantes, como: (1) processos de grupalização; (2) afetos positivos; (3) redefinição da autoimagem; (4) relações de solidariedade e de confiança; e (5) ser sujeito ativo na própria história. Ainda que em níveis distintos, são elementos que se mostram com potencial de caminhar de uma consciência individual para uma consciência crítica e coletiva, capaz de fomentar suporte de enfrentamento - ainda que relativo - às injustiças sociais no contexto das ruas.

Por fim, ainda que não tenha sido o nosso foco discutir a práxis política na perspectiva de militantes e lideranças – existem outros trabalhos que o fazem assertivamente, como Lima (2018) e M. R. S. Santos (2021), por exemplo –, o que temos acompanhado enquanto Observatório do Trauma Psicopolítico e apoiadores do MNPR é que a práxis política não é algo acabado. Trata-se de um processo constante e que se desenvolve à medida que os sujeitos passam a integrar e participar das ações do movimento, e suas necessidades não ficam circunscritas à esfera individual. Com efeito, consciência política e práxis política são co-construídas e estão associadas: a primeira impulsionando a segunda.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se propôs a compreender as vivências de pessoas em situação de rua na região central da cidade de São Paulo em uma perspectiva psicossocial, enfocando os elementos que podem reduzir ou ampliar as possibilidades de uma práxis política desse grupo populacional. Nesses moldes, foram eleitas as categorias de humilhação social e vergonha – enquanto elementos que podem reduzir – e a conscientização – enquanto elemento potencializador. Ao longo dos anos de 2022 e 2023, contactamos pessoas em situação de rua – e em processo de saída das ruas – que compartilharam suas histórias e trajetórias de vida, demonstrando como esses elementos se interpõem, bem como as implicações decorrentes.

De uma perspectiva psicossocial, o “viver nas ruas” nos conduz a distintas possibilidades no processo de construção das informações da pesquisa. Assim, priorizamos a inserção mais intensa no campo e na realidade social que se constituiu como ponto de investigação. O transcorrer desse processo nos mostrou as diversas facetas e as implicações da inserção em campo, bem como a maneira que afetamos e somos afetados a todo momento. Assumir o papel de apoiador do MNPR-SP é a prova mais contundente desse processo, coexistindo com os papéis de pesquisador e psicólogo que se coloca à disposição para aprender e somar.

Humilhação social, vergonha e conscientização, aqui tomados como categorias de análise, são temas que nos interessam como membros do Observatório do Trauma Psicopolítico. Elas permitem refletir sobre os potenciais danos originados nas situações de violência política, de violação aos direitos humanos e de relações assimétricas que marcam os dramas humanos das populações marginalizadas social e economicamente, bem como as formas de superação relativa. Estudar o grupo populacional das pessoas em situação de rua e as suas experiências nas ruas do centro da capital paulista foi um exercício de desvelar como processos sociais incidem no cotidiano dessas pessoas e como compreendem o mundo ao redor e a si próprias.

Viver nas e das ruas não é tarefa fácil, é árduo e caracterizado por muita dureza. A começar pela entrada nas ruas, em que distintos fatores se sobrepõem, seja essa entrada abrupta ou gradual. Esses fatores são intensificados pela condição de pobreza, em muitos casos, a continuação de uma série de violações que outrora já experienciavam, como a questão habitacional, trabalhos precarizados, conflitos familiares e situações de violência. Além disso, ciclos de entrada, saída e retorno às ruas coexistem em muitas histórias, denunciando as

fragilidades do nosso sistema de proteção social e as dificuldades da nossa sociedade em integrar essa população.

O caminho que tentamos percorrer nesta pesquisa buscou demonstrar como, no contexto das ruas e nas experiências de vida dessa população incidem situações e processos que podem conduzir à opressão e à libertação. A falta de acesso aos direitos e bens (materiais e simbólicos) necessários a organização diária e contemplação das necessidades humanas básicas, as múltiplas formas de violências, os processos de discriminação, a estigmatização, os processos de desqualificação social, entre outros, figuraram nas experiências e situações adjetivadas como negativas. Situações, vale pontuar, que trazem sérias repercussões individuais e coletivas.

Experiências essas que são motivadas, eminentemente, pela imagem social estereotipada das pessoas em situação de rua – que se torna uma justificadora para a violência, violação de direitos e desumanização. Imagem que não corresponde à boa imagem do tradicional cidadão de bem nos moldes da ideologia da classe dominante, que se assenta nos comandos e princípios do capitalismo. As pessoas em situação de rua são vistas nessa lógica como uma expressão do fracasso pessoal, além de serem criminalizadas e culpabilizadas pela sua condição.

A construção dessa imagem também está ancorada em um recorte micro da história e das condições objetivas e subjetivas de vida dessa população, que não é capaz de considerar a influência de aspectos estruturais e conjunturais e outros atravessamentos. O problema dessa análise simplista reside no fato de escamotear as especificidades e as necessidades dos diversos grupos que compõem essa população e servir à culpabilização individual.

Como vimos, a socialização das pessoas em situação de rua tem em um dos seus polos os elementos ligados à humilhação social e à vergonha. Esses dois sentimentos são originados, sobretudo, em função da condição social e econômica característica dessa população. São sentimentos que, em última análise, rebaixam os sujeitos. Na humilhação, o sujeito pode não aceitar a imagem negativa de subalterno que é feita dele, e mesmo pode-se indignar com tal situação. A vergonha, por outro lado, promove a aceitação e internalização dessa imagem negativa.

Nas ruas, a humilhação se manifesta sob diferentes formas: seja nas palavras, seja nas ações, tanto de pessoas domiciliadas, quanto de comerciantes ou de agentes estatais. Independente da forma ou de quem a profere, a mensagem é a mesma: anuncia a desigualdade política de alguém que é inferior, desqualificado e desvalorizado. Combinada com a vergonha, configura-se como um mal que sempre está à espreita, independentemente de onde ou com quem se está. Assim, a possibilidade de ser humilhado ou ser exposto se torna uma realidade

iminente, que tem como um resultado direto o afastamento: de pessoas, lugares, políticas públicas e outros espaços.

Vale lembrar que a humilhação social compreende outros sentimentos que também se manifestam nas ruas. A cidade e os espaços públicos, por vezes, tornam-se lugares hostis e expulsivos. Muitas são as formas que transmitem a mensagem de que não são bem-vindos: seja nas ações higienistas de algumas equipes de Zeladorias Urbanas, seja nas grades em torno de praças, seja na presença de objetos pontiagudos em marquises e debaixo de viadutos. Ao mesmo tempo, essas e outras situações que vimos parecem reforçar o sentimento de não possuir direitos.

Ao mesmo tempo, situações e experiências consideradas positivas estiveram presentes e sob distintas roupagens: por meio das redes e fontes de apoio social, das ações de movimentos sociais, coletivos e grupos organizados, do papel de trabalhadoras e trabalhadores das políticas públicas pautado no reconhecimento das pessoas em situação de rua como sujeitos de direitos, das formas de resistências, lutas, enfrentamentos e sobrevivência, da solidariedade entre as próprias pessoas em situação de rua, e outros.

As redes de apoio são tecidas a partir dos fios de cuidado, acolhimento, conhecimento, modos de organização e atenção que interligam distintos atores no trabalho com as pessoas em situação de rua. Elas coadunam-se em um caminho para o “viver nas ruas” e superar – mínima ou momentaneamente – as condições adversas e necessidades de vida. As redes de apoio estão ligadas diretamente à própria organização pessoal e diária das pessoas em situação de rua.

Muitas são as formas de perceber, compreender e se posicionar frente ao fenômeno da situação de rua. As diversas leituras da realidade indicaram a capacidade de apreensão dos elementos que compõem o cotidiano e que constituem as amarras da opressão. Existe, portanto, consciência quanto à própria realidade concreta circundante, na qual captam a causalidade entre os motivadores para a ida e permanência nas ruas e o lugar que ocupam socialmente a partir das experiências imediatas e práticas vividas.

Nesse contexto, destacaram-se aspectos importantes, como a mercantilização da pobreza e o lugar de um simples produto, no qual a lógica de funcionamento de alguns serviços públicos destinados a garantir proteção se beneficiam e pouco contribuem para a saída das ruas. Soma-se a isso outras injustiças sociais que criam obstáculos à superação da condição de rua – especialmente aquelas ligadas a outros marcadores sociais da diferença.

Do ponto de vista da práxis política para transformação da realidade, essa consciência se mostra muito importante. Todavia, a visão empírica da realidade nem sempre é acompanhada de uma elaboração teórica que possa conduzir a uma práxis coletiva e à conscientização.

Demanda, portanto, elaboração teórica – não academicismo, vale ressaltar – e agir prático para a transformação no qual se desenvolve também a consciência política. Nesse processo, a participação e envolvimento em grupos organizados é de extrema relevância.

Em denúncia às situações de riscos e violências perpetradas pelo Estado e sociedade civil, que resultam em ataques para aniquilar esses sujeitos que incomodam, surge o MNPR. Tendo como estopim o Massacre da Sé, o movimento surge como um instrumento de luta em defesa da vida e dos direitos das pessoas em situação de rua. Apesar de nossos interlocutores não serem participantes ativos do movimento, por outro lado, permitiram-nos trazer para a análise como as condições objetivas de vida dessa população se coloca como obstáculo para o MNPR chegar até elas efetivamente.

Buscamos demonstrar como as categorias de humilhação social, vergonha e conscientização podem ser reivindicadas para ilustrar uma série de fenômenos e situações que ocorrem nas ruas. Situações em que coexistem potenciais para reduzir ou ampliar as possibilidades de uma práxis política desses sujeitos, pois promovem afetações positivas ou negativas.

Retomando à perspectiva adotada, na qual a realidade em que vivemos é carregada de contradições, vimos que o próprio fenômeno das pessoas em situação de rua - como uma expressão da “questão social” - também é repleto de contradições. Fenômeno este que tem suas origens na relação contraditória entre o capital e o trabalho, que tem se transformado historicamente, e que se manifesta nas privações, espoliação e pauperismo da classe trabalhadora. Contudo, muitas vezes, os discursos sobre os sujeitos que se encontram em situação de rua são fundamentados em elementos isolados de suas histórias de vida, numa perspectiva moralista e de culpabilização.

Assim, o sujeito se torna culpado pela condição de pobreza, desemprego, drogadição e baixo nível instrucional, por exemplo, em reflexo a uma ideologia dominante na qual o esforço pessoal e meritocracia são exaltados. Esses aspectos, entre outras coisas, nos auxiliam na compreensão de certos “porquês” na trajetória de vida dos sujeitos em situação de rua: porque existe a humilhação social, porque existe a vergonha e porque são importantes os processos de conscientização. Nos dois primeiros, vimos que eles estão associados à não correspondência à imagem esperada dos indivíduos na sociabilidade capitalista; no terceiro, porque possibilitam novas formas de relações, sociabilidades e de ser ver e posicionar no mundo.

Quanto aos seus reflexos na práxis política, a humilhação social e a vergonha reduzem porque rebaixam, desumanizam, ferem a dignidade, isolam, não agrupam, ferem o tecido social comunitário, entre outras consequências. A conscientização amplia porque resgata e preserva a

memória histórica, cria identidade coletiva, auxilia no enfrentamento de um sofrimento ético-político comum, promove estabilidade psicológica, entre outras garantias. Tudo isso sem perder de vista a leitura dialética em que as realidades distintas podem coexistir. Uma situação de humilhação, por exemplo, mesmo que tenha como intento o rebaixamento, pode ter um efeito contrário: raiva, revolta e indignação. Ao passo que o mesmo pode ocorrer nas ações de conscientização e mobilização política em que os sujeitos não se engajem.

Em que pese o trabalho de campo realizado na pesquisa, é importante mencionar os atravessamentos, as implicações e as dificuldades que orbitaram esse processo. A confluência de papéis foi uma característica presente, tornando muitas vezes difícil estabelecer as fronteiras entre pesquisador, psicólogo, extensionista e apoiador do MNPR-SP. No entanto, essa multiplicidade de papéis foi fundamental para o enriquecimento da vivência junto às pessoas em situação de rua e para uma compreensão mais ampla do viver nas ruas. Em termos de dificuldades, a presença exclusiva de homens na pesquisa refletiu o público majoritário da instituição onde a pesquisa foi realizada, assim como as especificidades de se pesquisar outros públicos, como as mulheres em situação de rua, por exemplo. Mesmo assim, a relevância dada ao diário de campo, como espaço onde foi possível contatar outras populações em situação de rua, foi uma estratégia adotada para minimizar essa possível fragilidade da pesquisa.

Por fim, considerando o estudo realizado, ressaltamos a necessidade e relevância de mais estudos se debruçarem sobre os temas relacionados às vivências de pessoas em situação de rua para além dos temas clássicos, como a saúde e a relação com políticas públicas. Por exemplo, práticas que tomem como ponto de partida a ótica psicossocial do viver nas ruas, bem como o conhecimento e produção próprias desses sujeitos. Nessa perspectiva, visamos a prosseguir nessas discussões em um futuro trabalho de doutorado, subsidiados nos debates sobre danos psicossociais e traumatização psicossocial.

REFERÊNCIAS

- Andrade, L. P., Costa, S. L. & Marquetti, F. C. (2014). A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do estado de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, 23(4), 1248-1261. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000400011>.
- Ansart, P. (2005). As humilhações políticas. In: I. Marson & M. Naxara (Orgs.). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos e poderes*. Uberlândia, MG: EDUFU.
- Athayde, P., Passos, F. B., & Húngaro, E. M. (2017). “Questão social” na realidade brasileira: reflexões sobre as atuais políticas sociais esportivas. *SER Social*, 19(40), 186–206. doi: https://doi.org/10.26512/ser_social.v19i40.14678.
- Baptista, L. A. (1999). *A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades*. São Paulo: Summus.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70. Trabalho original publicado em 1974.
- Brasil. (1831). *Lei de 7 de novembro de 1831*. Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-7-11-1831.htm#.
- Brasil. (1850). *Lei n.º 581, de 4 de setembro de 1850*. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm.
- Brasil. (2008). *Política nacional para inclusão social da população em situação de rua*. Recuperado de https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua.pdf.
- Brasil. (2009a). *Decreto n.º 7.053, de 23 de dezembro de 2009*. (2009, 23 de dezembro). Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm.
- Brasil. (2009b). *Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da informação, Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Brasil. (2011a). *Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP. SUAS e População em Situação de Rua*. Vol. 3. Brasília, DF: Gráfica e Editora Brasil LTDA.
- Brasil. (2014). *Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009*. (2009, 11 de novembro). Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf.

- Brasil. (2019a). *Decreto n.º 9.761, de 11 de abril de 2019*. Aprova a Política Nacional sobre Drogas. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9761.htm.
- Brasil. (2019b). *Lei n.º 13.840, de 5 de junho de 2019*. Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, [...], para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113840.htm.
- Brasil. (2023a). *População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal*. Recuperado de https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf.
- Brasil. (2023b). *População em situação de rua: plano de ação e monitoramento para efetivação da política nacional para a população em situação de rua*. Recuperado de <https://encurtador.com.br/mDG14>.
- Brasil. (2023c). *Decreto n.º 11.819, de 11 de dezembro de 2023*. Regulamenta o disposto no inciso XX do caput do art. 2º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para vedar o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis nos espaços livres de uso público. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11819.htm.
- Brasil. (2024). *Lei n.º 14.821, de 16 de janeiro de 2024*. Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua). Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14821.htm.
- Broide, E. E., Broide, J., & Schor, S. M. (2018). *População de rua: pesquisa social participativa, censo, perfil demográfico e condições de vida na cidade de São Paulo*. Curitiba, PR: Juruá Editora.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da “questão social”: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Castelo, R. (2021). A violência como potência econômica na gênese da “questão social” no Brasil. *Temporalis*, 21(42), 94-109. doi: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p94-109>.
- Castelo, R., Ribeiro, V., & Rocamora, G. (2020). Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. *Serviço Social & Sociedade*, (137), 15–34. doi: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.199>.
- Cisarte. (2022). *Quem somos*. Recuperado de <https://cisarte.org.br/>.
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília, DF: CFP.

- Corrêa, E. E. O. (2018). *Uma cartografia dos processos de produção de subjetividade junto à militância política da população em situação de rua de Natal - RN* (Dissertação de mestrado, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26531>.
- Costa, A. L. P. (2013). *Política municipal de atendimento à população em situação de rua de Fortaleza*. (Dissertação de mestrado, Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará). Recuperado de https://www.uece.br/ppcclis/wp-content/uploads/sites/56/2019/12/Ana_Lu%CC%81cia_Peixoto_Costa.pdf.
- Costa, D. S. & Lacôrte, L. E. C. (2019). Um caminho das ruas. In Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. *Psicologia e moradia: múltiplos olhares sobre a questão habitacional*. São Paulo, SP: CRP SP.
- Costa, P. H. A. (2020). A questão social na psicologia social: uma revisão da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e209277, 1-13. doi: <https://doi.org/10.1590/1982--3703003209277>.
- Cunda, M. F. (2018). *Me chamam rua, população, uma situação: estudo sobre os habitantes da rua e as políticas da cidade*. (Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/196381>.
- Delfin, L., Almeida, L. A. M., & Imbrizi, J. M. (2017). A rua como palco: arte e (in)visibilidade social. *Psicologia & Sociedade*, 29, e158583. doi: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i158583>.
- Di Flora, M. C. (1987). *Mendigos: porque surgem, por onde circulam, como são tratados?* Petrópolis, RJ: Vozes.
- Dobles, I., & Arroyo, H. (2020). *Neoliberalismo y afectos: derivaciones para una praxis psicossocial liberadora*. San José, Costa Rica: Arlekin.
- Esmeraldo Filho, C. E. (2021). *Pessoas em situação de rua de Fortaleza: a expressão da pobreza e modos de enfrentamento*. (Tese doutorado em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará). Recuperado de <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/62595>.
- Esmeraldo Filho, C. E., & Ximenes, V. M. (2021). Pobreza e pessoas em situação de rua: uma revisão sistemática. *Psicologia em Pesquisa*, 15, e30064, 1-27. doi: <http://dx.doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.30064>.
- Estanislau, M. A., Feitosa, M. Z. S., Ximenes, V. M., Silva, A. M. S., Araújo, M. S., & Bomfim, Z. A. C. (2018). Apoio social: modos de enfrentamento às vivências de humilhação e de vergonha em contextos de pobreza. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(2), 1-17. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n2/03.pdf>.
- Estanislau, M. A. & Ximenes, V. M. (2016). Vivências de humilhação e vergonha: uma análise psicossocial em contextos de pobreza. In V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C.

Cidade, & J. F. Moura Jr. (Org.). *Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências* (pp.121-146). Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora.

Euzébios Filho, A., & Gradella Júnior, O. (2020). Psicologia crítica, práxis política, classe e neoliberalismo: um enfoque na Psicologia brasileira. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 14, 89-111. Recuperado de <https://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/285/294>.

Euzébios Filho, A., & Souza, I. B. P. (2022). As multideterminações do ‘viver nas ruas’ e o olhar psicossocial: ideologia, preconceito e humilhação social. In V. M. Ximenes, A. F. L. Esmeraldo & C. E. Esmeraldo Filho (Orgs.), *Viver nas ruas: trajetórias, desafios e resistências*. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora.

Euzébios Filho, A. (2023). *Trauma psicossocial entre o fatalismo e a conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina*. Curitiba, PR: CRV.

Euzébios Filho, A., Michel, C. E. B., Glens, M. V., Souza, F. T. L., & Tabata, S. C. (2022). Cracolândia: vivências e olhares de usuários de políticas de álcool e outras drogas na região central de São Paulo. *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*, 7(32), 32-52. Recuperado de <https://www.defensoria.sp.def.br/documents/20122/53a305f0-8d5e-5fdd-faa5-f05b5d419942>.

Fernandes, F. (2008). *A integração do negro na sociedade de classes: volume 1 - ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo, SP: Globo. Trabalho original publicado em 1964.

Fernandes, R. C. (1994). *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará.

Ferrari, J. B. (2018). *Os modos de cuidado com a vida que circulam nas ruas: as (re)existências presentes*. (Dissertação de mestrado, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo). Recuperado de <http://repositorio.ufes.br/handle/10/10871>.

Ferreira, A. B. H. (2010). *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba, PR: Positivo.

Ferro, M. C. T. (2012). Política Nacional para População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados. *Revista Direitos Humanos*, (8), 35-39. Recuperado de https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acaoinstitucional/Revista_Direitos_Humanos_N08_2012_01.pdf.

Freire, P. (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo, SP: Cortez & Moraes. Trabalho original publicado em 1968.

Freire, P. (2001). *Pedagogia do oprimido*. 31a ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. Trabalho original publicado em 1968.

Freire, P. (2013). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. Trabalho original publicado em 1992.

- Freitas, C. J. (2014). *Os indesejáveis: agentes públicos e a gestão da mobilidade de trecheiros e pessoas em situação de rua*. (Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”). Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/123173>.
- Freitas, M. V. O. (2016). *Traçando os fios de uma história: população em situação de rua na cidade de São Paulo (1970-2005)*. (Tese de doutorado, Universidade de Brasília). Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21069>.
- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. (2024). Índice FipeZap: venda residencial – informe de julho de 2024. Recuperado de <https://downloads.fipe.org.br/indices/fipezap/fipezap-202407-residencial-venda-publico.pdf>.
- G1. (2023, abril 3). Nunes diz que retirada de barracas de moradores de rua é proposta de 'ação humanizada de acolhimento' da Prefeitura de SP. Recuperado de <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/03/nunes-diz-que-retirada-de-barracas-de-moradores-de-rua-e-proposta-de-acao-humanizada-de-acolhimento-da-prefeitura-de-sp.ghtml>.
- Gameiro, N. (2021). *População em situação de rua aumentou durante a pandemia*. FIOCRUZ Brasília. Recuperado de <https://www.fiocruzbrasil.org.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/>.
- Gaulejac, V. (2006). *As origens da vergonha*. São Paulo, SP: Via Lettera Editora e Livraria.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4a ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara. Trabalho original publicado em 1963.
- Goffman, E. (2015). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, SP: Perspectiva. Trabalho original publicado em 1961.
- Gohn, M. G. (2005). *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo, SP: Cortez.
- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza, CE: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Gomes, N. S. (2017). *A perspectiva da equipe técnica de Centros Pop e abrigos para população em situação de rua sobre sua atividade*. (Dissertação de mestrado, Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Recuperado de <https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/2645>.
- Gomes, R. (2016). A análise de dados em pesquisa qualitativa. In M. C. So. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 67-80). Petrópolis, RJ: Vozes. Trabalho original publicado em 1993.

- Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação social - um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 19(2), 11-67. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002>.
- Gonçalves Filho, J. M. (2004). A invisibilidade pública [Prefácio]. In: F. B. Costa. *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo, SP: Globo.
- Gonçalves Filho, J. M. (2020). Humilhação social: humilhação política. In B. P. Souza. (Org), *Orientação à queixa escolar*. São Paulo, SP: IPUSP. doi: <https://doi.org/10.11606/9786587596075>.
- Gorender, J. (2017). Apresentação. In K. Marx. *O capital: crítica da economia política, livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo, SP: Boitempo. Trabalho original publicado em 1845.
- Gramajo, C. S., Maciazeki-Gomes, R. C., Silva, P. S., & Paiva, A. M. N. (2023). (Sobre)viver na rua: narrativas das pessoas em situação de rua sobre a rede de apoio. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, e243764, 1-14. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003243764>.
- Haslam, N. (2006). Dehumanization: an integrative review. *Personality and Social Psychology Review*, 10(3), 252-264. doi: https://doi.org/10.1207/s15327957pspr1003_4.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (2024a). Bocaiúva - panorama. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bocaiuva/panorama>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (2024b). São Paulo - panorama. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (2024c). Taubaté - panorama. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/taubate/panorama>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (2024d). Juquitibá - panorama. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/juquitiba/panorama>.
- Jornal da USP. (2023, fevereiro 21). Tragédia no litoral norte de São Paulo não foi inesperada e poderia ter sido evitada. Jornal da USP. <https://jornal.usp.br/radio-usp/tragedia-no-litoral-norte-de-sao-paulo-nao-foi-inesperada-e-poderia-ter-sido-evitada/>.
- Katz, J. (2013). Massacre justo. In M. C. Coelho. (Org.), *Estudos sobre interação: textos escolhidos* (pp. 211-284). Rio de Janeiro, RJ: Eduerj.
- Konder, L. (2014). *O que é dialética*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Kunz, G. S. (2012). *Os modos de vida da população em situação de rua: narrativas de andanças nas ruas de Vitória/ES*. (Dissertação de mestrado, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo). Recuperado de <https://repositorio.ufes.br/handle/10/6734>.

- Kunz, G. S.; Heckert, A. L.; Carvalho, S. V. (2014). Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. *Fractal, Revista de Psicologia*, 26(3), 919-942. doi: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1192>.
- La Taille, Y. (2004). *Vergonha: a ferida moral*. 2a ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Leite Júnior, N. J. O., Euzébios Filho, A., Silva, G. M., Campos, M. C., & Souza, I. B. P. (2024). Processos de institucionalização e danos psicossociais na população em situação de rua: Laudo Técnico Psicossocial sobre os Centros de Acolhida de São Paulo, SP. *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*, 9(41), 141-170. Recuperado de <https://www.defensoria.sp.def.br/documents/20122/6a5b290f-e137-66dc-27cc-38f68475e393>.
- Lima Filho, V. M. (2020). Comércio de cabotagem e tráfico interno de escravos em Salvador (1830-1880). *Revista Cantareira*, (32). Recuperado de <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/38260>.
- Lima, N. P. M. (2018). *Movimento Nacional da População em Situação de Rua do RN: formação política*. (Dissertação de mestrado, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25092>.
- Lopes, P. G. (2019). *Sentidos da vivência nas ruas: conversas com pessoas em situação de rua*. (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas). Recuperado de <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5939>.
- Lourau, R. (1993). *René Lourau na UERJ: análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro, RJ: NAPE, UERJ.
- Lucca, D. (2016). Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro. In T. Rui, M. Martinez, & G. Feltran (Orgs.), *Novas Faces da Vida nas Ruas*. EdUFSCar.
- Macêdo Junior, A. M., Nascimento, G. V. A., Dias, R. L., Fonseca, M. C., & Oliveira, S. R. (2022). Elementos da desigualdade social no filme parasita: uma análise da sociedade brasileira sob a ótica do cinema. *Educationis*, 10(1), 67-78. doi: <https://doi.org/10.6008/CBPC2318-3047.2022.001.0009>.
- Machado, R. W. G. (2020). A construção da política para população em situação de rua. *Temporalis*, 20(39), 102-118. doi: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2020v20n39p102-118>.
- Major, B. & O'Brien, L. T. (2005). The social psychology of stigma. *Annual review of psychology*, 56, 393-421. doi: <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.56.091103.070137>.
- Maricato, E. (2015). *Para entender a crise urbana*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Martín-Baró, I. (1990). Guerra y salud mental. *Revista de Psicologia de El Salvador*, 9(35), 71-88. Trabalho original publicado em 1984. Recuperado de <https://uca.edu.sv/iudop/wp-content/uploads/3.pdf>.

- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(1), 7-27. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>.
- Martín-Baró, I. (2000). Guerra y trauma em la niñez. In: A. Blanco & L. De la Corte. (Orgs.) *Poder, ideologia y violencia*. Madrid, Espanha: Trotta.
- Martín-Baró, I. (2017). A desideologização como contribuição da psicologia social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. In F. Lacerda Jr. (Org.), *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais* (pp. 81-84). Petrópolis, RJ: Vozes. Trabalho original publicado em 1985.
- Marx, K. (2017). *O capital: crítica da economia política, livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo, SP: Boitempo. Trabalho original publicado em 1845.
- Mattei, L. F. (2019). Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza. *Revista Katálysis*, 22(1), 57–65. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n1p57>.
- Mattos, R. M. & Ferreira, R. F. (2004). Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 47-58. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822004000200007>.
- Medeiros, F. C. (2020). *No fio da navalha: entre a garantia de direitos e a higienização social nas políticas de atendimento à população em situação de rua*. (Tese de doutorado, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/31482>.
- Mendes, K. T. (2018). “*Se essa rua falasse*”: uma análise sobre estigma, pobreza e uso de drogas nas trajetórias de sujeitos em situação de rua. (Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora). Recuperado de <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6698>.
- Minayo, M. C. S. (2016). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In M. C. So. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 09-30). Petrópolis, RJ: Vozes. Trabalho original publicado em 1993.
- Montaño, C. (2012). Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, (110), 270-287. doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200004>.
- Monzelli, A. G., Navarro, É. Z., & Cagnin, J. G. (2023). População em situação de rua em meio à crise estrutural do capital. *Revista Katálysis*, 26(2), 202–211. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e91260>.
- Moreira, A. P. G. & Guzzo, R. S. L. (2015). Do trauma psicossocial às situações-limite: a compreensão de Ignácio Martín-Baró. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 32(3), 569–577. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000300021>.

- Moura Júnior, J. F. & Ximenes, V. M. (2016). A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), 76-83. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1051>.
- Moura Júnior, J. F. (2012). *Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará). Recuperado de <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6840>.
- Nascimento, E. C. & Justo, J. S. Andarilhos de estrada segundo os relatos de trabalhadores assistenciais. *Psicologia & Sociedade*, 27(01), 221-230. doi: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p221>.
- Neri, M. (2022). *Mapa da nova pobreza*. Rio de Janeiro: FGV Social. Recuperado de https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf.
- Netto, J. P. (2001). Cinco notas a propósito da “questão social”. *Revista Temporalis*, 2(3), 41-49. Recuperado de https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf.
- Netto, J. P. (2022). Uma face contemporânea da barbárie. *Revista Novos Rumos*, 50(1), 1-39. doi: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2013.v50n1.3436>.
- Nunes, M. F. (1993). As metodologias de ensino e o processo de conhecimento científico. *Educar Em Revista*, (9), 49–58. doi: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.105>.
- Nunes, R. S. (2019). *Como a população em situação de rua está contemplada no processo de vigilância socioassistencial?* (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Recuperado de <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8507>.
- Oliveira, E. S. F., Brasil, C. C. P. & Higa, E. F. R. (2021). Pesquisa qualitativa em saúde: múltiplas possibilidades e olhares. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(2), 384-385. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.40972020>.
- Oliveira, I. L. F. (2018). *Rastros de existência: possibilidades de constituição de si e da população em situação de rua*. (Dissertação de mestrado, Universidade Católica Dom Bosco). Recuperado de <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1023594-final.pdf>.
- Oliveira, R. B., & Martins, V. (2022). O recorte racial como traço permanente da população em situação de rua, no Brasil. *Revista Libertas (on-line)*, 22(2), 403-421. doi: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2022.v22.38242>.
- Paiva, I. K. S., Lira, C. D. G., Justino, J. M. R., Miranda, M. G. de O., & Saraiva, A. K. de M. (2016). Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(8), 2595–2606. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.06892015>.
- Paiva, I. L., & Yamamoto, O. H. (2008). Os novos quixotes da psicologia e a prática social no “terceiro setor”. *Psicologia Política*, 8(16), 231-250. Recuperado de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2008000200004.

- Pereira, A., & Dantas, B. S. A. (2018). Os laços entre memória e ideologia: as narrativas da população de rua. *Athenea Digital*, 18(3), 1-28. doi: <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2083>.
- Pereira, M. C. G. (2011). *Luta por reconhecimento e desigualdade social: uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG)*. (Dissertação de mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo). Recuperado de: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8224>.
- Pinho, R. J., Pereira, A. P. F. B. & Lussi, I. A. O. (2019). População em situação de rua, mundo do trabalho e os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(3), 480-495. doi: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1842>.
- Pinto, M. A., & Paiva, F. S. (2021). Conscientização para transformação social: apontamentos para a Psicologia Social Comunitária. *Revista de Psicologia*, 12(2), 12–24. doi: <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.12.2.2021.1>.
- Pizzato, R. (2012). A trajetória do protagonismo dos grupos e dos movimentos da população em situação de rua. In: A. Dorneles, J. O., & M. Silva, M. (Orgs.). *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre* (pp. 11-25). Belo Horizonte, MG: Didática Editora do Brasil.
- Prefeitura de São Paulo. (2019). *Lei n.º 17.252, de 26 de dezembro de 2019*. Consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua, institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua e dá outras providências. Recuperado de <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17252-de-26-de-dezembro-de-2019>.
- Prefeitura de São Paulo. (2021). *População em situação de rua: São Paulo censo 2021*. São Paulo: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS.
- Prefeitura de São Paulo. (2023). *Decreto n.º 62.149, de 24 de janeiro de 2023*. Cria o Programa Reencontro e regulamenta a Política Municipal para a População em Situação de Rua, em conformidade com a Lei nº 17.252, de 26 de dezembro de 2019. Recuperado de <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-62149-de-24-de-janeiro-de-2023>.
- Queiroz, D. T., Vall, J., Souza, A. M. A., & Vieira, N. F. C. (2007). Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. *Revista de Enfermagem da UERJ*, 15(2), 276-283. Recuperado de <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-475662>.
- Robaina, I. M. M. (2018). *População em situação de rua, espacialidades e vida cotidiana: mobilidades, permanências e ritmos espaciais na área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: Brasil Multicultural.

- Rodrigues, A. R., Kauchakje, S., & Oliveira, F. H. (2023). Mapas, fome e planejamento territorial. *Revista Katálysis*, 26(1), 32-42. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e88237>.
- Rosa, L. A., & Silva, A. P. S. (2016). Práxis política no MST: uma leitura a partir de Vigotski e Gramsci. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 18(1), 75-86. doi: <http://dx.doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v18n1p75-86>.
- Rosa, L. A. (2015). Participação política: diálogos entre consciência política e práxis política. *Revista Psicologia Política*, 15(33), 391-403. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200010&lng=pt&tlng=pt.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. Porto Alegre, RS: Penso.
- Santana, V. & Castelar, M. (2014). A população em situação de rua e a luta pela cidadania. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 38(2), 357-369. doi: <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2014.v38.n2.a678>.
- Santos, D. B., Leichsenring, A. R., Menezes Filho, N. & Da-Silva, W. (2017). Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a duração do emprego formal dos indivíduos de baixa renda. *Revista de Administração Pública*, 51(5), 708-733. doi: <https://doi.org/10.1590/0034-7612171851>.
- Santos, M. R. S. (2021). *A atuação do movimento nacional da população de rua - região nordeste: um estudo sobre o fortalecimento e a formação de lideranças*. (Dissertação de mestrado, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/45753>.
- Santos, P. M. (2018). *Um olhar sobre os sujeitos envolvidos na política municipal de atendimento a população em situação de rua de Vitória: caminhos para a reinserção social*. (Dissertação de mestrado, Faculdade de Direito de Vitória). Recuperado de <http://191.252.194.60:8080/handle/fdv/128>.
- Santos, V. B. (2014). *Mulheres em vivência de rua e a integralidade no cuidado em saúde*. (Dissertação de mestrado, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria). Recuperado de <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/10372>.
- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Shuck, A. L. (2017). *“Nossa fome não é por comida, é por direitos e políticas públicas...” Cartografias de processos de resistência com o Movimento da População em Situação de Rua em Santa Catarina*. (Dissertação de mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina). Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182699>.

- Sicari, A. A. & Zanella, A. V. (2018). Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 662-679. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>.
- Sicari, A. A. & Zanella, A. V. (2020). Movimento nacional de população de rua: a complexa luta por direitos. *Psicologia em Revista*, 26(3), 1058-1079. doi: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n3p1058-1079>.
- Silva, J. A. G. (2023). História, lutas e desafios da organização do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). *Em Pauta*, 21(51), 169-182. doi: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.72472>.
- Silva, L. B., Feitosa, M. Z. S., Nepomuceno, B. B., Silva, A. M. S., Ximenes, V. M., & Bomfim, Z. A. (2016). Apoio social como modo de enfrentamento à pobreza. In V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C. Cidade, & J. F. Moura Júnior. *Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências* (pp. 289-310). Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora.
- Silva, M. H. (2020). *Se essa rua fosse minha: uma análise psicossocial das experiências de humilhação e vergonha no itinerário da população em situação de rua*. (Dissertação mestrado, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora). Recuperado de <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12487>.
- Silva, M. L. L. (2009). *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez.
- Silva, R. C. C. (2008). *Práxis política no MST: produção de saberes e sabedoria*. (Tese de doutorado, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba). Recuperado de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4840>.
- Souza, W. A., Mexko, S., & Benelli, S. J. (2022). Política de Assistência Social e Processo de Estratégia de Hegemonia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, e232592. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003232592>.
- Supremo Tribunal Federal. (2022). *Arguição de descumprimento de preceito fundamental 976*. Brasília, DF: STF. Recuperado de <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF976347despacho.pdf>.
- Tassara, E. T. O. & Rabinovich, E. P. (2007). Movimentos migratórios na metrópole de São Paulo no século XXI: um estudo qualitativo. *Psicologia para América Latina*, (10). Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2007000200013&lng=pt&tlng=pt.
- Tiengo, V. M. (2018). Fenômeno população em situação de rua enquanto fruto do capitalismo. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 17(1), 138-150. doi: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2018.1.29403>.

- Tojal, A. L. S. (2022). Da invisibilidade à luta: 18 anos de MNPR e a construção da resistência. *O Trecheiro*, 31(277), 1. Recuperado de <https://www.rederua.org.br/acervo-2022>.
- Vázquez, S. (1990). *A filosofia da práxis*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Vieira, E. M., & Ximenes, V. M. (2008). Conscientização: em que interessa este conceito à psicologia. *Psicologia Argumento*, 26(52), 23-33. Recuperado de <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/19735>.
- Vieira, M. A. C., Bezerra, E. M. R., & Rosa, C. M. M. (1994). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo, SP: Editora Hucitec.
- Vigotski, L. S. (2001). *Psicologia pedagógica*. São Paulo, SP: Martins Fontes. Trabalho original publicado em 1926.
- Vosgerau, M. H. (2020). *A práxis política: contribuições marxistas para o compromisso social da psicologia no Brasil*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná). Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/68709>.
- Ximenes, V. M. et al. (2021). Apoio social para pessoas em situação de rua: interface com a saúde, direitos humanos e dimensão subjetiva. *Psicoperspectivas: Individuo y Sociedad*, 20(2). doi: <https://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol20-Issue2-fulltext-2184>.
- Ximenes, V. M., Lemos, P. M., Esmeraldo Filho, C. E., Nogueira, C. G. M., Barbosa, V. N. M., Marcelo, C. M. ... Rocha, M. O. M. (2024). *Pessoas em situação de rua: vivências de pobreza, opressões e enfrentamentos*. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora.
- Yazbek, M. C. (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, v. 110, 288-322. doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200005>.
- Yazbek, M. C. (2018). Serviço social, “questão social” e políticas sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. *Serviço Social em Revista*, 21(1), 183-194. doi: <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2018v21n1p183>.
- Zavaleta, D. R. (2007). The Ability to go about without shame: a proposal for internationally comparable indicators. *Oxford Development Studies*, 35(4), 405-430, doi: <https://doi.org/10.1080/13600810701701905>.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADO

Parte I – Informações sociodemográficas					
1. Idade:		2. Gênero:		3. Cor/raça:	
4. Estado civil:		5. Escolaridade:			
6. Documentos pessoais:		7. Cidade/Estado de origem:			
8. Tempo em situação de rua:		9. Onde reside:			
10. Fonte de renda:		11. Motivos para ida para as ruas:			
Parte II – Vivências em situação de rua					
1. Por que você acha que está nessa situação de rua?					
2. Me fala sobre como foi o seu contato com as ruas.					
3. Depois que veio para as ruas, por onde passou ao longo da sua trajetória? [<i>Lugares, serviços, etc.</i>]					
4. Me fala sobre como você se organiza diariamente. [<i>Desde as necessidades básicas até as demandas mais específicas</i>]					
5. Com que você pode contar aqui nas ruas?					
6. Me fala sobre como é viver nas ruas de São Paulo.					
7. Me fala sobre experiências boas e ruins que teve nas ruas.					
8. Como você se sente em relação a essas experiências? [<i>Tanto as boas, quanto as ruins</i>]					
9. Quando você vai a algum serviço público, como eles te tratam?					
10. Como você se sente em relação à forma como é tratado?					
10.a Você já deixou de frequentar algum espaço, serviço ou lugar para não ser tratado dessa forma?					
11. O que você acha que as pessoas que não estão em situação de rua pensam sobre quem está em situação de rua?					
12. E por que você acha que elas pensam isso?					
13. O que você pensa sobre quem está em situação de rua?					
14. E por que você pensa isso?					
15. Se você pudesse, deixaria de morar na rua? Por que e o que seria necessário?					

16. Você faz parte de algum tipo de coletivo, algum tipo de mobilização própria das pessoas em situação de rua?
17. Você conhece o MNPR?
18. O que você pensa sobre o MNPR e esses grupos das pessoas em situação de rua?
19. O que você acha que seria necessário para acabar com o fenômeno das pessoas em situação de rua?
20. Algo que eu não perguntei e que você queira acrescentar?
21. Para fechar, houve alguma pergunta, forma de expressar, gesto, tom de voz ou outra coisa de minha parte durante a entrevista que lhe incomodou?

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

USP- INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A DIALÉTICA DE (SOBRE)VIVER NAS RUAS: a trajetória de pessoas em situação de rua em São Paulo (SP)

Pesquisador: NILSON DE JESUS OLIVEIRA LEITE JUNIOR

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 63441722.5.0000.5561

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.767.636

Apresentação do Projeto:

Pesquisa de Mestrado. O Pesquisador irá realizar os seus estudos com pessoas em situação de Rua e que frequentam uma Associação Comunitária. Pesquisa qualitativa. Fará uma análise de discurso acerca da compreensão que pessoas em situação de rua, têm sobre a sua própria condição de estar em situação de rua e a relação com a Política de Assistência Social.

Escrito extraído do Projeto, conforme segue:

- A pesquisa irá (...) descrever e analisar discursos sobre a compreensão que pessoas em situação de rua que frequentam uma associação comunitária sociocultural no centro de São Paulo, SP, têm sobre a sua própria condição de estar em situação de rua e a relação com a Política de Assistência Social.

- Metodologia: Serão Seis (6) participantes. Uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo pesquisa de campo participante, com estudo descritivo e orientada a partir do materialismo histórico-dialético. Será delineada por uma pesquisa de campo participativa e por anotações do diário de campo particular do pesquisador sobre as suas vivências semanais no campo de pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

- Descrever e analisar discursos sobre a compreensão que pessoas em situação de rua que frequentam uma associação comunitária sociocultural (CISARTE) no centro de São Paulo - SP, têm

Endereço: Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bloco G - Sala 27

Beirro: Cidade Universitária

CEP: 05.508-030

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3091-4182

E-mail: cep.ip@usp.br

USP- INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO



Continuação do Parecer: 5.767.636

sobre a sua própria condição de estar em situação de rua e a relação com a Política de Assistência Social.

Objetivo Secundário:

- Analisar se surgem nos discursos, como indica a literatura, vivências de humilhação social, vergonha e sofrimento ético-político;
- Verificar se existem redes de apoio, como indica a literatura, e como elas se manifestam nas narrativas dos participantes.
- Verificar, através das narrativas, qual é a relação dos participantes da pesquisa com os serviços da rede sócio assistencial governamental e não governamental da Política de Assistência Social que eles frequentam.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Considera que possa ter riscos mínimos, podendo o participante desistir de participar da pesquisa. Nesta pesquisa o risco pode ser avaliado como mínimo considerando que os temas tratados estão relacionados às vivências cotidianas dos participantes e podem gerar desconfortos ao tratar de questões sensíveis do cotidiano das pessoas em situação de rua.

- Benefício: (...) pretende-se contribuir para o campo da Psicologia Social com discussões que se debrucem aos estudos sobre a dialética das experiências das pessoas em situação de rua e às distintas formas de (sobre)viver nas ruas. Além das contribuições para o campo teórico, espera-se que esta pesquisa se transforme em um instrumento para somar às vozes das pessoas em situação de rua e sua condição nas ruas da cidade de São Paulo.

- Critérios de Inclusão: Sujeitos de ambos os sexos (homens e mulheres), maiores de 18 anos, que se autointitulam como pessoas em situação de rua e que frequentam o Cisarte.

- Critérios de Exclusão: Sujeitos menores de 18 anos e aqueles que não desejem participar da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa abrangente, relevância na área social e com grande contribuição para ampliação de Políticas Públicas à População em Situação de Rua, considerando processos inclusivos, de Saúde Pública, habitação, e na Assistência Social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Conforme Parecer e Relatório Consubstanciado anteriores, segue: É preciso que explicito no TCLE que os participantes terão os encaminhamentos que se fizerem necessários.

- O TCLE foi reescrito, sendo as solicitações atendidas no que diz respeito aos encaminhamentos

Endereço: Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bloco G - Sala 27

Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 05.508-030

UF: SP **Município:** SAO PAULO

Telefone: (11)3091-4182

E-mail: cep.ip@usp.br

**USP- INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO**



Continuação do Parecer: 5.767.636

que se fizerem necessários aos participantes.

- TCLE: Os participantes da pesquisa são frequentadores do Centro de Inclusão pela Arte, Cultura, Trabalho e Educação (CISARTE).

- TCLE: Atendidas as solicitações no Parecer e Relatório Consubstanciado anteriores, sendo o TCLE Considerado preenchido adequadamente, explicativo e a escrita para a compreensão dos participantes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As solicitações foram atendidas, projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Considerações finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2016528.pdf	17/10/2022 20:53:41		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA_MESTRADO.pdf	17/10/2022 20:53:27	NILSON DE JESUS OLIVEIRA LEITE JUNIOR	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PESQUISA_USP.pdf	17/10/2022 20:52:59	NILSON DE JESUS OLIVEIRA LEITE JUNIOR	Aceito
Outros	justificativa_declaracao_infraestrutura.pdf	14/09/2022 22:57:30	NILSON DE JESUS OLIVEIRA LEITE JUNIOR	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_infraestrutura_inst.pdf	14/09/2022 22:57:10	NILSON DE JESUS OLIVEIRA LEITE JUNIOR	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	13/09/2022 17:13:50	NILSON DE JESUS OLIVEIRA LEITE JUNIOR	Aceito

Endereço: Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bloco G - Sala 27

Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 05.508-030

UF: SP **Município:** SAO PAULO

Telefone: (11)3091-4182

E-mail: cep.ip@usp.br

USP- INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO



Continuação do Parecer: 5.767.636

Outros	Declaracao_Resultados.pdf	13/09/2022 00:39:12	NILSON DE JESUS OLIVEIRA LEITE JUNIOR	Aceito
Outros	Declaracao_ausencia_carta_anuencia.pdf	13/09/2022 00:38:17	NILSON DE JESUS OLIVEIRA LEITE JUNIOR	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_anuencia.pdf	13/09/2022 00:36:31	NILSON DE JESUS OLIVEIRA LEITE JUNIOR	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 21 de Novembro de 2022

Assinado por:
Helena Rinaldi Rosa
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bloco G - Sala 27
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 05.508-030
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3091-4182 **E-mail:** cep.ip@usp.br

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da pesquisa: A dialética de (sobre)viver nas ruas: a trajetória de pessoas em situação de rua em São Paulo (SP).

Nome do pesquisador responsável: Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior.

Endereço e telefone: Rua José Piragibe, 314, Vila Indiana, CEP 05585-040 - São Paulo/SP. Telefone: (38) 9 9818-6862.

1. **Natureza da Pesquisa:** O(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa de Mestrado do estudante Nilson de Jesus Oliveira Leite Junior, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Instituto de Psicologia, da Universidade de São Paulo (IP-USP), sob orientação do Prof^o Dr. Antonio Euzébio Filho, que tem como finalidade descrever e analisar discursos sobre a compreensão que pessoas em situação de rua, que frequentam uma associação comunitária sociocultural no centro de São Paulo, SP, têm sobre a sua própria condição de estar em situação de rua e a relação com a Política de Assistência Social.
2. **Participantes da Pesquisa:** Indivíduos de ambos os sexos, maiores de 18 anos, que se declarem em situação de rua na cidade de São Paulo, e que frequentam o Centro de Inclusão pela Arte, Cultura, Trabalho e Educação (CISARTE).
3. **Envolvimento na Pesquisa:** Ao participar deste estudo o(a) Sr.(a) permitirá que os pesquisadores eventualmente publiquem as informações obtidas, sempre mantendo o sigilo do(a) participante não divulgando seu nome, e sim, apenas dados como idade e grau de formação. O(a) Sr.(a) tem liberdade de se recusar a participar, e ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o(a) Sr.(a). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através dos telefones do pesquisador do projeto e, se necessário, através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.
4. **Sobre as Entrevistas:** Será realizada uma entrevista gravada, com duração máxima de 1 hora, com algumas questões relacionadas aos objetivos deste estudo, na qual o(a) Sr.(a) pode se limitar a responder somente as que souber ou quiser. As entrevistas serão gravadas em um minigravador digital e, após a transcrição, serão desgravadas integralmente do minigravador.
5. **Riscos e Desconforto:** Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Os riscos são mínimos considerando que os temas tratados estão relacionados às vivências cotidianas dos participantes e podem gerar desconfortos ao tratar de questões sensíveis do cotidiano das pessoas em situação de rua. Visando minimizar tais riscos, as entrevistas serão realizadas em um local reservado e seguro, havendo sigilo com todas as informações coletadas. Destaca-se que os(as) participantes poderão receber encaminhamentos que se fizerem necessários de atendimentos com profissionais do campo da saúde atuantes na instituição em que ocorrerá a pesquisa. Além disso, *as identidades serão mantidas em sigilo. E, se houver algum desconforto ou dúvida os participantes podem desistir de participar a qualquer momento, inclusive depois de responder às perguntas do questionário.*
6. **Confidencialidade:** Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e seu orientador terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.
7. **Benefícios:** Quanto aos benefícios esperados com esta pesquisa, pretende-se contribuir para o campo da Psicologia Social com discussões que se debruçam aos estudos sobre a dialética das experiências das pessoas em situação de rua e às distintas formas de

Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior

Título da pesquisa: A dialética de (sobre)viver nas ruas: a trajetória de pessoas em situação de rua em São Paulo (SP).

Nome do pesquisador responsável: Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior.

Endereço e telefone: Rua José Piragibe, 314, Vila Indiana, CEP 05585-040 - São Paulo/SP. Telefone: (38) 9 9818-6862.

(sobre)viver nas ruas. Além das contribuições para o campo teórico, espera-se que esta pesquisa se transforme em um instrumento para somar às vozes das pessoas em situação de rua e sua condição nas ruas da cidade de São Paulo, SP.

8. Os resultados serão compartilhados com todos(as) os(as) participantes envolvidos(as), momento em que o pesquisador se comprometerá a dialogar novamente sobre o assunto, respeitando o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.
9. **Pagamento:** O(a) Sr.(a) não será remunerado(a) para participar desta pesquisa. Será garantido ressarcimento das possíveis despesas tidas pelos(as) participantes da pesquisa e dela decorrentes

E em caso de dúvida(s) e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa, bem como seus resultados você poderá entrar em contato com o pesquisador principal Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior, Rua José Piragibe, 314, Vila Indiana, CEP 05585-040 - São Paulo/SP. Telefone: (38) 9 9818-6862, E-mail: nilson.junior@usp.br. Se houver dúvidas sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), do Instituto de Psicologia, da Universidade de São Paulo (USP), Av. Prof. Mello Moraes, 1.721 - Bloco G, 2º andar, sala 27 - CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP. Telefone: (11) 3091-4182. E-mail: cep.ip@usp.br.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvidas a respeito

Confirmando que recebi uma via assinada deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

São Paulo, SP, ____ de ____ de 2023.

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa



Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP)